

RITA DE CASSIA COLAÇO RODRIGUES

PODER, GÊNERO, RESISTÊNCIA, PROTEÇÃO SOCIAL E MEMÓRIA: Aspectos da socialização de “lésbicas” e “gays” em torno de um *reservado* em São João de Meriti, no início da década de 1980.

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Niterói, 19 de dezembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA:

Professora-doutora Rachel Soihet – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professora-doutora Maria Luiza Heilborn
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Professora-doutora Rita de Cassia Santos Freitas
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2006

Para

Aguinaldo Silva; Antonio Chrysóstomo (in memorian); Darcy Penteado (in memorian); João Antônio de Souza Mascarenhas (in memorian); João Carlos Rodrigues; João Silvério Trevisan; Leila Míccolis; Herbert Daniel (in memorian); Geórgia Bengston (in memorian); Leci Brandão; e Rogéria.

Também e muito especialmente para Amália de Paiva Pereira (in memorian), Adélia Paiva de Souza (in memorian) e Francisca Paiva de Oliveira (in memorian).

AGRADECIMENTOS

Não se atravessa processo formativo sem ser tocado por profundas transformações na forma de percepção do(s) mundo(s) e, também, de si. Diante disso, necessário seria agradecer a todos aqueles que de alguma maneira o integraram. E os agradeço, ainda que não seja possível nomeá-los todos. Alguns, no entanto, não posso me esquivar de fazê-lo. Mesmo correndo o risco de alguma omissão. Aos entrevistados, sem cuja colaboração simplesmente não existiria este trabalho. Pelo desprendimento, confiança e paciência demonstrados no partilhar suas vivências; pela generosidade com que me receberam e hospedaram em seus lares, na esperança de ter sabido honrá-los.

À minha orientadora, professora-doutora Rachel Soihet, pela confiança, apoio e estímulo.

À professora-doutora Beatriz Venâncio, pela capacitação no manejo da metodologia da história oral, invariavelmente acolhedora, solidária e generosa.

À professora-doutora Rita Freitas, pelo convívio fecundo e afetuoso.

Aos professores-doutores James Green, João Bosco Góis, Luiz Morando, Maria Luiza Heilborn, Peter Fry e Suely Gomes, pelas sugestões, incentivo, indicação e cessão de bibliografia.

À minha mãe que mesmo octogenária se permitiu ainda rever posições e conceitos e seguir aprendendo. Pelo apoio e paciência com que me brindou, principalmente naqueles momentos em que a vida cotidiana mais nos desafia.

Aos irmãos Evandro (in memoriam) e Edivandro (in memoriam), pelo vivido; aos sobrinhos, pelo afeto e futuro e, especialmente a Rodrigo e Edivandro, pela torcida solidária.

Aos professores-doutores do departamento de História da UFF – Magali Engel, Marcelo Badaró, Marcos Alvito e Virgínia Fontes, pelos exemplos profissionais.

Aos alunos do curso *Gênero e famílias em imagens e textos*, ministrado pela professora-doutora Rita Freitas no segundo semestre de 2005, com os quais pude vivenciar significativas reflexões durante a experiência do estágio docente.

À equipe da ABIA, do CERCONVIDH/DDH e do ISER, pelo atendimento generoso.

A todos aqueles das variadas áreas e cursos, com os quais tive o privilégio de conviver no campus do Gragoatá, e a outros que tive o prazer de conhecer, dialogar e recorrer em espaços diversos (seja de discussão acadêmica ou não), presenciais e virtuais, pelas vivências de apoio recíproco, trocas de informações, bibliografia, conhecimento, experiências. Especialmente: Aline, Ana Cristina, Ana Ribeiro, Anuah Farah, Arón, Carlos, Carmen, Cilda, Deise, Elenice, Fernanda, Fernanda Miller, Fernando, Fugika de Holliday, Iohana, Júlio, Jurema, Lindomar Darós, Luiz, Marcelinho, Miriam, Pablo, Regina Coeli, Regina, Renake, Sérgio Aboud, Serginho, Tadeu Vida, VÍlnia, Zezé.

À Lúcia e Skel, da secretaria do PGPS, reservatórios de solidariedade e afeto.

A Mário, doutorando na História/UFF, exemplo de generosidade, solidariedade e eficiência.

À equipe do serviço de reprografia do bloco N do Gragoatá; a Carlos, da Livraria da Travessa, na Ouvidor, sempre gentil e solidário, ágil e competente.

A Neemias Rubin, por ter acreditado ainda muito, muito antes.

Aos integrantes do meu setor de trabalho, pela eficácia nas reiteradas mostras do quanto é preciso seguir, tenazmente.

Resistir é só a precisão de impedir
que nos domine a crença
de que isto, embora sendo,
seja permanente.
Daniel, 1984, 229

RESUMO

Este trabalho examina a experiência e os significados de um espaço de sociabilidade de “gays” e “lésbicas” existente em São João de Meriti em 1982. Para tanto trabalhou a partir de fontes orais, iconográficas e documentais. Na construção das fontes orais me utilizei da metodologia da história oral, enquanto que no percurso de compreensão do universo em causa me baseei nos aportes teóricos fornecidos pela sociodinâmica da estigmatização de Elias e nas dinâmicas de resistência cotidiana examinadas por Certeau.

Da análise desse material ficou evidenciada não só a capacidade de protagonismo e construção de alternativas e alianças, como também o potencial criativo e lúdico entre os frequentadores. Na abordagem das redes sociais constituídas pelo segmento das homossexualidades foi possível demonstrar sua importância estratégica não apenas como provedoras de boa auto-estima, mobilidade social, mecanismos de proteção recíproca e de ampliação da consciência política, mas, sobretudo, na formação de capital social. Na observação das estruturas de poder e prestígio presentes em formas de interação entre hetero e homossexualidades, ficou evidenciada a presença de sistemas distintos de sexo e de gênero, que organizam de modos complexos não apenas as formas de interação social e práticas sexuais, mas também, a própria espacialidade. Esses sistemas distintos significam e integram de diferentes modos as diferidas expressões sociais de gênero elaboradas pelos homossexuais de ambos os sexos.

É possível, portanto, concluir que os espaços de sociabilidade de “homossexuais” representam importante instrumento político-social, capaz de estimular não somente a consciência e a participação política, mas também o associativismo, as relações sociais baseadas na confiança recíproca e no apoio mútuo. Constituem formas estratégicas para elaboração e disseminação de políticas e projetos de proteção social.

Palavras-chave: lésbicas e gays – gênero e sexo – estigmatização – resistência – proteção social – capital social.

ABSTRACT

This thesis aimed at examining the experience and meanings of a space of sociability for gays and lesbians in São João de Meriti, Brazil, in 1982. Data for this research were collected from documentary, oral and iconographic sources. Oral history, Norbert Elias' social dynamics of stigmatization and Michel de Certeaus's daily resistance ideas were the methodological and theoretical base of the study.

Data showed that those who participated in that space of sociability had strong abilities in building networks and alliances as well as ludic potential. The data also showed that the networks possessed a strategic importance as a provider of high self-esteem, social mobility, mutual protection, political consciousness and social capital. They also brought to light the existence of distinct sex and gender systems in the interaction of heterosexuals and homosexuals. Such systems were strong enough to organize both the forms of social and sexual interaction and the space itself.

We concluded that spaces of sociability for homosexuals represent an important political and social instrument capable of stimulate not only consciousness and political participation but also associativism and trust. Besides, they constitute strategic forms for the elaboration and dissemination of social protection' projects and policies.

Key words: lesbians and gays – gender and sex – stigmatization – resistance – social protection – social capital.

SUMÁRIO

DE NEBLINAS & SOMBRAS À CARTA NÁUTICA, p. 1

Nomes & territórios – Uma difícil aventura, p. 5

Pensando caminhos, demarcando itinerários, p. 10

Plano de navegação, p. 15

1 DE LENTES E PAISAGENS, p. 18

1.1 Das fontes e protagonismo em contextos populares e marginais, p. 22

1.2 Das fontes para contextos homossexuais, p. 24

1.3 A importância da fonte oral no resgate das formas de viver dos “homossexuais”, p. 28

1.3.1 Memória e pertencimento, p. 29

1.3.2 Instabilidade e “contaminação”, p. 32

1.4 Os atores / A construção das fontes, p. 33

1.5 Algumas questões metodológicas, p. 39

2 LEVANTANDO ÂNCORAS & DESENROLANDO VELAS, p. 44

2.1 O gênero & a produção da diferença, p. 44

2.1.1 A bilateralidade contextualizada dos processos, p. 48

2.1.2 Os custos sociais do medo, p. 52

2.2 Inventando o anormal, p. 56

2.2.1 Dinâmicas de integração e estigmatização da diferença de orientação sexual, p. 68

2.2.1.2 Algumas faces do mesmo, p. 69

2.2.1.2.1 O paradoxo, p. 71

2.2.1.3 Algumas faces da lua, p. 73

2.3 Engenharias & tecelagens, p. 82

2.4 Engenhos & trelas para ser, p. 85

2.4.1 O cuidado próprio, p. 89

2.4.2 O cuidado do outro, p. 105

2.4.3 O cuidado do nós, p. 107

2.4.4 “O caminho se faz ao caminhar”, p. 111

3 DESARRUMANDO FRONTEIRAS & OUSANDO JOGADAS, p. 116

3.1 Ajustando as lentes, p. 116

3.2 “Eu sou o quê?! – Eu sou uma mulher!”, p. 124

- 3.3 Sonhos comunitários, p. 138
- 3.4 Co-estrelando..., p. 140
 - 3.4.1 Marcos, p. 141
 - 3.4.2 Álvaro, p. 142
 - 3.4.3 Eleonora, p. 147
- 3.5 Uns “xis” na questão, p. 152
 - 3.5.1 Sida/Aids, p. 152
 - 3.5.2 Movimento, p. 154
 - 3.5.3 Conjugalidade, p. 159
 - 3.5.4 Entre práticas & gêneros, p. 162

4 “AI, SE MINHA MÃE DESCOBRE QUE EU TÔ AQUI DENTRO!”, p. 166

- 4.1 Abrem-se as cortinas, p. 166
- 4.2 Tensão & gargalhadas, p. 167
- 4.3 “O ambiente exige respeito”, p. 170
- 4.4 Recriando frátrias, 173
- 4.5 Um território em eterna disputa, p. 177
- 4.6 Sexo, poder, espaço & gênero: o preço da subversão, p. 180
- 4.7 Se espaiando..., p. 184
- 4.8 Cerrando as cortinas, p. 187
- 4.9 Os distintos significados, p. 189
- 4.10 Experiências semelhantes, p. 194

5 PENSANDO ANCORAGENS, p. 197

6 REFERÊNCIAS, p. 201

DE NEBLINAS & SOMBRAS À CARTA NÁUTICA E SEUS ARRECIFES¹

Este trabalho representa o reencontro com um tema antigo. Retornada ao meio universitário como graduanda em História, após mais de dez anos de conclusão de meu bacharelado em Direito, buscava capacitação em pesquisa. Possuidora de vínculo empregatício participei como voluntária na investigação da professora-doutora Rachel Soihet sobre o uso da zombaria como arma antifeminista no período entre 1960 e 1980. Ao examinar o jornal *Lampião da Esquina* que sabia incluir em sua pauta a luta feminista pela igualdade entre os gêneros, fui levada de volta ao contexto da emergência do então chamado *Movimento de Liberação Homossexual*. Revisitando o tema abordado em 1984 (Colaço, 1984), terminei me despedindo de João do Rio, quem começava a conhecer (e me apaixonar). Deixo o namoro a meio. Interrompo o apenas esboçado trabalho sobre ele para a conclusão da disciplina *Rio de Janeiro – História, cultura e política* e passo à reconstrução da existência e significado do grupo de homossexuais formado na Baixada Fluminense², entre 1979 e 1980 – o *Grupo de Atuação e Afirmação Gay* (Rodrigues, 2004). Durante o levantamento bibliográfico prévio, tive confirmada a suspeita da escassez de trabalhos abordando as homossexualidades³ em contextos populares fora da ótica vitimista (Bellini, 1987; Fry, 1982; Mícolis, 1983).

Entendendo que o número reduzido de trabalhos tematizando suas experiências concretas de protagonismo e resistência, constitui um aspecto a mais do processo de desqualificação social,

¹ Esta versão contempla, na medida dos determinantes materiais, algumas das contribuições formuladas pela Banca Examinadora, por ocasião da Defesa.

² A Baixada Fluminense integra a região metropolitana denominada Grande Rio, no Estado do Rio de Janeiro. Nos anos de 1980, sua menção genérica referia os municípios de São João de Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis e Nova Iguaçu. Após a Constituição de 1988, diversos distritos conquistaram a emancipação – Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri, Guapimirim, Seropédica. Engloba também Magé, Itaguaí e Paracambi e possui em torno de três milhões e quinhentos mil habitantes, a maioria constituinte da mão-de-obra que dinamiza a economia do município do Rio de Janeiro (antiga Guanabara). No período em exame, era representada no imaginário social exclusivamente a partir dos seus elevados índices de violência, em conjunto com os baixíssimos indicadores de desenvolvimento humano global, fatores que atuavam – e ainda atuam – como estigmatizantes sobre sua população, fruto da concepção histórica de que a pobreza resulta de uma incapacidade pessoal.

³ No intuito de balizar o terreno, registro que o meu entendimento sobre a categoria identitária “homossexual” resulta da compreensão de seu aspecto relacional e de processo sociohistórico. Inexistindo, portanto, fora do contexto de relações sociais concretas, historicamente marcadas. Essencialmente relacional, apenas subsiste na exata persistência da configuração do seu Outro (Butler, 2001, 155–156, 161) – a heterossexualidade normatizante, binária e segregadora. Ao referir às “homossexualidades”, quero demarcar o caráter múltiplo das categorias que vicejam à margem do “imperativo heterossexual” (Butler, 2001), embora algumas vezes empregue o termo “homossexual” como designativo genérico, englobando também “travestis”/“transexuais”.

apresentei projeto ao curso de mestrado em Política Social, na própria Universidade Federal Fluminense (UFF), uma vez que nesse programa constava linha de pesquisa e grupo de estudos específicos sobre homossexualidade. Buscava dar continuidade à participação no projeto de levantamento desses véus de silenciamento e invisibilidade⁴.

Propunha-me a investigar os modos de interação social de “gays” e “lésbicas” da Baixada Fluminense, oriundos/integrantes das camadas populares⁵, dentro de um recorte temporal abrangendo de 1978⁶ a 1984⁷. Constituindo região e segmento de minha origem pessoal, acreditava no automático acesso às fontes, tendo garantida, portanto, a viabilidade potencial ao projeto.

Durante os dois primeiros períodos do curso, entretanto, o contato com as condições objetivas de uma pesquisa de campo que envolve aspectos íntimos e desqualificáveis da vida dos colaboradores, os entraves de ordem material, a dificuldade em conciliar determinadas agendas e interesses, disciplinas, prazos acadêmicos e compromissos funcionais me levaram a uma delimitação mais coerente com a exeqüibilidade exigível. Redefini meu objeto para proporções mais coerentes com minhas condições objetivas e optei por um estudo de caso (Becker, 1997, 117-133), mantendo o viés metodológico da história oral.

Decidi então investigar a interação homossexual na Baixada Fluminense através de um espaço *reservado*⁸ – uma miniboate de *entendidos*⁹ – existente em 1982¹⁰ no interior de um botequim, cuja

⁴ Nesse processo, importante contribuição vem sendo fornecida pelo campo audiovisual. Remeto especialmente aos documentários apresentados no 14º Festival Mix Brasil de Cinema e Vídeo da Diversidade Sexual, entre 9/11/06 e 10/12/06 nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Niterói e Brasília, sob o patrocínio do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e co-patrocínio pela Petrobrás e pela Prefeitura de São Paulo. Seja através do *As Filhas da Chiquita*, sobre a festa que há 28 anos acontece paralela ao Círio de Nazaré (direção de Priscilla Brasil); ou do *Lady Christiny* (direção de Alexandre Lino), cantora “trans” que durante anos se exibiu e à sua voz em palcos da Lapa. Seja ainda por intermédio dos depoimentos de pedreiro, porteiro, ex-dançarina, “travesti” e empresária (*Singularidades*, de Luciano Coelho e Oficina de Vídeo do Projeto Olho Vivo de Curitiba), ou por meio das travestis devotas do Padre Cícero (*Também Sou Teu Povo*, de Franklin Lacerda e Orlando Pereira). São iniciativas que reconstróem experiências e formas de expressão cultural pessoais e coletivas em transversalidades que contemplam classe e posição, geração, religiosidade, identidade social de gênero e expressão cultural.

⁵ Embora figure no imaginário preponderantemente como “bolsão de miséria”, encontram-se na região todos os estratos socioeconômicos.

⁶ Emergência do movimento homossexual brasileiro, através da constituição do Grupo Somos/SP e da circulação do jornal carioca *Lampião da Esquina*, seus marcos fundadores.

⁷ Período antecedente ao surgimento do grupo carioca Triângulo Rosa (1985), que vai consolidar a transição para uma outra forma de atuação do movimento homossexual, já esboçada através da atuação do Grupo Gay da Bahia. Caracteriza-se pelo refluxo dos grupos organizados após o encerramento do jornal *Lampião da Esquina* e pelo início da disseminação da idéia de uma *Peste Gay*.

⁸ Espaço diferenciado, muito comum em alguns bares populares nos anos oitenta. Geralmente destinado à alimentação (salão de refeições em contraponto ao ambiente do balcão), nesta experiência constituiu-se como ambiente de freqüentação exclusiva para “homossexuais”.

⁹ Termo nativo muito usado durante as últimas décadas do século passado. Polifônico, significa tanto categoria identitária auto-atribuída, como palavra-código utilizada para reconhecimento recíproco (Rodrigues, 2004, 4 e

proprietária na ocasião se auto-identificava como lésbica e cujos principais personagens eu dispunha de algum acesso, nativa que sou. Guiava-me o entendimento de que por meio dessa experiência de convívio seria possível “examinar a lógica mais profunda do mundo social” (Bourdieu, 2005, 14-15) no tocante a esses segmentos.

Pensava conseguir, através desses informantes potenciais, acessar um número progressivamente maior de ex-freqüentadores. No entanto, o desinteresse manifesto de três significativas personagens – G. e V., que além de freqüentarem o espaço integraram redes sociais constituídas em torno de equipes de futebol feminino e do bloco carnavalesco *Bafo do Cabrito*, em Mesquita; e Lurdes, ex-integrante do Grupo de Atuação e Afirmação Gay (GAAG), (Rodrigues, 2004) e co-editora do jornalzinho que circulava entre os freqüentadores¹¹; a notícia do falecimento de outros três (Toca, Mauro e Antônia II, então companheira de Lurdes) e a não localização exata do endereço de outra

28; 2004, 18; 2006, 86–88; Gleniewicz et al, 1979; Green, 2000, 307-308; Green e Trindade, 2005; Houaiss, 2001, 1161). Green historiciza o termo no Brasil, privilegiando as acepções de seu sentido identitário presentes na bibliografia (Green, 2000, 307–308; 424–427). Ele estabelece sua origem no Brasil aproximadamente nos anos de 1950 (Green, 2000, 425), baseando-se na pesquisa de José Fábio Barbosa da Silva (Green e Trindade, 2005). No sentido de identidade seu uso encontra-se em declínio no Brasil, em decorrência do processo de visibilização das “homossexualidades”. Carrara e Ramos, em pesquisa realizada com os participantes da Parada do Orgulho no Rio em 2004, apontam o declínio relativo de seu uso como identidade auto-atribuída pelos homens e a permanência de seu uso no mesmo sentido sobretudo entre mulheres – homens, 6.4%; mulheres, 15% (Carrara e Ramos, 2005, 35–37. Na Espanha e em países da América Latina é bastante utilizado, porém mais com o sentido de palavra-código, ao lado da sinônima expressão *de ambiente* (Aliaga e Cortés, 2000, passim; Viñuales, 2000, 184; Botero, 1980, 40; Guasch, 2000, 143).

Em Portinari encontramos uma interessante reflexão acerca do “entender”: um dos processos que marca constitutivamente a homossexualidade. A necessidade, dada pela heterossexualidade paradigmática (e que por isso prescinde de explicações), de ser compreendida (entendida) pelo sujeito desejante. Sendo uma forma de sexualidade sobre a qual pesam tantas representações (ainda) negativas, “o processo de entender, desencadeado a partir do ‘então eu soube que sempre fui’, parece não ter fim.” “Trata-se com efeito de uma sexualidade que precisa ser entendida ... para que o sujeito possa constituir-se enquanto tal.” Desse modo e contrariamente à heterossexualidade que jamais se exige qualquer explicitação, o homossexual é eternamente convocado a justificar e especificar (e confessar) minuciosamente suas práticas e desejos. Ver Portinari, 1989, 70–72.

Agradeço a Maria Luiza Heilborn, por ocasião da Defesa, a indicação das duas últimas referências nacionais acima citadas.

¹⁰ Não foi possível precisar a data exata de criação do espaço ou de seu encerramento. Embora a disparidade dos relatos, tomei como marco de seu apogeu o ano de 1982, em face de eventos contextualizadores, como a Copa do Mundo e as primeiras eleições, outra vez livres, para governador no Rio de Janeiro.

Este marco pode ser comprovado através da pesquisa junto aos jornaizinhos *Boca Negra* e *Boca Livre*, que circularam entre os freqüentadores. A data inicial, contudo, permaneceu obscura. Matérias constantes no número experimental do *Boca Negra* (1ª semana de maio de 1982) levam a supor que a constituição do *reservado* teria se dado no início do ano.

¹¹ Com o prazo concedido pelo Programa para as voluntárias alterações posteriormente à Defesa, pude dar continuidade a uma investigação pendente, que resultou proveitosa. Localizados, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o jornal que circulou entre os freqüentadores (*Boca Negra*, de maio a setembro de 1982) e o único número publicado daquele que, após o encerramento do *reservado*, mas continuando o botequim, pretendia divulgar as manifestações culturais “sem apoio [governamental] ou divulgação” (*Boca Livre*, novembro de 1983), pude retificar certos registros constantes na versão anterior, além de complementar informações acerca das relações entre os freqüentadores.

(Carabina)¹², restringiram o exame da rede de relações¹³ em sua malha mais próxima à proprietária do espaço – composta pelos organizadores das atividades ali desenvolvidas e apenas uma freqüentadora que não integra o núcleo de “produção” das atividades. Mesmo tomando como referência os dinamizadores do espaço o exame revela-se pontual, na medida em que os outros dois “produtores” haviam falecido.

No entanto, no que pese o aspecto relativamente fragmentário do produto final, o exercício de reconstrução dessa experiência e seus significados, juntamente com o exame das distintas trajetórias e modos de enfrentamento da complexa realidade de vivenciar a homossexualidade em contextos populares, integra-se ao esforço global de, através do conhecimento, superar a realidade preconceituosa e segregadora.

Nomes & territórios – Uma difícil aventura

Com o início da incorporação teórica, paralelamente com a realização das primeiras entrevistas, meu olhar foi se dirigindo para a capacidade de construir alternativas, de solapar mecanismos de dominação e controle; de tecer subterrâneas alianças, instaurando um rearranjo na correlação de forças (Certeau, 2003; Desan, 2001). A imersão nas disciplinas, por outro lado, foi me sensibilizando para a função dessas redes sociais enquanto provedoras de sentido, pertença, proteção recíproca, mas, também, enquanto possibilitadoras de mobilidade social e reconhecimento (Góis, 1995, 311-314; Bérubé, 1996; Chauncey, 1994; Tamagne, 2001; Colaço, 2004).

À medida que me aprofundava nas leituras e reflexões, porém, fui me vendo tomada por uma multiplicidade de interrogações. Olhava o comentário no início do artigo de Dias sobre teoria e

¹² Em contato telefônico para o encaminhamento da cópia dos capítulos três e quatro (2006), Álvaro me noticiou o seu encontro fortuito com outra freqüentadora do espaço, S., cujo aniversário de dezoito anos resultou numa comemoração que gerou muita colaboração no jornalzinho, denotando sua estreita interação entre os principais organizadores, principalmente a proprietária.. A iminência da data da defesa, contudo, inviabilizou qualquer tentativa de localização. O período da revisão também não foi suficiente para investimentos em sua localização.

¹³ A categoria *rede* designa com mais propriedade o tipo de vínculo entre os agentes (predominantemente horizontal e marcado pela espontaneidade), tanto entre os que organizavam as atividades do *reservado*, quanto entre estes e os demais freqüentadores. Ao contrário do *grupo*, o elemento que os une não é um projeto comum ou uma consciência coletiva, mas a identificação recíproca, fundada em experiência pessoal, inexistindo a exigência de lealdade incondicional, característica das comunidades. Essa identificação recíproca se dá em função do modo como os integrantes significam esse relacionamento – no caso concreto em torno do aspecto de segredo que se reveste a “homossexualidade”. O fato de serem predominantemente horizontais as relações entre os freqüentadores não deve, contudo, ser percebido como ausentes os conflitos ou disputas por prestígio, por exemplo. Ver, entre outros: Simmel, 1983; Velho, 1981, 1999; Guimarães, 2002; Bauman, 2003; Marteleto, 2001.

método dos estudos feministas (1992, 39), referindo-se à categoria do gênero (“...trata-se de terreno minado de incertezas, saturado de controvérsias moveidças, pontuado de ambigüidades sutis que é preciso discernir, iluminar documentar, mas que resistem a definições”), e pensava comigo mesma: “Parece ter sido escrito especificamente para quem se aventure a trabalhar com a categoria da orientação sexual...”

Como dar conta desse universo que parece sempre se tornar mais fluido a cada novo investimento de conceituação das múltiplas identidades que abriga? Que se move ora apontando possibilidades para além das fronteiras compartimentalizadoras, ora recriando antigos e tão familiares limites e interdições? Como trabalhar com o máximo respeito aos agentes, cada vez mais ciosos em exigir a observância ao seu inarredável direito de autonegação, se a cada ilusão conceitual, supostamente pavimentadora das nebulosas indefinições, irrompe nova impugnação¹⁴?

A partir de qual corrente em disputa nomear os estudos? É possível contemplar todas as variantes identitárias constituídas em torno da organização do desejo erótico no designativo *estudos gays e lésbicos*? É legítimo trabalhar elegendo o designativo *orientação sexual* como definidor do campo e ao mesmo tempo manter dele excluídos os “heterossexuais”, posto que essencialmente relacional toda construção identitária (Engel, 1997, 299)¹⁵? Como pretender mantê-los fora e ao (des)abrigo de uma proposta cuja matriz política se pretendia anti-segregadora?

Como dar conta de tamanha multiplicidade, dado que nesse território práticas (atos sexuais), identidade social, papéis de gênero, corporalidade, desejo erótico e sexo biológico encontram-se mais desvinculados do que em nenhum outro (Parker, 2001, 125-150)? Como imaginar esses agentes dotados de um mesmo *habitus*¹⁶, se os encontramos também atravessados por diferenças de origem e posição, etnia, religião, geração, funcionalidade física, além das peculiaridades inerentes às variadas figurações nas quais se encontrem, seja no âmbito dos grupos ou no das redes sociais das quais participem, com suas complexas negociações (Navarro-Swain, 2000, 92)? É possível referi-los como pertencendo a uma mesma *subcultura*? O termo *homocultura* é capaz de contemplar

¹⁴ A tensão mais ativa verificável no segmento “T” dos movimentos GLBTs – transgêneros, transexuais e travestis. As críticas formuladas às restritivas categorizações biomédicas; a contestação às conceituações exógenas; as opções por um enfoque crítico e subversor das normatizações são algumas delas.

¹⁵ Entre os pontos aprovados na Plenária Final do IV Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES), realizado em 2006, está contemplada a abertura de espaço para a integração dos “heterossexuais” às discussões sobre diversidade e direitos sexuais. Ver a respeito a lista de discussão virtual do ENUDES no Yahoo.

¹⁶ Conjunto de modos de percepção; estilo de vida. São diferenciados e diferenciadores; produtores de distinção; capazes portanto de engendrar posições sociais. Têm expressão por meio de práticas, formas de conduta, princípios de visão, de classificação e hierarquização (Bourdieu, 2005, 22).

experiências como d*s *transgêner*s*¹⁷? De que maneira contemplar, no âmbito da raiz grega indicadora de igualdade (*homo*), agentes cujo relacional (ainda) se organiza marcadamente em torno do binarismo assimétrico e opositor – *masculino-feminino, ativo-passivo* (Fry, 1982, 87-113; Fry e MacRae, 1983, 40; Parker, 2002, 55-63)? As múltiplas experiências socioculturais dessa pluralidade de agentes podem ser unificadas sob um único elemento agregador (Becker, 1997, 168; Gagnon, 2006, 228; Rios, 2004, 101)? A teia de significados que tal multiplicidade elabora no interior da cultura heterossexual pode ser referida a partir de nomenclatura universalizante? Ou, antes, deve expressar sua intensa polifonia para além da supostamente agregadora prática afetivo-sexual desviante? – Desviante?! Mas como reconhecer enquanto *desviantes* inclusive aqueles que, reproduzindo a mesma lógica hegemônica, demandam inserção social pela via da assimilação pura e simples, sem questionamento das diversas assimetrias opressivas, alienantes e desqualificadoras? E como preservar no interior de tal coletivo aqueles que se movem em trânsitos identitários, recusando-se, instrumentalizados, criticamente ou não, às normatizações reinventadas (Navarro-Swain, 2000, 94)? E qual seria a precisão nominativa capaz de abarcar tanto os que buscam se construir para além do binarismo reducionista, assimétrico e opositor quanto àqueles outros que o reivindicam, reproduzindo em corpos diferentes, semelhantes ou tenaz e manipuladamente assemelhados (Navarro-Swain, 2000, 95; Machado, s/d)?

Sentia-me estimulada com as indagações presentes desde os primórdios do Movimento Homossexual Brasileiro, formuladas por Miccolis (1983, 73, 75-76)¹⁸ e Mascarenhas (*apud* Câmara,

¹⁷Embora reconheça a instabilidade essencial que envolve esse termo (ver nota anterior), adoto aqui a acepção presente em Berutti e em Cabral, de “termo guarda-chuva”, capaz de abrigar todas as insurreições ao (e, acrescento eu, reproduções do) binarismo genérico normatizador dos modos de ser, seja em termos de performances, seja enquanto identidades cristalizadas. Diversamente de Berutti, porém, que os vê enquanto uma “comunidade”, entendo-os, como Cabral, muito mais como “uma multitud de sujetos em dispersión”, que abarca desde “homens” e “mulheres” transexuais (não operad*s, pré-operad*s e pós-operad*s), “homens” e “mulheres” transgêneros (drag kings, drag queens, butches, dykes e demais taxonomias de origem estadunidense), travestis (igualmente com todas as variações, essas mais nacionais). Cf. Berutti, 2003, 55; Cabral, s/d. Para uma visão bem humorada das diversas classificações identitárias presente nos anos de 1980, ver Fatal, 1988, 37, 40-48.

¹⁸ “Uma vez me perguntaram, numa entrevista: ‘o que é ser lésbica?’, e eu respondi, sem pestanejar: ‘deve ser um ser estranho, tipo marciano. Eu nunca vi uma’. Com isso, queria questionar a divisão da mulher em lésbica e não-lésbica. Queria dizer que não existe uma raça à parte, que as pessoas são pessoas, e homossexuais ou heterossexuais são os atos que praticam, não elas em si. Um ‘ser lésbico’ ou um ‘ser heterossexual’ deve ser coisa de um outro mundo, e por mais que se pareça conosco e fale a mesma língua, será um alienígena.” [...] “A esta altura vocês pensarão: mas se ela não acredita em homossexualismo, como vai explicar a necessidade de um movimento homossexual? Se este não existe, como haver então um movimento organizado para a libertação dele? Simples: embora negando esta divisão culturalmente inventada – homossexuais/heterossexuais – justifica-se o movimento porque, se a sociedade crê nesta divisão e discrimina os primeiros, eles têm direito a se organizarem e lutarem contra os preconceitos até mesmo provindos desta divisão.”

2002, 180)¹⁹, e, na contemporaneidade da Academia, por Navarro-Swain (2001, 90-92; 2000, 95)²⁰ e Viñuales (2000, 39)²¹. E legitimada, diante das exortações de Scott, para, mesmo que de modos imperfeitos, submeter incessantemente categorias e análises aos processos de crítica e autocrítica (Scott, 1991, 13).

E, assim, seguiam-se as problematizações – além da nomeação do campo, a do próprio objeto. Pois, afinal, qual é o elemento definidor das categorias identitárias erigidas em torno da sexualidade: os atos sexuais (práticas sexuais)? A conduta social (expressão social de gênero)? A anatomia (“natural” ou biotecnologicamente construída)? A irresignação, seja ao binarismo genérico, seja à normatividade hetero ou homossexual (Cabral, s/d)? A readequação ao mesmo paradigma binário, hetero,positor (Pelúcio, 2006(b); Silva, 1993, 159)? A interdição moral? A negativa de direitos? A auto-referência? A frequência de determinada prática? Nesse caso, qual seria esse tempo instituidor? Como mensurá-lo? (Mascarenhas *apud* Câmara, 2002, 180; Navarro-Swain, 2000, 91-92).

Se aceito como válidas nomenclaturas supostamente não-estigmatizadoras como as de *HSH* e *MSM*²², como ignorar a persistência da normatividade heterossexual subjacente? Se tenho em conta as fluências verificáveis ao longo da trajetória dos atores, como não compreender as identidades nos marcos de algo dinâmico, em contínua construção, em vez de um monolito cujas margens, sempre tão estreitas, não dão conta da riqueza potencial do desejo e sensibilidade humanos?

Socorriam-me outra vez as palavras de Navarro-Swain:

¹⁹ “Estamos falando muito em homossexual. Quem é o homossexual? É o homem efeminado? É a mulher masculinizada? É aquela pessoa que se engaja exclusivamente em relações sexuais com pessoas do mesmo gênero? É aquele que algumas vezes, tem esse relacionamento com pessoa do mesmo sexo e, outras vezes, com pessoas de sexo diverso, o bissexual? O bissexual não passará de um homossexual enrustido? Qual é o número e a frequência de atos sexuais necessários para alguém ser qualificado de gay e a partir de que idade? O fato de ganhar um dinheirinho e desempenhar papel ativo torna a pessoa imune a essa etiqueta? E aquele que, por determinado período, manteve relações com pessoas do mesmo sexo e, depois, de um momento para outro, passou a manter relações exclusivamente com pessoas do sexo oposto? Como vamos enquadrá-lo? Há um prazo para a concessão do perdão, para que prescreva o título de homossexual, o rótulo infamante, e ele possa aí merecer o certificado de heterossexual?” – Trecho do pronunciamento de João Antônio de Souza Mascarenhas, na qualidade de representante do Movimento Homossexual Brasileiro, perante o Congresso Constituinte, na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, por ocasião da defesa da inclusão do termo “orientação sexual” no elenco das vedações constitucionais à discriminação. Diário da Assembléia Nacional Constituinte, 27/05/1987 *apud* Câmara, 2002, 180.

²⁰ “[...] Quem sou eu, que falo de um sexo, a partir de um sexo, de que sexualidade somos o produto? E que sexualidade produzimos, em nossas respostas às interpelações do social? [...] Dizem: os homossexuais. [...] Em que medida, entretanto, esta adoção [da categoria imposta] não irá reproduzir o esquema binário do casal, da monossexualidade, da moral corrente, das relações de poder e de dominação? Por que deveríamos aceitar que nossa identidade seja aquela ligada à sexualidade? Em que medida o ‘sexual’ é pertinente para classificar as relações entre as pessoas?”

²¹ “Como definir la homosexualidad? A partir del género, del objeto de deseo o de las prácticas sexuales?”

²² Não desconheço a importância que significou a construção de tais categorizações para efeitos de saúde pública.

Neste mundo instituído por representações, a identidade é uma ficção e a incerteza e o paradoxo são as conquistas maiores de nosso tempo para desmascarar as verdades de todos os tempos.

Identidades múltiplas, circunstanciais, deslocamentos imprevisíveis das pulsões em torno de pessoas, não de sexos definidos, assim seriam identidades múltiplas construtoras de uma nova ordem sexual. [...] De toda forma, a prática sexual nunca terá o mesmo perfil para todas, nunca responderá às mesmas expectativas, com os mesmos resultados. Quem sabe a emoção despertada possa ser um indício, emoção restrita ou plural, num outro caminho livre de definições.

Não existem respostas. Apenas um emaranhado de sentidos e representações que constituem o mundo: estratégia, opção, passagem, destino, recusa, cansaço, emoção. Cada qual seu desenho, sua fluidez. A volatilização da essência é a libertação da norma, da disciplina, da exclusão. É a disseminação da identidade que pode mudar a ordem do mundo, a ordem do Pai, a ordem do falo (Navarro-Swain, 2000, 95).

Nos rituais de confirmação e apaziguamento formado pelos encontros pós-aula com os colegas, prosseguia na monotemática: E como conciliar a gênese libertária e crítica dos movimentos homossexuais com a constatação empírica de que sua pauta nos anos pós-síndrome tem se concentrado em ações em defesa dos direitos patrimoniais decorrentes das relações de conjugalidade (Rodrigues, 2006)? Embora reconheça ser direito legítimo a exigir o devido amparo jurídico, como ignorar que sua conquista pouco representará para a concretude da vida da maioria de “gays”, “lésbicas”, “transexuais”, “travestis” e “transgêneros” que vêm aumentar na proporção da visibilidade do movimento o índice de violência física e óbitos motivados por homofobia?²³

²³ Dado o dinamismo dos movimentos de GLBTs, após a exacerbação da violência homofóbica que vitimou tantos “homossexuais” (militantes, inclusive) durante 2005, a ABGLT definiu como norte de luta para o ano de 2006 priorizar a aprovação do Projeto de Lei 5003/2001, de autoria da deputada Iara Bernardi, do Partido dos Trabalhadores. Esse projeto, ao tipificar as manifestações de homofobia, o faz, porém, a partir da modificação da lei anti-racismo em vigor, tornando-a mais abrangente. Revela uma capacidade de ação política menos fragmentária, com inegáveis ganhos em termos do fazer democrático. Como esclarece o texto da campanha eletrônica pela sua aprovação, promovida pela Associação Brasileira de [grupos e associações de] Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), o projeto “define e prevê penas para os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”.

Essa, aliás, foi a estratégia de ação sugerida ao MHB pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro, quando da consulta formulada pessoalmente em 12/05/1986 pelo grupo Triângulo Rosa à OAB/RJ. A reunião entre a comissão do Triângulo Rosa e os Conselheiros Nilo Batista e Luís Roberto Barroso tinha por objetivo discutir o encaminhamento da demanda contra o preconceito vocalizada pelo Movimento Homossexual Brasileiro já desde o Encontro Nacional do Povo Guei representante do grupo Auê/RJ (jornal Lampião da Esquina, nº 20, janeiro de 1980, p. 8). Em contexto constituinte, o movimento propunha a “inclusão da cláusula ‘orientação sexual’ na redação do dispositivo que substituirá o atual parágrafo do artigo 153” [que vedava discriminações]. Os Conselheiros da Ordem expressaram o seu entendimento de que “seria mais fácil modificar o texto de uma lei ordinária (como a Lei nº. 7.437, de 20/12/1985, de autoria do

Como conciliar aquela matriz, se nessa territorialidade também se verificam reproduções das mesmas práticas sancionadoras que garroteiam desejos e modos de ser, reinventando formas similares de normatividade? Como ignorar a tendência a uma certa manutenção e reprodução do mesmo sistema de valores?

Apropriando-me dos questionamentos de Certeau sobre os acontecimentos de maio de 1968, buscava interlocução ainda em torno de outras indagações, talvez as que mais suscitavam resistências ao serem formuladas:

– O que tamanha “ebulição, esta desordem de palavras e barricadas”, toda esta profusão de incômodos “diz a respeito de uma sociedade” [da sociedade que a produz]? O que é, afinal, “que ela esconde e espera”? Para o que de mais profundo no modo de estruturação de nossas sociedades esta “desordem”, esta insatisfação generalizada aponta? O que ela estrangula e inviabiliza? (Certeau, 2003, 12)

Ou, nos exatos termos de Butler:

“Que questionamento esse domínio excluído e abjeto [das sexualidades fora da norma] produz relativamente à hegemonia simbólica?” (Butler, 2001, 171).

Todo esse emaranhado (indagações, incertezas, imprecisões, reproduções etc) em mim repercute como a revelar a profundidade das desestabilizações instauradas pelos questionamentos e reflexões formulados por “lésbicas”, feministas, “gays”, “trans” e “intersexuais”: a superação da idéia de um agente universal racional, coerente e biologicamente determinado; da identidade inexoravelmente plasmada à corporalidade anatômica e biológica e que, por sua vez, plasmava papéis de gênero,

Senador Nelson Carneiro) do que modificar o texto da Constituição”. Cf. Benévolo, 1986, 5, arquivo pessoal da autora.

O jornal *O Globo* de 24/11/2006 traz chamada de capa para a matéria em página ímpar noticiando a aprovação do Projeto de Lei 5003/2001 na Câmara Federal, em 23/11/2006. Será remetido para exame no Senado. Caso seja aprovado sem que a superveniência de emenda constitucional para – a exemplo do crime de racismo – torná-lo inafiançável, seu potencial pedagógico tornar-se-á fragilizado. Teremos então inaugurado, na prática, dois tipos de sanção para um mesmo delito (gênero: discriminação) – uma, mais grave (espécie: racismo), sem direito à fiança e uma outra (espécie: homofobia), que, nestes termos, passa a ser tida como *de menor potencial ofensivo*, na medida em que permite o pagamento da fiança para que o réu seja processado em liberdade (Vejam-se as experiências no tocante à violência contra a mulher no âmbito dos então chamados juizados de pequenas causas).

A matéria noticia que o deputado Pastor Pedro Ribeiro, do PMDB-CE, não se conformou com a aprovação e recorreu à Comissão de Constituição e Justiça alegando irregularidade na tramitação da votação (*O Globo*, 24/11/2006, *O País*, p. 15).

práticas sexuais e orientação do desejo, todos concebidos de forma indissociada e imutável (Rubin, 1996; Viturro, s/d).

Encontramo-nos, penso eu, em um momento da História em que as categorias de pensamento e os conceitos de que dispomos se mostram incapazes de se desvincular integralmente da heterossexualidade enquanto norma, da visão binária – de gênero, sexo, corporalidade e estruturas de raciocínio. Isso dificulta a apreensão dos modos de estruturação das relações sociais e formas de construção de subjetividades em toda a sua complexidade. Mas, por outro lado, estimula o investimento de maiores esforços no sentido de seguir na busca de sua superação.

Pensando caminhos, demarcando itinerários

Dias defende uma abordagem que procure identificar a estrutura dos processos; a dinâmica das forças em ação, com suas permanências, resistências e rupturas. Também chama a atenção para o fato de que, embora os estudos feministas se movam em fluidez e abrangência excessivas, abrigam fecundas potencialidades. Estas se abrem no espaço mesmo da crise instaurada com a denúncia contra a assimetria entre os gêneros, alimentando-se de sua própria energia utópica de um devir em que as relações sociais se dêem em bases simétricas (Dias, 1992, 40-41). O que me leva outra vez a pensar nos pontos de contato entre as lutas feministas e as ditas “dos homossexuais” – os seus percursos próximos, seus antagonistas comuns. E nesse (re)pensar, comungo da crença nas possibilidades de enriquecimento recíproco dos estudos sobre as relações entre os gêneros e aqueles sobre orientação sexual, dadas as proximidades das incertezas, das dificuldades metodológicas e dos desafios que enfrentam (Góis 2003, 289-297). Historicamente tributárias daquelas, as pesquisas sobre as “homossexualidades” são atravessadas por questões que se originam no mesmo quadro de pensamento – a organização das relações e do imaginário em torno de categorias identitárias generificadas, moldadas sobre a anatomia sexual, concebidas de forma binária, assimétrica, estanque e instrumentalizadora e a-histórica.

Desse modo, entendo que examinar a experiência desse espaço de sociabilidade (Simmel, 1983, 168–181), ainda que a partir dos organizadores das suas atividades, tanto permite a discussão das formas de produção do descrédito social, quanto da capacidade de ação e resistência e a relatividade dos processos, seja de protagonismo, seja de vulnerabilização social.

A investigação sobre as relações que se constituíram a partir desse espaço, as experiências e trajetórias de seus principais organizadores, contribui para o conhecimento das formas de interação entre “homossexuais” nos segmentos populares e dos mecanismos de proteção recíproca que foram capazes de desenvolver (Góis, 1995, 311-314). No entanto, na medida em que esse exclusivo se incrustava no interior de um território historicamente marcado como “heterossexual” e androcêntrico (botequim), a tensão e o conflito se constituirão como sua marca permanente.

Examinar essa marca conflitiva que caracteriza o reservado permite pensar sobre os processos de desqualificação da diferença – suas estruturas e dinâmicas – enquanto expressão de relações sociais de poder (Elias, 2000). E, a partir daí, pensá-los enquanto modos de expressão dos sistemas de sexo e de gênero (Scott, 1991; Rubin, 1989; 1996). Em outras palavras, enquanto expressão de mecanismos de dominação que operam a partir do desejo (heteronorma) e da fixação hierarquizante de determinadas formas de expressão social/sexual como apropriadas a cada sexo biológico (papéis sociais/sexuais de gênero). Assim tomados os tensionamentos constitutivos desse espaço, é possível examinar o repertório de ação e subversão (Certeau, 2003) utilizado por seus freqüentadores para promover desestabilizações e rearranjos nas figurações onde se encontrem em posição de “dominados”.

Esse modo de olhar voltado para os aspectos políticos da tensão permite, ainda, indagar sobre a produção de capital social²⁴ nas subculturas e movimentos “homossexuais”. De modo paralelo, mas não secundário, associa-se aos esforços para a inscrição desses atores e suas ações na História – de onde têm sistematicamente sido invisibilizados (Navarro-Swain, 2000, 13-33).

Nesse percurso, serão abordados os fatores que influenciaram na construção do espaço, sua estrutura de funcionamento, as atividades ali desenvolvidas, os tipos de pessoas que o freqüentavam, as origens socioeconômicas e anteriores experiências dos principais organizadores; o conteúdo e os desdobramentos das relações ali constituídas; os mecanismos empregados pelos freqüentadores para

²⁴ Emprego o conceito de *capital social* a partir da definição trabalhada por Putnam (2005) e D’Araújo (2003). Isto é, o acervo de vínculos participativos horizontais moldados através do compromisso, da confiança e da cooperação recíproca, visando o bem coletivo. Ao contrário das visões deterministas, como os outros tipos de capital, o capital social pode ser produzido – ainda que seja tarefa que se inscreva na média e na longa duração (D’Araújo, 2003, 22). Longe de se constituir em monólito, a cultura traz em si a perene capacidade de mudança – para o melhor (com o que se estaria entrando no círculo virtuoso, de que fala Putnam) ou para o pior (o “vicioso”). Essa potencialidade dinâmica permite ações interventivas tendentes à construção, fortalecimento e disseminação de sistemas de ações pautadas em regras de confiança recíproca. Tais ações podem ser viabilizadas seja através de políticas públicas, seja por meio de iniciativas em esferas mais microscópicas, mas que possuem capacidade multiplicativa, dada sua característica de aumentar mediante o uso e diminuir com o desuso.

dar conta da constante tensão oriunda do manejo do segredo constitutivo de suas práticas e identidades sexuais e das experiências concretas de violência, decorrentes da infração ao paradigma heterossexual e às normas de gênero; os efeitos do constante perigo da revelação desse segredo; as relações que os clientes do *reservado* estabelecem com os fregueses do botequim e com as pessoas do entorno; o significado daquela experiência para os colaboradores (Becker, 1997, 118, 120, 122, 163, 168; Bourdieu, 2005, 14-15).

Para o cumprimento desse itinerário, meu olhar vai complementadas pela teoria da roteirização sexual, de Gagnon, embora ele registre não ter realizado o seu emprego no exame de cenários lésbicos. No entanto, tendo em vista tratar-se de um espaço misto e misto o conjunto de informantes, além do fato de a principal personagem apresentar trânsitos na sua identidade sexual, a proposta teórica de Gagnon contribui no entendimento de suas migrações entre os dois cenários sociais/sexuais.

Além de ressaltar a historicidade das práticas (os atos) sexuais e das conformações dos gêneros, das identidades e, de resto, de todas as formas de expressão sociais, a teoria da roteirização incorpora a noção de conflito como componente indissociável das relações sociais, devido à “natureza problemática das interações” (Gagnon, 2006, 224). Esse autor também destaca o caráter histórico dos instrumentos teóricos que as analisam, bem como sua capacidade de influenciar e serem influenciadas pelo mundo social. No entanto, o reconhecimento desse caráter conflitual, para ele, não significa afirmar que determinado conjunto de prescrições sobre a sexualidade (cenários culturais da sexualidade) possa exercer um poder hegemônico, em sua visão, impossível de se opor resistência. Concebendo dessa forma a hegemonia (enquanto dominação absoluta), Gagnon contesta a sua ocorrência, dado que, segundo ele, a incessante disputa (as tensões e conflitos de que fala Elias) entre segmentos e atores na disseminação de suas próprias normatizações (cenários) impede que qualquer deles consiga estabelecer um controle absoluto dos cenários sexuais “da maioria das sociedades do Ocidente”. (Gagnon, 2006, 225)²⁵. Ressalvada a acepção em que Gagnon

²⁵ Segundo Gagnon, as condutas – sexuais ou sociais – são estruturadas a partir de uma roteirização, um “esquema cognitivo organizado”, cujo aprendizado é necessário para que se dê o reconhecimento/decodificação das ações, discursos, atitudes, vestimentas, gestuais e mesmo estados mentais, como portadores de conteúdo, no caso, sexual (Gagnon, 2006, 218-220, 244). Na sua concepção, esses conjuntos de instruções (roteiros) operam em três níveis – o intrapsíquico, o interpessoal e o cultural – e atuam de forma integrada e dinâmica.

Para este autor, o processo de socialização envolve fases como a de espectador (ou aprendiz dos cenários/roteiros culturais), a de ator puro (ao se limitar a “ler o seu texto”) e a de improvisador (ao adequar sua atuação de modo a adequá-la às exigências dos contextos nos quais se encontra inserido (as demandas do outro). Nas práticas das múltiplas relações sociais nas quais se localiza, o indivíduo é concebido enquanto platéia, crítico e revisor (na interface vida mental & cultura). Já no aspecto da interação social & vida mental, é agente, crítico e dramaturgo; e no recesso da vida mental,

emprega o termo hegemonia, também Elias tem uma visão do poder enquanto conflito. Ainda que dos seus mecanismos não cuide, reconhece a perene presença de ações de resistência nas dinâmicas de desqualificação.

Embora Elias trabalhe com noções como conflito e tensão – que pressupõem resistência – e reconheça explicitamente as dinâmicas presentes na figuração estabelecido x segregado como “lutas para modificar o equilíbrio de poder”, compostas de “pressões tácitas” ou ações abertas “no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior”, elas não fazem parte de seu foco analítico.

Ele ressalta que essas lutas “podem ir desde os cabos-de-guerra silenciosos que se ocultam sob a cooperação rotineira entre os dois grupos, num contexto de desigualdades instituídas, até as lutas francas pela mudança ...”, No entanto, efetivamente, examinar os modos de subverter as situações de dissimetria encontra-se fora de seus objetivos, concentrado nos processos de estigmatização e incorporação dessa estigmatização (Elias, 2000, 37).

Por conta disso, as táticas e estratégias, o vasto elenco elaborado para subverter e desestabilizar o volume de poder que, nas figurações relatadas pelos colaboradores, tende a posicioná-los como “inferiores”, serão examinados a partir de Certeau – que também vê os sujeitos como atores e autores de operações conjunturais (Certeau, 2003, 82). Através dele é possível compreender as formas de apropriação de espaço no território do Outro, o vasto repertório empregado pelos “dominados” para se apropriar dos mesmos códigos da ordem dominante e subvertê-los, escapando por dentro.

Trabalhar com a categoria do gênero e com a noção de sistemas de sexo e de gênero desenvolvida por Gayle Rubin, permite desnaturalizar a heterossexualidade (Rubin 1989, 113-190; 1996, 35-96; Rubin com Butler, 2003, 157-209; Butler, 1999, 155–167; Butler, 2001, 153–172; Butler, 2001, 113-172; Navarro-Swain, 2001, 89 e ss). Por outro lado, o exame das formas de atribuição da noção de desvalor sobre elementos de diferenciação, possibilita discutir sobre os distintos modos de recepção das homossexualidades.

ele atua como “fantasista, memorialista e utopista (ou antiutopista), trabalhando com os materiais da interação e da cultura a fim de criar alternativas inovadoras para os cenários culturais dados e os padrões contemporâneos de interação” (Gagnon, 2006, 226). As prescrições acerca de cada papel social específico são definidas como narrativas e, segundo seu entendimento, são elas que possibilitam ao ator a entrada, o exercício e a saída de cada um dos papéis. Segundo ele, mesmo nas “situações radicalmente inéditas”, vamos inventando à medida que avançamos, porém o fazemos a partir do “material roteirizado previamente disponível, e não de forma [completamente] inédita” (Gagnon, 2006, 223, 225-227).

Já para o exame dos aspectos de provimento de sentido e pertença, presentes naquela rede de relações e decorrentes dos processos de identificação, é necessário que explicita a noção de *proteção social* com a qual estarei trabalhando.

Incorporando e ampliando as propostas conceituais elaboradas por Costa (apud Freitas, 2002, 93) e Góis (1995, 312), entendo *proteção social* enquanto ações e políticas sociais de cuidado. Podem ser emanadas de sujeitos individuais ou coletivos, de iniciativa espontânea ou planejada, de caráter público ou privado, verticais ou horizontalmente organizadas. Objetivam a minimização dos efeitos de contextos fragilizantes. É a partir dessa compreensão que buscarei identificar os distintos mecanismos construídos por esses agentes para lidar com situações de vulnerabilidade relativa.

Destaco, porém, que no tocante aos suportes teóricos, compartilho da noção de Gagnon, para quem “as teorias são [apenas] sistemas ideais de crença, provisoriamente aceitos [reconhecidos, validados] por uma comunidade de atores que exploram seus pontos de contato com o mundo. Constituem um mapa que deseja transformar o mundo, mas que continua a ser um mapa (...)”. (Gagnon, 2006, 213). Também impõe dizer que, por maior que seja o esforço no sentido da objetividade, o produto final é forçosamente localizado e transitório, ainda que impregnado por múltiplas co-autorias, as quais, igualmente convém recordar, nenhuma responsabilidade lhes cabe com o uso que aqui é feito de suas contribuições.

Plano de navegação

Para cumprimento do proposto, a sistematização dos capítulos segue uma estrutura de desenvolvimento que respeita a discricionariedade do leitor . Embora organizado a partir de um percurso teórico bem demarcado (capítulos 1 e 2), aquele mais ansioso e/ou mais interessado pela parte “etnográfica” poderá seguir direto para a apresentação dos personagens e suas trajetórias (capítulo 3) ou ir primeiro para a experiência concreta do *reservado* (capítulo 4), retornando ou não para qualquer deles, conforme seja de seu agrado.

Assim, no primeiro capítulo cuido do exame das fontes para contextos populares e marginais, das fontes para contextos “homossexuais”, dos modos de constituição da memória, do processo de construção das fontes orais e de alguns aspectos metodológicos. No capítulo dois examino a dinâmica de transformação da diferença em noção

estigmatizante e as experiências históricas de cuidado elaboradas pelos “homossexuais”. Algumas questões informam aquele exame: Quais os fatores que convertem a busca caracteristicamente humana por prestígio e distinção em mecanismos desqualificadores? Como eles se manifestam através do gênero, do sexo e da orientação sexual? De que forma essa dinâmica de desqualificação, que é, também, distintiva, ou seja, diferenciadora, opera em diferentes contextos – por exemplo, no âmbito do movimento homossexual, nos terreiros de candomblé e nos segmentos intelectualizados? Qual a contribuição da dissimetria de poder e da escassa produção de capital social nesse processo?

No sentido de melhor apresentar as distintas formas de cuidado verificáveis na história recente e disponível dos modos de interação dos “homossexuais”, proponho uma seqüência de estágios baseada em uma tipologia que denomino de *cuidado próprio*, *cuidado do outro* e *cuidado do nós*. Esta categorização tem o único objetivo de facilitar a exposição, vez que as ações sociais concretas se desenrolam em processos interligados.

Examinando essas experiências de segregação e as formas de respostas apresentadas, foi possível constatar que os primeiros mecanismos de proteção desenvolvidos consistiam ações espontâneas, descontínuas e informais. Foram tornadas possíveis através do contato social travado em ambientes privados (residências particulares) ou comerciais (“casas de encontros”, casas de banhos, banheiros públicos, bares e boates *entendidas*) que tinham como objetivo a satisfação das necessidades básicas e recíprocas não apenas de sexo, mas também de vínculos sociais e identificação, construindo-se, assim, um sentido de pertença.

A segunda fase pode ser informada como aquelas iniciativas, também espontâneas, no âmbito da solidariedade e assistência, característica dos primeiros tempos da epidemia da Sida/Aids. A grande mudança consiste no voltar-se para o outro, desenvolvendo ações de caráter social. São também espontâneas, autocusteadas e de iniciativa individual (pessoa ou grupo), mas dão início à ocupação de espaços políticos na esfera pública, embora com um viés não-institucionalizado.

A terceira é marcada pelo aprofundamento de uma consciência coletiva. São ações planejadas e executadas a partir da associação entre ativistas, profissionais técnicos, acadêmicos e parlamentares, contando já com fontes de custeio via instituições privadas (internacionais) e públicas (nacionais). São criados, ampliados e institucionalizados serviços, ações e projetos de redução de danos na esfera biopsicossocial desses atores, verificando-se um processo de capacitação da militância.

O capítulo terceiro introduz a região geográfica em seu contexto sociohistórico e os principais organizadores das atividades do *reservado*. São apresentadas suas trajetórias e os acontecimentos mais destacados com os quais se depararam e aos quais apresentaram respostas. Falam de suas dúvidas e temores, descobertas e paixões; sobre os modos de conviver com a ameaça de desqualificação social; os custos pessoais na administração da clandestinidade de suas formas de afeto e desejo; o impacto da Sida/Aids, a importância do movimento homossexual e do projeto de parceria civil.

O quarto capítulo cuida precisamente da sociabilidade constituída no interior do *reservado* e em torno de sua proprietária. São examinadas as atividades produzidas e os seus significados para os colaboradores. A função social daquele espaço de convivência *entre iguais* e os desdobramentos das atividades ali organizadas – em termos de produção de sentido, expressão artístico-cultural; de modificação na trajetória de vida e da viabilização de mobilidade social.

Como já ressaltado, a metodologia empregada é a da história oral, com as fontes construídas segundo a técnica mista – história de vida e questões temáticas. O eixo da narrativa parte da trajetória de vida da proprietária do estabelecimento e viabilizadora do espaço. Esta opção justifica-se por sua posição referencial na constituição da rede, por seus sucessivos trânsitos através das fronteiras de orientação e identidade sexuais, dos diversos arranjos familiares que protagoniza, bem como pela sua capacidade de resposta a contextos adversos. O meu objetivo é também examinar tensionamentos e dinâmicas de desqualificação presentes nas figurações estabelecidas entre a proprietária, seus amigos/fregueses homossexuais e seus fregueses e vizinhos heterossexuais e as *táticas* e *astúcias* que foram capazes de elaborar no enfrentamento de situações estigmatizantes e assimétricas (Certeau, 2003).

Como nos demais segmentos relativamente vulneráveis, alternam-se dinâmicas vitimizadoras e práticas assertivas, reativas e inventivas. O fato de reconhecer-lhes capacidade de construção de respostas, de solapar assimetrias opressoras, muitas vezes através do deboche, da derrisão e de uma ousada criatividade, capaz inclusive da tecitura de alianças insuspeitas, não elide o reconhecimento e a abordagem das dinâmicas segregacionistas, muitas vezes letais, de que são alvo. Elas ainda compõem a realidade da vida da maioria dos integrantes desses segmentos, embora muitas vezes seja difícil sua apreensão e exame em contexto cultural marcadamente ambíguo, paradoxal e caleidoscópico como o nosso (Chauí, DaMatta, 1997, 187–248; Lessa, 2000; Silva, 2003; Trevisan, 1986, 24–34; 2001; Vaz, 2005).

Finalizando, esclareço que o datalhamento nas notas resulta de uma opção consciente, fruto da proposta de dialogar também com o leitor não especializado e de pouco acesso a tais registros. Quer também funcionar como elemento de “sedução”, de estímulo a esse leitor, para que vá em busca de informações adicionais. Também aqui é livre o leitor para ignorá-las, caso assim prefira.

1 DE LENTES E PAISAGENS – Fontes, Protagonismo e Memória; Gênero & Produção da Diferença

Ao longo das últimas três décadas no Brasil, a exemplo de outros países, viu-se um notável processo de protagonismo social e político por parte dos ditos “homossexuais” (“gays” e “lésbicas”), “bissexuais”, “travestis” e “transexuais”. Diante do recrudescimento da estigmatização desencadeado com a emergência da pandemia da Sida/Aids, portadores de tais identidades sociohistóricas foram capazes de construir respostas eficazes ao processo de satanização de suas pessoas, promovido com o imaginário de peste (*peste gay*) que se construía, disseminado e cristalizado muito graças à atuação de irresponsáveis profissionais da imprensa. Foi um formidável

percurso, se levarmos em consideração a historicamente escassa produção de capital social²⁶ em nossa sociedade. Mais ainda se considerarmos o contexto de neoliberalismo, com a exacerbação exponencial de um individualismo predatório e suicida.

A capacidade de resposta se desdobra em duas vertentes. Por um lado, ampliou e consolidou a força dos movimentos político-sociais que haviam sido deflagrados em fins da década de 1970. Por outro, gerou ações interventivas construídas pelos próprios agentes, com vistas à redução das suas vulnerabilidades relativas.

No entanto, embora tenham realizado significativo trânsito tanto nas próprias autopercepções como, em consequência, nas formas através das quais eram vistos, ainda são observadas intensas continuidades nas representações desqualificadoras a partir das quais ainda são percebidos.

De um lado, campos tradicionalmente refratários como o Judiciário e o Executivo, vêm demonstrando o reconhecimento de que a desqualificação e a interdição dos direitos de segmentos da sociedade, em razão de suas maneiras de expressar o gênero, o afeto e o desejo fora das normas heterossexistas, negam eficácia aos princípios basilares da sociedade, fixados constitucionalmente²⁷.

²⁶ Há em curso no Brasil diversas experiências produtoras de capital social. Do Banco Palmas (Mance, 2003, 119-121), passando pela Associação de Catadoras de Babaçu, até o Projeto Gurizada, do Nuances (Pocahy, 2006), múltiplas são as experiências que demonstram nossa capacidade de suplantar o pseudo determinismo do passado histórico nacional, construindo práticas sociais cooperativas pautadas no compromisso recíproco e na confiabilidade.

²⁷ Essa mudança pode ser ilustrada, na esfera penal, através da forma do Judiciário de primeira instância abordar a homossexualidade. Tomemos as sentenças prolatadas nos casos Chrysóstomo, no ano de 1982, e Édson Nêris, em 2001. No primeiro, o fato de ser um homossexual que ousa se afirmar enquanto portador dos mesmos direitos que qualquer indivíduo, tornou-se de *per si* elemento do suposto crime de violência sexual contra a menor sob sua guarda. Sua orientação erótico-afetiva e a consciência de seus direitos tornavam-se, assim, motivos justificadores da imposição de medida de segurança (prisão preventiva), aplicação da pena pelo máximo e denegações sucessivas aos pedidos de *habeas corpus*, sem que houvesse qualquer prova do suposto delito. No segundo, além de condenar dois dos 18 denunciados por espancar até a morte um “homossexual” pelo simples fato de caminhar de mãos dadas com o seu namorado em um parque público da cidade de São Paulo, foi destacado no próprio corpo da sentença condenatória, o direito que tem o “homossexual” de ir e vir com liberdade, como qualquer outra pessoa.

Também pela atuação do Ministério Público pode-se acompanhar essa modificação. Enquanto no caso Chrysóstomo a Promotoria se empenhava vigorosamente na representação da homossexualidade do acusado como condição necessária ao crime, utilizando como “prova” um exemplar do jornal *Lampião da Esquina*, atualmente se constitui em uma das nossas mais admiráveis instituições democráticas, diligente e comprometida com a realização dos princípios de inclusão e equidade insculpidos na Constituição da República, coibindo manifestações e exortações preconceituosas, seja por parte de jornalistas e apresentadores de televisão, seja de quem seja, dando estreito cumprimento às diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia, construção desses agentes historicamente estigmatizados.

Nas esferas civil e previdenciária igualmente se tem observado um crescendo nos julgados reconhecendo direitos decorrentes da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo. Na esfera dos direitos da pessoa, igualmente se observa uma tendência a reconhecer o direito à identidade de gênero descolada da anatomia corporal; ainda que lenta e resistindo em se afastar das visões patologizantes e mutiladoras. Cf. Chrysóstomo, 1983; http://www.undp.org.br/unifem/mariamaria/ano3_n3/textos/flagrantedelito.rtf; Dias, 2003 e 2001; Souza, 2003.

De outro, segmentos conservadores do Legislativo²⁸ têm se empenhado em elidir seus esforços por equidade, sob acusações seja de degenerescência moral, seja de contrariedade “à natureza”, seja de enfermidade psíquica²⁹ Esse tensionamento é observável igualmente através do aumento nos índices da violência homofóbica (Merlino, 2006) e sua crueldade peculiar, praticada sobretudo nos ambientes público, doméstico e educacional – 58,5%, 15,1% e 10,0% respectivamente (Carrara e Ramos, 2005, 92); da continuidade do descaso na investigação e no julgamento de crimes cujas vítimas sejam “homossexuais”, “lésbicas”, “travestis”, “transexuais” ou “transgêneros”.

²⁸ Desde a primeira grande luta dos movimentos homossexuais no campo normativo os chamados parlamentares evangélicos (mas não apenas) têm buscado impedir que os “homossexuais” conquistem a cidadania plena no Brasil. Como revide à luta do Movimento Homossexual Brasileiro durante o Congresso Constituinte em 1986 para incluir expressamente no texto constitucional a proibição de discriminação por motivo de orientação sexual, fizeram incluir, no texto da Constituição, o parágrafo 3º ao artigo 226. Ali, definindo como família apenas a união de um homem e uma mulher, se preveniam quanto a futuras reivindicações, conforme expressamente declarado por diversos parlamentares em suas manifestações orais. Para ilustrar, transcrevo trecho de uma dessas manifestações: De autoria do deputado Salatiel Carvalho, do PFL/PE: “(...) eu vejo até que isso [a extensão da proteção contra discriminação aos “homossexuais”] é uma porta aberta para que no futuro os grupos homossexuais possam reivindicar, exatamente, os mesmos direitos do homem e da mulher, os mesmos direitos, inclusive, da própria família e aí, talvez, seja até uma porta aberta para que tenhamos no futuro, por que não, a legalização de uniões homossexuais, já que nossa Constituição vai dar cobertura, exatamente, a que ninguém será prejudicado por orientação sexual. (...) Eu vejo essa solicitação também como um passo inicial para que possamos, amanhã ou depois, inclusive, ter um confronto com as próprias leis, com as próprias normas que vão definir a preservação da moral, da ética, dos bons costumes. Até porque, amanhã ou depois, nos próprios meios de comunicação, ou em qualquer aspecto em que os homossexuais se sentirem prejudicados, eles terão cobertura constitucional para garantir que seus direitos sejam respeitados.” Cf. Diário da Assembléia Nacional Constituinte, 24/07/1987 apud Câmara, 2002, 119-120, grifei.) Este mesmo deputado cioso da ética, da moral e dos bons costumes, pautou sua vida parlamentar pelo chamado fisiologismo. Primeiro vice-presidente da Confederação Evangélica do Brasil, era oriundo da Assembléia de Deus e membro do PFL de Pernambuco. Não tendo obtido êxito em suas investidas para ser nomeado Diretor Administrativo das Centrais Elétricas do São Francisco (Chesf), ao receber a resposta negativa, ameaçou votar contra a emenda dos cinco anos para Sarney. Como permaneceu sem ser nomeado, abandonou o partido, migrando para o PP. Segundo o Jornal do Brasil, se tivesse sido nomeado, “seria a sua quarta nomeação para cargos em órgãos do governo federal em Pernambuco desde o início da Constituinte.” (“As indulgências plenárias”. *Jornal do Brasil*, Caderno B/Especial, 07/08/88, p. 5 apud Mascarenhas, 1998, p. 57). A nota obtida por este deputado na classificação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, DIAP, foi 6,75 Ressalte-se que o DIAP não incluiu a reivindicação dos “homossexuais” entre os temas através dos quais a atuação do parlamentar foi avaliada. Foi reeleito. (Mascarenhas, 1998, 20-2152, 85, 99. Agradeço a equipe do setor de documentação da Abia o acesso a esta fonte que posteriormente tive a alegria de adquirir).

²⁹ Durante a campanha no segundo turno das eleições de 2006, o direito dos “homossexuais” à isonomia civil virou moeda de troca. O candidato ao governo do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, integrante da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual desde que foi constituída, em 2003, aceitou a exigência do candidato derrotado Marcelo Crivella, representante da Igreja Universal do Reino de Deus. Em troca de seu apoio político, retirou o projeto de emenda constitucional que tramitava no Senado objetivando a modificação do parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição da República. O projeto de emenda formulado por Cabral (PEC 70/2003) visava possibilitar o reconhecimento das conjugalidades homoafetivas. Ver: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/pdf/05102006/30371.pdf>;

Esse percurso de visibilidade ascendente da *questão homossexual*³⁰ é acompanhado por uma dinamização no interesse de pesquisadores. Essa sensibilização pode ser emoldurada através de alguns exemplos: a publicação pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), do Instituto de Medicina Social da UERJ, da coleção *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, englobando três séries: *Homossexualidade e Cultura*; *Sexualidade e Gênero nas Ciências Sociais*; e *Sexualidade em Debate*; e da coleção *Documentos* (que socializa a produção de diagnósticos e panoramas; a constituição da Associação Brasileira dos Estudos da Homocultura (ABEH), que no ano de 2006 realizou o seu terceiro congresso³¹; a constituição, em 2004, da rede *Parveria Civil, Conjugalidades e Homoparentalidade no Brasil?*, formada por pesquisadores de diversas áreas e instituições; o dossiê organizado e publicado no segundo semestre de 2003 da revista *Gênero*, do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG), da Universidade Federal Fluminense (UFF) (v. 4, n. 1); as abordagens que tem merecido da publicação eletrônica *Labrys – estudos feministas*, do Grupo de Estudos Feministas (GEFEM), do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) três Encontros de Pesquisadores Universitários: Literatura e Homoerotismo, promovidos pelo Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Vários outros exemplos poderiam ainda ser referidos.

Dentre os recortes que o tema vem sendo abordado, poderia citar, de forma também apenas ilustrativa: os modos de interação social (Parker, 2002; Green, 2000; Green e Trindade, 2005; Guimarães, 2004(1977)³²; Heilborn, 2004; Morando, 2006; Oliveira, 2006; Oliveira, 1996; Silva, 2005(1958)); a luta por equidade de direitos (Andrade, 2006; Câmara, 2002(1993); Dias, 2003; 2001; Facchini, 2006 e 2005; MacRae, 1990(1986); Mello, 2006; Oliveira, 2006(a) e 2006(b); Pelúcio, 2006(a); Rios, 2002; 2001; Santos, 2006; Saraiva, 2006; Sousa Neto, 2006; Souza et al, 2003; Talavera, 2004; Uziel, 2006); a preocupação teórico-metodológica (Bento, 2006; Lugarinho, 2006; Morando, 2006; Navarro-Swain, 2001; Prado, 2006; Teixeira, 2006). Ou ainda a construção identitária (Anjos, 2000; Benedetti, 2005; Bento, 2006; Heilborn, 1996; Silva, 1993; Navarro-Swain, 2001; 2000; 1999); a reconstrução histórica (Bellini, 1987; Green, 2000; Green e Polito, 2006; Mott, 1994; 1999; 1985; 1982; Trevisan, 2000(1986)); Vainfas, 2005; 2005(a); 2004; 1992; 1989); ou a

³⁰ Há que se recordar que a *questão homossexual* emerge no âmbito de uma cidadania diferenciada. Marcada pela desqualificação social e violências múltiplas, muitas vezes levando a óbito, é relacional e histórica. Sua existência e continuidade se sustentam na exata medida da permanência das figurações atuais, vincadas tanto pela *dupla moral* e pela indiferença, quanto pela intolerância fóbica.

³¹ <http://www.fafich.ufmg.br/~abeh/2006/index.html>.

³² A datação em parêntesis, mais antiga, destaca a primeira apresentação de alguns dos trabalhos (os mais remotos), seja como defesa acadêmica da pesquisa, ou primeira edição da publicação, conforme o caso.

religiosidade (Birman, 1995; Landes, 2002(1947); Rios, 2004; 2004(a); 2004(b)); literatura (Facco, 2004; Facco e Lima, 2004; Santos, 2000; 2003; 2003(a); Lopes, 2002; Faury, 1984). Mesmo as múltiplas manifestações de sua expressão cultural começam a merecer constituição como um relevante objeto de pesquisa (Morando, 2006; Costa Filho, 2006).

Outro recorte que vem ganhando relevo trata-se da interseção das homossexualidades com a educação – até como consequência do temário fixado no Programa Brasil sem Homofobia. Assim, observam-se investigações sobre os modos da escola lidar com a homossexualidade de seus jovens alunos (Granúzzio, 2006; Nogueira, 2006; Ramires Neto, 2006; Silva, 2006). No recorte de classe e posição, contudo, os estudos têm se concentrado nos setores médios e médios-altos. Pesquisas envolvendo os segmentos “populares” ainda são comparativamente reduzidas.

Contudo, trabalhar o tema nos estratos “populares” desde uma perspectiva histórica envolve a reconhecida escassez de fontes para esses segmentos. Aspecto que se aprofunda por envolver aspectos desqualificáveis da biografia dos atores sociais.

1.1 Das fontes e protagonismo em contextos populares e marginais

Reconhecendo a escassez de fontes para os contextos populares, Ginzburg observa que as disponíveis são indiretas, na medida em que escritas. Além do mais suas autorias freqüentemente é constituída por autores “abertamente ligados à cultura dominante”. Fato que tornaria deformados “pensamentos, crenças, esperanças” dos integrantes “das classes subalternas” (2003, 15-17). No entanto, destaca, não é em razão de serem mediações que deverão ser descartadas. Como ele mesmo adverte, “nem mesmo um inventário é ‘objetivo’” (2003, 20). E, a se tomar ao pé da letra semelhante entrave, nenhum procedimento interpretativo seria possível, pois todos implicariam de algum modo uma outra mediação, um outro filtro igualmente deformador. Além do mais, até a suposta pureza da memória autoproduzida resulta de filtros, de um processo seletivo todo próprio (Halbwachs, 2004; Portelli, 2002).

Ginzburg também discute a legitimidade de se pesquisar a partir de um único ator social como representativo de segmento ou contexto. Problematiza a importância que pode ter, em um espectro geral, idéias e crenças de um indivíduo em relação aos outros de seu próprio segmento. E aí ressalta a legitimidade de se estender “às classes mais baixas o conceito histórico de indivíduo”, de reconhecer nelas a igual capacidade de produzir personalidades individuais representativas, capazes

de fornecer ricas informações sobre “um estrato social inteiro num determinado período histórico.” Em continuidade, defende e demonstra a importância de se trabalhar tanto com indivíduos representativos de uma coletividade quanto os singulares, lembrando que mesmo esta singularidade não é forjada senão nos limites de um quadro estrutural muito determinado em termos de tempo e localização espaço-social – a cultura –, devendo por isso ser relativizada (2003, 24-25).

Tais contornos estruturais Ginzburg denomina de “jaula flexível”, para destacar a um tempo o molde e a possibilidade de negociação de suas regras, o alargamento de suas fronteiras (Ginzburg, 2003, 25). Durante longo tempo essa moldura estrutural foi concebida como imobilizadora. Essa perspectiva determinista produziu leituras dos segmentos populares enquanto indivíduos assujeitados, vítimas incapazes de qualquer protagonismo.

Uma concepção mais atualizada, no entanto, tem cuidado de demonstrar que, embora submetidos a uma correlação de forças marcadamente desigual, muitos são capazes de desenvolver mecanismos de ação e reação. Elaboram respostas – ousadas, inventivas – conquistando espaços, impondo um rearranjo na configuração das forças nos contextos onde se vêem inseridos.

A percepção desse protagonismo, no entanto, não significa minimizar ou suprimir os efeitos nocivos produzidos pelos mecanismos concretos e cotidianos de dominação, sejam eles quais forem. Antes, mostrar modos de ação não conformista de que são capazes. Esta a perspectiva tanto de Ginzburg (2003), quanto de Certeau (2003). Também a de Soihet (1989), Rago (1997), entre outros.

Ginzburg examina a forma que um integrante das “classes subalternas” (um moleiro italiano do século XVI) tem de interpretar os conteúdos dos livros aos quais tem acesso. Ao compreender como as idéias de Menocchio foram produzidas a partir de seu contato com dois distintos sistemas de significados, Ginzburg estabelece uma ligação com a pesquisa que Bakhtin empreendera para compreender a cultura popular por intermédio da obra de Rabelais, um integrante das classes dominantes (Vainfas, 2002, 61-61; Bakhtin, 2002, 10). Bakhtin, preocupado em observar as diferenças entre as classes expressas nas manifestações culturais, explicitou suas idéias sobre a circularidade da cultura, mas apenas incidentalmente, sem transformá-las em sua tese principal: “Sempre houve entre os dois cânones [o grotesco e o clássico] muitas formas de interação: luta, influências recíprocas, entrecruzamentos e combinações. [...] No quadro do nosso estudo, o mais importante é a diferença capital entre os dois cânones na sua expressão pura e sobre ela focalizaremos nossa atenção.” (Bakhtin, 2002, 27). Ginzburg, a partir daí e dos achados em sua

própria pesquisa, pode então explicitá-la como uma hipótese geral (Vainfas, 2002): Ao invés de estanques, na realidade o que se observa é o “influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica”. Um movimento “feito de trocas recíprocas”, “fecundas” e “subterrâneas, em ambas as direções”, a se mover “de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (Ginzburg 2003, 20, 12, 201).

Certeau, de seu lado, explicita o potencial criativo do humano, sua capacidade de construir respostas, de solapar estratégias de dominação e controle por meio de práticas subversoras elaboradas pela massa tida como dócil, obediente e domesticável, nas mais diversas esferas da vida cotidiana (Certeau, 2003).

Soihet (1989) analisa os modos de ação e reação de mulheres populares a situações de opressão e denuncia a estrutura mais global da dominação entre os gêneros. Ela questiona ainda, nessa pesquisa, os estereótipos ancestrais cristalizados sobre os sexos biológicos, demonstrando a fragilidade das visões estanques que atribuem “as qualidades passivas como resignação, paciência, fragilidade, emocionalidade e as qualidades ativas como força, dinamismo, ... , respectivamente, [a]o feminino e [a]o masculino.” Produzida em 1986, traz as marcas do momento de mudança paradigmática decorrente das novas abordagens produzidas pelo movimento da “nova história”, tematizando a micro-análise, os segmentos “especialmente esquecidos – as mulheres trabalhadoras, as prostitutas, os homossexuais, as criminosas etc.”, incorporando a ruptura epistemológica introduzida com a crítica feminista de refutação do sujeito universal, priorizando o caráter relacional dos gêneros.

1.2 Das fontes para contextos homossexuais

Autos de processos (inquisitoriais e judiciários), registros cartoriais e eclesiásticos, passando pelos inquéritos policiais, prontuários de instituições manicomiais e médicas, estes têm se constituído as fontes privilegiadas, na busca do resgate dos modos de agir e representar o mundo dos segmentos subalternos, reflexo de sua oralidade característica. Também para o resgate das formas de viver dos “homossexuais” brasileiros fora da ótica médica, tem-se recorrido a fontes semelhantes. Os acervos audiovisuais, literários, teatrais, jornalísticos, iconográficos e pessoais – como cartas e diários – igualmente são fontes privilegiadas.

A sociologia, a história e a etnografia têm produzido um número crescente de trabalhos. Precursoras foram as investigações documentando a presença de sodomitas de ambos os sexos no

Brasil Colonial, campo onde se destacam o antropólogo Luiz Mott e os historiadores Ronaldo Vainfas e Ligia Bellini, o primeiro com extensa produção bibliográfica sobre o tema.

Se Bellini examina, através dos processos abertos pelo Santo Ofício contra mulheres acusadas de sodomia (práticas eróticas entre si) (Bellini, 1989), Carrara utiliza a mesma tipologia de fontes para examinar a vitimização de homossexuais no Rio de Janeiro nos anos de 1980 a partir de registros de ocorrência em delegacias, inquéritos criminais e processos judiciais (Carrara e Vianna, 2003).

Resgatando a sociabilidade homossexual masculina média paulistana a partir do campo sociológico e da metodologia da observação participante, temos a monografia de especialização produzida por Barbosa da Silva em fins dos anos de 1950 e finalmente tornada pública (Green e Trindade, 2005). Nesse trabalho pioneiro, Barbosa opera uma ruptura com o discurso patologizante. Analisando as interações entre homossexuais masculinos na capital paulista, advoga-lhes a capacidade de desenvolver um modo de vida próprio, gerador de uma cultura diferenciada. Tais conclusões apenas seriam desenvolvidas nas ciências sociais brasileiras, a partir da segunda metade dos anos de 1970.

Para a metrópole carioca, Guimarães investiga, também através da observação participante e do depoimento oral, os estilos de vida de uma rede de “homossexuais” de classe média alta residente na zona sul do Rio de Janeiro, muitos emigrados de Belo Horizonte em busca de condições de vida social mais anônima, menos repressora (Guimarães, 1977/2004). Sua base teórica é a noção de que a construção social do indivíduo (suas identidades social e sexual) se dá de forma processual, a partir dos papéis que desempenham nas suas múltiplas interações sociais. Justifica sua opção pela categoria analítica da rede social pelo fato de abarcar um complexo de relações finitas e diferenciadas quanto à intensidade, sem que seus integrantes estejam organizados em torno de projeto comum, como nos grupos, mas sim em torno de um significado. O significado principal da rede se encontra nos vínculos de amizade que são estabelecidos a partir do processo de identificação desencadeado pela descoberta “de identidades sociosexuais semelhantes.” Esses vínculos tecem uma estrutura de alianças atravessadas por disputas de poder e sentido de status e prestígio no interior da rede (Guimarães, 2004, 21-24).

Também a partir da observação participante, Rios examina, lastreado na teoria dos roteiros sexuais de Gagnon e Simon, geração seguinte à dos interacionistas de Chicago, os modos de interação social

e sexual da comunidade *entendida* masculina jovem no centro da cidade do Rio de Janeiro (Rios, 2004, 100-113).

Cuidando de uma prática peculiar presente na subcultura dos travestis prostitutos³³, destaco o trabalho elaborado sobre o contexto da região do Pelourinho, em Salvador, Bahia, nos anos oitenta. Trata-se de pesquisa etnográfica que examina mecanismo de resistência praticado pelos travestis contra seus próprios corpos, como estratégia de escape às prisões arbitrárias, humilhações, trabalhos forçados e abusos sexuais a que eram submetidos pelas forças policiais: as automutilações de pulsos, braços e pescoço, sejam com gilete ou caco de vidro (Mott e Assunção, 1981). Penso que, por mais desagradável que possa se afigurar para alguns recordar essa prática tão brutal, é necessário integrá-la ao mosaico de ardis o mais variado e insuspeito que os segmentos marginalizados tiveram que elaborar, como resposta aos contextos opressivos. Essa estratégia, como o próprio texto documenta, era praticada pelas mulheres prostitutas quando submetidas às mesmas condições. Embora não disponha de registros sobre o assunto, penso ser possível supor que, no passado, talvez fossem elas, nos espaços das delegacias, submetidas ao mesmo elenco de sevícias que a bibliografia registra para os “homossexuais” que incorporavam o gênero feminino³⁴.

Ainda sobre o mesmo universo, temos a etnografia pioneira de Hélio R. S. Silva para o contexto da Lapa, no Rio de Janeiro (Silva, 1993) e a de Benedetti, para o do Rio Grande do Sul (Benedetti, 2005). Ambas, ainda que de passagem, fazem referências a essas mesmas práticas automutiladoras. Para a transexualidade de mulher para homem, tema ainda bastante raro na bibliografia, há o depoimento pessoal publicado em 1984 (Nery, 1984).

Outro que registra essas práticas automutiladoras é Parker, em sua detalhada investigação sobre “as culturas do desejo” masculinas no Brasil (Parker, 2002, 114). Este mesmo autor é também responsável por extensa pesquisa (em fontes documentais e sobretudo orais) acerca dos modos de estruturação dos papéis sociais e sexuais de gênero em nosso país (Parker, 1991). Sustentado em ampla gama de informantes, Parker demonstra os valores e representações que organizam nossas categorias sócio-sexuais, como elas se organizam constrativa e, sobretudo, ambígua e contraditoriamente. Os modos e padrões distintos de

³³ Tais expressões identitárias eram referidas no masculino nos anos de 1980.

³⁴ Os travestis integravam a categoria dos “homossexuais”, ainda que merecendo resistência de setores das homossexualidades. Importante ressaltar, porém, os que haviam conquistado reconhecimento no cenário artístico da legitimadora zona sul carioca não eram alvo da mesma desqualificação que os travestis “de pista” (profissionais do sexo).

socialização segundo o sexo também são abordados, destacando a matriz de poder presente nessas estruturas, que marca nossa linguagem verbal e corporal e todas as nossas formas de interação com um profundo caráter de dominação. Parker demonstra ainda como tais estruturas permanecem, seja nas comunidades mais “tradicionais” (rurais, nortistas e nordestinas e “populares”), seja “entre os mais modernizados segmentos da sociedade brasileira, as classes média e alta, muito bem educadas”, ainda que esses últimos tendam a um maior questionamento e repúdio de tal estruturação (Parker, 1991, 106).

Destacando a importância de situar historicamente esse nosso sistema de organização da sexualidade e da interação social, ressalta igualmente a relevância de “se tentar ligar esse sistema à estrutura mais geral dos significados sexuais na vida brasileira”, ao invés de compreender a estruturação dos gêneros como um fim em si mesmo. Assim, ao lado das permanências, Parker explicita como junto a elas coexistem as possibilidades alternativas que emergiram na sociedade brasileira nos últimos anos, dando ensejo à organização de sistemas ou subsistemas de sexo (desejo erótico) que se interligam, interceptam e mesmo modificam o tradicional sistema de hierarquia entre os gêneros (Parker, 1991).

Neste sucinto panorama bibliográfico não poderia deixar de mencionar *Devassos no Paraíso*, de João Silvério Trevisan. Co-fundador do *Grupo Somos/SP* e do jornal *Lampião da Esquina* – os dois marcos fundadores do Movimento Homossexual Brasileiro –, do qual participava tanto através das matérias que escreveu, quanto por meio do Conselho Editorial. Também pioneiro, o trabalho de Trevisan aborda as formas de expressão cultural homoerótica através de vasta tipologia de fontes, abordadas sob a ótica jornalística. De músicas, cantores e peças de teatro, passando por filmes e artes plásticas – do traço suave de Darcy Penteado ao denso dos quadrinhos de Angeli –, elabora rico painel das distintas subculturas produzidas pelos “homossexuais”, das representações sociais sobre tais agentes e das práticas discriminatórias e repressoras desenvolvidas pela parcela hegemônica da sociedade (heterossexista e androcêntrica). Neste livro, Trevisan também aborda questões sobre identidade, movimento homossexual e mecanismos de segregação construídos a partir da patologização da homossexualidade – mesmo sem contar com qualquer dispositivo jurídico que proibisse expressões da homoafetividade, o Brasil manteve em confinamento psiquiátrico ou carcerário inúmeros “homossexuais”, sob a acusação de serem psicopatas, delinquentes, amorais, sádicos e viciados. De forma inaugural, descreve as práticas segregacionistas do Manicômio Judiciário, a partir de ampla bibliografia onde figuram, entre outros, desde os baluartes do lombrosianismo como Leonídio

Ribeiro, Viveiros de Castro e Aldo Sinisgalli, aos representantes da antropologia contemporânea, como o já referido Luís Mott e Peter Fry. A contribuição de Trevisan é igualmente relevante na recuperação e divulgação da história das práticas sexuais (homo e hetero) no Brasil, desde o século XVI (Trevisan, 1986 e 2000).

Ampliando e aprofundando temas abordados por Trevisan, James Green, também ex-integrante do *Somos/SP* e atualmente diretor do Centro de Estudos Latino Americanos da Brown University, publica nos EUA, em 1999, sua pesquisa para o doutoramento em História. Green, nesse trabalho, aborda as formas de interação, recepção e expressão cultural dos “homossexuais” masculinos, pertencentes aos estratos médios e urbanos paulistanos e cariocas (Green, 2000). Trabalha igualmente com variada e extensa tipologia de fontes, inclusive a ferramenta do depoimento oral, que utiliza supletivamente.

Fora do eixo Rio-São Paulo, temos a comunicação de pesquisa em andamento sobre as formas e os espaços de interação dos “homossexuais” masculinos integrantes dos estratos médios/altos urbanos Belo Horizonte nos anos de 1960, a partir de um jornal local, com abordagem também pautada na noção de roteirização de Simon e Gagnon (Morando, 2006). A investigação em curso trará novas contribuições ao esforço de integração desses atores na História. Um dos aspectos relevantes constitui o fato de que os primeiros espaços comerciais destinados à sociabilidade dos “homossexuais” eram de propriedade de mulheres, o que reinstaura a problematização sobre o não protagonismo, e a domesticidade que ainda lhes é atribuída nesses contextos.

Também o campo dos estudos sobre religiosidade tem merecido investigações (ver: Natividade, 2005; 2004; 2003). Destaco aquelas sobre os cultos afro-brasileiros, mais ricas, do meu ponto de vista (Landes, 2002; Fry, 1982; Birman, 1995; Rios, 2004; Moutinho, 2005). Têm a relevância de demonstrar a complexidade das interações, tanto entre “homossexuais” quanto entre “homossexuais” e “heterossexuais”, marcadas que são por formas peculiares de organização, integração e adaptação dos sistemas de sexo, gênero e orientação sexual às transversalidades de raça/etnia, nacionalidade, poder/prestígio/hierarquia e criminalidade.

Desse painel da produção bibliográfica brasileira sobre homossexualidade fora da superada visão patologizante, observo que o objeto de investigação privilegiado tem se mantido no universo masculino, embora o movimento ascendente nas pesquisas sobre “lésbicas”, com tendência de concentração principalmente no campo do reconhecimento de direitos (filiação, conjugalidade). No

recorte de classe/posição há também crescente tematização dos segmentos jovens e “populares”. Na vertente geração tem início os estudos, que merecem todo incentivo, tendo em vista o processo de envelhecimento da população global do país.

1.3 A importância da fonte oral no resgate das formas de viver dos “homossexuais”

O uso do depoimento oral como fonte histórica já se encontra perfeitamente legitimado. Elemento primordial no processo de reconstrução de experiências de vida de pessoas que, por sua forma de inserção no conjunto da sociedade, não deixaram registros outros de suas existências, com tudo o que nelas havia de singular e comum, conforme e inventivo.

Para os segmentos populares das “homossexualidades” a importância da fonte oral é mais relevante, na medida em que possibilita o acesso e o registro de mecanismos de resistência e protagonismo de um segmento ainda mais marcado pela escassez na produção e a preservação de outras tipologias (Ginzburg, 2003). É ela quem permite o acesso aos fatos históricos a partir da experiência do próprio ator, fora das mediações tradicionalmente utilizadas – autos de processos (inquisitoriais e judiciários), registros cartoriais e eclesiásticos, prontuários clínicos.

Transversalmente é também o que pretendo demonstrar aqui: a importância da fonte oral na reconstrução das dinâmicas do viver de homossexuais em contextos populares. E, no mesmo caminho apontado por Certeau (2003), “recuperar as astúcias anônimas” de seu viver cotidiano. Na certeza de que, com essa iniciativa, também se está contribuindo para devolver a esses atores sociais sua dimensão histórica de engenhosidade, protagonismo e vivacidade.

1.3.1 Memória e pertencimento

Fernando Pessoa (Álvaro de Campos), em poema intitulado *Se te queres matar*³⁵, de 26 de abril de 1926, as fantasias suicidas toma como mote para, num crescendo, confrontar seu leitor com questões outras, subjacentes e impactantes (Pessoa, 2006, 357-359). Ao lado da fragilidade do

³⁵ ... / Fazes falta? O sombra fútil chamada gente! / Ninguém faz falta; não fazes falta a ninguém... / Sem ti correrá tudo sem ti. / ... / ... a trágica retirada para o jazigo ou a cova, / E depois o princípio da morte da tua memória. / ... / E a vida de todos os dias retoma o seu dia... /... / Só és lembrado em duas datas, aniversariamente: / Quando faz anos que nasceste, quando faz anos que morreste. / Mais nada, mais nada, absolutamente mais nada. / ... / ... / ... / Que memória dos outros tem o ritmo alegre da vida? / ... / ... / Tens, como Falstaff, o amor gorduroso da vida? / Se assim a amas materialmente, ama-a ainda mais materialmente / Torna-te parte carnal da terra e das coisas! / Dispersa-te, sistema físico-químico / De células noturnamente conscientes / Pela noturna consciência da inconsciência dos corpos. / Pelo grande cobertor não-cobrindo-nada das aparências. / Pela relva e a erva da proliferação dos seres. / Pela névoa atômica das coisas, / Pelas paredes turbilhonantes / Do vácuo dinâmico do mundo...

humano frente à inexorabilidade da morte que corrói não apenas materialidade, subjetividade, mas também memória, desvela fantasias outras, mitificadoras, auto-referenciais. Assim, em face de nossos devaneios tão humanos sobre a absoluta imprescindibilidade que nos distinguiria entre as demais enquanto espécie caracteristicamente narcísica, o Poeta propõe a saída da eternização pela via da dispersão impregnante. Como, porém, viabilizá-la no plano da concretude de nossa vida cotidiana? De que modo superar a ameaça constante do esquecimento e tornar a nós e as nossas tão caras *histórias* preservados para além de nossa materialidade finda, capaz de impregnar-nos na “*parte carnal da terra e das coisas*” – inconsciência, matéria, célula, átomo, vácuo? Quem senão a memória possibilita a vitória sobre esse perecimento de nossa concretude? Qual, afinal, a função primeira da memória, se não esta – a de errar, contagiante e viva como uma abelha renitente? Não é pelo fio da narrativa – visual ou verbal – que realizamos essa impregnância de que fala Pessoa? Acaso não é a transmissibilidade que torna a memória capaz de se incrustar “*pela névoa atômica das coisas*”? Afinal, não é através dela que alimentamos a ilusão de podermos nós e os nossos viver ainda através dos tempos? Não é, afinal, por meio dela que se celebra a ponte entre gerações? E pelo seu exercício dinâmico contribuímos para que ela realize o seu poder estruturante da identidade – elemento provedor de sentido, diferenciação, coesão e continuidade, designativo de pertencimento a um determinado grupo ou comunidade? (Barros, 1989: 29-42).

Abordada a partir de diversos campos do conhecimento, a memória tem conservado suas características essenciais em todos eles, notadamente a sua natureza necessariamente social, na medida em que inexoravelmente social o indivíduo, ainda que produto de um trabalho de elaboração e rememoração individuais. Do mesmo modo a sua perspectiva, marcada pela posição do sujeito ou grupo e o foco, marcado pelas múltiplas cores que impregnam o momento de sua realização (Rodrigues, 2005).

A demonstração do caráter eminentemente social da memória e sua variância conforme a perspectiva individual foram as principais contribuições de Halbwachs (2004). Tributário de Durkheim e pioneiro na sua elaboração teórica, Halbwachs destaca o aspecto de *constructo* coletivo, variável e apropriável pelo sujeito na conformidade com os diversos lugares que ocupa e as múltiplas e diferentes relações que estabelece. Decorrência mesmo de seu caráter inaugural, em certas passagens suas afirmações apresentam algo de ambigüidade, conforme destacado por Barros. Segundo esta autora, Halbwachs procede “*de forma inconstante e mesmo dúbia*”, chegando a postular que “*as indicações necessárias para reconstruir partes do passado encontram-se todas na sociedade*”. Para ela, tal

dubiedade se deveria ao fato de Halbwachs operar a partir de reflexões de dois campos distintos do conhecimento – sociológico e psicológico. Portelli, na análise das memórias em disputa, argumenta que “*mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve ‘eu me lembro’*” (Portelli, 2002, 103-130).

Esse ato de lembrar, individual por excelência, opera no presente, a partir de estímulos do aqui e agora. De forma aleatória, seleciona e reprocessa hoje, no instante da evocação, acontecimentos do passado vividos direta ou indiretamente – por projeção, identificação ou transferência – organizando-os ordenada e linearmente, de modo a dotar-lhes de um sentido. Para que este ato solitário venha a se constituir em um fato social é necessário, porém, que esse trabalho de elaboração seja manifestado verbalmente a um outro agente (Motta, 1989; Pollak, 1989, 3-15; 992, 212). É através desse partilhamento que as memórias individuais assumem sua feição coletiva. Atualizando-se e crescendo-se das memórias dos demais sujeitos, a partir da identificação com esse patrimônio que vai sendo constituído em comum, a memória, agora coletiva, preserva, porém, contornos individuais, de acordo com a perspectiva fornecida pela localização do sujeito no âmbito da estrutura da coletividade a que pertence. Assim, embora coletiva, produto da indissociável relação entre o sujeito e o meio social onde se constitui e é constituído, porta nuances e significados todo pessoais para cada um de seus integrantes (Halbwachs, 2004).

Em *Memória e Identidade* Pollak, examinando os elementos através dos quais a memória se constitui, individual ou coletiva, observa que tanto os acontecimentos quanto os personagens e os lugares podem se fazer presentes pela via da experiência direta ou por meio de *identificação* ou *projeção* – que ele chama “*vividos por tabela*”, *memória quase herdada* (Pollak, 1992, 200-212) e Halbwachs de *memória emprestada* (Halbwachs, 2004).

Estes três elementos – fatos, atores, palco – são estruturados e selecionados segundo a forma de inserção social do agente (individual ou coletivo). Seja pela via da ocupação do espaço (público ou privado), seja pela supremacia de uma das versões em disputa, fácil constatar a seletividade presente na elaboração da memória. Observável igualmente a diferenciação nos motores de estruturação da memória, conforme os cenários que sejam mais próximos e significativos para o rememorante. Basta que nos recordemos do quanto tem se tornado lugar-comum a constatação de que personagens adstritos ao âmbito do privado tendem a apresentar como referentes estruturadores de suas trajetórias fatos de suas vidas pessoal e familiar, vez que são estes os contextos que lhes são mais próximos em termos de significado. Em contraste, sujeitos cuja via de inserção social se dá a

partir da ocupação de espaços públicos (ou políticos) organizam suas biografias em torno de eventos cuja ocorrência se deu nesses campos.

Na medida em que o agente apenas existe no âmbito das múltiplas relações sociais nas quais se encontra inexoravelmente imerso, com toda a sua multiplicidade de sentidos, tensões e negociações, o fenômeno de construção da memória é fruto dessa interação coletiva, trazendo incrustadas as marcas dos acontecimentos grupais em suas diversas esferas. Isto, contudo, de modo algum representa suprimir a esfera de elaboração pessoal – o trabalho de memória desenvolvido pela pessoa singular a partir da ressonância daqueles fatos e versões em sua individualidade. A memória, embora se constitua dentro da esfera do social, do coletivo, no âmbito do indivíduo se reveste de traços e cores próprios, fruto da ressonância particular em sua subjetividade dos acontecimentos e memórias coletivos. Assim, é a partir da sua própria historicidade que o sujeito constituirá suas lembranças (suas inserções temporais, geográficas, culturais, de classe e de posição, acrescidas de sua estrutura subjetiva).

Nesse sentido, completamente superadas as inquietações apresentadas por Hobsbawm, sobre a *imprecisão* do conteúdo da memória: “Jamais faremos uso adequado da história oral até que formulemos o que pode funcionar mal na memória, com o mesmo cuidado com que hoje sabemos o que pode não dar certo na transmissão de manuscritos por meio de cópias manuais” (Hobsbawm, 2001, 216-231).

1.3.2 Instabilidade e “contaminação”

Com efeito. Alberti, enfrentando com segurança a provisoriedade sempre presente no trabalho de rememoração, expressa com singular clareza qual deve ser a perspectiva diante da fonte oral:

Trata-se de tomar a entrevista produzida como documento, sim, mas deslocando o objeto documentado: não mais o passado ‘tal como efetivamente ocorreu’, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado. A entrevista de história oral – seu registro gravado e transcrito – documenta uma versão do passado. Isso pressupõe que essa versão e a comparação entre diferentes versões tenham passado a ser relevantes. ... Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos ...

Assim, não é mais fator negativo o depoente poder ‘distorcer’ a realidade, ter ‘falhas’ de memória ou ‘errar’ em seu relato; o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se porque razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em

que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes. (Alberti, 2004, 19).

Essa forma de lidar com a instabilidade da memória decorre da compreensão de que ela é elaborada no presente, a partir do processamento sempre atual de acontecimentos vividos no passado. Estes são organizados de modo a comporem um sentido com o aqui e agora. No processo de organização, múltiplos fatores intervêm no instante mesmo da evocação – perspectivas, vocabulário, classe, posição, geração, gênero, etnia, estrutura pessoal e subjetiva do rememorante. A memória, portanto, sofre as influências tanto da contingência do momento evocativo quanto do processo de reconstrução sempre contínuo da identidade (Halbwachs, 2004; Pollak, 1989; 1992). Por outro lado, não apenas os grupos de pertença nos quais o informante³⁶ se encontre inserido, mas a própria interação entre as pessoas do entrevistado e do pesquisador exercem influência sobre o trabalho de rememoração (Augras, 1997, 27-38).

Portelli, quando examina as duas memórias distintas presentes no massacre de Civitella Val di Chiana, observa que “o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (‘elaborado’) no tempo histórico. Por exemplo: assim como o depoimento dos membros da Resistência, o dos sobreviventes também se modifica com o tempo.”(Portelli, 2000, 109).

Essa mutabilidade vamos encontrar nos distintos relatos da proprietária do bar e também entre as narrativas dos diversos atores que aceitaram colaborar na recuperação da experiência do *reservado*. Mas em nenhum momento significa redução de seu valor histórico. Antes, ampliando o conhecimento sobre as distintas formas de apreensão das experiências concretas, contribuem para um melhor conhecimento do universo pesquisado.

1.4 Os atores: A construção das fontes³⁷

A reconstrução da experiência desse espaço de sociabilidade “homossexual” somente foi possível a partir da cooperação os atores qualitativamente mais significativos em conceder seus relatos³⁸. São dois homens (Marcos e Álvaro) e duas mulheres (Antônia e Eleonora). Suas faixas etárias, na época

³⁶ Os termos *colaborador*, *entrevistado* e *depoente* estão sendo empregados como sinônimos.

³⁷ Para a metodologia da história oral pude contar com o inestimável suporte da professora-doutora Beatriz Venâncio, responsável pela disciplina *Memória e identidade*. Sou profundamente grata pela interlocução e apoio recebido. O uso que faço dessa metodologia, no entanto, é de minha exclusiva responsabilidade.

³⁸ Entre as densas experiências vivenciadas no curso dessa pesquisa, a notícia da morte de dois integrantes desse núcleo realizador figura como a mais lamentável.

dessa convivência, estavam entre os vinte e trinta anos. Brancos, solteiros, sem filhos, nível de instrução secundário, os dois rapazes; branca, desquitada, mãe e com instrução fundamental, a proprietária, e secundária, a freqüentadora.

O aspecto qualitativo desses três primeiros personagens foi estabelecido a partir da posição que ocupavam na rede – o papel de formadores do núcleo organizador das atividades de lazer ali realizadas. A última, freqüentadora sem qualquer ingerência na organização das atividades, integra a pesquisa como informante privilegiada, na busca pelo significado que esse espaço de sociabilidade teve junto aos que não pertenciam ao círculo realizador. Sua participação tanto traz um olhar algo mais distanciado quanto significativas informações sobre a socialização de “lésbicas” em camadas populares e suas formas de lidar com a sexualidade.

Já na fase final da pesquisa chegou ao meu conhecimento um encontro fortuito dessa freqüentadora com uma outra, emblemática personagem, também citada no relato de Antônia. Por diversos meses foi tentada sua localização, sem êxito. O relevo de seu testemunho teria ampliado a percepção não apenas dos múltiplos tipos humanos que partilhavam do espaço, como, ainda, dos tensionamentos que ali se instauravam. Seja a partir de tentativas de violação da norma de segurança comum que proibia terminantemente o porte e consumo de drogas, sejam os decorrentes da violação da identidade de gênero fixada para o sexo anatômico, ou, ainda, aqueles oriundos das competições por prestígio entre “semelhantes”, envolvendo os jogos de sedução e ciúme.

A adoção de conduta que colocasse em risco a segurança de todos e comprometesse a própria continuidade do espaço era vedada. Brigas e discussões propiciavam motivos para que alguém da vizinhança (predominantemente residencial) chamasse a polícia, expondo todos aos pesados ônus que a revelação de suas formas de afeto e desejo implicaria. Esses custos eram mais elevados em razão de a grande maioria dos freqüentadores residirem com seus familiares consangüíneos nas imediações, havendo ainda aqueles que trabalhavam em áreas próximas ou fronteiriças, tornando altas as probabilidades de serem vistos naquele espaço tanto por parentes quanto por vizinhos, colegas e mesmo fregueses e clientes de trabalho.

Na constituição das fontes, foram priorizados os significados dessa experiência para os entrevistados. Também foram utilizadas fontes constituídas a partir de outros objetivos: a) a fita com a entrevista concedida pela dona do bar para o jornalzinho artesanal que circulou entre os integrantes e simpatizantes do *Projeto Quatro em Ponto*, organizado por um dos dinamizadores do reservado (parcialmente publicada no jornal *Boca Livre*, em novembro de 1983); e b) alguns dos

trechos transcritos da entrevista que concedeu para um trabalho acadêmico sobre “a condição da mulher lésbica” (Silva, 1987 1-24).

A metodologia tradicionalmente consagrada, porém, tem operado exclusivamente com depoimentos orais construídos para o fim específico de cada pesquisa e, como tal, fruto de um mesmo roteiro. Entretanto entendo legitimado o uso de fontes constituídas a partir de distintas problematizações e contextos, pela possibilidade de contribuírem com mais ampliadas informações sobre o mesmo personagem, além de permitirem a rara possibilidade de observar as transformações, não só do trabalho da memória, quanto das próprias concepções de vida do colaborador em diversas fases de sua trajetória. Poder constatar o processo social em operação através da metodologia da *história de vida* é uma dificuldade à qual Becker faz referências explícitas:

(...) Para observar o processo social como Mead o descreveu, leva-se muito tempo. Esta observação coloca problemas intrincados de comparabilidade e objetividade na coleta de dados e exige um grande entendimento da vida de outras pessoas. Assim, os cientistas sociais têm, na maioria das vezes, optado por técnicas menos exigentes, tais como a entrevista e o questionário.

Estas técnicas, penso, podem nos dizer muito, mas somente na medida em que formos capazes de relacioná-las com a visão nos termos de Mead do processo social subjacente que conheceríamos se tivéssemos dados mais adequados. Por exemplo, poderíamos entregar um questionário a pessoas em dois períodos de suas vidas e inferir um processo subjacente de mudança a partir das diferenças em suas respostas. (Becker, 1997, 110)

Nesse sentido, tenho como privilegiada a oportunidade de poder dispor de fontes constituídas em tempos pessoais e contextos sociais tão distintos. Elas permitem observar não apenas a variância na memória, mas também os efeitos das distintas transformações em suas condutas (sociais e sexuais) em cada universo onde se encontre inserido.

Por outro lado, o nosso modo de produção de conhecimento, influenciado pela mesma lógica que informa as demais esferas da sociedade, termina por fazer com que as fontes – e por extensão o conhecimento – sejam vistas como bens privativos e, como tais sejam constituídas, apropriadas e acumuladas. A mercantilização do saber, engendrando uma exacerbação competitiva, faz com que elas sejam tratadas como um capital em nossos mercados de bens simbólicos. E, como um capital, passíveis de constituição, apropriação, armazenamento, acumulação e circulação a partir da ótica privatista, ainda que públicos tenham sido os recursos empregados em sua constituição. O processo de produção do conhecimento, que somente se realiza por meio do somatório de esforços de múltiplas e variadas individualidades, resulta empobrecido diante de uma visão que entende a fonte oral exaurida na pesquisa que lhe deu causa. Dotadas sempre de vasto e rico acúmulo de

informações, esse modo de perceber a fonte oral termina por inviabilizar acessos futuros e variados, por outros pesquisadores, à vasta gama de ricas informações que invariavelmente acumulam e que terminam sendo desperdiçadas pela sua utilização única e exclusiva. Essa forma de percepção da fonte oral como algo privado e que se exaure com a pesquisa a que lhe deu origem é um dos fatores que faz com que entre nós seja apenas incipiente a constituição de arquivos públicos de fontes orais temáticas³⁹. Penso que pode resultar bastante proveitoso, do ponto de vista tanto da socialização quanto da confiabilidade do conhecimento produzido, repensar os modos usuais de constituição das fontes orais, de modo que as mesmas, com sua gama de informações, possam vir a integrar o patrimônio coletivo (Amado e Ferreira, 2002, xxv; Voldman, 2002, 37). Constituí-las através da compreensão de que a totalidade de seu conteúdo integra o acervo comum, permitirá o não desperdício da riqueza de informações que contêm, possibilitando que sejam analisadas a partir de problematizações variadas, respeitados os inalienáveis direitos do colaborador quanto a sua concordância e garantia de anonimato.

A primeira entrevista da dona do bar e principal personagem, em torno de quem se formou a rede de relações, foi constituída para publicação (efetivada) no jornalzinho artesanal *Boca Livre*, cujo único número circulou após o encerramento do *reservado* (novembro de 1983). Compõe-se de uma fita k-7, com aproximadamente quarenta minutos de duração. Ainda no “A” a entrevista aparece como já iniciada, levando a supor que originalmente esse depoimento seria constituído por duas fitas⁴⁰. A pauta da entrevista cobria aspectos diversos sobre a região da Baixada Fluminense, como sexualidade, relações e violência entre os gêneros; (ausência) de espaços para manifestações culturais, de políticas públicas de qualidade e com continuidade nos campos do lazer, cultura e educação; práticas políticas locais; projetos culturais de iniciativa e realização popular; a própria experiência com esse *exclusivo*; etc.

A segunda fonte sobre a mesma personagem foi constituída por Silva em 1987. Faz parte de um conjunto de entrevistas com quatro informantes, para seu trabalho acadêmico cujo objetivo era

³⁹ Ver, entre outros: o acervo oral Memórias do Cativoiro, no âmbito do Projeto Narrativas, Primeiros escritos, do LABHOI/ICHF/UFF, bem como a revista eletrônica do ICHF/UFF, Primeiros Escritos (<http://www.historia.uff.br/labhoi/escritpnb12.htm>); o acervo oral sobre “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas”, projeto coordenado por Verena Alberti, no CPDOC/FGV (*O Globo*, Prosa e Verso, pág. 3, 18/06/2005).

⁴⁰ Dela participaram, como entrevistadores, a pesquisadora e um integrante do núcleo dinamizador, aqui referido como Mauro, hoje falecido. Mauro também figura entre os coordenadores do jornalzinho (*Boca Livre*, nov 1983). Pesquisadora ou entrevistada não se recordam do número exato de fitas ou de maiores detalhes sobre sua produção.

tentar “conhecer a realidade homossexual das mulheres que seguem esta ‘orientação’. Ele [o trabalho de pesquisa]”, segundo informa sua autora, “surgiu da curiosidade e da necessidade de se conhecer a vida cotidiana dessas mulheres, já que na área de Ciências Sociais não há trabalhos específicos sobre o assunto [práticas, identificações e representações lésbicas]”, apesar de todos os “receios [da pesquisadora] quanto à possibilidade de ‘cantadas’ ao manter contatos com as ‘entendidas””. Temores, ao que parece, devidamente sanados, segundo ela mesma:

Porém com o avanço da pesquisa isso foi desmistificado e avaliado o preconceito inserido na pesquisadora, enquanto ser social. Pôde-se perceber que numa conversa com uma mulher lésbica não tem, necessariamente, que haver uma ‘cantada’, e, mesmo que isso ocorra, é possível rejeitá-la (ou não) como numa relação heterossexual⁴¹. (Silva, 1987, 3 e 9).

A terceira entrevista é composta por um conjunto de quatro micro fitas, contendo aproximadamente 210 minutos de gravação, resulta da entrevista concedida em 17, 18 e 19 de abril de 2003, no ambiente de trabalho da entrevistada e na sua própria residência, na Região dos Lagos, RJ. Foi desenvolvida a partir da metodologia da trajetória de vida. Ela se encontrava recém-separada do segundo casamento com o pai de sua filha.

A quarta, contida em duas fitas k-7, com aproximadamente 130 minutos de depoimento, realizada em 17 e 18 de setembro de 2005, na residência da colaboradora, na mesma região, deu continuidade à segunda, seguindo, porém uma abordagem temática. Foi realizado um aprofundamento nas suas memórias sobre os significados da experiência desse espaço de sociabilidade homossexual na Baixada, bem como o recolhimento de suas impressões sobre o movimento homossexual brasileiro e sua agenda política atual, o regime militar entre outros.

A quinta, de fechamento, foi realizada em 18/03/2006, na residência da mesma personagem, após haver lhe sido enviadas as comunicações da pesquisa com uma primeira abordagem da experiência e suas diversas memórias, apresentadas em espaços acadêmicos. Esse relato tem por suporte uma fita k-7 de 90 minutos. Seu objetivo era, dando seguimento à proposta

⁴¹ Navarro-Swain comenta a recorrência de tal fantasia dominando o imaginário heterossexual. A proximidade de uma lésbica, à semelhança de um homem, implicaria necessariamente o assédio, a investida desejante de sexo: “Assim, um toque, um sorriso, um abraço podem ser imediatamente considerados como avanços sexuais da parte de uma lesbiana.” (Navarro-Swain, 2000, 82).

dialógica, colher suas impressões acerca dos significados pessoais do reencontro com as memórias dos demais organizadores das atividades do espaço.

As entrevistas com os dois integrantes do núcleo dinamizador foram realizadas através da metodologia mista (trajetória de vida e perguntas temáticas), com foco mais detalhado para as atividades e os significados do *exclusivo*. A de Cláudio Marcos, ator profissional de teatro, 51 anos quando da concessão do depoimento, compõe-se de uma micro fita com aproximadamente 60 minutos de gravação, concedida em 16 e 17 de outubro de 2004 na sua residência, em Juiz de Fora, MG. A entrevista concedida por Álvaro, profissional da área da saúde, 44 anos quando de sua concessão, foi realizada em 04 de outubro de 2004, na residência da pesquisadora, no Rio de Janeiro, e é composta de duas micro fitas, com aproximadamente 120 minutos no total.

A entrevista com a freqüentadora (Eleonora), 42 anos quando da concessão, realizada sob a mesma metodologia, tem como suporte uma micro fita de aproximadamente 60 minutos, realizada em 30/10/2004, na residência de uma sua amiga, no município de São João de Meriti.

O relato da dona do bar (Antônia) concedido em 2005 (17 e 18/09/05), foi precedido por diversas comunicações telefônicas com a pesquisadora. Nesses momentos foram comentadas as entrevistas concedidas pelos dois organizadores das atividades do reservado (Marcos e Álvaro). Também foi feita a solicitação das fotografias de seu acervo pessoal, retratando algumas das atividades realizadas no *reservado*. Esses contatos telefônicos produziram influências que devem ser consideradas e que destaque: a) a reativação da dimensão intersubjetiva entre informante e entrevistadora, após afastamento de cerca de treze anos, possibilitando uma melhor abertura comunicativa nos contatos posteriores; b) a recuperação e melhor integração em sua trajetória, da memória de pessoas, afetos e acontecimentos vinculados a essa experiência, que quando do primeiro contato, em 2003, era recordada exclusivamente através de acontecimentos violentos. Por outro lado, o maior distanciamento do término de sua segunda conjugalidade com o pai de sua filha opera variações em seu trabalho de memória. Esse conjunto de fatores deve ser considerado no exame dos conteúdos dos relatos posteriores (tanto o de 2005 quanto o de 2006), na medida em que dinamizaram emoções, valores e representações (Augras, 1997, 32).

Em 2006 (18/03/06) foi feita uma última entrevista, de fechamento, a fim de recolher as impressões finais de Antônia sobre os significados da recuperação desse conjunto de memórias. Posteriormente

(em outubro de 2006) foi feita a remessa dos capítulos 3 e 4, para seu conhecimento e comentários⁴².

1.5 Algumas questões metodológicas

No processo de construção das fontes um parêntesis se faz necessário. Trata-se das comuns dificuldades quando as solicitações de entrevistas têm por objetivo aspectos percebidos como *muito particulares e íntimos* da identidade social (Salem, 1978, 47-64). Esse desconforto se agrava quando os temas estão voltados para a sexualidade e os afetos. E, dentro desses, ainda mais delicadas se tornam caso envolvam processos de estigmatização social, mesmo quando a proposta de entrevista seja formulada por pesquisadores eles próprios nativos e conheçam os entrevistados (Colaço, 2004b). Esse contexto deve ser considerado no esforço de compreensão tanto das evasivas, pausas e titubeios, quanto de algumas respostas aquiescentes ou superficiais apresentadas pelos colaboradores, algumas preocupadas em formar um “*retrato oficial*”, dos fatos e da subcultura em exame (Becker, 1997, 37, 124, 132; Bom Meihy, 2000, 58-60).

Cotidianamente exigidos a manejar sua identidade social de forma a acomodá-la a contextos freqüentemente adversos, sabem os “homossexuais” (ou os que em determinados momentos de suas trajetórias vincularam suas identidades sociais e/ou práticas eróticas a essa orientação sexual) dos custos produzidos pelas reações de repúdio, físicas muitas vezes, verbais e simbólicas diuturnamente. Esse saber os leva a se tornarem especialistas na gestão dos aspectos desacreditados de sua identidade, de modo a se resguardarem dos processos de segregação social (Pollak, 1990; Anjos, 2002). É no âmbito desse quadro que a interpretação dos (às vezes longos) silêncios, elipses, titubeios e desvios torna-se ainda mais relevante (Augras, 1997; Pollak, 1989).

Como bem adverte Bourdieu, a relação de pesquisa é antes de tudo uma relação social e, como tal, sujeita a toda sorte de distorções, vez que “ocorrem sob a pressão de estruturas sociais” (Bourdieu, 2003, 694 e nota 2). Embora seja impossível ao pesquisador reconhecer e dominar antecipadamente

⁴² Esses capítulos foram encaminhados a todos os colaboradores, com a solicitação de que exteriorizassem suas considerações sobre os mesmos. Eleonora preferiu não recebê-los.

todas as que possam vir a ocorrer, é idealmente desejável estar previamente consciente quanto à possibilidade dessas ocorrências, na medida em que fatalmente influenciarão os resultados que apresenta (Bourdieu, 2003, 694).

Essa forma de olhar de modo algum elide o reconhecimento de que o produto final resultante é sociohistoricamente localizado, vez que igualmente o são o pesquisador e os colaboradores, incapazes, portanto, de uma completa abstração de suas próprias visões de mundo e lugares de fala bem demarcados (Meihy, 2000, 52; Oliveira, 1998, 24). Essa perspectiva também me leva a ter em conta que o resultado produzido igualmente é impregnado por incontáveis esforços intelectuais anteriores (as co-autorias, citadas ou diluídas, atravessando todo processo). Nada disso, porém, me exime da responsabilidade pessoal pelas minhas próprias limitações e pelo uso que faço dessas múltiplas co-autorias.

Quanto aos modos de recepção da proposta da pesquisa pelos colaboradores potenciais (Becker, 1997, 36), houve os que se mostraram mais facilmente concordes e outros que, inicialmente reticentes, aderiram em seguida. Também houve o caso de duas colaboradoras potenciais que em princípio se mostraram entusiasmadas a participar, mas, nas datas marcadas para realização da entrevista, se esquivaram. Tentativas posteriores de remarcação foram recebidas com evasivas.

O fato é que a familiaridade do pesquisador com o seu objeto impõe, primeiramente, o reconhecimento dessa peculiaridade e suas possíveis implicações. Por um lado essa proximidade contribui favoravelmente, na medida em que torna potencialmente mais fácil (às vezes determinante) o acesso a certos universos a serem pesquisados. Mas, por outro, torna necessário que o pesquisador tenha clareza das tensões, interesses e projeções que podem se fazer presentes nesse tipo de metodologia de pesquisa. Através dessa consciência, poderá manter sob o controle *possível* sejam suas próprias fantasias e projeções a respeito do evento ou do entrevistado, seja a sua tendência em intervir na sua produção discursiva, utilizando-se das estratégias do campo acadêmico (Bourdieu, 2001, 51-58). Também se encontrará mais preparado (ao menos em tese) para responder, tanto aos movimentos desses colaboradores no sentido de tomarem para si a condução da entrevista e, mesmo, da pesquisa (Meihy, 2000, 50-52; Bourdieu, 2003, 699, 701-704), quanto a outras distorções passíveis de ocorrer em interações desse tipo.

Ocorre, porém que, se por um lado inegavelmente a familiaridade contribui para o acesso aos informantes e para uma melhor compreensão acerca de determinadas sutilezas do universo da

pesquisa (Bourdieu, 2003, 697-699), por outro, essa mesma proximidade pode dificultar a tradução de formas e modos de estruturação e funcionamento desse universo para aqueles que não o conhecem (Teixeira, 2006). Por extremamente notórios e familiares aos nativos, corre-se o risco de simplesmente deixar de mencionar ou problematizar aspectos relevantes no esforço de compreensão mais ampla sobre o universo pesquisado. Na prática da pesquisa de campo, o exercício concreto de “tornar exótico o familiar” (DaMatta, 1978, 28) não é operação sem riscos – como aliás também não é o seu inverso.

Por outro lado, pode a suposta familiaridade entre pesquisador e potencial colaborador não ser confirmada pelo personagem no momento da solicitação ou mesmo da realização da entrevista, em razão de mudanças havidas em suas trajetórias pessoais. Pode inclusive ocorrer o inverso – a produção do estranhamento em razão do desenraizamento havido (Todorov, 1999, 22–23). É que o sentido de familiaridade nesse caso resulta de um processo de identificação e é, também ele, relacional, à mercê da legitimação pelo outro. Nesse sentido, importante atentar que mudanças nas posições relativas e nos capitais simbólicos de ambos podem vir a torná-los reciprocamente estrangeiros, em razão da dissimetria social na hierarquia das diferentes espécies de capital acumulado, especialmente o lingüístico e cultural (Bourdieu, 2003, 695). Essa possibilidade não havia sido considerada quando me iniciei em campo, propondo as primeiras entrevistas, embora tivesse vivenciado os efeitos desse mesmo fenômeno quando do esforço de resgate do significado da experiência do grupo de “homossexuais” existente na mesma Baixada Fluminense nos idos de 1979, o GAAG já referido (Rodrigues, 2004).

Ao considerar este universo de informantes potenciais como próximo, terminei por negligenciar a possibilidade de ocorrência dos efeitos advindos do encontro entre pesquisador/a e entrevistados/as que embora possuindo origem relativamente comum, no curso das trajetórias terminam incorporando distintos capitais lingüísticos e simbólicos (Bourdieu, 2003, 695). Via de conseqüência, também não considerei possíveis efeitos de dissimetria em relação à parceira de uma potencial colaboradora. A minha profunda imersão no universo jurídico também pode ter contribuído para não ponderar sobre a possibilidade da exigência formal e prévia da assinatura do Termo de Cessão de Direitos vir a se constituir elemento de violência simbólica, notadamente em segmentos “com pouca informação sobre os procedimentos” de pesquisa (Benedetti, 2005, 48-49).

Na busca por uma relação menos assimétrica entre pesquisadora e colaboradores, a pesquisa integrava uma abordagem dialógica (Oliveira, 1998, 24). Entretanto, apenas na pessoa da

proprietária do botequim encontrou eco. Sua disponibilidade para o diálogo⁴³ favoreceu a construção de outras entrevistas, possibilitando o aprofundamento de determinados temas e o esclarecimento de alguns pontos obscuros e lacunas. Sua forte adesão à proposta permitiu ainda a legitimação para os aspectos de sua trajetória (e das atividades) incorporados a partir da posição da pesquisadora enquanto nativa, fato que marca determinados trechos desse exercício de reconstrução com um caráter de *etnografia pretérita*. Essa singularidade metodológica comunga com as ponderações de Gagnon, sobre o caráter emergente e contingente de *todas* as interpretações de fatos sociais: são parte tão integrante da construção social dos fenômenos quanto os próprios fenômenos observados e interpretados (Gagnon, 2006, 371). Como advertido na introdução deste trabalho, com lastro no mesmo autor (Gagnon, 2006, 213), por maior que seja o esforço no sentido da objetividade, o resultado final será sempre localizado e transitório.

Retornando aos aspectos da relação pesquisadora–ex-proprietária do estabelecimento, a disponibilidade demonstrada para o dialogismo possibilitou o enfrentamento conjunto e com maior desembaraço sobre as eventuais implicações de ordem familiar e social decorrentes da publicização de aspectos dos depoimentos. É que embora a todos os colaboradores tenha sido oferecido o recurso do anonimato, a maioria se mostrou decidida a ter suas identidades divulgadas, o que interpretei como um processo mais de afirmação de protagonismo sociohistórico do que simples mecanismo de resistência da identidade objeto de estigmatização.

Essa variedade de posicionamentos – alguns optando pelo anonimato face aos custos a si elevados na eventualidade da revelação e outros exigindo o reconhecimento público de suas existências – me impôs um aprofundamento na reflexão ética acerca da responsabilidade do pesquisador na avaliação prévia sobre as eventuais conseqüências da publicização dos conteúdos das entrevistas concedidas. Atenta em evitar que os depoimentos prestados pudessem vir a causar danos aos colaboradores (Becker, 1997, 174), embora reconhecendo a relevância tanto pessoal quanto social e política do desejo de visibilidade histórica manifesto, não podia ignorar os custos sociais envolvidos ante a eventualidade da revelação para aqueles que não desejam ou não podem arcá-los. Esposando este convencimento, optei por manter todos no anonimato⁴⁴.

⁴³ Crédito essa receptividade não apenas ao seu lugar de principal protagonista, como também ao fato de ser a única com experiência em processos semelhantes. Além do mais, a estrutura de sua narrativa (predominantemente épica) aponta para uma personalidade muito mais propensa a falar de si (Bom Meihy, 2000, 58).

⁴⁴ É admissível a argumentação de que o anonimato da forma que vai resulta algo precário. Esse aspecto pôde ser discutido por telefone em 2006 com Álvaro. Nessa ocasião tivemos oportunidade de ponderar sobre a

Um outro aspecto a destacar diz respeito às cautelas no emprego de terceiros na tarefa da transcrição das entrevistas, ainda que referidos como profissionais especializados. A experiência me mostrou o acerto das advertências de Becker (1997, 27-31), quando observa a alta probabilidade da ocorrência de infidelidades, nos casos em que os auxiliares aos quais se recorra não se sintam inteiramente comprometidos com os resultados finais das pesquisas ou, em outras palavras, para os quais os resultados inconsistentes que apresentem não possam afetar.

eventualidade de implicações, mostrando-se plenamente concorde com o tratamento dado. Semelhantemente a Álvaro foi o posicionamento de Antônia, que recebeu e comentou as comunicações de pesquisa apresentadas em diversos espaços acadêmicos (Rodrigues, 2006(b), 2005, 2005(a), 2005(b)). Marcos e Eleonora desde o início se mostraram resolutos quanto ao não anonimato. Marcos também recebeu as comunicações de pesquisa e sobre elas teceu nenhuma crítica. Também os capítulos 3 e 4, não mereceram comentários de nenhum deles.

2 LEVANTANDO ÂNCORAS & DESENROLANDO VELAS

2.1 O gênero & a produção da diferença

A estruturação social de base genérica se organiza em torno das *diferenças* biológico/anatômicas entre os sexos, de acordo como são percebidas e concebidas no âmbito do patrimônio simbólico que informa cada figuração específica, isto é, cada uma das múltiplas relações às quais estamos inexoravelmente imersos, por força de nossa natureza social (Scott, 1991; Soihet, 1997; Elias, 2006, 25-27).

Significa dizer que sobre essas diferenças físicas são construídos significados simbólicos, ou seja, atributos distintivos que irão organizar e moldar os papéis sociais e sexuais. O gênero, portanto, institui uma primeira forma de diferenciação social. Estrutura-se em torno das diferenças corporais, anatômicas e biológicas, existentes entre os sexos, sem que, contudo, no corpo esteja plasmado. Tem como substrato a heteronorma e a representação inferiorizante do *passivo sexual*, herança oriunda da cultura grega clássica.

Os conteúdos atribuídos a cada uma dessas diferenças (de sexo anatômico; de desejo sexual; e de gênero) resultam de processos variados e múltiplos, uns sutis outros abertos. A característica basilar em todos eles é a disputa pelo domínio e pela distinção e a tensão daí resultante – isto é, a resistência que lhe será oposta, explícita ou silenciosamente. Esse componente conflitivo marca constitutivamente as prescrições daquilo que é ou não é apropriado a cada gênero/sexo em cada contexto determinado. A eficácia dos mecanismos utilizados para sua incorporação faz com que a marca da dominação se torne *invisível* ou *naturalizada*.

Ao ser fixada uma determinada prescrição, um conteúdo normativo, este passa a se constituir como único legitimado. As diversas possibilidades outras são postas à margem,

desqualificadas através de mecanismos de controle pulverizados em todas as esferas das relações sociais (Foucault, 1995; 2005). No entanto, cada normatização instituída termina, produzindo a instituição simultânea do(s) seu(s) contrário(s): as possibilidades não validadas. Assim, para que o caráter normativo do significado simbólico instituído se mantenha, todas as demais alternativas possíveis passam a ser objeto de variadas sanções, tornando-se desqualificadas e desqualificáveis. São essas possibilidades outras, tornadas “abjetas”, “marginais” ou “desviantes” que organizam os limites, as fronteiras do aceito, do reconhecido. Compõem, assim, o seu outro necessário, existindo na exata medida da norma, numa dinâmica complementar e necessária⁴⁵ (Butler, 2001, 155, 161-166; Scott, 1991; Barret y Phillips, 2002, 13-23). A um tempo, ameaça e sedução (Portinari, 1989, 90-91; Faury, 76-77).

Entretanto, ao se afirmar que o gênero resulta de processos continuados de inscrições de conteúdos simbólicos sobre os sexos corporais não significa dizer que o corpo se encontra ao abrigo das ações da cultura e da história. Também ele é sociohistoricamente construído e apropriado, alvo de prescrições e manipulações diversas (Butler, 2001, 156–157; Louro, 2001; Foucault, 1995, 146). Porta marcas que o localizam no interior da(s) coletividade(s) nas quais se encontra – não apenas as da etnicidade e do gênero (Welzer-Lang, 2001) – e das formas variáveis de sua produção nos corpos (tanto pela coletividade quanto pelo próprio agente), mas igualmente da classe e posição, da nacionalidade, geração, religiosidade e orientação sexual

⁴⁵ Reflexão com alguns pontos de contato é apresentada por Cecchetto, com base em Connel (1995) e em Kimmel (1998). Tais autores propõem uma abordagem mais dinâmica do gênero, examinando especificamente a construção das masculinidades. O primeiro, segundo a autora, entende “o gênero como uma forma de estruturação das práticas sociais em geral, porém “necessariamente vinculada a outras estruturas sociais, como raça, classe, etnia, nacionalidade e posição na ordem mundial”. Para Connel, a masculinidade representa “configurações de práticas”, ou seja, os vários modelos de masculinidade disponíveis. Sua perspectiva, então, é compreender os processos mediante os quais alguns desses modelos são valorados positivamente, alguns até bastante estimulados, enquanto que outros são desqualificados (Cecchetto, 2004, 64).. Dessa perspectiva, sua abordagem contempla “uma conexão entre os estudos da masculinidade e estratégias de mudança, focalizando a vida cotidiana como uma ‘arena’ onde se travam as disputas de gênero.” Nesse caminho, propõe como procedimento teórico “o exame das hierarquias que se estabelecem entre os homens”, ou seja, se as relações entre eles se dão em hegemonia, aliança ou marginalização. Essa perspectiva contempla a dimensão de poder entre as masculinidades, permitindo compreender “a sociodinâmica das masculinidades, não só entre os heterossexuais e os homossexuais, mas também em relação a outros homens ... excluídos do círculo de legitimidade.” Kimmel, ainda segundo Cecchetto, procura identificar como os diversos tipos sociohistóricos de masculinidades foram construídos, “constituindo um campo de poder”, ou seja, “mediante a estigmatização da diferença de outras identidades de gênero” (Cecchetto, 2004, 61–68).

(Louro, 2004, 75-90; Benedetti, 2005; Bourdieu, 2001, 163, 169-172, 191, 205, 213, *passim*; Elias, 1994; Rubin, 1996; Rago, 1985; Silva, 1993).

Os modos de apresentação e interpretação dessas corporeidades sexuadas e generificadas também são variáveis – de pessoa para pessoa e de sistema de significado, espaço ou cenário social (Gagnon, 2006, 243-246; Rubin, 1996; Cardín, 1984). Nesse sentido, as corporeidades – sexuadas e generificadas – não podem ser apreendidas de maneira ahistórica, à margem da ação cultural (Nicholson, 2000; Parker, 2001), ou da dimensão de poder (Scott, 1991; Foucault, 1995, 2005). Por mais que a eficácia do poder instituinte se aperfeiçoe justamente através da invisibilização da complexidade desses processos e das resistências que lhes são oferecidas. Esses tensionamentos, porém, não operam exclusivamente através da inscrição do gênero ou do sexo.

Além das estruturas de significados que organizam os gêneros, os sexos corporais e a sexualidade, outros *diferenciadores* (esquemas classificatórios) marcam as relações sociais: classe, posição, geração, etnia, funcionalidade corporal etc., na medida em que constituem elementos de significação privilegiados. Organizados relacionalmente, os sistemas de significação são marcados por relações de forças que disputam o poder de fixar e manter esses significados. A capacidade de fazer fixar e manter esse ou aquele conteúdo é dependente do poder, material ou simbólico, acumulado pelo agente social, singular ou coletivo e do potencial aglutinador que possua. A aceitação e a incorporação dos significados decorrem dos modos através dos quais os agentes se encontrem inseridos nas múltiplas figurações nas quais se encontrem ligados. Esses significados, quando atribuídos por atores de poder, têm a capacidade de penetrar nas camadas da consciência pessoal, passando a funcionar como uma opinião normativa interna à pessoa a que foram dirigidos. A profundidade dessa internalização, sedimentada em processos de longa duração, torna a arbitrariedade essencializada, parecendo ser da própria “natureza das coisas”, ocultando-se, nesse processo, as lutas pela fixação e reprodução dos significados (Bourdieu, 2001(a), 199-218, 2001(b), 7-15, 54-55).

Ao voltarmos a nossa atenção para os processos de inferiorização desencadeados pelos grupos de poder sobre elementos de diferenciação, constatamos que o gênero é (apenas) um dos territórios – o

primeiro – sobre os quais a noção de desvalor é inscrita (Scott, 1991). Dada a frequência e a variedade com que as dinâmicas de desqualificação se manifestam, observamos que, para além das diferenças específicas de cada agrupamento ou comunidade, a dificuldade em lidar com a alteridade sem transformá-la em instrumento de inferiorização marca o humano como um todo (Elias, 2000, *passim*, Castoriadis, 260).

Nesse sentido, propostas que pugnam pela supressão do gênero (Rubin, 1996; Wittig, 1998) incorrem no equívoco de tomar a diferença genérica em si mesma como a causa da dominação, olvidando-se que são os seus conteúdos de significação que operacionalizam o sentimento de superioridade. A fixação desses conteúdos assimétricos que tomam o masculino e a heterossexualidade como referentes expressam o resultado da disputa pela distinção e dominância. Interpretações que imputam ao padrão de pensamento heterossexual a causa última da discriminação homofóbica e da opressão contra a mulher (Wittig, 1978) incorrem em equívoco semelhante. Ambas têm em comum examinar os sintomas como causas. São manifestações de uma questão que lhes é anterior e que Elias demonstra com propriedade – o modo de expressão da necessidade humana por prestígio e significação se exercendo a partir da desqualificação, da inferiorização e até eliminação do outro, visto como desprezível ou como ameaçador.

Não se trata de eliminar a diferença – ela é um dado da realidade –, mas compreender o porquê da necessidade de distinção se manifestar dessa forma, a fim de elidir que os conteúdos atribuídos à diferença se tornem fatores de estigmatização, violência e morte. Elias aponta a dissimetria de poder como o fator determinante. No entanto, o desnível de poder é determinante não para a sua manifestação, mas para a fixação dos conteúdos inferiorizantes. A expressão da tendência dual de inferiorizar-e-enaltecere-se pode ser observada nos gestos e situações mais banais e corriqueiras, seja entre amigos/as, seja entre crianças, parceiros/as em relação erótico-afetiva, irmãos/ãs consangüíneos/as, pais/mães e filhos/as etc.

A universalidade com que se manifestam as múltiplas formas de transformação da diferença em fator de descrédito e subjugação, ao invés de constituir elemento imobilizador, aponta para a necessidade de investigações mais ampliadas sobre os fatores de sua emergência, de modo a aumentar sua compreensão e, conseqüentemente, possibilidade de mudança (Castoriadis, 2004: 266; Elias, 2000, 44; Becker, 1971, 153-155). A busca pelo completo desvelamento de seus mecanismos de surgimento e ação torna-se prioritária diante dos ainda muito freqüentes e múltiplos discursos de

confronto e retaliação, notadamente aqueles praticados entre os diversos agentes singulares e coletivos igualmente submetidos a processos de desqualificação (Selaimen, 2004).

Semelhante estratégia se afigura ainda mais emergencial em sociedades como a nossa, cuja estrutura mantém as mesmas bases de exacerbado autoritarismo, violência, segregação e escassa produção de capital social, presentes desde a sua formação, a comprometer e obstaculizar ações coletivas comprometidas com o bem geral (Chauí, 2001; DaMatta, 1997; D’Araújo, 2003). Conforme afirma Foucault, “nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados” (Foucault, 1995, 149–150).

2.1.1 A bilateralidade contextualizada dos processos

A principal privação sofrida pelo grupo
outsider não é a privação de alimento.
Que nome devemos dar-lhe?
Privação de valor?
De sentido?
De amor-próprio e auto-respeito?
Elias, 2000, 35

Santamaría, Goldwasser, Bourdieu e Elias chamam atenção para a bilateralidade dos processos sociais, o seu caráter relacional. Assim, temos que o estranhamento ante a diferença, a percepção dela como elemento capaz de desqualificação ou de prestígio e carisma (que acaba levando à inferiorização, por contraste), é um efeito que se produz no âmbito da trama relacional, vale dizer, da figuração⁴⁶, do mesmo modo que a valoração positiva, a pertença. Desse modo, *desvio, divergência, estigma, segregação, vulnerabilidade, preconceito, retaliação*, de um lado; e *aceitação, integração, reconhecimento, prestígio*, de outro, apenas podem ser compreendidos no interior dos sistemas das relações onde foram produzidos (Santamaría, 1998, 64; Goldwasser, 1981, 30; Elias & Scotson, 2000 passim, Bourdieu, 2001 (a), 2001(b)). Como adverte o próprio Elias,

há uma tendência a discutir o problema da estigmatização social como se ele fosse uma simples questão de pessoas que demonstram, individualmente, um desapareço acentuado por outras pessoas como atores. Um modo conhecido de conceituar

⁴⁶ Dado que o humano apenas existe no interior do social, essa existência se expressa e realiza através de *figurações* ou *configurações* organizadas reciprocamente pelos agentes. Vale dizer, através das múltiplas formas de interação que se estabelecem entre eles, fruto da interdependência intrínseca do humano. São marcadas por tensões e conflitos resultantes da disputa pelo poder. Cf. Elias, 1994(c), passim; 2000, 23; 1994(a), 249-251; 2006, 25-27; Neiburg e Waizbort, 1994, 89-111.

esse tipo de observação é classificá-la como preconceito. Entretanto, isso equivale a discernir apenas no plano individual algo que não pode ser entendido sem que se o perceba, ao mesmo tempo, no nível do grupo. Na atualidade, é comum não se distinguir a estigmatização grupal e o preconceito individual e não relacioná-los entre si. [...] Portanto, perde-se a chave do problema que costuma ser discutido em categorias como a de ‘preconceito social’ quando ela é exclusivamente buscada na estrutura de personalidade dos atores. Ela só pode ser encontrada ao se considerar a figuração formada por dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras, a natureza de sua interdependência. (Elias, 2000, 23).

Apesar de as tensões entre grupos com desnível de poder (estabelecidos & segregados) eclodirem a partir de muitos e distintos elementos de diferenciação⁴⁷, todas são lutas travadas em torno da disputa de poder e de prestígio. De um lado, os grupos estabelecidos se empenham em ações tendentes à permanência ou ampliação dos diferenciais de poder a seu favor; de outro, os segregados, a partir de sua posição vulnerabilizada relativamente atuam mediante vasto repertório de ações com a finalidade de reduzir esse desnível de poder (Elias, 2000, Certeau, 2003). No contexto dessa dinâmica, qualquer ameaça real ou suposta à superioridade do grupo estabelecido será por ele intensamente repudiada. Os mecanismos utilizados para disseminação do sentimento de inferioridade e desvalor podem chegar a exercer efeito paralisante nos segmentos de menor poder relativo, notadamente quando o atributo de superioridade é vivenciado como uma característica *humana*, da ordem da *natureza* (providencial ou biológica), pois passa a ser recepcionado como *imutável* (Elias, 2000, 27–28).

Elias observa a força que o ideal da racionalidade, herança do Iluminismo, desempenha no impedimento da compreensão da estrutura e dinâmica das figurações envolvendo estabelecidos & segregados. Esse paradigma da racionalidade como organizadora das ações humanas também impede o entendimento sobre a notável influência que esse tipo de figuração exerce sobre as “fantasias grupais de grandeza” que, segundo o autor, não são racionais nem irracionais. Para Ele, tais fantasias grupais permaneceriam ainda à margem dos esforços de conceituação. Surgiriam como “fantasmas proto-históricos”, aparentando ir e vir arbitrariamente. Entretanto, conforme destaca, “a construção das fantasias enaltecedoras e depreciativas desempenha um papel muito óbvio e vital na condução das questões humanas em todos os níveis das relações de poder.” O potencial de maior poder relativo faz emergir um componente autoengrandecedor, capaz de gerar sentimentos de

⁴⁷ Etnia, sexo, gênero, profissão, local de moradia, país de nascimento, grupo familiar, religião, orientação sexual etc.

comunidade eleita, dotada de missão, de destino providencial⁴⁸ (Elias, 2000, 37). Ocorre, porém, que essa excessiva autovalorização vem acompanhada de um sentimento inverso em relação ao outro – a inferiorização, a desqualificação. A continuidade desse tipo de dinâmica acaba por levar esse/s outro/s a se ver/rem a partir desse modo de olhar do grupo dotado de maior poder relativo. Isto é, através de um sentimento de menos-valia, de autodepreciação, de incapacidade de protagonismo.

Elias, em suas observações, está sempre a atentar para o aspecto figuracional de todas as dinâmicas sociais. Nesse sentido, a produção da norma e seu desvio ocorrem no interior da dinâmica das múltiplas dependências recíprocas. Conforme suas próprias palavras, “nenhum desses grupos poderia ter-se transformado no que era independentemente do outro. Eles só puderam encaixar-se nos papéis de estabelecidos e outsiders por serem interdependentes” (Elias, 2000, 181). É preciso, portanto, examinar os modos através dos quais tais dinâmicas se processam e se estruturam.

Um dos obstáculos nesse projeto, como ele mesmo afirma, são as nossas próprias estruturas de pensamento. Embora “todas as provas em contrário”, ainda persistimos na “crença consoladora de que os seres humanos, não apenas como atores, mas também como grupos, normalmente agem de maneira racional” (Elias, 2000, 36–46). A crença na racionalidade das ações humanas, estruturas dicotômicas de apreensão da realidade e impropriedade nos conceitos disponíveis, segundo esse autor têm dificultado um melhor entendimento dos processos sociais, notadamente das dinâmicas desqualificadoras intergrupais.

Apesar das dificuldades na perfeita compreensão sobre os mecanismos de emergência das fantasias de grandeza, a partir do estudo de caso com a comunidade de Winston Parma Elias observa certas regularidades, presentes nas mais diversas figurações envolvendo processos de desqualificação. No ensaio teórico que inicia o livro, este autor elenca as propriedades gerais presentes nas dinâmicas de dominação (Neiburg, 2000, 7–8). Entre elas destaco os ganhos secundários que podem ser auferidos tanto por parte dos grupos de poder (distinção) quanto da própria posição de segregado (vitimização); a forte incidência das retaliações tão logo a correlação de poder se inverta; a possibilidade de que a segregação se manifeste de forma recíproca; a tendência do grupo de poder em fazer estender alguma característica positiva de seus integrantes individuais a todo o coletivo, fazendo inversamente disseminar por toda a parcela segregada qualquer atributo desqualificante de

⁴⁸ Elias faz referência aos casos dos países europeus, do Terceiro Reich, da Rússia e dos EUA.

algum de seus integrantes isoladamente (tomar a parte pelo todo, mas em direções opostas)⁴⁹; a tendência do segmento alvo da desqualificação em se atribuir características especiais.

Elias também destaca que tais manifestações podem aparecer vinculando determinadas estruturas de personalidade com modos de organização de determinados Estados (Elias, 2000, 206)⁵⁰. No entanto, sempre chama a atenção para a necessidade de se examinar a distribuição de poder presente na figuração específica. Segundo ele, somente examinando o quanto de poder cada segmento ou grupo dispõe e pode acionar é que será possível compreender a dinâmica de inferiorização, jamais procurando as respostas apenas nas estruturas das personalidades individuais (Elias, 2000, 23). É a estrutura de poder que organiza e condiciona a figuração que determinará em última análise se as tentativas de desqualificação se tornarão eficazes – surtirão efeito e serão afinal incorporadas pelos estigmatizados. Essa proposição é igualmente válida seja qual for a perspectiva de análise. Conforme afirma e constata-se com facilidade, “os problemas sociais verificáveis nas relações em pequena escala e os problemas em larga escala verificáveis nas relações de um país ou entre comunidades de nações são inseparáveis” (Elias, 2000, 16).

Dentre os fatores que tornam eficazes as tentativas de desqualificação, com a sua incorporação pelos destinatários, Elias ressalta a coesão entre os integrantes do segmento de poder e a atomização dos que detêm menor poder relativo. Poderia mencionar ainda as posições ocupadas no espaço social global, em razão da soma de capital simbólico acumulado, oriunda do peso relativo de cada atributo disponível (Bourdieu, 2001, 295-296)⁵¹.

Elias também faz referência ao potencial destrutivo dessas dinâmicas. Ele observa que estudos cada vez mais apontam para o fato de que “crescer como membro de um grupo outsider estigmatizado pode resultar em déficits intelectuais e afetivos específicos”. Na tentativa de neutralizar ou reduzir tais efeitos, diversos têm sido os recursos utilizados pelos grupos colocados à margem. São esforços de construção de estratégias provedoras de referenciais positivos, de modo a compensar as atribuições estigmatizadoras⁵². Exemplo

⁴⁹ Exemplo nesse sentido pode ser dado com a anterior tendência dos veículos de imprensa em promoverem uma associação automática entre delinquência (pedofilia, homicídio, drogas e prostituição) e homossexualidade, denunciada pelo representante dos grupos de defesa dos homossexuais no Congresso Constituinte, em 1986. Ver: Câmara, 2002, 116.

⁵⁰ Eu incluíria também determinadas nações.

⁵¹ Essa variável é bastante perceptível nos processos de estigmatização presentes na figuração “homossexual” ou “gay” x “travesti” ou “transgênero”, a ser observado mais adiante.

⁵² Concordo com a observação de Heilborn, por ocasião da defesa, de que nesses processos há simultaneamente a produção de “um certo lugar ‘especial’”.

emblemático nesse sentido encontra-se na comunidade judaica, através do valor que atribuído à cultura, ao saber. Seus integrantes, dotados de uma específica tradição cultural que incorpora aspectos igualmente valorizados pela sociedade ampliada – no caso, a posse do saber livresco e intelectual –, possuem melhores condições de se contrapor ao efeito vulnerabilizante da estigmatização, protegendo principalmente suas crianças e jovens da interiorização da auto-imagem deteriorada (Elias, 2000, 31). Também podemos encontrar exemplos na população negra brasileira, ao buscar o reencontro com aspectos de sua cultura ancestral, a fim de possibilitar o provimento da distinção grupal e individual como via protetora de processos de desqualificação social.

No que diz respeito aos “homossexuais”, embora a maioria do movimento tenha investido na transposição pura e simples do termo “orgulho”, de sentido próprio nas subculturas gays estadunidenses e sua associação às Paradas brasileiras, essa estratégia não se mostrou capaz de forjar em nosso contexto o sentido de distinção almejado, capaz de exercer efeito protetor. No entanto, outras formas de provimento de auto-estima têm sido empregadas com bastante eficácia. Seja através das estratégias, de resgate e incorporação positiva de formas de expressão das subculturas homossexuais – por intermédio de postais e matérias em seu veículo de comunicação, conforme elaboradas pelo grupo *Nuances* de Porto Alegre, ou através da incorporação do Gala Gay no Rainbow Fest, como fez o Movimento Gay de Minas. Ou através dos diversos exemplos de cidadania ativa reiteradamente noticiados pela imprensa, muitos exercidos com a mediação jurídico-política dos grupos organizados.

Ao se perceberem capazes de, acionando as esferas estatais, verem os seus direitos reconhecidos e, com eles, o deslocamento de uma posição de clandestinidade e inferiorização para uma outra de protagonismo e visibilidade, novos significados vão sendo agregados à auto-identidade antes marcada apenas pela estigmatização. Significados que apontam para valores idealmente partilhados pela sociedade ampliada – capacidade de luta (determinação na busca dos próprios direitos), capacidade de estabelecer compromissos, sentido do cuidado com o outro, capacidade de construção de relações em bases simétricas.

2.1.2 Os custos sociais do medo

Na tentativa de compreender o porquê das dinâmicas desqualificadoras, Elias, reconhece o papel condicionante das estruturas socioeconômicas e culturais e examina

detalhadamente aspectos da estrutura psíquica. Avançando em sua investigação sobre o porquê da necessidade humana em obter distinção se expressar preponderantemente através da inferiorização de outra pessoa ou grupo, examina o condicionante do medo que os humanos sentem reciprocamente, a tendência a se verem enquanto ameaça capaz de comprometer a sobrevivência uns dos outros (não apenas física, mas de prestígio, distinção e poder).

Essa seria uma das hipóteses explicativas para os jogos sociais que visam impedir mutuamente qualquer movimentação em que o outro pareça estar em vias de obter um “potencial maior do que o próprio” – mesmo que esse potencial seja apenas a expressão dos próprios desejos e sentimentos⁵³. Quando o sentimento de autovalor se mostra fragilmente estruturado, dependente de confirmação constante e vulnerável a ameaças (reais ou supostas) ele se torna um dos deflagradores de processos de segregação e opressão. Em contextos como o nosso, onde a competição com o outro (e não tanto mais com a nossa própria ignorância ou limitação) cada vez mais se erige em valor absoluto; onde o que deve ser eliminado é a possibilidade de o semelhante vir a conquistar posição relativamente igual ou superior à nossa (e não as nossas deficiências), é ainda mais difícil a redução dessas dinâmicas desqualificadoras. Não apenas a estruturação interna do sentido de valor pessoal, mas toda a estruturação social igualmente contribui para a formação, consolidação e disseminação dessas dinâmicas inferiorizantes. No entanto, como adverte Elias, “só se pode esperar uma maior igualdade nos ou entre os grupos humanos, caso se consiga reduzir o nível do temor recíproco, tanto no plano individual quanto no plano coletivo” (Elias, 2000, 212–213). Nesse sentido, a questão que passa a se impor é: como desenvolver mecanismos eficazes para a redução desse sentimento mútuo de ameaça?

⁵³ Recentemente a *Revista Época* publicou matéria dando conta da discriminação e violência que vem sendo desferida contra uma nova “tribo” urbana de adolescentes – os emos. A autora da matéria Thais Antunes esclarece que, por conta de sua “sexualidade flexível” e emocionalidade, são objeto de insultos e agressões físicas, algumas de resultados bastante sérios. Seja na escola, nos bares, shoppings, nas ruas e até por parte de seus supostos inspiradores – os punks. Segundo a jornalista, “a tolerância é o traço de comportamento que distingue os emos de outros jovens”. “A atitude dos emos irrita outros jovens porque eles não temem os sentimentos, enquanto a maioria dos adolescentes busca afeto optando pela agressividade”, procura explicar a doutora em educação Regina de Assis. E Thais complementa: “há várias comunidades no Orkut dedicadas a atacar os emos.” Devido à liberdade de expressão dos afetos e sexualidade, os “emos” também têm sido vítima de campanha discriminatória por parte da edição brasileira da revista MAD, cuja matéria de capa da edição nº 42 afirma “Neste número nós detonamos essa praga maldita do século XXI... EMOS GAYS”. Em 30/10/2006, a *Folha Online* publicou matéria informando sobre a violência contra os “emos”, chamada pela revista de “emofobia”. Identificados como “gays” pela “flexibilidade” erótica e sensibilidade afetiva, inúmeros vídeos circulam no sítio de compartilhamento audiovisual YouTube veiculando cenas de violência física contra eles. Segundo a reportagem, “centenas de milhares” os assistem. Entre os títulos, destaco dois: “Emorto” e “Porrada no Emo Gay”.

D'Araujo, no âmbito de uma abordagem mais de cunho político, demonstra, através de vários autores, o quanto são nocivas e perdulárias, não apenas em termos econômicos e políticos, mas também do ponto de vista da saúde global de seus integrantes, sociedades e comunidades que operam em bases de desconfiança, individualismo, autoritarismo, segregação, violência, atomização e com fortes resistências a estabelecer e cumprir compromissos (D'Araújo, 2003, 20-27, 32, *passim*).

Tanto as estruturas culturais como as sócio-econômicas atuam como fomentadoras de tais manifestações. Assim, temos, de um lado, a exacerbação do modo capitalista, com sua lógica predatória, reificadora e mercantilista; o desenvolvimento de aparatos de entretenimento que estimulam o isolacionismo; as radicais mudanças nos valores e modos de interação social; o desmantelamento dos processos cooperativos praticados por comunidades pobres; a velocidade nas transformações tecnológicas; o modo imediatista de apreensão do tempo, da vida e das interações (Elias, 2006, 201-202; Putnam apud D'Araújo, 2003, 46-47; Ahmad, 1999, 107-122; Bauman, 1999, 7-11; 13-33; Bauman, 1998, 49-61; Sennett, 1999, 9-33; Zaluar, 2004, 7). De outro, a tendência cada vez mais generalizada em não assumir responsabilidades, seja nos gestos mais triviais, seja no nível individual ou coletivo; de se eximir da tarefa de qualquer julgamento pessoal quanto aos resultados implicados pela ação ou omissão (Arendt, 2004, *passim*; Todorov, 1999, 238). Emoldurando ambos, a intensificação das tensões e conflitos decorrentes da ação política dos movimentos sociais. Como diz Elias, paradoxalmente, as “tensões e conflitos abertos entre os grupos” afloram “precisamente onde a situação começa a mudar em favor dos grupos com menor poder” (Elias, 2006, 202).

Contingenciados uns e outros à intolerância alteritária expressa através de múltiplas camadas⁵⁴, se vêem e reagem enquanto predadores. Tendem a percebê-la como expressão de uma qualidade intrínseca e inexorável da natureza humana e não como resultado de uma organização sociocultural moldada sobre o combate, a subjugação, a não reciprocidade, a acumulação e o medo; ao invés da tolerância, da colaboração e do compromisso. De tão disseminado, esse modo de percepção e reação ao outro passa a ser reconhecido como uma característica da ordem da natureza humana. Algo imutável, inexorável, contra o qual nada há o que fazer. Essa forma de compreensão obscurece

⁵⁴ Por meio de desvios ilusionistas que tomam o efeito como causa, fruto de modos essencialistas de percepção, tendemos a ver o fenômeno de desqualificação produzido a partir de desníveis de poder (estabelecidos x outsiders) como naturalizados em alguma particularidade através das qual se expressa: “dos brancos”, “dos homens”, “dos hetero”, “dos *paraíba*”, “dos árabes”, “dos evangélicos”, “dos neonazi” e assim sucessivamente.

a possibilidade real que as sociedades humanas têm de se organizarem sob bases menos destrutivas (Elias, 2006, 210; 2000, *passim*).

No entanto, experiências de organização social em bases de apoio recíproco, compromisso e solidariedade, têm registro na história da humanidade (Putnam, 2005; Vincent, 2006). No Brasil, um exemplo emblemático poderia ser fornecido através da experiência cooperativa levada a efeito com extremo sucesso no arraial de Canudos, arrasado por conta, em última instância, do medo dos grupos de poder de perderem os mecanismos de opressão, prestígio e controle que detinham sobre a população (Galvão, 2001, 3). Mesmo nos dias atuais, diversas experiências vêm sendo construídas nesse sentido (Alves, 2000). No entanto, por não gozarem da mesma visibilidade que os exemplos em sentido contrário, que contam com uma divulgação exacerbada, deixam de fornecer os referenciais necessários à alavancagem da transformação na ordem dos valores que informam a vida em coletividade. A percepção dominante de que “o que vale” (dentro de um ponto de vista predominantemente imediatista) é a adoção de práticas predatórias e suicidas (do ponto de vista da viabilidade da continuidade do convívio social) contribui para retro alimentar a descrença no valor da observância das regras, ampliando as opções por soluções individuais e imediatistas e, como corolário, aprofundando o sentimento de pouca valia tanto no plano pessoal quanto no coletivo, no sentido mesmo de povo e nação⁵⁵.

O aprofundamento nos estudos sobre os mecanismos e dinâmicas dos processos de descrédito e segregação, juntamente com o resgate histórico de experiências de organização em torno de valores cooperativos e solidários são, a meu ver, ainda mais relevantes em contextos nos quais se tem que lidar com reiteradas decepções nos investimentos políticos realizados. Como diz D’Araujo, “as decepções constantes com os governantes não favorecem os valores democráticos. Desencantam, fazem o cidadão se retrair” (D’Araújo, 2003, 49), permitindo cada vez maiores espaços para o avanço das forças interessadas no desmonte de uma democracia que ainda não conseguimos tornar efetiva⁵⁶. No entanto, é possível substituir esse quadro de dominação, desqualificação, temor

⁵⁵ Santos chama de as faces da enigmática Eva brasileira, a nossa “espetacular transformação econômica” e o nosso “não menos cinematográfico sistema de carências e desigualdades” que levam o brasileiro a se ver irrefletidamente apenas enquanto produto inexorável de uma colonização patológica (Santos, 2006, 128).

⁵⁶ Putnam assevera que a estratégia de buscar sempre soluções individualistas seria “a única estratégia racional para sobreviver” em contexto social de desconfiança, desordem, exploração, descumprimento das regras. Incapazes de confiar uns nos outros, apenas restaria a alternativa de buscar apoio através da família (Putnam, 2005, 186–187). Mas também essa fonte de proteção pode se mostrar comprometida em quadros sócio-culturais como o que vimos vivenciando (Zaluar, 2004, 7).

Santos partilha do mesmo entendimento que Putnam, ao defender a hipótese de que o nosso quadro de passiva cidadania e pouca produção de capital social resultaria na verdade de uma “bem elaborada estratégia de

recíproco e inércia social, por práticas de compromisso, reciprocidade, participação (D'Araújo, 2003; Putnam, 2005). Exemplos mais recentes em termos globais podem ser citados tanto na experiência do micro crédito, criado por Muhammad Yunus⁵⁷, como, no Brasil, através das experiências com o vestibular comunitário. Do ponto de vista dos segmentos “homossexuais”, as mediações dos grupos organizados que em conjunto com os atores pessoalmente alvo de práticas de desrespeito, segregação e violência têm encaminhado ações perante as instituições do Estado, também podem ser consideradas como formadoras do sentimento de confiança. A questão a investigar seria até que ponto a produção desse tipo de confiança engendraria a formação da noção de compromisso e participação.

Nesse sentido, a reconstrução das experiências históricas desses atores tem também o efeito estratégico de, devolvendo-lhes seu passado, documentar, por um lado, ações e efeitos resultantes do medo à diferença, da disputa pela dominância – entre gêneros e entre práticas sexuais constitutivas de identidades sociais; por outro, revelar sua capacidade de construção mecanismos de solidariedade e apoio recíproco; de inventividade subversora, alegre, capaz de engendrar resistências e alianças insuspeitas com segmentos de poder e prestígio, reordenando o desequilíbrio de poder relativo.

A exemplo de variados países onde os movimentos feministas, negros e “homossexuais” entre outras conquistas tiveram o condão de despertar o interesse de pesquisadores nos mais variados campos de conhecimento e perspectiva, em nosso país também pode ser verificada a ampliação das iniciativas no sentido da integração desses atores na história. Nesse percurso, porém, é importante recordar que as práticas sexuais e o desejo erótico entre pessoas do mesmo sexo biológico nem sempre foram considerados como estruturadores de uma identidade pessoal diferenciada.

sobrevivência em um contexto de constitucionalidade precária como a do Brasil”. Os altos índices de desconfiança entre nós não diz respeito apenas às relações pessoais, mas também e principalmente sobre as nossas instituições mais decisivas (Santos, 2006, 128, 174–175).

Como diz Putnam, em quadros como esses a tendência é a perpetuação da espiral de desconfiança, oportunismo, dependência e coerção (Putnam, 2005, 187).

⁵⁷ Muhammad Yunus criou há trinta anos, o Grameen Bank (banco da aldeia) em Bangladesh, banco que tem por função precípua financiar pequenos capitais para os segmentos mais vulnerabilizados economicamente. O traço distintivo mais estratégico diz respeito à paralela formação e sedimentação de vínculos de solidariedade, concomitante com a acessibilidade aos recursos financeiros. No Brasil, 16 Estados desenvolveram o conceito, cujo programa é administrado pelo BNDES. Em 2006 Yunus e o Grameen Bank foram agraciados com o Nobel da Paz. Para maiores informações, ver Jolis e Yunus, 2000 e a página oficial sobre a embaixada e consulado da Noruega no Brasil, entre outros.

2.2 Inventando o anormal

Foge ao objetivo deste trabalho uma completa remissão acerca da historicização da homossexualidade enquanto categoria identitária e suas distintas representações ao longo do tempo (para esse último aspecto, ver, entre outros, Tamagne, 2001). O que desejo, no entanto, é marcar essa conotação de identidade, de construção de um ser diferente em razão de seus modos de expressão de afeto e desejo enquanto resultado de um processo histórico datado, moldado sobre a inobservância da norma heterossexual culturalmente determinada. Atos que representavam conduta desviante, fruto da imoralidade, do pecado, do vício, da exacerbação dos desejos da carne, podendo sofrer punições que variavam conforme o momento, a região e, sobretudo, o status social – morte na fogueira e expropriação de bens, castração, flagelações públicas, desterro, penitência, reclusão (Foucault, 2005; Mott, 1994; Vainfas, 2004; 1992; Bellini, 1987; Brown, 1987; Richards, 1993), embora em outras culturas/tempo histórico estivesse completamente integrados à estrutura social (Cardín, 1984; Richards, 1993), passam a ser tidos como uma característica individualizante, uma marca distintiva da pessoa (Foucault, 2005; Fry e MacRae, 1983).

Um dos marcos nesse processo de construção de um “ser” homossexual pode ser considerado como 1857, com a publicação do livro *Estudo médico-legal sobre os delitos contra a honestidade*, de Tardieu e a configuração física que ele procura fazer dessas práticas. Sua linha explicativa tendente a encontrar no corpo físico as marcas, os sinais denunciadores de desvios será seguida posteriormente por Lombroso, em 1875 (Guash, 2000, 70). Esse seria apenas o seguimento do processo de transformar em identidade o que significava meras condutas. Processo esse, segundo Bellini, presente desde o século XVIII (Bellini, 1987, 48).

Os portadores dessas marcas degenerativas da sanidade física passam a ser objeto de práticas *científicas* que visam classificá-los, torná-los seres concretos e identificáveis. Sujeitos, portanto, a todo um repertório de práticas interventivas sob o pretexto de sua *cura* (Foucault, 2005, 43–44; Bellini, 1987, 32–33; Trevisan, 1986, 105–129; Green, 2000, 193–249). Nesse processo de construção de uma identidade específica que passa a ser imposta aos praticantes, contribuem as obras de vulgarização das teorias médicas (Green, 2000, 237). Desenvolve-se um extenso trabalho de descrição e classificação desses seres aberrantes. O “homossexual”

será assim definido em função de seus desejos eróticos, de suas práticas sexuais e, principalmente, a partir dos sinais psicológicos característicos.

Embora a principal perspectiva de explicação biológica originariamente objetivasse desenvolver na sociedade uma visão mais compreensiva para essa forma de desejo, de modo a atenuar a perseguição criminal a que eram submetidos os seus praticantes, terminou possibilitando formas de controle e repressão bem mais sofisticadas, além de comprometer seriamente a autopercepção desses indivíduos, que passaram a se ver com tais lentes deformadoras.

O termo “homossexual” foi usado pela primeira vez em 1869, por Kalory Maria Benkert (que posteriormente teria trocado seu nome para Karoly Maria Kertbeny), médico húngaro, num texto em defesa dos direitos homossexuais (Spencer, 1996). No contexto da unificação alemã, traduzia-se em uma estratégia, já que o médico tinha receios de que o código penal prussiano passasse a vigorar em todo o território unificado. O parágrafo 143 desse ordenamento criminal sancionava as relações sexuais entre homens. Benkert, então, escreve uma carta ao ministro de justiça Leonhard, argumentando que tais práticas representavam na verdade uma conduta patológica, pelo que não deveriam ser tratadas no âmbito da lei penal. Pensava que através desse deslocamento de campos – do criminal para o da medicina – conseguiria construir uma imagem mais positiva e tolerante para os seus praticantes, pois não seriam mais vistos como criminosos (Viñuales, 2000).

Além do impulso sexual normal dos homens e mulheres, a Natureza, em seu poder soberano, dotou alguns indivíduos masculinos e femininos, ao nascer, de um impulso homossexual, deixando-os assim numa dependência sexual que os torna física e psiquicamente incapazes – mesmo com a melhor das intenções – de ereção normal. Esse impulso cria antecipadamente um claro horror ao sexo oposto. (Bullough apud Spencer, 1996, 274).

No entanto, o efeito desejado não se concretizou e a categoria patológica vigorou até 1973, quando a Associação Psiquiátrica dos Estados Unidos eliminou esta prática de seu rol de doenças. Com a unificação, o texto do parágrafo passou a integrar o novo código penal da Confederação

da Alemanha do Norte e se estendeu por toda a Alemanha. Nesse contexto, a palavra “homossexual” se referia apenas a relações sexuais entre homens. (Viñuales, 2000, 36).

Entre 1865 e 1875 o médico alemão Karl Henrich Ulrichs, de quem Benkert (ou Kertbeny) era seguidor, escreve diversos folhetos, reivindicando um tratamento mais humanitário para com os homossexuais. Em 1862 havia publicado uma descrição científica dando conta de que na sua fase de desenvolvimento, os embriões eram idênticos, somente num outro estágio adotavam uma das três formas – masculina, feminina e *urning* (uranista, em alusão a Urano) – que teria as características físicas de um dos sexos, mas os instintos eróticos de outro (Spencer, 1996, 274–275; Rios, 2001, 39). Também Wespahl, psiquiatra alemão em 1869, Kraft-Ebing, em 1885, com a *Psicopatía Sexual* e Havelock Ellis, em 1897, com a *Inversão Sexual* irão participar na construção do invertido sexual. Magnus Hirschfeld, médico, pesquisador e militante alemão, precursor da moderna sexualidade, cria em Berlim, em 1897, o Comitê Científico-Humanitário, onde desenvolvia e incentivava pesquisas sobre a sexualidade, homossexualismo, prostituição e alcoolismo. Sua opinião era a de que a homossexualidade resultava de “secreções glandulares” e que os seus praticantes “possuíam virtudes especiais” (Spencer, 1996, 307–308).

No início do século XX, Magnus Hirschfeld juntamente com Ulrichs constituíram em Berlim um museu e uma galeria de retratos de travestis, hermafroditas ou invertidos célebres. O Instituto fundado por eles serviu como local de encontro, consultório médico, museu e biblioteca. Ele mesmo militante homossexual, Hirschfeld, em que pese sua luta pela descriminalização da homossexualidade, terminou igualmente por contribuir de forma involuntária para reforçar os estereótipos da inversão dos gêneros aplicados sobre o “pederasta” e a “lésbica” e a sua constituição enquanto um ser distinto e, pior, enfermo congenitamente (Tamagne, 2001, 92-97)⁵⁸.

Ao longo da maior parte do século XX o que foi originariamente proposto como mecanismo supressor da perseguição criminal vem a se consolidar enquanto fundamento da

⁵⁸ O Instituto Magnus Hirschfeld foi destruído juntamente com todo o seu acervo quando da ascensão do nazismo, cujos adeptos acreditavam que a homossexualidade poderia levar a raça alemã à extinção, assim como a propagação da pornografia e a emancipação feminina. Ver também Spencer, 1996, 300.

estigmatização, legitimando as ações de “tratamento” e “cura”⁵⁹. Assim, a disciplinarização do desvio, da diferença, é obtida através do discurso da “ciência”.

Historicamente provado como meio bastante eficaz, as técnicas disciplinadoras se utilizaram de campos científicos (médico, endócrino, genético, biológico, jurídico, antropológico, religioso...) fazendo uso inclusive de retóricas as mais diversas, não faltando a dialética erística – esse jogo argumentativo que opera para manter a dominação e a exploração utilizando-se da própria diferença⁶⁰.

Setores dos movimentos sociais, no entanto, percebendo o contra-discurso, reagem e operam o deslocamento da pauta reivindicatória do “direito à diferença” para a luta em prol da *equidade*. Com isso, qualificam suas demandas, pois a equidade significa exatamente tratar os desiguais segundo sua especificidade, para poder igualá-los em oportunidades e direitos. Tal distinção não é pouca. Embora conservadores e progressistas reconheçam a existência da diversidade, da diferença, se afastam quanto aos propósitos: a manutenção do *status quo*, isto é, da cidadania diferenciada, enquanto que outros propugnam pela construção de relações sociais mais justas⁶¹.

⁵⁹ Dos métodos praticados apenas durante os anos 1960/70, há desde a dessensibilização sistemática, calcada em técnicas de condicionamento (via eletrochoques, associação de imagens; terapia de aversão através da ingestão de substâncias químicas) ao seccionamento do hipotálamo, praticado pelo Dr. Fritz Roeder – noticiado em publicação médica oficial estadunidense de 25/09/1970, e em tudo semelhante à lobotomia prefrontal (Wienberg, 1977: 53-68). Internamentos em instituições psiquiátricas são relatados no Brasil desde os anos de 1935 (Green, 2000: 187-190). Numa notável intervenção transdisciplinar, médicos, juristas, psiquiatras e peritos criminais (médicos e antropólogos) compuseram um uníssono um discurso sobre diagnóstico, etiologia e capacitação para a “cura”. O objetivo era tratar e curar o que era nomeado como desvio, inversão, vício, degeneração, desequilíbrio endócrino, psicopatia, depravação, corrupção psicológica e perversidade de ordem sexual. Sempre a partir de argumentações de muito científicas, racionais e modernas, desenvolvidas pelos mais notáveis cientistas europeus e estadunidenses. Os métodos empregados, os mais modernos: “*sucos de vários órgãos de animais*” para combater a disfunção hormonal; choques elétricos; confinamento psiquiátrico; choques hipoglicêmicos mediante ingestão de insulina; indicações de transplantes de testículos e de ovários; propostas de criação de manicômios exclusivos para ambos os sexos; proposta de lei tipificando as práticas masculinas que provocassem escândalo público como delitos; “*camisas-de-força química*”; prisão por imputações “úteis”, ainda que não provada a materialidade – ver casos Ninuccia, Chrysóstomo e Rosana Lage Ligerio e Marli José da Silva Barbosa (Trevisan, 2000: 186-2133; Green, 2000: 191-249; Colaço, 2004: 13, nota 11 e 79, números três e quatro; Mícolis, 1983: 90-91; *Jornal Última Hora*, 15/08/85, pág. 8; 27 e 17 e 17/05/1980; 28/06/1980).

⁶⁰ Exemplo eloquente pode ser visto tanto na batalha jurídica daquilo que ficou conhecido como “O caso Seares” (Ver Pierucci, 1990), quanto na exposição de motivos do deputado paulista Afanázio Jazadji em seu projeto de lei nº 705/2003. Segundo a revista virtual *Mix Brasil*, em sua justificativa o deputado argumenta que a Lei nº 10.948/2001, objeto de revogação pelo seu projeto, ao fixar sanções administrativas para os casos de homofobia estaria “desigualando os iguais [...], desfazendo o princípio de igualdade inerente à natureza humana”. Ver: <http://mixbrasil.uol.com.br/mundomix/centralplus/noticia.asp?id=1657>.

⁶¹ Sobre diferença e igualdade das identidades sociais e de grupo remeto ao texto de Scott, O enigma da igualdade (Scott, 2005, 11–30). Agradeço a Lula Ramirez sua socialização através da lista de discussão virtual.

Somente com os estudos da psiquiatra Evelyn Hooker demonstrando em 1954 que o quadro psicológico apresentado pelos “homossexuais” na verdade representava o resultado da estigmatização social a que eram submetidos e não uma característica de *sua natureza*, é que se verifica uma modificação na forma de abordagem (Viñuales, 1999, 37). Passa-se então a privilegiar investigações sob a perspectiva da cultura e não mais exclusivamente da psicologia ou psiquiatria.

A partir de meados dos anos de 1970, antropologia ocupa um papel relevante no esforço de compreensão da homossexualidade enquanto expressão do desejo humano que é integrada ou adaptada de modos distintos de acordo com a estrutura de significados de cada cultura. Nesse percurso, com os questionamentos quanto aos métodos empregados nas pesquisas etnográficas, categorias como homossexualidade, sexualidade e heterossexualidade deixam de ser apreendidas de maneira fixa e universal. As críticas formuladas por pesquisadoras feministas também produzem a revisão nos conceitos de homem-mulher, masculino-feminino. Etnocentrismos verificados na interpretação dos berdaches provocam novas interrogações: –¿“Cómo se forma una determinada clasificación de géneros, dónde están los límites entre un polo u otro de la clasificación”? (Viñuales, 2000, 36–40). Esse questionamento resulta altamente relevante, principalmente se conjugarmos as estruturações de gênero com a de sexo e de orientação sexual.

A dificuldade em lidar com a sexualidade remonta os primórdios do cristianismo, onde é construída como pecado ou, na melhor das hipóteses, um mal necessário (para garantir a perpetuação da espécie). Nesse contexto, tal visão sobre o desejo erótico fazia parte das estratégias para a consolidação do poder político da Igreja, que se realizava por meio da antagonização aos valores presentes na Antiguidade pagã. Se nessa uma homossexualidade ritualizada era parte integrante da cultura, funcionando como instituição possibilitadora das múltiplas trocas intergeracionais, com a adoção do cristianismo pelo Império Romano, deflagra-se um “endurecimento moral”, com imposição de códigos legislativos extremamente rigorosos comparativamente ao período não-cristão (Teodósio, em fins do século IV e Justiniano, de 527–65). Tem início a satanização das práticas sodomíticas, que vêm de ser sancionadas com a pena de morte pelo imperador Justiniano em 533, sob a alegação oficial de que ““por causa destes crimes ocorrem fomes coletivas, terremotos e pestes””, embora se especule que o motivo real seria a perseguição de opositores (Richards, 1993, 130; Torrão Filho, 2000, 95).

Esse processo será especialmente agudizado a partir do século XIII, diante das sucessivas calamidades (fomes coletivas, enchentes, pestes diversas) e, também, mais uma vez, para consolidação do poder político da Igreja que sentia seu prestígio ameaçado diante da proliferação de movimentos ascéticos, o descrédito do clero frente à população (simonia, práticas sexuais intensas, casamento). A séria crise demográfica instaurada com as reiteradas pestes – principalmente a Negra, que chega a dizimar 1/3 da população da Europa ocidental – faz surgir uma onda de histeria. Em seu rastro, práticas sexuais não procriativas (“desperdício do Sêmen”, ou molície⁶²) e práticas contraceptivas (*coitus interruptus*, coito *inter foemora* – entre coxas – e abortamento) passam a merecer controle obsessivo, veiculadas como pecados pavorosos, sujeitando os seus agentes à perpétua danação.

Na Idade Média a prática de relações anais entre homens (sodomia⁶³) ostentava intensa disseminação, notadamente até o século XII, quando em seus anos finais tem início outra onda persecutória⁶⁴. Sua condenação, no entanto, possuía inúmeras nuances: “pouco rigorosa antes do século XII e violentíssima nos séculos XIII e XIV; mais indulgente com crianças e adolescentes do que com os adultos; menos severa com mulheres do que com homens; mais hostil em relação a clérigos do que com respeito a leigos” (Vainfas, 1992, 70). Os sodomitas (homens) exercem presença marcante em diversas cidades da Alemanha, Itália, Normandia e Inglaterra. Notórios em Veneza, encontram-se em todos os setores da sociedade, sem exceção, principalmente no interior do clero, onde ainda no século III vão merecer regulamentações tendentes a suprimir todo e

⁶² Vainfas, apoiando-se em Ariès, historiciza o emprego do termo, dando conta que nos primórdios da cristandade representava um conjunto de atos eróticos que tinham a finalidade de proporcionar maior e mais duradoura sensação de volúpia, adiando ou evitando a conjunção carnal. Posteriormente, foi abrangendo diversas variedades de atos sexuais sem penetração, mas com ejaculação. Depois do século XII, porém, passa a significar variadas “práticas solitárias”, entre elas a masturbação. No século XIV elabora-se uma distinção entre “poluções manuais” e molície, definindo-se as primeiras como não necessariamente solitárias, ao contrário da segunda que, a partir do século XV ou XVI passou a significar basicamente a masturbação masculina solitária, também referida como “crime de Onam”, devido ao desperdício do sêmem. Enquanto a busca de prazer solitário no homem merecia penas que variavam de sete a trinta dias a pão e água ou jejum de cinquenta dias, caso o praticante fosse um bispo, as mulheres recebiam a penitência de “quarenta dias de jejum durante um ano ou mais” (Cf. Vainfas, 1992, 62–64).

⁶³ A sodomia também mereceu uma variedade de significados: de violação aos costumes humanos para a sexualidade, passa depois a abranger uma noção de natureza, ao contrário de costumes, seguindo para uma idéia de *desvios da genitalidade* (coito anal e poluções orais de ambos os sexos). O terceiro significado apontado por Vainfas vincula o termo estreitamente à prática de sexo anal, notadamente aquelas entre homens (século XIII). Tida como uma exacerbação do desejo “carnal”, após o século XII passa a ser compreendida como “um desvio radical da natureza” (Cf. Vainfas, 1992, 64–67).

⁶⁴ Para o contexto colonial brasileiro, ver Trevisan, 1986, 2000; Bellini, 1987; Vainfas, 2004; Mott 1999, 1987. Estes dois últimos produziram outros trabalhos igualmente importantes, e aos quais remeto, sobre o tema no período colonial brasileiro.

qualquer contato íntimo entre os monges (Preceitos de são Pacômio, 286–346, cf. Torráo Filho, 2000, 92).

A disseminação das práticas sodomíticas masculinas era tão abundante a ponto de produzir subcultura peculiar e vigorosa que vicejava em todos os espaços públicos (de frequência homosocial masculina) – boticas, ginásios, casas de massa, escolas, casas de banhos e barbearias –, dotada de formas de expressão (gírias e poesia erótica) e satisfação sexual (prostituição masculina) próprias. Em fins do século XII e por todo o século XIII, contudo, verifica-se uma severa campanha persecutória, com arbitramento de penas que vão desde penitências, flagelações públicas, surras e vultosas multas ao perdimento de bens, decapitação e morte na fogueira (com expropriação do patrimônio). A determinação em instaurar uma nova ordem moral, parte integrante da emergente mentalidade burguesa, e a ampla disseminação das práticas sexuais entre homens pode ser aquilatada por meio da decisão do Concílio de Siena que em 1234 institui a figura do caçador de sodomitas (Richards, 1993, 34 e 137–139, 142–150). Do ponto de vista da sodomia feminina, no entanto, a assimetria entre os gêneros irá tornar os atos eróticos entre mulheres ao abrigo do quase absoluto silêncio, protegendo a maioria das suas praticantes das sanções aplicadas contra os homens, levando diversos autores a defender a hipótese de inexistência ou escassez de práticas eróticas entre mulheres.

Brown espousa a tese de que antes do século XIX as mulheres que praticavam atos sexuais com outras mulheres não se percebiam nem eram percebidas enquanto pessoas diferentes, integrantes de um grupo distinto. Na sua argumentação, o confinamento aos espaços privados as impediu da construção dessa percepção e também da eclosão de subculturas sexuais específicas (Brown, 1987, 38). Segundo essa autora, as dificuldades na compreensão das práticas eróticas de mulheres entre si estão refletidas na ausência de uma categorização específica. Para Brown “a sexualidade lésbica não existia. Nem mesmo as *lésbicas*. Apesar de a palavra ‘lésbica’ aparecer uma vez no século XVI na obra de Brantôme, não foi usada habitualmente até o século XIX, e mesmo então era mais aplicada a uma série de atos do que a uma categoria de pessoas.” (Brown, 1987, 27). Viñuales, entretanto, afirma que foi o mesmo senhor de Brantôme (Pierre de Bourdeille) quem recuperou e difundiu o termo *tribade* em suas *Memórias*, datadas de 1587. Por três séculos, continua Viñuales, esta seria a única palavra a definir as práticas amorosas entre mulheres, tendo assumido diversos sentidos (Viñuales, 2000, 51).

Com a emergência do movimento feminista no contexto das revoluções de 1848 e em total oposição à visão dominante na literatura do século anterior, que havia construído uma imagem negativa de “femmes damnées” ou mulheres condenadas, em alusão ao suicídio de Safo, verifica-se a recuperação na imagem da poeta e na forma de representação das práticas lésbicas. Essa nova representação se dá principalmente através da ressignificação literária da obra da poeta da ilha de Lesbos, esforço no qual Baudelaire teve um papel bastante notável. Constrói-se uma imagem revolucionária de Safo e o seu suicídio passa a ser atribuído à luta pela liberdade política. Ainda segundo Viñuales, o século XIX chega ao fim com uma visão paradoxal da homossexualidade na mulher: portadora de uma patologia, segundo a medicina e, perante a literatura, heroína moderna usufruindo liberdade erótica plena, semelhantemente aos homens (Viñuales, 2000, 51–52).

Inequivocamente diversos foram os termos específicos utilizados para referir as mulheres que mantinham relações afetivo-sexuais entre si (e não apenas as práticas): sáficas, tribades⁶⁵, fricatrizes⁶⁶, viragos, são os mais conhecidos. Isso leva à indagação de até que ponto se sustenta a afirmação categórica de que tais práticas inexistiam, pelo simples fato de não se encontrar uma consciência diferida com base nelas (identidade automeada) ou uma subcultura diferenciada. Por outro lado, conforme destaca Torrão Filho, os comportamentos não nascem apenas quando lhes damos um nome (Torrão Filho, 2000, 13) e “o fato de que as fontes históricas não prestem atenção a um fenômeno concreto não prova de forma alguma que ele não tenha existido, nem cabe equiparar a sua descoberta à sua criação ou invenção” (Boswell, 1982, 48 apud Torrão Filho, 2000, 13).

Dadas as circunstâncias históricas que condicionavam o *ser mulher* – a incapacidade de se compreender a possibilidade de prazer sexual sem a presença do falo (Mott, 1987; Portinari, 1989); o desconhecimento de sua anatomia e fisiologia; a sua existência circunscrita aos espaços privados

⁶⁵ O Dicionário Houaiss registra o surgimento do termo em 1877, oriundo do grego *tribás*, *tribádos*; derivação do verbo *tribō* (Houaiss, 2001, 2765). Aulete atribui a origem do termo ao grego *tribein* – esfregar (Aulete, 1964, 4057). Bellini registra o termo na obra toda dedicada ao assunto, de autoria do teólogo italiano Luigi-Maria Sinistrari – *De sodomia (Tractatus in quo exponitur doctrina nova de sodomia faeminarum a tribadismo distincta)* – cuja data de publicação ela encontrou referências como sendo 1700, em Roma (Bellini, 1987, 39–40). Viñuales cita o registro de Bonnet em seu livro sobre relações amorosas entre as mulheres, onde dá conta de que o primeiro registro do termo *tribada* foi realizado pelo poeta latino Marcial no Século I, referindo-se a uma cortesã de nome Philaenis (Viñuales, 2000, 51).

⁶⁶ Segundo Bellini, tribades e fricatrizes eram as classificações presentes no tratado elaborado por Sinistrari para as mulheres que se utilizavam de instrumentos fálicos em suas relações com outras mulheres. (Bellini, 1987, 45–46).

nos quais se encontrava segregada; o desprezo e o medo com que de um modo geral eram vistas⁶⁷; a representação delas ora como portadoras de uma natureza intrinsecamente maligna, diabólica (“frívolas, ardilosas, avarentas e de inteligência limitada”), justificadora dos esforços para a sua “disciplinarização”⁶⁸, ora como a Mãe Divinal – símbolo santificado da maternidade (geradora do valor maior, por conta das crises demográficas: a prole); o não reconhecimento do direito de gerir suas próprias vidas, corpos e bens; e o tabu que envolvia a busca do prazer sexual⁶⁹, infração inadmissível à hegemônica finalidade procriativa, o que mais deve surpreender é a eventualidade do encontro de alguma fonte documentando esse tipo de conduta em sua vertente feminina. Por outro lado, ao se encontrarem alijadas do poder, percebidas como seres inferiores e incompletos, às mulheres resultava sinal de prudência e bom senso manter determinados costumes e especificidades ao abrigo da curiosidade desqualificadora e punitiva dos homens – senhores de todo poder (Bellini, 1987, 39–49; 61; Brown, 1987, 14; Vainfas, 2004, 120–124, 136).

Tomando em conta tais fatores, resulta problemático afirmar a escassa manifestação do amor sáfico, respaldando-se na pouca quantidade de registros disponíveis sobre sua manifestação e na não localização de registros sobre a produção de subculturas, ao contrário do documentado para os sodomitas masculinos e pederastas. A existência mesma do tratado de Sinistrari contradiz essa tese da inexistência de práticas “lésbicas”, devendo ser visto mais como prova de sua reiterada manifestação do que de sua escassez. Ao enfrentar o total desconhecimento sobre a mulher, seu corpo e formas de prazer, a confecção do tratado por Sinistrari funciona na verdade como um testemunho da contumácia desse tipo de erotismo. É princípio assente de que esforços

⁶⁷ A exuberância erótica da mulher deflagrou uma onda de temor e repressão contra sua sexualidade. As mulheres passaram a ser construídas ainda na pré-modernidade européia como “de índole carnal”, “lascivas”, “devassas”, portadoras de incontida insaciabilidade em sua luxúria carnal. No período moderno tem-se a consolidação desse processo, com a mulher e seu sexo anatômico sendo vistos como terrivelmente intimidatórios. Sobre essa sexualidade vibrante e ávida será desencadeado um processo – que se provará bastante eficaz – de condenação, controle e punição, de modo a quase aniquilá-la. Uma das estratégias foi construir-lhe uma outra imagem, diametralmente oposta – a de mãe sublime, sagrada guardiã dos filhos e do marido, recatada e casta (Bellini, 1987, 51-54). Richards registra que os dois modelos com funções enobrecedoras construídos para as mulheres (a Virgem Imaculada e a Mãe) foram promovidos a partir da emergência do culto à Virgem Maria, nos séculos XI e XII (Richards, 1993, 36).

⁶⁸ Segundo Richards (1993, 36), “a lei canônica permitia especificamente o espancamento da esposa, e isto acontecia em todos os níveis da sociedade.”

⁶⁹ Definido como “pecado mortal” ainda que entre marido e mulher. Segundo Richards, “somente no final do século XVI a idéia de sexo puramente por prazer foi apresentada como uma proposição teórica séria”, tendo mesmo havido sua proibição expressa no século IV por são Jerônimo – “Um homem que está ardentemente apaixonado por sua esposa é um adúltero” (Richards, 1993, 34).

normatizadores emergem diante da demanda concreta da realidade social. Não se regula situações hipoteticamente consideradas, mas fatos sociais concretos.

Essa, aliás, é a opinião de Bellini. Embora a referência da construção do ser “homossexual” seja dada no século XIX, com a patologização das pessoas com práticas sexuais consideradas desviantes, diz Bellini, o processo de constituição dessas pessoas como um tipo específico na verdade remonta ao século XVI, com o tratado de Sinistrari representando um poderoso marco, principalmente no tocante às atividades lesbianas (Bellini, 1987, 48).

Seguindo nesse mesmo raciocínio podemos recuar o marco ao século XI, para as mulheres, quando é publicado o penitencial (manual fixador de penitências, para orientação dos confessores) de Burchard de Worms – *Decretum*, que se tornará bastante influente. Ali é expressamente reconhecida a existência de práticas sodomíticas entre mulheres, sendo fixada a pena de cinco anos de penitência a pão e água⁷⁰ (Richards, 1993, 40). No século XIII santo Alberto Magno também faz menção às práticas entre mulheres, ao definir a sodomia como “a prática de sexo entre homem e homem ou entre mulher e mulher”. Para os homens, o marco pode ser recuado até o século VI, com a instituição pelo imperador Justiniano da pena de morte para coibir práticas sodomíticas (Richards, 1993, 145 e 142–143).

Do ponto de vista da invisibilização das práticas “lésbicas”, o que parece mais plausível é fato de quase não ter havido previsão de um tipo penal específico para as mulheres revelar mais aspectos de privacidade, maior segredo, desconhecimento e desprezo pela mulher (Vainfas, 2004, 139) do que necessariamente uma menor ocorrência de práticas eróticas entre elas. Diante disso, mais apropriado talvez fosse problematizar essa certa “suavização” na persecução punitiva, como faz Vainfas, ao destacar o pouco aprofundamento que o inquisidor adotava nos interrogatórios relativamente aos homens acusados de sodomia (Vainfas, 2004, 137–139).

⁷⁰ No contexto medieval, os desvios mais graves eram o incesto, a sodomia, a bestialidade e o abortamento. Masturbação mútua e sexo entrecoxas entre pessoas do mesmo sexo (homens), no entanto, eram tidos como de menor gravidade. Por outro lado, sexo oral, penetração vaginal por trás e o chamado coito dorsal (a mulher por cima) eram severamente punidos (o primeiro provavelmente em razão do desperdício do sêmen, o segundo era visto como destituindo o homem de sua dignidade, ao aproximá-lo das posições praticadas pelos animais, e o terceiro como subvertendo a posição dominante reservada exclusivamente ao homem. Também era severamente punido “qualquer ato que conduzisse à excitação sexual ou ao prazer sexual”. Nesse contexto, se a mulher ingerisse o sêmen de seu marido, “a fim de inflamar seu desejo” estava sujeita à penitência de sete anos a pão e água. (Richards, 1993, 40–41).

Mesmo diante da maneira ambígua e marcadamente insignificante com que os homens percebiam as mulheres e tudo o que lhes dizia respeito, sobreviveram registros sobre práticas sáficas em todas as esferas sociais, semelhantemente às sodomíticas: vão do palácio (o esquadrão sedutor de Catarina de Médicis) à Senzala (Guiomar Pisçara e Méscia), passando pelos exércitos (Catharina Link) e conventos – a abadessa Benedetta Carlini (Brown, 1987; Brigitte apud Vainfas, 2004; Vainfas, 2004, 115–139; Bellini, 1987; Mott, 1999).

Como, então, asseverar com segurança acerca da intensidade ou não de suas ocorrências? – O que sabemos nós do que efetivamente ocorria nas relações cotidianas de mulheres abrigadas em espaços longe dos controladores olhares masculinos? O que sabemos sobre as relações entre as amas e aias? – Quais os efeitos desse modo de percepção das práticas sodomíticas das mulheres (e das práticas eróticas das mulheres de um modo geral) em termos de produção de fontes? – O quanto de verdade existe nas afirmações, perante o inquisidor e consideradas as sanções a que estavam sujeitas, a afirmação de que a maioria os atos não passavam de pueris folguedos de crianças? – O que concretamente podemos afirmar que sabemos da sexualidade de mulheres relegadas à indiferença ou à inferioridade total? Como, afinal, ter alguma certeza sobre a tão propalada pouca frequência do amor entre mulheres se, conforme ressalta Wolff, “muitos homens encaram o lesbianismo como piada ou, no máximo, uma excentricidade divertida [...]”? Diante dessas circunstâncias, concordo com esta autora de que “foi a arrogância masculina que protegeu as mulheres homossexuais de sofrer o mesmo grau de perseguição que sofreram os homens homossexuais” (Wolff, s/d, 15)⁷¹.

Com relação à adoção pela mulher do gênero social masculino, parece haver distintas recepções, conforme o contexto. Segundo Brown, não desencadeava nenhum sentimento de ameaça ao domínio masculino. A estrutura de poder total sobre a qual estavam eles investidos fazia com que vissem os desvios de gênero de modo distinto, conforme o sexo que o praticasse – o homem efeminado era severamente repellido e censurado enquanto que a masculinização na mulher

⁷¹ Wolff documenta o alto grau de segredo e temor que envolve a lesbianidade, em contexto onde inexistia pena de morte ou flagelação, apenas o banimento social: “Encontrei bastante dificuldade para obter um número suficiente de pessoas para as minhas investigações [ela entrevistou 108 mulheres] porque muitas lésbicas temiam a possibilidade de que transpirassem as informações que poderiam me prestar. Essa atitude me surpreendeu, pois várias organizações lésbicas ofereceram a garantia de uma discrição absoluta nos apelos feitos para a minha pesquisa. O fato de estar, como médica, presa ao sigilo profissional deveria bastar, em si, para dissipar qualquer medo. A organização lésbica Kenric publica uma circular mensal onde não se faz referência ao sobrenome de nenhuma associada [...] Tal medida denota grande receio da opinião pública. Também notei outra atitude igualmente esquiva durante as entrevistas. Muitas vezes tive de prometer o maior sigilo [...]” (Wolff, s/d, 21).

era vista semelhantemente a uma rebeldia infantil (Brown, 1987, 21). Vainfas, entretanto, registra dois casos de travestismo punidos com a morte. Um em 1580 (ao que parece por ter chegado a celebrar núpcias), integrante na descrição feita por Montaigne de “sete ou oito mulheres que tinham escolhido vestir-se e viver como homens” (Vainfas, 2004, 124). O outro, segundo Vainfas o mais documentado, seria o da alemã Catharina Linck, presente no livro de Brigitte Eriksson. Catharina teria lutado como soldado em vários exércitos, adotado diversos nomes e identidades e contraído núpcias com a mesma mulher, Margareth – em dois ritos diferentes, no luterano e no católico⁷². Mais adiante será abordada a maneira pela qual essa infração de gênero é recepcionada na contemporaneidade brasileira no âmbito dos terreiros de candomblé, a partir do trabalho de Birman (1995).

Essa relativa invisibilização da mulher e de suas práticas fora da norma também se refletiu nas pesquisas. Segundo Viñuales, até os anos de 1990 a maioria das investigações realizadas nos países ditos de primeiro mundo permaneceu afirmando que a lesbianidade era uma prática menos institucionalizada ou visível do que a homossexualidade masculina por força das características biológicas das mulheres. Duas pesquisadoras, contudo, apontam para aspectos de maior relevância. Uma em 1980, afirmando que a causa dessa diferença deve ser buscada nas estruturas de poder que organizam as relações entre os gêneros (Carrier) e outra em 1991, apontando para o contexto histórico (Blackwood), vez que até o final do século XIX os sexólogos definiam a lésbica exclusivamente como mulher dotada de comportamento e atitudes masculinizadas. Com isso, todos os outros modos de expressão do amor entre mulheres passavam despercebidos, diluídos sob o manto da amizade feminina (Vincent-Buffault, 1996, 162–173).

Através do percurso realizado é possível observar que a identidade “homossexual” resulta agora do conflito entre a heteronomia e a autoidentificação, produto do processo de reapropriação e redefinição (Pecheny, 2004, 17). Constituída no âmbito desse conflito entre as demandas do indivíduo pela liberdade de expressão do desejo de afeto e erotismo e pelo

⁷² Em suas intimidades com a *esposa* Catharina se utilizava de um pênis de couro amarrado à cintura, chegando a “molestar” sua parceira. Vainfas também registra outros casos de mulheres que foram punidas por se utilizarem de instrumentos fálcos, uma inclusive no Brasil colonial (Vainfas, 2004, 136, 130).

reconhecimento de seus direitos de cidadão pleno como qualquer outra pessoa;⁷³ e as tipologias normatizantes impostas pela cultura heterossexual hegemônica que estigmatiza de modos distintos os diferentes desvios, a identidade “homossexual” (incluída toda a “sopa de letrinhas” presente no espectro do arco-íris da sexualidade) expressa e reflete todas as disputas e antagonismos que lhe são constitutivos.

Assim, tendo visto como a infração às normas da sexualidade hegemônica produziu, num trabalho de longa duração, o “ser homossexual”, quero agora examinar alguns exemplos encontrados na bibliografia que documentam modos distintos de recepção dessa diferença, seja pelos ditos “heterossexuais”, seja pelos próprios “homossexuais”⁷⁴, a fim de melhor demonstrar as distintas formas de produção da noção desqualificadora sobre alguma diferença presente no “outro”.

2.2.1 Dinâmicas de integração e estigmatização da diferença de orientação sexual

Na maioria dos contextos se tem verificado a reprodução do mesmo padrão desqualificador por parte daqueles que são eles próprios vítimas da dinâmica estigmatizante. Os exemplos da bibliografia são abundantes⁷⁵. Em menor volume, no entanto, as pesquisas em contextos não reprodutores dos processos de estigmatização. Em todos eles, contudo, os aportes fornecidos por Elias em suas pesquisas sobre Winston Parma ajudam a compreender os modos através dos quais se desenvolvem e se estruturam. A seguir, cuidarei de examinar alguns dos processos de desqualificação freqüentemente verificáveis entre “homossexuais” masculinos e “homossexuais” efeminados e figurações outras, nas quais a homossexualidade é relativamente bem integrada.

2.2.1.2 Algumas faces do mesmo

⁷³ No sentido jurídico de sujeito capaz de direitos e obrigações.

⁷⁴ Utilizando aqui a acepção generalizante, englobando o segmento “trans”.

⁷⁵ “Transformistas que não toleram travestis, travestis que negam a autenticidade do transformista, artistas que desprezam os travestis de rua, ou de pista [...], à própria negação de subcategorias incrustadas no arco de possibilidades dessa coletividade” (Silva, 1993, 139) – Apenas para citar as tensões no interior do segmento “T”. Ver também Fatal, 1988; Silva, 2005, entre outros.

Ao examinarmos o que poderíamos referir como uma figuração entre homens “homossexuais” que não adotam o papel social do gênero feminino e, de outro, aqueles que o adotam⁷⁶, a marcada mais flagrante entre seus componentes é o enorme desnível de poder, atravessados que estão por fortes distinções de classe e do próprio gênero. Enquanto o primeiro elemento da figuração se auto-representa como composto preponderantemente por homens brancos, cultos, universitários, sérios, “bem apessoados” e conscientes⁷⁷, o segundo (os reprodutores reais ou supostos do “feminino” social ou sexual) é retratado a partir de fora como composto por homens efeminados e pel*s portador*s de redesignação corporal para o “ser mulher”. Também é generalizada sua representação como oriundos/integrantes dos estratos mais “baixos” em termos de poder econômico e “requisito social”, comprovando a dinâmica de fazer estender a todos os dominantes o “melhor do nós” e, igualmente, o “pior do eles” aos relativamente dominados encontrada por Elias.

Na medida em que parcelas do segmento desqualificado relativamente são também ocupantes de posições de poder e portadoras de certo volume de capital simbólico no interior da sociedade hegemônica, a correlação de forças entre essas duas categorias identitárias se mantém assimétrica⁷⁸, refletindo a preservação do sistema de valores estruturador da sociedade como um todo. “Mesmo as retóricas mais igualitárias” – recorda-nos Góis – “estão fortemente marcadas pela lógica heterossexual a qual se reafirma mesmo quando se deseja superá-la” (Góis, 2004, 41), sancionando inclusive qualquer arranjo afetivo-sexual verdadeiramente transgressor, como por exemplo, relações fora do padrão binário opositor (MacRae, 1990).

De modo semelhante à figuração examinada por Elias e Scotson, foi possível constatar nas imputações desqualificadoras entre “gays” x “efeminados” uma dinâmica de *diferenciação & identificação*. Ao tempo em que procuram se distanciar das possibilidades de vinculação com noções

⁷⁶ “Gays” & “trans” ou “entendidos”/“homossexuais” & “bichas”/ “viados”/“travestis” e quaisquer outras oposições possíveis. Foge aos objetivos da abordagem que proponho as discussões acerca da integração ou não dos “transexuais” ao padrão classificatório das homossexualidades.

⁷⁷ Representação ainda marcante e expressa através de mensagem virtual conclamando todos “homossexuais” a prestarem solidariedade ao integrante do programa *Big Brother Brasil 5*, ameaçado de ser excluído da casa/jogo. Segundo o texto, o jovem que declarou publicamente sua homossexualidade merecia permanecer no programa porque era um “*intelectual, sério, responsável, bonito, diferente dos gays caricatos que a tv brasileira costuma mostrar, especialmente nas novelas*”. Ver: <http://br.groups.yahoo.com/group/listagls/message/47931> (Acessado em 21/01/2005). Ver também: Fry e MacRae, 1983, p. 41.

⁷⁸ Góis, 2003, p. 289-297; Salgueiro, Beth. “Não deixaram travesti falar no congresso de homossexuais”. *Jornal Repórter*, nº 43, de 6 a 19 de maio de 1981, p. 14; MacRae, *A construção da igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 54, 99,100; Navarro-Swain, op. cit., p. 94; *jornal Lampião da Esquina*, nº 10, de março de 1979, p. 9; *Jornal Lampião da Esquina*, , ano 2, nº 23, abril de 1980, p. 6-8.

fortemente estigmatizadas, realizam um movimento em direção à aproximação dos referenciais consagrados pela parcela hegemônica. Tal percurso, que não necessariamente se dá de forma consciente, integra uma estratégia para obtenção de reconhecimento e aceitação (operando uma distinção frente ao inferiorizado) não apenas para a sua constituição identitária, mas também para sua agenda de demandas político-sociais no interior daquela coletividade hegemônica e detentora dos reais poderes de legitimação.

Assim é que, durante o Congresso Constituinte de 1986, na campanha pela proibição de discriminação por *orientação sexual*, o representante dos grupos homossexuais brasileiros, ao buscar demonstrar a vinculação automática por parte dos veículos de imprensa entre “homossexualidade”, prostituição e delinquência, acaba por involuntária e inconscientemente reproduzir a oposição entre “homossexuais” e “travestis” (Mascarenhas apud Câmara, 2002, 116)⁷⁹.

Não é difícil constatar os ganhos secundários auferidos pelo simples contraste diante da fixação da *diferença inferiorizante*. A imputação de qualquer aspecto desqualificador sobre o “Outro” também vítima de descrédito social instaura automaticamente em quem a promove uma distinção positiva, uma superioridade apaziguadora, compensatória, capaz de levar o seu autor a se sentir mais próximo do grupo instalado na posição hegemônica mais global. Por outro lado, ser alvo da reprodução do processo de estigmatização possibilita construir discursos vitimistas, passíveis de utilização como um certo “capital” na sempre tensionada disputa por posições de poder no espaço político.

Quanto ao quesito *coesão*, o volume de capital simbólico acumulado por essa parcela a um tempo dominada/dominante parece torná-lo relativamente de menor potencial fixador para a desqualificação impingida, ao contrário do verificado em Parma. Aqui, o que parece ser mais decisivo para a fixação do descrédito é a soma do capital simbólico disponível e as posições relativas ocupadas no espaço social global (Bourdieu, 2001, 295-296; 2005, 13–33). Desse modo, embora ambos sejam dissonantes da norma “heterossexual”, posicionam-se e se reconhecem no espaço social a partir de seus capitais e *habitus*, dotados que estão de peso relativo maior do que a orientação sexual no processo de diferenciação–identificação.

Embora também se tenha verificado, durante a trajetória do movimento homossexual brasileiro, inúmeras manifestações de desagravo à figura dos travestis – e por extensão à do

⁷⁹ “Para a mídia não há distinção entre o homossexual e o travesti. [...] O homossexual aparece como um travesti ou quase isso.”

efeminado (Penteado, 1980, 3; 1980, 2 e 1980, 19; Bittencourt, 1980, 4) e a categoria tenha sido incorporada ao movimento a partir dos anos de 1995 – a letra “T” da nova denominação Movimento GLBT (Facchini, 2005, 20) –, ainda se verificam tensionamentos intermitentes entre os “gays”, de um lado, e a representação do “feminino sexual”⁸⁰, isto é, as pessoas “trans” e demais “efeminados”. Tais estranhamentos, no entanto, quando ocorrem partem de agentes individualmente e não dos movimentos GLBTs como um todo.

Cláudia Wonder, ativista transexual, destaca que “devido à homofobia internalizada esse preconceito vem mais da parte dos homossexuais do que dos heteros”⁸¹ e dá conta dos efeitos pessoais dessas reproduções: “Já senti o preconceito dos meus ‘iguais’ na pele. Era efeminado e, por não ser aceito nem pelos heteros e nem pelos gays, me efeminei por completo e me tornei travesti. Nunca esqueço a frase que disse quando, aos 22 anos, tomei a decisão: ‘Vou virar travesti para ser amado’” (Wonder, 2005)⁸².

2.2.1.2.1 O paradoxo

Obrigados a se movimentar no interior de uma rede de significados restritiva e marcada por fortes transversalidades, os “homossexuais” (“ativistas” ou não), seja involuntariamente, seja por razões estratégicas ao encaminhamento da agenda de reivindicações – necessidade de construção de uma rede de apoiadores externos que viabilizem seu encaminhamento –, por vezes reproduzem algumas das práticas desqualificadoras presentes na cultura na qual são formados⁸³. Em outras palavras, movidos pela necessidade de obter legitimação para suas demandas no âmbito do mesmo arcabouço de idéias e crenças que promove a sua desqualificação, terminam por operar com os mesmos códigos de significados que são

⁸⁰ Sobre o estigma do feminino, concebido enquanto passivo sexual, i.e., degradante, ver: Misse, 1979.

⁸¹ O texto integra-se no contexto da discussão deflagrada a partir do anúncio de que o Grupo Gay da Bahia iria processar judicialmente o escritor Miguel Falabela, por manter em sua novela *A Lua me Disse* personagens, na opinião daquela entidade, caricatos, efeminados. Segundo seu principal ativista, essa veiculação apenas contribuiria para a permanência do estigma, alimentando a homofobia. Durante a exibição da novela *Senhora do Destino*, do escritor Aguinaldo Silva, a discussão voltou à cena.

⁸² A profundidade e sinceridade expressas por Wonder permitiriam indagar sobre o quanto da decisão pessoal de se transicionar (com tudo o que envolve) representaria a expressão máxima do desejo de aceitação e reconhecimento; um recurso protetor em face dos processos de estigmatização desencadeados contra a inobservância das prescrições de gênero e sexualidade.

⁸³ “A prática homossexual deveria ser um abrir de fronteiras, inclusive para um maior autoconhecimento. Mas nem sempre é. Há fortes misoginias e misantropias, sexismos de todas as espécies [...]” Miccolis, 1983, 95.

reconhecidos pelo segmento portador do poder de legitimação (Foucault, 1996, 14–15, 35; Rubin/Butler, 2003, 173–178; Silva, 2005, 169).

Desse modo, embora tragam em sua gênese notável potencial transformador, têm se conduzido expressando os estritos códigos e rituais hegemônicos (Foucault, 1996, 14–15, 35) no caminho de realização de uma agenda que se exerce preponderantemente no âmbito das instituições do Estado, com um elevado grau de dependência do financiamento público. Esse conjunto de fatores contribui para que a elaboração dessa *nova* identidade ou, antes, de novas representações para práticas e atos cristalizados como identidades, faça surgir a figura do “homossexual” palatável, cujos traços étnicos e de classe espelham e reforçam os padrões e valores hegemônicos⁸⁴.

Esse percurso em busca por reconhecimento social tende a levar à reprodução dos mesmos mecanismos segregadores da sociedade hegemônica, agora dirigidos aos que, aos olhos da fração dominante do segmento das homossexualidades, personificariam atributos desvalorizados que igualmente são vistos como inerentes à pessoa. Na medida em que parcelas do segmento desqualificado vão acumulando capitais sociais e ampliando o diferencial de poder, a tendência paradoxalmente é serem reproduzidos os mesmos mecanismos desqualificadores (Elias, 2000, 24).

Contingenciados por esse paradoxo que os obriga a dar mostras de que detêm os atributos valorados positivamente no campo da ação política institucional onde decidiram conduzir sua luta, terminam por se afastar da matriz anarco-libertária, decorrência da opção por uma atuação mais pragmática diante do desafio representado pela pandemia da Sida/Aids. Na medida em que realizam esse movimento no sentido da *normalização*, vão produzindo os seus Outros, isto é, uma nova vertente crítica (Fontana, 2004, 383–384). Esta, por sua vez, passa agora a ser desempenhada por setores do segmento “trans” e “intersex”, com toda a produção teórica subsequente.

2.2.1.3 Algumas faces da lua

⁸⁴ Ver, entre outros, os cartões postais das “Paradas do Orgulho GLBT” no Rio de Janeiro em 2003 e 2004; , e os postais da Campanha “Direitos Sexuais são Direitos Humanos”, promovida pela ABIA em 2003; e a campanha disseminada na Internet em prol da permanência, no Brig Brother Brasil 5, do gay “*intelectual, sério, responsável, bonito, diferente dos gays caricatos que a tv brasileira costuma mostrar, especialmente nas novelas*”. Ver: <http://br.groups.yahoo.com/group/listagls/message/47931> (Acessado em 21/01/2005).

Como contraponto, volto a referir, à guisa de ilustração sobre a possibilidade de outras estratégias políticas, os cartões postais do grupo *Nuances pela Livre expressão sexual*, de Porto Alegre, RS. Pautando pelo resgate da memória das subculturas produzidas, constroem referenciais identitários positivos a partir mesmo das peculiares expressões culturais e formas de sociabilidade de bichas, travestis etc. Ver também: Fry e MacRae, 1983, p. 41.

Nas figurações presentes na bibliografia consultada nas quais se verificam relativa integração e até mesmo prestígio dos “homossexuais”, a proposta analítica elaborada por Elias igualmente se mostrou eficaz na compreensão do porquê de em determinados contextos a infração da horematividade heterossexual e da concepção de gênero plasmada à corporalidade não serem sancionadas. Os exemplos encontrados se referem a três contextos socialmente distintos: a) o dos cultos de possessão afro-brasileiros, integrados basicamente por populares, b) o dos cultos de possessão kardecistas, praticados majoritariamente por membros da classe média urbana; c) e o da classe média-alta urbana artística e intelectualizada.

Os dois primeiros constam das pesquisas realizadas por Fry na década de 1970 na periferia de Belém (1982). Os cultos de possessão afro-brasileiros foram objeto das pesquisas de Landes na Bahia, durante os anos de 1938–1939 (Landes, 2002, 319–331; Fry, 2002, 23–30) e Birman na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro (Birman, 1995). Examinando os modos de recepção das identidades “homossexuais” masculinas associadas ao passivo sexual e à coreografia social atribuída ao gênero feminino⁸⁵ no âmbito das casas de cultos afro-brasileiros de Belém, Fry observa que, naquele contexto religioso, a incorporação dos atributos do gênero feminino por parte de alguns de seus integrantes do sexo masculino, não era objeto de desqualificação social. No âmbito daquela religiosidade, a variável unificadora mais relevante, cuja inobservância seria objeto de sanção, era a estrita observância da liturgia do culto. Os modos de expressão dos desejos eróticos não representam variáveis determinantes do ponto de vista dos detentores do poder de conferir credibilidade às práticas (Fry, 1982, 57, 58, 75). São atributos tidos como da esfera particular, pessoal. Apenas “*um fato da vida*”, sem maiores preocupações, seja de caráter etiológico ou sancionador (Leacock apud Fry, 1982, 70 e Fry, 1982, 73). À idéia da afetivo-sexualidade como algo restrito ao âmbito pessoal conjuga-se a posição marginal desses cultos relativamente aos valores hegemônicos que privilegia as manifestações religiosas de origem européia. Esses dois aspectos permitem que tais “desviantes” sejam reconhecidos em posição de relativa igualdade, podendo mesmo vir a alcançar posições de alto prestígio e poder no interior da comunidade religiosa (Fry, 1982, 58, 74, 76–77, 79). Já o universo dos cultos kardecistas, onde a possessão se reveste de formas mais contidas e “civilizadas”, as práticas “homossexuais” são objeto de elaboração teórica que aponta as sucessivas reencarnações como “responsáveis pela bissexualidade essencial a todas as criaturas” (Fry, 1982, 81). Nesse contexto, as “homossexualidades” resultam “da passagem de um

⁸⁵ “bichas”, “pederastas”, “frescos” e “viados”.

espírito do corpo masculino para o feminino ou vice-versa” (Fry, 1982, 81). Afeitadas ao processo de purificação por que passam os humanos pela via reencarnatória, são tidas como parte integrante do caminho rumo à perfeição evolucionária (Fry, 1982, 57, 81). Nesse quadro de significação, nenhum tipo de atitude estigmatizadora é cabível sobre as “homossexualidades”.

As pesquisas realizadas por Landes e Birman apontam para o mesmo modo de recepção da homossexualidade genericamente falando. Há, porém, um dado que me parece altamente significativo no tocante às estruturas dos gêneros no âmbito das casas de candomblé, abordado no trabalho de Birman. Trata-se da comparação entre as diversas formas de recepção das “infrações”⁸⁶ de gênero praticadas por “homossexuais” e “lésbicas” no contexto dos terreiros do culto. De um lado observa-se a completa incorporação do homossexual portador de gênero feminino (“bicha”, “viado”). Este pode vir a conquistar elevada reputação como pai de santo no âmbito daquela hierarquia, chegando mesmo a atingir maior “sucesso” do que os pais-de-santo não portadores do gênero feminino, em virtude da competência cênica que possam desenvolver (Birman, 1995, 122). De outro, à mulher é exigida absoluta observância às tradicionais prescrições para o seu gênero “natural”. Esse aspecto tanto está presente nas observações de Birman quanto foi destacado por Fry na apresentação da pesquisa.

Enquanto a ‘feminilidade’ dos adés é celebrada, a ‘masculinidade’ das ekedis permanece algo ligeiramente repreensível. [...] Por mais que o candomblé produza estilos e gêneros próprios à sua cosmologia, eles não deixam de ser subordinados também à lógica dos gêneros da sociedade profana. [...] A masculinidade das mulheres, em oposição, é sempre incômoda. Raramente assumida e celebrada pelas mulheres em questão, é mais alvo de acusação do que admiração ou condenação. Isso só vem a exemplificar a relação hierárquica e não-simétrica dos dois *sexos* (e não gêneros) no grupo pesquisado. Assim, nos terreiros, como na vida mundana, encontramos homens, sejam eles adés ou ogãs, que circulam e ostentam a sua sexualidade, e encontramos mulheres sempre discretas e abnegadas. (Fry, 1995, viii. Sublinhei).

Ou seja, no contexto dos cultos de candomblé, o sistema de estruturação de gênero não se encontra desconectado do sistema de estruturação de sexo, possuindo, porém uma justaposição peculiar. Desse modo, ao homem, mesmo quando portador do gênero feminino são preservadas as mesmas prerrogativas tradicionais a seu sexo. Porém quando detém a apresentação social do gênero feminino (“bicha”, “viado”, adé), às liberdades tradicionalmente masculinas são acrescidas às

⁸⁶ As aspas objetivam pontuar as linhas interpretativas que compreendem os deslocamentos operados sobre o sistema de gênero como uma outra forma de construção dos gêneros e não uma caricatura. (Stoller apud Silva, 1993, 162).

prerrogativas decorrentes das representações acerca do feminino “fatal”, lascivo ou mundano. Assim, observa-se que ao pai ou filho-de-santo homossexual, portador do gênero feminino, é reconhecido portar os atributos de ousadia, inovação, vinculação com o mundo da rua, mas também de exuberância sexual e sensual, valorização do estético, cenográfico e hedonista (as festas, com suas roupas, danças e comidas). No entanto, à mulher é exigida a estreita observância às prescrições tradicionais ao culto e à representação do feminino ideal – dedicação absoluta aos compromissos da religião em detrimento da própria individualidade, recato, secundarização ou apagamento da sexualidade, vinculação com o mundo da casa, da família (Birman, 1995).

No tocante à “lésbica” a autora apenas refere aquelas que ocupam o posto de ekede (ou ekedi⁸⁷). Nenhuma alusão faz sobre a mãe-de-santo ou ogã “lésbica” ou “sapatão”. Porém, mesmo diante dessa lacuna é possível compreender a dimensão de poder que perpassa a estruturação de gênero. Assim é que, no âmbito dos terreiros de candomblé, a mulher, ao portar uma apresentação social do gênero masculino, contrariamente ao homem em situação semelhante (“bicha”, “viado”, “adé”⁸⁸), não adquire os atributos do gênero de incorporação (masculino). Também não tem a sua autoridade reconhecida, sendo colocada abaixo da exercida pelos “ogãs”⁸⁹ (Birman, 1995, 124). Ela ocupa na

⁸⁷ Filha de santo que não entra em transe, não incorpora as entidades do culto. Sua função é cuidar dos “iaôs” (filhos de santo) durante o transe; servir aos orixás quando incorporados. Segundo Birman, “ela pode ser a única pessoa da casa [do terreiro] a se manter ‘acordada’ quando todos os outros encontram-se ‘virados’ [no santo]. São as ekedes que guiam os oxirás nos passos de dança, ajeitam suas roupas etc..” (Birman, 1995, 123; Verger, 2002, 71; Rios, 2004, 46)

⁸⁸ Filho de santo homossexual, portador do gênero social feminino (“bicha”). Caracterizam-se pelo exagero com que exibem suas competências rituais no culto (modo de dançar, estilização das roupas). Capitalizam os aspectos de transgressão e ambigüidade presente no culto, apropriando-se de tudo o que lhes pareça conveniente e compondo um estilo todo próprio cuja marca é uma feminilidade exacerbadamente erotizada. Segundo Birman, adotam “da religião somente aquilo que for conveniente para explorar esse campo que se apresenta como virtualidade para os outros: o campo da sexualidade e do feminino enquanto transgressão e, ainda, da linguagem-do-santo reduzida à sua expressão mais simples, como linguagem sexual. [...] Toda a importância dos orixás passa a ser essa fabulosa oportunidade de conseguir encarnar uma ‘divina dama’, com jóias, flores e paetês. [...] O sentido transgressor reside, pois, na valorização que se dá à posse como rito possível de ser instrumentalizado no intuito de não só adquirir mas enfatizar uma identidade de gênero.” Compõem uma subcultura dentro do culto: “Uma das características comuns desse personagem social é a assunção dessa identidade como recurso de organização de um grupo que vai deter coletivamente certos padrões comuns de comportamento, no interior das casas de candomblé.” (Birman, 112–115; Rios, 2004, 47).

⁸⁹ Pessoa, geralmente do sexo masculino, iniciada no culto (filho-de-santo), mas que não experimenta a posse. Suas funções variam de terreiro para terreiro, conforme a linhagem de sua tradição. Em alguns tem as funções de tocar os tambores e também de sacrificar os animais (Rios, 2004, 42). Em outros, possui uma função honorífica, de representação e defesa da casa à qual tem filiação (Birman, 1995, 87–92). Segundo Verger, nos terreiros nagôs (Iorubás) da Bahia os filhos de santo ocupantes desse cargo “não têm funções religiosas especiais, mas ajudam materialmente o terreiro e contribuem para protegê-lo. Formam uma sociedade civil de ajuda mútua, colocada sob a invocação de um santo católico. Alguns ‘ogãs’ levam o título prestigioso de obá, no Terreiro Axé Opô Afonjá, e o título de ‘mangbá, no Axé Opô Aganju.” Também nesses terreiros outro é o encarregado de tocar os atabaques – “alabê” (nome do chefe dos tocadores) e de fazer os sacrifícios – “axogum” (Verger, 2002, 71).

verdade uma posição de status inferior na estrutura hierárquica do culto, embora sua função seja estratégica – é a responsável por zelar pelos orixás quando virados; no caso de todos os médiuns se encontrarem incorporados, inclusive a mãe ou pai-de-santo, é quem exerce a direção da casa.

Paradoxalmente, embora o ambiente dos cultos do candomblé seja reconhecido como espaço privilegiado para a expressão de relações tidas pela sociedade ampliada como transgressoras (Birman, 1995, 128) e sua teogonia possua vários orixás portadores de ambos os gêneros, no caso das “lésbicas” masculinizadas (“sapatão”, “mona do aló”, “saboeira”, “monokó”) essa incorporação mostra-se bastante precária. Entre os adeptos verifica-se um forte controle para evitar que ela expresse os mesmos atributos de poder simbólico comumente outorgado ao homem. Elas inclusive são insistentemente desestimuladas e mesmo ostensivamente censuradas caso adotem posturas mais assertivas. O trabalho de Birman traz ricas e francas expressões desse controle exercido sobre aquilo que é visto naquele contexto como ameaça ao poderio do homem – a masculinidade da “monokó”:

A monokó pode ser um soldado lá fora, mas na hora que ela põe o pé para dentro [do terreiro] ela deixa de ser um soldado, porque se ela bancar o soldado aqui dentro, ela vai morrer sozinha na guerra (...) O adé pode entrar de plumas e paetês, mas ele faz parte da essência, do interior. E a monokó não (Fala de um pai-de-santo [“homossexual”?]. Birman, 1995, 125).

Em outra passagem:

Não quero papo com elas. São terríveis. São piores que os adés. Têm a mania de se fazerem de maiorais. Roçar é o negócio delas e tentam disputar as mulheres com os homens (Teixeira, 1986, 109 apud Birman 1995, 124–125).

Esse mecanismo de controle sobre o grau de poder que a “mona” poderia adquirir, por adotar uma apresentação social do gênero masculino, é tão intenso que leva as “lésbicas” a se policiarem quanto à adoção de posturas masculinas no interior das casas de culto. Vistas como ameaça ao poderio ancestral dos homens (“hetero” ou “homossexuais”), as “monokós” são compelidas a dissimular sua masculinidade, de modo a não se verem excluídas da comunidade de culto:

A monokó é mais feminina no candomblé, por exemplo, se Maria chega dentro de uma casa de candomblé pisando duro, falando grosso: ‘eu sou macho’, nesse tope, é claro que ela vai agredir... (Birman, 1995, 126).

Birman atribui o poder estruturante do sistema de gêneros e da dotação de prestígio presente no candomblé à possibilidade de “virar no santo” (Birman, 1987, 6). Assim, os integrantes do culto

com capacidade de exercer as funções de médiuns estariam associados ao gênero feminino (no caso, a mãe-de-santo, os “adés” e os pais-de-santo “homossexuais”), porém portando uma distinção em termos de prestígio face ao controle que detêm das forças mágicas (Birman, 1995, 84–85, 96, 192; Elias, 2000, 47). À “ekede”, devido às suas funções de gerenciadora das sessões de culto, é vedada a possessão. Sua feitura, semelhantemente a do “ogã”, é realizada de modo a impedir que “vire” no “santo”. No entanto, entre a “ekede” e o “ogã”, ambos situados no mesmo nível da hierarquia, aquela goza de menor prestígio relativo do que este. As “monokós” (“lésbicas” masculinizadas), embora sendo médiuns e realizando o ritual de possessão, não gozam do prestígio auferido pelo “adé” (filho-de-santo efeminado). Esse dado expõe a dissimetria que há por trás dos modos de recepção das infrações às normas de gênero, sexo (corporal) e sexualidade (orientação do desejo).

Desvela-se, assim, o atravessamento pela dimensão de poder que essas estruturações conservam também no candomblé. Às mulheres, quando portadoras de gênero masculino, não lhes reconhecem prerrogativas e prestígio concedidos aos “adés”. Os “adés”, no entanto, incorporam os atributos positivos tanto do seu sexo corporal (masculino) quanto do gênero feminino (na sua modalidade “fatal” ou mundana⁹⁰) e nenhuma desqualificação sofre pela notória homossexualidade. As “ekedes”, porém, permanecem na mesma órbita de relativo desprestígio do feminino tradicional, agravada mediante a assunção do gênero masculino e da publicização de sua homossexualidade, quando então é percebida como uma usurpadora, construindo-se sobre ela “uma identidade que é marcadamente negativa” (Birman, 1995, 126)⁹¹. Nesse contexto, as ocasiões nas quais a mulher (sexo feminino) obtém prestígio são aquelas onde estão em total observância com as prescrições para o seu gênero. Desempenham o ideal de autoridade da mãe zelosa, conselheira, mas também juiz na solução dos conflitos no interior da família de culto, mas o fazem a partir da estreita observância das prescrições inscritas no feminino tradicional, ou seja, do recato, do controle ou

⁹⁰ O prestígio dos adés tem que ser relativizado. Há terreiros em que, embora estejam mais integrados do que na sociedade ampliada, eles são vistos com certas restrições. Birman registra que em alguns casos lhes são destinados espaços próprios (uma roda específica no espaço de dança dos filhos-de-santo), enquanto que Rios faz referência ao descrédito que goza os terreiros que ficam conhecidos como “candomblés de veadeiros” (Birman, 1995; Rios, 2004).

⁹¹ Outro exemplo das complexas formas de incorporação desses “desvios” pode ser verificado na página de relacionamento virtual Orkut, onde se encontram comunidades destinadas a exaltar a figura do “gay”, ou melhor, de certa representação de determinados traços presentes em alguns “homossexuais” masculinos. São as comunidades “eu amo meu amigo gay”. Formadas quase que exclusivamente por mulheres, destacam-lhes certas idealizações, construídas a partir da alegria e do humor (característicos entre alguns segmentos sociais estigmatizados). Desconheço a existência de congêneres criadas exclusivamente com a finalidade de expressar apreço às “sapatonas”. Essa forma de exaltação de um determinado tipo de “gay” (o efeminado e alegre) remete à uma incorporação funcionalista que a meu ver estabelece pontos de contato com aquela anteriormente desempenhada pelo bufão (Monois, 2003, 55-56).

supressão do desejo erótico e da preeminência do outro (dever/cuidado) sobre o eu (autonomia/desejo).

Em uma primeira abordagem buscando compreender os desencadeadores da violência desferida contra as expressões visíveis da homossexualidade (Colaço, 1984, 36–39), refletia sobre a diferença nos modos de recepção social às transgressões de gênero e de sexo. Na ocasião, entendia que a “bicha” era de alguma forma assimilada “como inofensiva”. Adotando uma expressão social de gênero feminina (então dita passiva), constatava que sobre ela incidia “o desdobramento do estigma do passivo sexual” (Colaço, 1984, 37). Seguindo com o raciocínio, entendia que o “homossexual” masculino visível, ou seja, com expressão de gênero feminina, estaria ao abrigo de uma maior antagonização na medida em que o seu desvio “de papel social” (de expressão social de gênero) era para um “papel” (gênero) construído e percebido como inferior: “esse segundo desvio tem uma conotação não ameaçadora, na medida em que o papel incorporado é detentor de desprestígio – passivo –, a infração cometida tem valoração negativa, inferiorizante. [...]”

Não conseguia perceber entretanto que as formas de recepção dessas infrações – aos sistemas de sexo e de gênero – possuíam gradações, de acordo com os valores fixados como ordenadores em cada figuração específica. Assim, não dava conta de que em alguns contextos é justamente a infração representada pela incorporação, pelo homem, de um gênero tido culturalmente como inferior, mais do que o sexo da pessoa com a qual irá manter relações sexuais, que desencadeava sobre si uma violência exacerbada. Embora percebesse a existência da homofobia – “há verdadeiramente um ódio latente contra o homossexual (masculino e feminino) por parte de muitas pessoas ...” –, percebia sua manifestação apenas através dos comportamentos de risco, facilitadores dos chamados “crimes de lucro” (Ramos, 2003, 40). Em outras palavras, apenas conseguia vê-la na modalidade divulgada pela imprensa escrita, ou seja, por meio das facilidades fornecidas pela própria vítima, acrescidas dos componentes de ódio e rivalidade entre classes (Colaço, 1984, 37-38).

Prosseguindo com a reflexão, embora percebesse a existência de dois sistemas organizadores da conduta humana – de sexo e de gênero, embora não os explicitasse com a devida clareza. Permanecia com a mesma equivocada maneira de expressar essas distintas formas de infração (da “bicha” e da “sapatão”). Do modo como apresentado, denotava reconhecer como deflagradores de violência apenas as infrações (desvios) onde ocorria a assunção do gênero socialmente valorado como superior:

Numa sociedade falocrática, o homem assumindo um papel estigmatizado (passivo) ainda assim é um homem, um macho possuidor de um *falus*; ele não perde totalmente os seus atributos naturais [tradicionais, costumeiros⁹²]. Já no caso feminino [da mulher] a questão é diferente, principalmente se a “lésbica” adotar um comportamento masculinizado (sapatão). Nesse caso o ‘desvio’ é realmente duplo, isto é, além de desviar-se do objeto, desvia-se do papel [de gênero] originalmente lhe destinado (passiva, dependente), passando a desempenhar um com valoração positiva. Ela contraria o comportamento da fêmea convencional, só que adotando um papel tido socialmente como superior (ativo, independente). E aí, por ir de encontro ao que lhe é imposto socialmente, isto é, um papel inferior, ela passa a ser encarada como uma ameaça, como subversora da ordem estabelecida; competidora dos homens, sua concorrente, portanto inimiga. Uma rebelde que quer tomar o poderio dos homens, ameaçando-lhes uma posição milenar. Por isso o repúdio que lhe é desferido é mais intenso: por ser vista como uma ameaça às estruturas sociais, aos papéis sociais e sexuais [aos sistemas de ordenação de gênero e de sexo], pois além de adotar um comportamento com características atribuídas exclusivamente aos homens (independência, audácia, insubordinação, segurança, decisão, racionalidade), não os aceita como parceiros sexuais, desprezando o *falus*, preferindo a companhia de outras mulheres. ...

Por adotarem condutas diametralmente opostas, o tipo e a intensidade da agressão [que lhes é] desferida também são dissemelhantes. A lésbica (assim como as feministas) é vista como uma ameaça ao poderio do macho sobre a fêmea” (Colaço, 1984, 38–39).

Ou seja, expressava o entendimento de que a sociedade (heterossexista e falocrática) se mostrava mais hostil frente aos desvios de gênero e de sexo que se davam *de baixo para cima*, isto é, em termos de poder, de uma posição inferior (feminina, passiva, dependente) para outra, tida como superior (masculina, ativa, independente). Embora reconhecesse que ambos (“bicha” e “sapatão”) realizam infrações aos sistemas de sexo (heterossexual) e de gênero (“papel social”), entendia que apenas aquela onde ocorria a migração para posições socialmente valoradas como superior (prescritas como atributos do homem) eram recebidas como ameaça às estruturas de regulação do poder entre os gêneros, fazendo desencadear violências. Não dava conta de que a “bicha”, encarnando a representação visível do “passivo sexual”, em determinados contextos também é percebida como uma afronta à organização do poder. Abordando a questão de forma inegavelmente localizada (do meu lugar de mulher), deixava de perceber as gradações, os tons e semitons nas formas de expressão da violência em face das irrisignações de sexo e de gênero, notadamente quando praticadas pelos homens, de acordo com cada contexto específico. Ou seja, aquilo que, em cada figuração concreta, é estabelecido como valor maior, cuja violação é gravemente sancionada.

⁹² Ver, à guisa de exemplo, os depoimentos presentes em Parker, 2002, 110–111, 114.

Esse modo algo truncado de explicitação das dinâmicas, somado ao fato de apenas ter tido acesso à abordagem da dinâmica lésbica (declaradamente colhida em Mott, 1987, 206), deu ensejo a que Portinari indagasse se não estaria ali “uma supervalorização da fera?” [a parte “superior” da dicotomia ativa x passiva; a “lésbica” masculinizada] “Ou, pelo menos, uma certa admiração por sua audácia, pela sua subversão?” Logo em seguida, ressaltando concordar “em muitos pontos” com o que formulara (para a dinâmica da “fera”/”sapatão”, a única que conhecera), aduzia não conseguir “deixar de perceber, por outro lado, o quanto essa fera subversiva não é mais do que a obediência a um ideal, mesmo que seja um ideal do controvérsido discurso da homossexualidade feminina” (Portinari, 1989, 117).

Tendo agora esclarecido (penso eu) o modo como ia a formulação e aquilo que, hoje, percebo como seus equívocos, creio ter igualmente conseguido demonstrar que o escopo analítico subjacente em minha proposta era a dimensão do poder. Dito de outra forma, uma proposta, ainda que truncada, de análise política da homossexualidade nas suas expressões mais visíveis – “bicha” e “sapatão”.

No mais, devo dizer que concordo com Portinari quanto ao ideal, porém não o vejo como do discurso da homossexualidade feminina, mas, sim, da sociedade dominante. Os valores incorporados e reproduzidos pela “sapatão” são aqueles idealizados pela nossa cultura como desejáveis. Daí concordar com ela quando formula o entendimento de que a subversão é sempre no interior dos sistemas dados – de sexo e de gênero –, ainda que também ali não vá assim explicitado.

O tom é o da identidade de gênero, pautada pelos conceitos de masculino/ativo (a fera) e feminino/passivo (a bela). Ao ingressar no discurso da homossexualidade feminina, o sujeito é chamado a ocupar um lugar nessa escala. Mesmo que a chamada seja *liberada* o suficiente para permitir um certo deslocamento de lugar, é sempre no interior da escala que esse deslocamento se dará” (Portinari, 1989, 52–53, itálico no original).

Se Portinari fala de identidade de gênero (“o tom é o da identidade de gênero”, p. 52), logo em seguida, afirma que “o que vale para o aspecto da identidade [de gênero] do sujeito vale também para o aspecto da prática [sexo]” (p. 53). E então pontua que a homossexualidade feminina (seu objeto de análise) tem sempre como referente a heterossexualidade normativa: “o relacionamento amoroso/sexual entre duas mulheres é chamado a se moldar segundo o padrão da parceria heterossexual, o modelo homem/mulher” (p. 52).

Mais adiante, no fechamento do parágrafo, reconhece que “o padrão da parceria heterossexual ... faz valer essa chamada para toda espécie de casal, mesmo quando este é formado por duas mulheres” (p. 53). Ou seja, os humanos em nossa cultura, independentemente de sexo, gênero e orientação

sexual, ao entrarem no mundo do discurso (antecedente às suas existências extra-uterinas), entram inexoravelmente no mundo dos sistemas de sexo e de gênero. No entanto, ainda que não possam deles sair, podem contribuir para transformá-los, alterar os seus significados, sua ordenação assimétrica, dogmática e opositora.

Creio que análises sobre os distintos modos de recepção de gêneros e sexualidades “desviantes” em cada figuração específica, isto é, aquilo que nessas “infrações” é percebido em cada contexto como ameaça ao sistema de dominação vigente (heterossexista e androcêntrico), podem contribuir para um melhor entendimento sobre os mecanismos deflagradores da violência contra as homossexualidades, participando dos esforços em prol de formas de convívio social mais simétricas e respeitadas.

Retomando o tema dos espaços nos quais a homossexualidade é melhor incorporada, passo ao terceiro e último exemplo, produto da pesquisa realizada por Oliveira (1996). Aqui o cenário são os anos entre as décadas de 1950 a 1960, no eixo Petrópolis - Rio. Trata-se da relação entre a esteta brasileira Lota Macedo Soares, autora da concepção do parque Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro e a poeta estadunidense Elizabeth Bishop, juntamente com sua rede social, composta por membros da classe média-alta, artistas e intelectuais. Essa fonte, embora possua o estilo de narrativa romancada e tenha sido produzida fora da Academia, é produto de acurada pesquisa em fontes orais e documentais.

Ali, de forma ampla, é demonstrado que o relacionamento amoroso de Lota e Bishop era do conhecimento tanto de serviçais quanto de amigos, próximos e distantes, políticos, artistas e intelectuais, sem que sofresse restrição ou repúdio⁹³. De sua leitura, infere-se que nesse contexto peculiar, a orientação homossexual ou a incorporação de atributos do gênero masculino, não desencadeavam valoração distintiva, seja positiva ou negativamente, estando plenamente integradas pelos componentes de suas redes de relações, não representando nenhuma ameaça ao prestígio ou poder dos demais integrantes de sua rede de relações.

2.3 Engenharías & tecelagens

⁹³ Agradeço a James Green a sugestão bibliográfica da tese de doutorado de Nadia Nogueira, intitulada *Lota Macedo e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950–1960*, defendida em dezembro de 2005 no IFCH/Unicamp. Questões de ordem material e de modo de percepção do conhecimento produzido, na lógica dos capitais culturais e simbólicos, no entanto, obstaculizaram sua obtenção a tempo de ser incorporada.

Estas observações acerca das dinâmicas de poder e descrédito levam a alguns questionamentos. Através de quais maneiras se pode pensar alternativas aos modos desqualificadores de manifestação do orgulho próprio? Como barrar as espirais retaliadoras, os discursos antagonistas? De que maneira é possível pensar a ampliação das formas de diálogo e ação conjunta entre os diversos segmentos sociais que, embora tenham em comum a experiência da inferiorização, da segregação, têm historicamente demonstrado profundas dificuldades em se reconhecerem reciprocamente⁹⁴? Através de quais mecanismos é possível disseminar uma cultura de cooperação e compromisso? Como fazer com que as retóricas críticas, combativas, não sejam contraditadas pelas práticas cotidianas? Gestos de cooperação e solidariedade apenas podem emergir em contextos adversos (Birman, 2000, 184)?

Reflexões diversas, oriundas de distintas matrizes de pensamento entendem a cooperação mútua, o compromisso com o bem comum, o respeito pelo outro, a capacidade de empatia, a confiabilidade, como valores que necessitam ser constantemente construídos; diariamente reafirmados. Seja do ponto de vista da sociologia política, que trabalha a partir da noção de capital social (Putnam, 2005; D'Araújo, 2003), seja do ponto de vista do neopragmatismo, que propõe o estabelecimento de um critério moral como medida de julgamento sobre o que é ou não apropriado; vale dizer, os desdobramentos práticos da ação, os efeitos que ela opera tanto no outro quanto no entorno (Rorty, 2002, 45-46; Costa, 1994, 12-15). Seja, ainda, do ponto de vista cristão, que entende o cuidado e a capacidade de colocar-se no lugar do outro, sentir com ele (compaixão), como resultantes do reconhecimento do nexos de ligação entre os seres (Boff, 1999, 126, 135-136). Ou do ângulo psicanalítico, postulando o reconhecimento da insuficiência intrínseca do humano como argumento convincente para fazer surgir o compromisso ético solidário (Birman, 2000, 186, 205). Todos esses campos, cada um a seu modo, defendem a ação pessoal fundada na noção de solidariedade como algo que necessita ser constantemente trabalhado. No entanto, todos igualmente reconhecem sua crucial importância, tendo em vista constituir-se no fator de sobrevivência social,

⁹⁴ Embora o estranhamento vez por outra possa surgir de parte de algum/ns integrante/s dos segmentos individualmente, é importante destacar o dinamismo dos movimentos GLBTs, a sua alta capacidade para a avaliação das agendas e construção de parcerias. Exemplos nesse sentido são as parcerias que vêm sendo construídas seja com partidos políticos de distintas correntes ideológicas (o Programa Brasil sem Homofobia, de 2004, é emblemático nesse sentido; o Projeto Aliadas, também. Contabiliza, em fevereiro de 2007, 111 parlamentares na Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, entre os quais os deputados Clodovil Hernandez e Antônio Carlos Magalhães Neto, contra os 15 de sua formação, em 2003), seja com outros movimentos sociais.

condição de viabilidade da coexistência, na medida em que encontramos-nos todos inexoravelmente interligados em relações cotidianas de interdependência (Elias, 2000).

Rorty, filósofo neopragmático, postulando por um viver mais colaborativo, entende que problematizações fundantes precisam ser colocadas: “Que tipo de seres humanos nós desejamos nos tornar?”; “Quais os nossos compromissos com os outros seres humanos?” Qual a imagem de nós de que desejamos construir (Rorty, 2002, 26).

Boff, falando a partir do humanismo cristão, vê na compaixão radical a expressão maior do cuidado. Esclarecendo que a “com-paixão” não deve ser confundida com o sentimento de “piedade”, que inferioriza e apequena o outro, ressalta seu aspecto ativo: “a capacidade de compartilhar a paixão do outro e com o outro.” E acrescenta: “Trata-se de sair de seu próprio círculo e entrar na galáxia do outro enquanto outro para sofrer com ele, alegrar-se com ele, caminhar junto com ele e construir a vida em sinergia com ele”; de esforçar-se para que o encontro com o outro seja uma possibilidade de diálogo em liberdade, capaz de fazer surgir alianças (Boff, 1999, 126, 139). Uma das conseqüências dessa postura diante de si, do outro e da vida é a renúncia à ânsia por domínio e pelo emprego da violência; a compreensão da moradia comum que representa o planeta; o entendimento da interdependência que nos une a todos como parte de um ecossistema local e global, de modo a poder vivenciá-lo como “o próprio corpo estendido e prolongado” (Boff, 1999, 126, 135–136).

Birman, na matriz psicanalítica que concebe a fraternidade e a solidariedade como atributos do feminino, também espousa o mesmo entendimento de que a ética solidária implica uma ação coletiva cotidiana, sempre reafirmada, no sentido da precariedade essencial de todos nós e sempre vigilante contra reincidências da ilusória auto-suficiência. Ele concebe sua produção como um trabalho que “se realiza em dois eixos ao mesmo tempo: de cada um em relação a si próprio e de cada um em relação aos demais” (Birman, 2000, 186). No entanto, não é ingênuo para supor que seja fácil, à mercê de mero ato de vontade, ignorando a disputa de poder instituinte dessas dinâmicas, os aspectos culturais ou mesmo o modelo socioeconômico vigente. Crê firmemente, contudo, que é justamente da precariedade ampliada desses agentes historicamente segregados e despossuídos que pode ser dinamizado o manancial criativo capaz de recriar o projeto cotidianamente comprometido com a fraternidade (Birman, 2000, 205).

O elenco de tais reflexões, antes de representarem a crença em alguma solução simplista, ou mesmo supor esgotar a complexidade do tema e das próprias perspectivas referidas, tem o objetivo

de apontar possibilidades. Possibilidades de transformação da realidade, de modificação das condições concretas de existência social, para além do caos que às vezes parece nos governar e entorpecer. Seja a partir do pressuposto básico da responsabilidade pessoal para com os vários Outros que tornam a nossa existência viável (Arendt, 2004) – aí incluído o planeta com todos os ecossistemas (Boff, 1999) –, seja por intermédio da consciência de que a sobrevivência meramente individual é impossível (Birman, 2000), ou por meio do reconhecimento das múltiplas dependências recíprocas que constituem o humano como ser social que é (Elias, 1994). Pois “é justamente esse fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras” (Elias, 1994, 29), que permite acreditar que outras formas de organização social, mais fraternas, equânimes e colaborativas, são possíveis.

2.4 Engenhos & telas para ser

Os registros mais remotos das experiências de autoproteção praticadas pelos segmentos “homossexuais” falam de um impulso no sentido da satisfação das necessidades básicas de socialização (a necessidade do encontro com o “semelhante” e de provimento de apoio) mas, também, da promoção do bem comum. Nesse sentido, as divisões *cuidado próprio*, *cuidado do outro* e *cuidado do nós* estão aqui sendo utilizadas para efeitos meramente expositivos. Resulta de mera estratégia expositiva, como alternativa para melhor apresentar as distintas formas de interação, não devendo ser compreendidas jamais como manifestações estanques. Na realidade constituem processos sociais interligados, muitos operando concomitantemente. Enquanto os fazeres sociais desse primeiro modo dizem respeito mais a promoções espontâneas, descontínuas, gravitando em torno de ambientes privados (residências particulares) ou espaços comerciais que condicionam o acesso à renda, no segundo se destacam as iniciativas no âmbito da solidariedade, motivadas pela eclosão da epidemia Sida/Aids. No terceiro as ações de caráter mais universalistas são as privilegiadas.

Compreendendo a *proteção social* nos marcos já delimitados⁹⁵, é possível afirmar que as diversas redes sociais construídas por pessoas homossexuais atuam como provedoras de suporte. Funcionam como um mecanismo de proteção alternativo ao modelo clássico família/vizinhança/compadrio.

A produção bibliográfica, notadamente no âmbito da história, sociologia e antropologia, examinando essas ações de ajuda e comprometimento mútuos, revela tanto suas formas de organização e funcionamento quanto o fator determinante para sua aparição e permanência. Desenvolvidas seja no interior de tribos, etnias, famílias, parentela, compadrio, vizinhança (Costa, 1995; Freitas, 2000; Hahner, 2003; Faria, 2000, 65–92), seja em coletivos de identificação⁹⁶, têm como elemento deflagrador a possibilidade de estabelecer alguma identificação com aquele(s) que irá(ão) recebê-la (Elias, 2000, 91). É a possibilidade de poder se reconhecer de algum modo no

⁹⁵ Enquanto ações de cuidado recíproco, espontâneas e horizontalmente organizadas, tendentes à preservação da vida humana em seus aspectos biopsicossocial, objetivando minimizar os impactos decorrentes tanto do contexto fragilizante quanto da incompletude intrínseca do humano (Birman, 2000, 171-208).

⁹⁶ Por *coletivos de identificação* entendo a reunião de pessoas em torno de determinados elementos comuns, podendo ou não se dar a partir de uma espacialidade física. Contrariamente aos grupos, no entanto, não são dotados da noção de projeto. Caracterizam-se pela fruição do convívio recíproco, organizado em torno da afetividade e sob a forma de redes horizontais flexíveis e espontâneas. Ver: Aymard, 1991, 455-499.

outro que permite a manifestação de ações de ajuda. Nesse sentido, é na configuração dos binômios dependência x autonomia, identificação x estranhamento (integração x segregação) que o grau de coesão e compromisso retributivo entre os integrantes de cada coletivo será determinado. Tais mecanismos de proteção espontaneamente construídos encontram-se em relação direta com a impossibilidade ou não de se encontrar no Estado juridicamente organizado meios adequados ao provimento das necessidades específicas de apoio e integração (Elias, 1994, 102).

Freqüentemente tendo que se organizar a partir de rupturas com os vínculos da família consanguínea e comunidades de origem (resultantes de processos de estranhamento e oposição em razão da não conformação às normas dessas coletividades⁹⁷) ou ainda, compelido à clandestinidade, levados às complexas gestões de uma vida “muitas vezes dupla, às vezes desmultiplicada” (Elias, 2000, 90–91; Pollak, 1990, 25–26), gays, lésbicas, travestis, trans e intersexuais e transgêneros de um modo geral conformam um segmento social vulnerável relativamente. Essa vulnerabilidade relativa⁹⁸ é tanto mais acentuada quanto menos capital global se possa acessar na gestão da própria vida (Bourdieu, 1996, 19).

Entretanto, contrariamente de Séguin, que atribui um papel eminentemente passivo, “indefeso”, a esses atores, compreendo que mesmo diante da escassez dos elementos capazes de lhes assegurar um existência em condições igualitárias (capitais político, econômico e simbólico), reconheço neles a capacidade de protagonismo, de construir mecanismos todo próprios de ação e resistência (Séguin, 2002; Certeau, 2003).

O reconhecimento desse potencial de ação e resistência, contudo, não é capaz de eclipsar a cotidiana realidade de violência, segregação e desrespeito a que muitos desses atores são submetidos. A redução da possibilidade de desfrutar das formas de reconhecimento e apoio familiar, institucional e social, são verificadas mediante situações concretas e cotidianas de violência (física, mas, sobretudo, simbólica). Essa situação de desabrigo tende a afetar psicológica, física, social e economicamente a saúde das pessoas, conforme conclusões apresentadas em julho de 2004 pelo Grupo de Trabalho da Associação Americana de Psicologia, APA⁹⁹. A multiplicidade de fatores agressivos ao equilíbrio biopsicológico do indivíduo “homossexual” é em certos contextos de tal monta que permitiria a

⁹⁷ A respeito, ver o vídeo *Borboletas da Vida*, de Vagner de Almeida, 2004, e integrante do projeto Juventude e Diversidade Sexual, da ABIA.

⁹⁸ **A noção de vulnerabilidade ou fragilidade potencial nos anos de 1970 era expressa através do termo minoria.**

⁹⁹ Ver: <http://www.apa.org/releases/gaymarriage.html> (acessado em 29/07/2004).

meu ver a adoção do conceito de “politraumatismo” para descrever essa variedade. Originariamente utilizado para dar conta dos diversos traumas sofridos por combatentes sobretudo na Primeira Guerra Mundial, a conceituação posteriormente passou a englobar também as mulheres vítimas de estupro em contexto de guerra. Seu grande mérito é a capacidade de “definir um traumatismo plural em que as causas de sofrimento se somam sem se misturarem” (Nahoum–Grappe, 2004, 17–18).

Retomando o tema da autoconstrução de formas de proteção recíproca por “gays” e “lésbicas”, do exame da bibliografia referenciada e das experiências de campo é possível concluir que sua integração em redes de sociabilidade homossexual constitui um mecanismo privilegiado para dar conta da inexistência ou insuficiência de apoio por parte das redes, representadas pela família consanguínea e outros núcleos de interação tradicionais (vizinhança, emprego, escola). Embora tais redes tenham como primeiro ordenador a segregação social vivenciada em razão da desqualificação social do afeto e desejo homo-orientados, que funciona como elemento de identificação privilegiado (Silva, 2005, 122), as demais variáveis socialmente classificatórias (origem e posição, capitais simbólicos, faixa etária etc) também desempenham sua função estruturante daquilo que deve ser compreendido como “nós” (Silva, 2005, 116–117, 130). Na medida em que é integrado a essas redes, no entanto, o indivíduo pode a dispor não apenas de apoiadores e colaboradores solidários, provedores de elementos para uma auto-identificação positiva, como, muitas vezes, de facilitadores para ascensão social (Trevisan, 1986; 2000; Green, 2000; Silva, 2005; Guimarães, 2004; Chauncey, 1994; Bérubé¹⁹⁹⁶¹⁰⁰). Como se verifica em todos os grupos, no entanto, esse vínculo de pertença será mantido na exata medida da submissão e conformidade às suas regras (Elias, 2000, 81, 86, 91; Silva, 2005, 112, 116).

A função social desempenhada por tais redes de sociabilidade é tão relevante, do ponto de vista da proteção social, que leva Butler a indagar se “não podem ser consideradas como formas contemporâneas de parentesco”. Produzida no contexto da entrevista que realiza com Rubin, a indagação recebe desta a ressalva de que essa compreensão se dá fora da conceituação estrita que o termo adquire em Lévi–Strauss, que o vê como modo gerador de estrutura social e política através do casamento heterossexual e da descendência. Tomando na acepção de David Scheider, pesquisador das formas de parentalidade na América, diz Rubin, pode “significar simplesmente as relações sociais de ajuda, intimidade e ligação duradoura” (Rubin/Butler, 2003, 198–190).

¹⁰⁰ Sou grata a João Bosco H. Góis pela cessão da bibliografia em inglês.

Com a reserva que deve ser recepcionado o emprego do termo “simplesmente” por Rubin, é inquestionável a relevância social que tais relações desempenham para a estruturação global do ator social, principalmente em sociedades urbanas complexas como as contemporâneas. Tais vínculos tornam-se ainda mais significativos em contextos sóciopolíticos onde o Estado não fornece instrumentos eficazes de proteção social, como é o caso de países como o Brasil.

Nesse sentido, resgatar essas formas autogestionárias de apoio e cuidado recíprocos significa, de acordo com Costa, reconhecer-lhes capacidade para estabelecer e gerir as ações necessárias na defesa de seus interesses enquanto coletividade. A reconstrução de tais experiências, com todo seu repertório de saberes acumulados, pode fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas, servindo como “estratégia de fundação de um novo sistema de proteção social”, eficaz o bastante para possibilitar os meios necessários à ampliação e partilhamento da responsabilidade social (Costa, 1995, 130).

A reconstrução tanto de suas trajetórias quanto de sua capacidade de elaborar respostas e subverter as dinâmicas assimétricas contribui também para que tais atores se redescubram enquanto protagonistas de suas próprias histórias (Sharpe, 1992, 60), elemento a mais no processo de integração de uma auto-imagem positiva. Cumpre, porém, esclarecer que o entendimento dos sentidos dessas vivências enquanto práticas e saberes passíveis de serem incorporados na formulação de políticas sociais não significa estímulo à proliferação de comunidades apartadas, mas, antes, outra vez com Costa, realizar um caminho inverso ao da tradição usurpadora da capacidade de setores vulnerabilizados para construir suas próprias respostas (Costa, 1995, 130).

2.4.1 O cuidado próprio¹⁰¹

¹⁰¹ **Adoto as divisões *cuidado próprio*, *cuidado do outro* e *cuidado do nós* para efeitos meramente expositivos, na busca por uma de melhor compreensão das distintas práticas, sem contudo esquecer que são processos sociais interligados e não práticas estanques. Enquanto os fazeres sociais desse primeiro momento dizem respeito mais a promoções espontâneas, descontínuas, gravitando em torno de ambientes privados (residências particulares) ou espaços comerciais que condicionam o acesso à renda, no segundo momento busco destacar as iniciativas no âmbito da solidariedade, motivadas pela eclosão da epidemia Sida/Aids, enquanto que o terceiro privilegia as ações de caráter mais universalistas.**

Spencer relata a existência de uma sociedade homossexual secreta fundada na Inglaterra ainda em meados da década de 1890 pelo criminologista Cecil Ives. Entre os seus objetivos estava a luta pela liberalização da homossexualidade. Segundo o autor, a sociedade realizava reuniões em Viena e em Paris, havendo quem suponha terem existido membros na América do Norte, França, Itália e Alemanha (Spencer, 1996, 309). Chauncey registra para essa mesma época a existência de estilo de sociabilidade comunitária, provida com as facilidades do capitalismo – casas de banho, bares, boates, restaurantes (Chauncey, 1994). Tamagne acrescenta as cidades de Berlim, Paris e Londres como os grandes cenários da vida homossexual nos anos vinte do século passado (Tamagne, 2001, 151).

Chauncey a respeito dos Estados Unidos (Nova Iorque); Botero, da Colômbia, Viñuales, de Barcelona; Silva, em relação a São Paulo de fins dos anos de 1950; Green para Rio e São Paulo; Trevisan para o Brasil; e Guimarães com relação aos mineiros imigrados no Rio de Janeiro, todos nos informam sobre como esses indivíduos estabeleceram, em diversos momentos e espaços, mecanismos para construir e realizar sua vida social em meio à clandestinidade de seus afetos e desejos.

A partir do resgate histórico realizado por Chauncey (1994) somos informados de que entre fins do século XIX e inícios da II Grande Guerra, em Nova Iorque, homossexuais estadunidenses, homens em sua grande maioria, foram capazes de construir poderosa rede de relações. Inicialmente contando com esquinas, calçadas, parques e banheiros públicos, tradicionalmente representados apenas como antros de promiscuidade, decadência moral e violência, tais lugares na verdade se constituíram em referenciais para provimento de identidade positiva, rede de apoio social e sentimento de pertença.

As múltiplas e diversas redes que foram constituindo se ampliaram ao longo do tempo, passando a incluir espaços outros, como bares, cafeterias, restaurantes, apartamentos particulares, saunas, boates (com seus quartos escuros), corais, times esportivos, bailes e concursos de beleza gay, livrarias, jornais, organizações políticas. Em 1920 chegavam a contar com três bairros distintos - encravados na Greenwich Village, Harlem e Times Square, com diferentes características étnicas, de classe, estilo cultural e reputação pública. Forjaram, desse modo, uma cultura distinta e protetora frente aos processos de isolamento, invisibilidade social e internalização dos significados negativos atribuídos pela sociedade heterossexual às suas formas de afeto e sexo.

Tais espaços de convivência, mais do que meros provedores de satisfação sexual, possibilitavam a consolidação da identificação comum, instaurando a troca das experiências de *exílio*, fortalecendo a auto-imagem fragilizada e/ou deteriorada. Atuando como provedor de proteção social, por meio das práticas de cuidado recíproco, possibilitavam a elaboração de respostas satisfatórias às exigências práticas do viver urbano. Desde o aluguel de um apartamento até o emprego que talvez viabilizasse não só a manutenção material, mas também a ascensão econômica e simbólica, passando forçosamente por todas as demais questões nas quais a rede social é fator decisivo ao seu equacionamento. Mesmo incorrendo na reprodução dos mesmos seccionamentos por etnicidade, origem e posição sócio-cultural e estilo identitário, ainda assim puderam prover-se do esteio emocional e material necessários ao enfrentamento da ostracização moral imposto pela sociedade ampliada.

Nesse processo, grande contribuição foi dada por um conjunto de escritores, cujas propostas estéticas, existenciais e políticas terminaram ficando conhecidas como *movimento beat* – expressão surgida em artigo publicado em 1952 pelo jornal *New York Times*. Esses artistas, que mais compunham uma rede social do que um grupo dotado de consciência e projeto comuns traziam em si as inquietações e desencantamentos instaurados na geração do pós I Guerra, da qual faziam parte, fermentando as problematizações que descambariam nos movimentos que se seguiriam – maio de 68, *hippie* e *gay lib* e toda uma série de propostas de viver alternativas. Os mais destacados representantes são os poetas e escritores William S. Burroughs (nascido em 1914, abordava em sua obra temas tais como totalitarismo, poder médico e psiquiátrico, homossexualidade, exacerbação capitalista, guerra, drogas (Allen Ginsberg, Jack Keruak (nascido em 1922 e autor do antológico *On the Road*), Carl Solomon (nascido em 1928), entre outros. Solteiros e amigos entre si, constituíam um “ajuntamento” mais do que um grupo – “era descozido, e nada tinha de coterie literária”. Quando, com o tempo, e com a notoriedade, a tendência comum se cristalizou numa espécie de escola, os poetas do primeiro momento se desinteressaram (Leyland, 1980, 32, 71).

Dotados de agudo senso crítico, se batiam contra o sistema de dominação e disciplinamento dos afetos; por espontaneidade, liberdade de expressão e vivências – espirituais, eróticas, existenciais (Leyland, 1980, 71). Suas vidas e obras materializaram tais propostas. Em busca de um viver menos insosso, padronizado e previsível, foram em busca da religiosidade oriental – yoga, hinduísmo etc. Viajaram através da Índia, Nepal, inclusive das

drogas químicas, nas tentativas de encontrar alternativas ao modelo de vida oferecido pelas suas comunidades de origem. Essa rede de amigos, atuante desde os anos de 1940, além de dotar seus integrantes do suprimento necessário de aceitação, pertença, suporte, sentido, reflexividade, transcenderam os limites de suas existências físicas, influenciando desde a tomada de consciência política por parte dos gays até a consolidação do movimento ecológico (Ginsberg por Young, 1980, 75). A agudez de suas percepções críticas não poupava sequer sua comunidade de destino:

As pessoas entendidas têm uma certa tendência a rotular todo mundo, inclusive elas mesmas, ao invés de verem o amor sem nome que todo mundo traz. Assim como há uma tendência entre os heterossexuais machos de classificar os outros, há uma tendência entre os homossexuais de reagir exageradamente – e ficarem por demais óbvios (Ginsberg por Young, 1980, 78).

Exploravam as múltiplas possibilidades do sexo de forma variada, coletiva e intensa, por um lado, mas criticavam “o sexo como uma outra forma de droga, uma comodidade, cujo consumo o Estado encoraja para que o povo fique escravo do corpo. Enquanto estiveram escravizados nos seus corpos, podem ser mantidos no lugar que lhes compete” (Ginsberg por Young, 1980, 80).

A partir dessa percepção crítica, passaram a se preocupar em desenvolver a ternura e a camaradagem masculinas como uma oferta ilimitada de solidariedade. É ainda Ginsberg quem fala, em entrevista concedida para o *Gay Sunshine*, resgatando a importância de Walt Whitman nesse processo:

Walt Whitman é muito importante no que concerne à ternura masculina. ... Ninguém citou o que diz, com perfeita precisão, sobre a libertação do homem, em *Democritic visits*; ou sobre o futuro da democracia, quando diz que a competição materialista poderia um dia transformar os Estados Unidos na famosa ‘nação condenada’ – o que, de fato, aconteceu. Pode ser que estejamos ‘rumo a um destino, um *status*, equivalente, no mundo real, àquele da famosa nação amaldiçoada” (Ginsberg por Young, 1980, 84-85, destaques do original).

E transcrevendo uma nota de pé de página desse livro, acrescenta:

É através do desenvolvimento, identificação e aceitação dessa ardorosa camaradagem (o amor ‘solidário’, rival do ‘amatório’, e quem sabe superior a ele, apesar de toda a literatura de fantasias eróticas que este estimula e monopoliza) que se poderiam plantear alternativas a essa nossa democracia

vulgar e materialista, e quem sabe até torná-la mais espiritual, humana...”
(Ginsberg por Young, 1980, 84) .

Parece difícil negar alguma misoginia, na medida em que a proposta é sempre referida não enquanto movimento global, em termos de pessoas, mas “entre homens”. Entretanto, provocado pelo entrevistador Allen Young, Allen Ginsberg, após reconhecer esse traço misógino, esclarece que a adoção de um padrão de relacionamento mais terno e fraterno entre os homens produziria inevitavelmente uma melhora nas relações entre homens e mulheres e nas relações humanas globais, resolvendo conflitos e contradições decorrentes do machismo (Ginsberg por Young, 1980, 87).

Na Colômbia (Botero, 1980), há registro de os *de ambiente* ainda durante os anos de 1970 poderem contar com agrupamentos religiosos e jornal impresso (*El Otro*), como atenuadores ao isolamento decorrente da estigmatização de suas formas de afeto e erotismo.

No Rio e São Paulo, centros cosmopolitas capazes de fornecer condições de existência mais flexíveis e anônimas há formações tanto de territorialidades quanto de redes de relações (Silva, 2005; Guimarães, 2004; Green, 2000; Trevisan, 1986 e 2000). Diversos pontos de encontros, em diversas áreas públicas das cidades foram instituídos e, a partir deles, formaram diversos círculos de socialização, possibilitando a construção e segmentação de vínculos de apoio e solidariedade. Também aqui habitações privadas foram utilizadas como locais de reunião e festividades, tendo se constituído a gênese do mais antigo grupo brasileiro de recreação de homossexuais: a *Turma OK*¹⁰² – ainda hoje existente e atuante.

Guimarães, trabalhando desde a antropologia com uma rede social formada em sua maioria por imigrantes mineiros de classe média ascendente, oriundos da cidade de Belo Horizonte e residentes na cidade do Rio de Janeiro, registra o resultado positivo, na estruturação da auto-identidade, o contato com pessoas afins: “O indivíduo de identidade homossexual estabelece, na descoberta de outros semelhantes, uma primeira ruptura com a condição de estigmatizado. Tal descoberta representa, também, a primeira etapa na passagem para a identidade homossexual ‘positiva’.” A autora destaca que essa valoração positiva da

¹⁰² O núcleo de amigos que constituiria a *Turma Ok* costumava se reunir já desde meados dos anos cinquenta do século passado. Nessa fase inicial os encontros eram organizados nos apartamentos de alguns dos integrantes. Ali promoviam festas e shows de dublagens. Para não atrair a atenção dos vizinhos, que durante do período de exceção invariavelmente chamariam a polícia, aplaudiam as exibições e performances estalando os dedos. No início dos anos de 1960 alugam um espaço e constituem-se juridicamente (Stephan, 2003).

autoidentidade não é fixa: passa pelas atualizações operadas no sistema simbólico das redes nas quais se está inserido às mudanças de cenários culturais: “um [outro] estilo de vida, com normas e valores próprios – um mundo à parte”. (Guimarães, 2004: 55-57). Nessa rede de relações, o ponto de encontro dos integrantes era geralmente o apartamento de um deles, de onde passavam para espaços públicos – bares, boates, trechos de praia, outros bairros com pontos de concentração homossexual.

Cultura peculiar e múltipla foi se constituindo ao longo do tempo, dotada de expressões verbais, gestuais, pessoais e vestimentas características, constituindo variadas subculturas. Em Nova York, integrados à vida da cidade, diversos gays exibiam sinais de sua identidade através do uso de gravatas vermelhas, cabelos oxigenados, sobrancelhas raspadas, rouge, pó-de-arroz, forma de andar e falar (Chauncey, 1994, 4 e 54). No Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX, apesar de não disporem da mesma estrutura comunitária material, há relatos dando conta de igual adoção de signos identitários diferidos. Chauncey e Green, com suas descrições, problematizam a noção predominante de completa invisibilidade social do segmento desviante (gays, sodomitas, pederastas, uranistas).

Às mulheres, notoriamente restringidas ao âmbito do doméstico, se reconhece ter sido mais difícil a construção da visibilidade. Oliveira, trabalhando do prisma psicológico, traz trecho da “crônica de um guei” que, embora produzida sobre o ambiente estadunidense, em nada – in casu – difere de nosso contexto: “O local preferido desse grupo é a sua casa. ... [Onde] sempre recebem as amigas, as ex-namoradas e suas respectivas namoradas.” (Oliveira, 2002, 127). Segundo a autora, esse enclausuramento doméstico, essa tendência a relações simbióticas, pouco arejadas socialmente, “pode agenciar um comportamento regressivo e intelectualmente debilitante pois tende para o inerte. ... Uma imobilidade morna, na medida em que implica num convite para a retirada do mundo, que é tão sedutora quanto a morte.” Admitindo maior preconceito social para com as lésbicas em comparação aos homossexuais masculinos, entende que

isto parece estar relacionado, em grande parte, ao silenciamento histórico da sexualidade feminina, atrelando a subjetividade das mulheres ao circuito doméstico, à conjugalidade heterossexual e ao ideal maternal. Decorrentes disto, alguns modos de subjetivação das mulheres [...] podem acabar favorecendo ou reforçando a homofobia social, numa espécie de (auto) exílio” (Oliveira, 2002, 128–129).

Esse padrão lésbico de pouca visibilidade, pouca ocupação de espaços públicos, escassez de lugares públicos exclusivos e tendência à valorização da conjugalidade é uma constatação uniforme na relativamente escassa produção bibliográfica nacional (Heilborn, 2004, 105). Dado o estágio das pesquisas históricas acerca da sociabilidade dos “homossexuais” de ambos os sexos, prudente não tomá-la como inquestionável.

Rubin, em entrevista com Butler, discorre sobre as descontinuidades tanto nos tipos de dados quanto “no tipo de pessoas que eram classificadas como ‘lésbicas’ antes e depois do século XIX”. Referencia a existência de registros mais remotos tanto sobre as relações entre mulheres quanto relativos às práticas de travestismo entre elas. Embora reconheça que tais fontes não indicam a constituição de uma identidade diferida a partir dessas práticas, nem tampouco a organização de entidades associativistas ou mesmo a formação de subculturas e de uma crítica política de base lésbica até fins do século XIX (Rubin/Butler, 2003, 184).

Nesse mesmo diálogo, Rubin comenta a disseminação que se verificou na década de 1970, tanto em comunidades quanto nos estudos produzidos nos Estados Unidos, de uma visão reducionista do lesbianismo, concebido como mera identificação e apoio recíproco entre mulheres e que pode ser encontrada, em trabalhos de Nancy Sahi, Lillian Faderman e Adrienne Rich. A crítica de Rubin é no sentido de que essa forma de abordagem suprime o componente sexual e todas as variações nos modos que tais práticas assumem nos distintos contextos sóciohistóricos:

Esse discurso simplificou demais as complexidades daquelas amizades, obscureceu seus componentes de classe e obliterou muitas distinções importantes. ... o que quero destacar é que esse sistema categórico soterrou muitas complexidades históricas e sociais numa noção romântica, politizada e limitada de lesbianismo. Além disso, ele substituiu a preferência sexual por uma espécie de solidariedade de gênero. Essa substituição era moral e analítica. As relações e solidariedades entre mulheres são importantes e coincidem de certa forma com as paixões eróticas lésbicas, mas não são isomórficas e exigem uma série de distinções mais sutis (Rubin/Butler, 2003, 175).

Rubin também dá conta de como essa década foi pautada por múltiplos e muitas vezes antagônicos acontecimentos em termos de política sexual. Por um lado, as lésbicas masculinizadas e as expressões de sensualidade e erotismo entre mulheres eram abordadas sob um prisma totalmente negativo em muitos trabalhos produzidos no período (Rubin/Butler, 2003, 174). Por outro, as feministas estavam desenvolvendo uma intensa campanha contra a maioria das práticas da cultura homossexual masculina (o travestismo, o sexo em público, a

promiscuidade, a penetração anal, a penetração anal com o punho, as saídas “para caçar”, enfim, “praticamente tudo o que os homossexuais faziam”). Enquanto isso, em 1978, surge a primeira organização lésbica sadomasoquista:

Estava acontecendo algo muito profundo; uma mudança mais ampla e subterrânea, na forma como se experimentava, como se concebia e se organizava a sexualidade. Eu observava os que tinham os assim chamados ‘desvios sexuais’, e francamente eles não me pareciam ser o supra-sumo do patriarcado. Ao contrário, eles pareciam ser pessoas com toda uma série de problemas específicos, gerados por um sistema dominante de política sexual que os ameaçava seriamente. Eles não me pareciam ser os avatares do poder político e social da sociedade. Por isso perguntei a mim mesma o que havia de errado com o quadro que nos apresentavam. Parecia-me que muitas feministas simplesmente tinham assimilado os estigmas e antipatias contra certas práticas sexuais não convencionais, rearticulando-os dentro de seu próprio universo teórico.” (Rubin/Butler, 2003, 178).

Corroborando a presença de nuances nas formas de existência das “lésbicas” ao longo do tempo, Tamagne registra a presença de “lésbicas” em cabarés especiais para mulheres nos anos de 1920, na França, em contexto de ascensão de uma imagem de mulher independente financeiramente e esteticamente liberada dos padrões da feminilidade (Tamagne, 2001, 147, 150), o que também é feito por Spencer.

Este autor traz significativas informações sobre a subcultura homossexual existente nesse período e da marcante presença das “lésbicas”. No contexto das reivindicações feministas por igualdade de direitos, também se fazia presente a reivindicação do “amor livre”. Nesse contexto, as “lésbicas” assumiram a visibilidade, afirmando valores como autonomia existencial e econômica, autogestão de suas vidas e desejos.

Spencer registra que o movimento em prol do amor livre teria se iniciado na década de 1820, com a ida de Frances White para a América do Norte. Escocesa rica, ela desenvolveu forte oposição à religião, ao casamento e à escravidão. Segundo Spencer, Frances combateu tanto a legislação quanto as mentalidades preconceituosas, por permitirem que as mulheres fossem constituídas “uma parte excessivamente desregrada, a outra excessivamente reprimida (...) [enquanto era permitido] ao conjunto do sexo masculino uma degradada licenciosidade, quando não uma brutalidade repugnante.” Acrescenta este autor que a imprensa promoveu intensa campanha de desqualificação moral dessa mulher, em razão de suas idéias dissonantes

do padrão de múltiplas dominações – étnicas, religiosas e de gênero¹⁰³. Esta personagem, que encorajava firmemente a miscigenação, chegou a fundar uma comunidade caracteristicamente inter-racial. Embora não seja correto afirmar que as primeiras feministas defendessem o lesbianismo – contra o qual não existiam sanções penais –, havia lésbicas que eram feministas e vice versa (Spencer, 1996, 290-291), o que se verifica igualmente na segunda “onda” do movimento, surgida nos anos de 1960, tanto nos países ditos centrais quanto no Brasil.

Dentre as distinções que são traçadas entre as práticas homossexuais de homens e mulheres é freqüentemente creditada uma alta permeabilidade aos relacionamentos interclasses para os primeiros, ao passo que das “lésbicas” tem-se uma noção exatamente oposta. Na pesquisa realizada por Heilborn, as “lésbicas” entrevistadas entendiam que, em função de o capital cultural entre elas gozar de preeminência em relação à sexualidade, “nada mais natural, assim, não haver sequer atração por mulheres que por um ou vários motivos apresentassem condição social discrepante” (Heilborn, 2004, 106). Segundo uma das ouvintes da exposição da pesquisa realizada pela autora para um grupo de reflexão sobre lesbianidade, “até mesmo para as aventuras era extremamente raro, pelo menos no Brasil, as homossexuais cruzarem a demarcação de classe”.

Ocorre, porém, que embora seja freqüente o intercurso entre classes no universo do “homossexual” masculino, nas situações nas quais a busca se dá por um relacionamento estável (o “caso”) a homogamia surge como um traço igualmente distintivo. Silva, pesquisando no universo das homossexualidades masculinas pertencentes às camadas média e média alta de São Paulo em fins da década de 1950, afirma a competência erótica como apenas um dos fatores que são consideráveis “na seleção do parceiro para a constituição de um caso”:

A especialização sexual, o círculo de relações sociais e os conteúdos culturais [...]; a mais popular das teorias explica a seleção do parceiro pela afinidade ou “alma-irmã”. [...] “Uma aproximação baseia-se na coincidência de interesses e na atração sexual mútua [...] Dependendo de uma série de acidentes (tais como independência individual, interesse pelo parceiro, possibilidades econômicas de subsistência etc.), eles chegam ou não a concretizar essa relação, montando casa em comum ou indo um dos membros viver na casa do outro, passando a ter uma vida ‘conjugal’ (Silva, 2005, 136–137, 141).

¹⁰³ Comportamento semelhante teve um setor da chamada imprensa alternativa no Brasil durante os primeiros anos do surgimento da “segunda onda” do movimento feminista. Ver Soihet, 2005, 307–332.

Segundo conclui, a consciência da homossexualidade não suprime as barreiras sociais, incluindo na própria estratificação interna dos grupos de homossexuais (Silva, 2005, 79):

Status é par excellence o componente social do amor cuja importância nas relações está implícita tanto no grupo homossexual quanto na sociedade mais ampla. Usualmente, as relações são fechar estabelecidas entre atores da mesma classe social (sic). Quando um dos membros é de classe mais baixa, a relação como tal passa por um processo de ‘julgamento’, dentro do grupo com o qual mantém relações. Em geral, se o indivíduo não mostra possibilidade de ascensão, o grupo desenvolve primordialmente atitudes e ações contra o caso, procurando basicamente a sua separação; posteriormente, eles podem ser excluídos de participação nesse grupo e descerem socialmente dentro do grupo homossexual (Silva, 2005, 130).

Fábio Barbosa também encontrou na sua amostra a relevância para sentimentos de afeição e camaradagem como organizadores do padrão conjugal (“caso”): “Entre os membros de um caso, a afeição atinge formas diferenciadas, tal como o amor mútuo e que tende a ultrapassar o amor romântico, que pode ter sido o fator básico da união. Esse amor mútuo e afetuoso surge e é sustentado pelas associações diárias e pelo acúmulo de experiências de vida em comum” (Silva, 2005, 134).

Paglia, notória pela sua contundência crítica, compara:

Os homens gays ocupam a cena dos bares como radicais em liberdade, individualistas competitivos esquadrinhando-se uns aos outros, se agarrando e brigando por território. Em qualquer país, qualquer um pode chegar da rua e entrar no amasso. O humor agressivo é um instrumento de flerte e sedução. Já entre as lésbicas, acontecem a paquera e pegação solitárias, mas não é a regra. Os bares lésbicos são organizados como vastos agrupamentos de parentesco, os quais eu identifico como regressões familiares (a choça de palha usual). Tentar penetrar nessas panelinhas pode deixar a gente louca – a menos que você se integre numa das suas ligas esportivas. A dança das camas é o nome do jogo. Mas cada uma arma o próximo caso antes de romper com o anterior, de modo que há uma intrincada justaposição, provocando uma quantidade imensa do que Alison Maddex chama, exasperada, de ‘drama infernal das lésbicas’. (Paglia, 1996, 145)

Essa mesma autora interpreta a pouca socialização observável entre as lesbianas como obstáculo ao enriquecimento cultural, intelectual, existencial, enfim, na medida em que se fecham em pequenos círculos, antropofágicos, repetitivos, atrofiantes. Segundo ela, o “ressentimento desarticulado contra a ordem social pode explicar sua vulnerabilidade posterior

à ideologia filantrópica.”, o que explicaria a exacerbada presença de “lésbicas” em profissões ‘de cuidado’ (Paglia, 1996, 149).

Míccolis, entretanto, contextualiza essa tendência a uma conjugalidade exclusivista dentro da própria matriz heterossexual. Apresenta-nos trecho do segundo número de um livreto mimeografado, publicado em Porto Alegre pelo grupo feminista *Costela de Adão*, em 1980, denominado *Escritos sobre Feminismo*:

Somos, pois, educados para aceitar (e procurar) um relacionamento afetivo exclusivista, como se o casal fosse uma entidade afetivamente completa, por isso podendo separar-se do resto do mundo. Acredita-se tão seriamente numa complementaridade total entre duas pessoas, que o mito da ‘alma gêmea’ passa a ser uma coisa na qual todo mundo (consciente ou inconscientemente) acredita e sai a procurar a sua (Míccolis, 1983, 83).

Produzido numa época em que se preservava o norte da crítica contumaz aos processos disciplinarizantes, restritivos (Heilborn, 2004, 93), o livro de Míccolis incorpora, ainda, a censura à reprodução da bipolaridade assimétrica dos papéis apresentada no capítulo final da publicação intitulada *A Outra Banda da Mulher*, de Fernando Batinga - intitulado *Shere Hite e o Lesbianismo Político*. Segundo conta, o autor teria se decidido a refletir sobre a sexualidade da mulher após se espantar “com os papéis e significados que uma mulher pode exercer na vida da outra”. Diz Batinga:

Elas [as lésbicas por ele entrevistadas e a escritora Shere Hite] propõem a sua transformação (do mundo) material e cultural? Pelo contrário: acertando parcialmente na identificação do componente machista, resvalam, no entanto, pelo escapismo oportunista e sectário, que tanto combatem nos machos, apontando a relação homossexual como a alternativa única. O ‘inimigo’ para Kelly/Hite não é o tipo de sociedade vigente em seu país, mas sim o macho, ou seja, o outro pólo da relação humana fundamental. Para elas, as mulheres provavelmente estão livres das forças destrutivas da sociedade; (...) não vêem que ‘opressão machista’ pode ser também assimilada pelas mulheres e que transformar os machos em diabos e as fêmeas em santas é um maniqueísmo cômodo (Batinga apud Míccolis, 1983, 93).

A referência sobre a histórica tendência de as mulheres serem mantidas e se manterem no privado, no enclausuramento doméstico, na invisibilidade social, e a incorporarem e reproduzirem o padrão de dominância e segregação oriundo da sociedade hegemônica não pode, no entanto, ser visto como fator imobilizante. O processo histórico não é linear nem evolucionista. Ao contrário, faz-se de avanços e retrocessos, contradições, ambigüidades, paradoxos. A luta por equidade – seja de gênero, de orientação sexual, étnica, de acesso aos

bens produzidos etc. – ainda não terminou, nem para as mulheres, nem para os/as “homossexuais”, nem para dos negros, tampouco para os pobres. As mulheres apenas recentemente – em termos de tempo histórico – obtiveram conquistas fundamentais.

Apenas para exemplificar, rememorando: A primeira mulher a se inscrever em concurso para a magistratura brasileira, em 1945, teve sua tentativa impugnada “por falta de idoneidade específica” (sublinhei). Em 1951, quando se inscreveu novamente e foi aceita e aprovada, dois dos examinadores – Nelson Hungria e Ary Franco – eram terminantemente contra a entrada da mulher na carreira. Após o final do exame oral, Nelson Hungria confessa: “Não gostaria de aprová-la. Mas não pude deixar de lhe dar grau nove” (*Correio da Manhã*, 1 e 2 de janeiro de 1955, 2). A plena capacidade civil só foi conquistada nos anos de 1970. Até os anos de 1960 não era *adequado* uma mulher andar desacompanhada pelas ruas (Soihet, 2000, 97-117; Hahner, 67-113; 114-181, 267-381; Macedo, 2001; Goldberg, 1987, 45-174). Ainda nos dias correntes, em centros urbanos como o da cidade do Rio de Janeiro, muitas delas optam por permanecer dentro de casa ao invés de freqüentar cinemas, teatros, restaurantes e festas desacompanhadas. Saem para as obrigações – trabalhar, fazer compras, resolver assuntos práticos, almoços comerciais. Ousar conquistar outros espaços, sós, prescindindo de alguém que lhes justifique a existência, poucas. Ainda hoje.

A complexidade dessa realidade se expressa também na produção acadêmica. Embora a incorporação que os estudos sobre as relações de gênero e feministas conquistaram em alguns centros de pesquisa (o que não se deu sem disputa), o mesmo não se pode dizer das investigações sobre a experiência histórica das “lésbicas” em nosso país. Mesmo no âmbito das investigações sobre a mulher, a experiência lésbica não tem merecido a mesma relevância enquanto objeto legítimo de investigação. Na esfera dos estudos sobre as homossexualidades, também tem tido relativamente menor destaque, com as pesquisas concentrando-se nos aspectos da saúde e juridicidade das relações de parceria e opções de filiação.

No entanto, na medida em que estudos sobre as “sexualidades periféricas” fora da noção patológica passa a ganhar consistência no Brasil, espera-se, até mesmo como forma de dar cumprimento às diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia, a ampliação de pesquisas acerca das formas de viver, relacionar e se expressar criativamente das lésbicas ao longo da história, nos diversos estratos sociais e étnicos. Voltemos, porém, aos mecanismos que as

pessoas “homossexuais” conseguiram entretecer ao longo do tempo a fim de contrapor o estigma e a segregação social a elas dirigidos.

Através das entrevistas realizadas com os integrantes da rede de relações formada em torno do *reservado* foi possível um mapeamento preliminar de algumas formas de convivência “homossexual” na Baixada Fluminense. Especificamente lésbica, obtive relatos de sua constituição tanto a partir de times esportivos femininos (hand-ball, futebol feminino, futebol de salão), quanto de bloco carnavalesco. Em Mesquita me foi noticiada a existência do *Bafo do Cabrito*, no início da década de 1980. Essa agremiação carnavalesca viria a dar origem, tempos depois, a um time de futebol feminino amador¹⁰⁴. Tais espaços, constituídos a partir das atividades esportivas desenvolvidas seja por clubes seja por instituições educacionais, parece ter desempenhado importante papel socializador entre as “lésbicas” (Rodrigues, 2004). No tocante a espacialização ligada a alguma atividade comercial temos: bares: – *Tapera*, em Nova Iguaçu (na verdade uma boate); “*Bar da Antônia*”, em São João de Meriti, a ter tratado no capítulo quatro; boates: – *Salto de Agulha* e *Batom Vermelho* (de frequência mista), em Nova Iguaçu (Álvaro, 04/10/2004; Eleonora, 30/10/2004; Marcos, 16/10/2004).

Mais freqüentado pelas camadas populares – mas não apenas –, os terreiros de cultos afro-brasileiros, notadamente os de candomblé, têm historicamente proporcionado a possibilidade de constituição de uma rede de sociabilidade provedora de sentido (Fry, 1982). Seja em razão da existência de entidades dentro da cosmogonia africana com características bissexuais – Ossany (Ossãe, Ossanha, Ossain) e Logum-Odé – Logunedé ou Logun Edé (Portugal, s/d, 27; Verger, 2002, 115; 122-124) –, seja em razão de ambos terem se constituído a partir da noção de marginalidade (Fry, 1982), não se pode desconsiderar a importância capital que tais espaços de convivência têm desempenhado na estruturação das personalidades de inúmeras gerações de “homossexuais”, notadamente em contextos pré-boates, onde a noção de patológico e imoral ainda era muito presente na sociedade ampliada (Landes, 2002; Birman, 1995; Trevisan, 2000, 477-500).

Outro aspecto que bastante significativo nesse processo de construção de mecanismos de sentido e suporte é a obra literária produzida pela escritora Cassandra Rios. Em contexto de silenciamento quase absoluto, os romances de Cassandra contribuíam para a tomada de

¹⁰⁴ G., por telefone, em 25/10/2004. Preferiu não gravar entrevista.

consciência de que a experiência pessoal vivenciada como raridade e exotismo, na verdade era uma manifestação social. Esquecida, pouco valorizada em sua qualidade literária, Cassandra Rios representou, para a socialização lésbica, *mutatis mudantis*, o que Carlos Zéfiro representou para a pedagogia do erótico heterossexual em contexto de ditadura moral e política e obscurantismo sexual. Ao retratar romanceadamente algumas formas de sociabilidade lésbica em roteiros “lesbigay” de São Paulo, Cassandra desempenhava essa função integradora entre pessoas das mais longínquas regiões do país, muitas fortemente atomizadas em suas cidades, sem acesso a informações sobre outras experiências com a mesma forma de expressão do desejo e afeto que não aqueles livros. Apesar do tom moralizante que prevalecia no final de seus romances (Trevisan, 2000, 264, 273, 299; *Jornal Repórter*, nº 43, 6 a 19/05/81, 12–13; *Jornal Lampião da Esquina* nº 5, 1978, 8–9; Santos, 2000 apud Facco e Lima, 2004; 2004; Facco e Lima, 2004).

Não apenas a literatura¹⁰⁵, mas também o teatro, a chamada MPB¹⁰⁶ e o cinema atuaram nesse sentido de provimento identitário (Trevisan, 1986, 166–180). Conforme poderemos verificar no capítulo que trata do *Bar da Antônia*, a atividade teatral, profissional ou amadora, tem representado importante trincheira através da qual “homossexuais” têm encontrado meios de constituir uma identidade positiva, estabelecer vínculos de reconhecimento e apoio. Trevisan foi pioneiro nessa reconstrução histórica que ocupa nada menos do que quinze (15) páginas do *Devassos do Paraíso*. Resgata personas da *cena travestida* desde o século XIX até os anos de 1990, às portas do século XXI (Trevisan, 1986, 174–177; 2000, 246).

Ao lado da espacialidade e da adoção de sinais exteriores para demarcar pertencimento (determinados adereços da vestimenta, uso de certas cores etc.), a linguagem também tem representado importante papel no processo de estruturação da identidade e do sentimento de pertença de determinadas parcelas das homossexualidades. Como destacado por Silva (2005, 145–147), a emergência de uma comunicação simbólica específica é comum em segmentos marginalizados, possuindo especificidades em seu interior, em razão de variáveis como origem, posição, nível educacional e redes sociais das quais participe. Esse autor registra inclusive a existência de uma certa disputa entre alguns setores das homossexualidades

¹⁰⁵ Sobre a produção literária tematizando “lésbicas”, ver: Faury, 1984, 17–77; Mott, 1987, 63–138; Facco, 2004; Facco e Lima, 2004; Santos, 2000; 2003, 2003(a)..

¹⁰⁶ Para “lésbicas” na MPB, ver: *Lampião da Esquina*, 1978–1981; Trevisan, 1986, 2000; Mott, 1987, 170–182.

masculinas pela apresentação de um linguajar mais vivaz, na busca “pelo brilho pessoal dentro do grupo” (Silva, 2005, 148–149).

Gleniewicz et al procedendo a uma abordagem preliminar, caracterizam:

A linguagem própria dos integrantes desse grupo é construída essencialmente para marcar sua identificação social. [...]

A gíria homossexual é, mais que qualquer outra, a maneira verbal dos indivíduos dissimularem a sua condição discriminada política e socialmente. Há, na fala homossexual, expressões que não são gíria e que ele aprende para dissimulação. [...]

Há muito de ironia, de ‘gozação’ na gíria homossexual, o que é percebido, relevantemente na fala, pela entonação. ...

É importante notar que este tipo de falar não é universal do homossexual, mas de uma faixa. [...]

Interessante, embora existam também uma minoria de mulheres transformacionistas [sic] e afetadas (masculinas), elas usam muito menos os termos masculinos do que os homens usam termos femininos (Gleniewicz et al., 1979)¹⁰⁷.

De passagem, os autores fazem menção a aspecto do código de valores vigente no interior de parcela do segmento “homossexual”:

Interessante é a atitude sobre as pessoas que são sustentadas por seus casos. Embora não exista nenhuma terminologia que denomine uma pessoa assim, os resultados lingüísticos mostram atitudes negativas com respeito a essas pessoas. ... Além de mostrar um desprezo para estas pessoas, mostra que os homossexuais não se relacionam dentro dos seus casos como ‘marido’ e ‘mulher’, mas como dois iguais, nenhum responsável por sustentar o outro, como geralmente [sic] é o caso nos casamentos heterossexuais (Gleniewicz et al, 1979, 18).

Embora seja perceptível a tendência generalizadora, idealizando e projetando sobre todo segmento das “homossexualidades” traços de conduta valorados apenas por alguns de seus componentes, são visíveis, no padrão assinalado, os reflexos das discussões postas no cenário público a partir da emergência, entre nós, da *segunda onda* do movimento feminista, bem como do contexto cultural global dos chamados “anos 60”.

Em fins dessa década e por toda a que se seguiu predominou, principalmente entre as camadas médias urbanas e intelectualizadas, uma ânsia libertária, profundamente refratária a quaisquer formas de dominação e dependência entre as pessoas, com críticas radicais ao modelo tradicional de relacionamento homem–mulher. Tal sintoma refletia a condensação de

¹⁰⁷ Como os autores esclarecem na página 16, seu estudo “é meramente descrição geral da linguagem guei, e nem pretende ser estudo exaustivo”. Para outras referências sobre a gíria das subculturas homossexuais, ver: Green e Polito, 2006, 54–58.

um processo deflagrado por matrizes múltiplas e variadas – a redescoberta da ideologia anarquista, a propagação do ideário daquilo que ficou conhecido por movimento *beat* ou *beat generation*¹⁰⁸, a consciência, fornecida principalmente por autores como Foucault, Deleuze, Guattari e Marcuse, da permeabilidade do poder em todas formas de interações sociais, (mesmo aquelas tradicionalmente remetidas a um lugar “pessoal” e íntimo) e a necessidade de ação política direta e cotidiana para o seu combate, a partir do próprio lugar do sujeito e sem esperar pelas tradicionais intermediações de sindicatos e parlamentares¹⁰⁹.

Retornando às construções de referenciais próprios, semelhantemente ao registrado para a Colômbia e Nova Iorque, também entre nós se verificou a elaboração e circulação restrita de diversos periódicos dirigidos a esse público atuou como elemento importante na construção identitária e provimento de acesso a uma rede social. Lima (s/d) nos dá conta de que entre os anos de 1960 e 1970 circularam, entre Rio de Janeiro, Niterói e Salvador, nada menos do que vinte e sete (27) publicações. Caracteristicamente artesanais, datilografadas, mimeografadas ou xerocopiadas, circulando de mão em mão, possibilitavam meios para uma estruturação identitária e um vínculo de pertencimento, com suas colunas sociais e fofocas. Alguns poucos ousavam ainda mais e inseriam artigos sobre ocorrências além das fronteiras locais, juntamente com crítica sobre espetáculos de teatro e cinema. A produção era tão pujante que nos anos de 1962 e 1964 chegou a existir, no Rio de Janeiro, uma Associação

¹⁰⁸Tendo como expoentes os literatos estadunidenses Jack Kerouak, Allen Ginsberg, William S. Burroughs. Esses artistas, que mais compunham uma rede social do que um grupo dotado de consciência e projeto comuns, desde os anos de 1950 expressavam as inquietações e desencantamentos que marcaram a geração do pós II Guerra, da qual faziam parte. Fermentaram, com seus questionamentos e práticas, as problematizações que descambariam nos movimentos que se seguiriam – maio de 68, direitos civis, *hippie* e *gay lib* e toda uma série de propostas de viver alternativas (a também chamada contracultura). Burroughs, nascido em 1914, abordava em seus livros temas tais como totalitarismo, poder médico e psiquiátrico, homossexualidade, exacerbação capitalista, guerra e drogas. Kerouak, nasceu em 1922 e foi o autor do antológico e seminal *On the Road*. Dotados de agudo senso crítico, se batiam contra o sistema de dominação e disciplinamento dos afetos; em busca da espontaneidade, liberdade de expressão e múltiplas vivências – espirituais, eróticas, existenciais. Em sua busca, experimentaram distintas sensações – táteis (afetuosas), eróticas (erógenas), químicas (alucinógenas) – e formas de religiosidade (de matriz oriental: yoga, induísmo etc). Em todas suas experimentações buscavam alternativas ao modelo de vida oferecido pelas suas comunidades de origem. Essa rede de amigos, atuante desde os anos de 1940, além de dotar seus integrantes do suprimento necessário de aceitação, legitimação, pertença, suporte e sentido, transcendeu em suas inquietações os limites de suas existências físicas, influenciando desde a tomada de consciência política por parte dos gays até a consolidação do movimento ecológico. A agudez de suas percepções críticas não punha à salvo nem mesmo sua comunidade de destino (a subcultura gay). (Rodrigues, 2006; Ginsberg, 1980).

¹⁰⁹ Sobre outras formas de visão, ver: Rodrigues, 2006.

Brasileira de Imprensa Gay, sob o comando de Agildo Guimarães e Anuar Farah¹¹⁰ – este último o atual presidente do também pioneiro grupo *Turma OK*¹¹¹.

Em 1978 surge aquele que se constituiria no divisor de águas dos “homossexuais” e “lésbicas” no Brasil – o tablóide *Lampião da Esquina*. Primeiro veículo juridicamente constituído e com distribuição nacional dirigido ao público homossexual – ainda que abordasse igualmente a luta dos demais movimentos sociais ditos minoritários –, de caráter oficial e com distribuição nacional. Dotado de muito texto (comparativamente com as publicações atuais) distribuído em vinte páginas formato tablóide, cujo “miolo” das matérias era diagramado com fonte em corpo dez, veiculava notícias sobre o movimento internacional, críticas de cinema, teatro, comentários sobre livros e pesquisas acadêmicas. Importante função socializadora para além da espacialidade era desempenhada pela seção de troca de correspondência. Esse mecanismo de contato com “iguais” possibilitava – em um mundo pré-internet – a ruptura do isolamento imposto pela clandestinidade do desejo. Por meio da seção de troca de correspondências, permitia que pessoas com semelhantes interesses ademais da orientação afetivo-sexual, se pusessem em comunicação, por mais remotas que fossem suas localizações geográficas. Contando com jornalistas em diversos estados da federação, inclusive no exterior, o surgimento desse veículo de comunicação e conscientização representa o *evento fundador* mais abrangente do Movimento Homossexual Brasileiro. A profundidade e amplitude das matérias produzidas fez com que se constituísse em destacada fonte (ainda pouco valorizada) sobre os movimentos negro e feminista no período.

Surgidos na esteira do jornal *Lampião da Esquina* no ano de 1978 e sob influenciada direta do movimento estadunidense *gay lib*, os grupos de homossexuais organizados também irão representar um importante espaço de integração e provisão de identidade positiva. Constituindo espaços de expressão da subjetividade freqüentemente deteriorada, possibilitava a troca de experiências, de angústias e anseios, do reconhecimento de si através de pessoas com idêntica vivência, embora tivesse que lidar com as dificuldades inerentes a todo evento

¹¹⁰ A experiência de uma associação de imprensa exclusivamente “gay” foi encerrada pelo regime militar. Ver: Lima, s.d.

¹¹¹ A *Turma Ok* se constitui oficialmente em 13 de janeiro de 1961. Sua matriz foi um grupo de 12 amigos entre os 30 e 40 anos que se reuniam nas residências uns dos outros (dos que gozavam de vida independente), a fim de se confraternizarem. Nas festas que promoviam predominavam shows de dublagens (mímica). Cf. Stephan, 2003.

pioneiro. Míccolis transmite uma idéia do que representou essa experiência inaugural, no âmbito dos grupos de que participou (Somos/RJ e Auê/RJ):

Tivemos uma existência quase clandestina e muito conturbada. Imaginem um bando de pessoas freqüentemente com problemas básicos de aceitação pessoal, tentando encontrar o ponto comum para iniciar um diálogo sobre si mesmas. Tudo bastante dilacerado, de um lado. Muita dúvida porque tudo era novo. E uma extrema oscilação de gente entrando e saindo. Muitos vinham para espiar. Se decepcionavam. De fato, não tínhamos nenhuma fórmula para mudar o mundo (Míccolis & Daniel, 1983, 98).

Embora inspirados nas experiências similares dos gays estadunidenses, o contexto sócio-cultural brasileiro diferente trazia suas especificidades, mormente em contexto de ditadura militar em um país com tradição ao conservadorismo de fachada e de pouca cultura associativista. Ainda assim foram capazes dessa experiência de convivência, possibilitando encontros, auto-reflexões e relacionamentos afetivo-sexuais. Nesse período inicial do movimento brasileiro também foram exercitadas vivências de “amizade não exclusiva”; ressensibilização corporal, alguns influenciados pelas pesquisas de Wilhelm Reich (Trevisan, 2000, 348-350; 356), expressando sintonia com o contexto cultural emergido pelos movimentos da *contracultura* ou *de Liberação Sexual (hippie, feministas e gay lib)* nos anos de 1960. Defendiam a importância do desbloqueio das emoções, do prazer físico, da auto-gestão do corpo, das experiências afetivosexuais como atividade política e a busca por felicidade como um direito político¹¹², com o que ampliam e aprofundavam o ideário da *beat generation*¹¹³ (Leyland, 1980, 73-124) e antecipavam um ideal que dez anos depois seria formalmente incorporada como *objetivo fundamental* da República Federativa do Brasil pela constituinte de 1986, promulgada em 1988 (art. 3º, inciso IV, CF)¹¹⁴. Também adotavam a reapropriação dos termos pejorativos com os quais a sociedade heterossexista exerce o poder

¹¹² “O objetivo do movimento guei é a busca da felicidade e por isso é claro que nós vamos lutar pelas liberdades democráticas. Mas isso sem um engajamento específico, um alinhamento automático com grupos da chamada ‘vanguarda’” (Jornal *Lampião da Esquina*, nº 10, março de 1979, p. 9).

¹¹³ Bobbio informa a concepção histórica da promoção da felicidade como uma função do Estado como presente em diversas ex-colônias nos EUA (Virgínia, 1776 etc). Na Declaração dos Direitos do Homem de 1789, na França, ao contrário, aparece apenas de forma genérica e não como “uma palavra-chave” do documento. Segundo Bobbio, com o desenvolvimento “do estado liberal e de direito, foi completamente abandonada a idéia de que fosse tarefa do Estado assegurar a felicidade dos súditos”, incorporando-se a concepção kantiana de que “a verdadeira finalidade do Estado deve ser apenas dar aos súditos tanta liberdade que lhes permita buscar, cada um deles, a seu modo, a sua própria felicidade.” (Bobbio, 2004, p. 103).

¹¹⁴ “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da Republica Federativa do Brasil: ... IV – promover o bem de todos, sem preconceito ...” Cf. Grifos meus.

de controle, produzindo seu esvaziamento, neutralizando a agressão (Foucault, anos 70, 80 – *Queer*, anos 90, 2000).

2.4.2 O cuidado do outro

A emergência de práticas voltadas para a atenção e o cuidado “do outro”, realizando uma ética solidária pode ser inscrita através de três eventos inauguradores: a viabilização de acesso a médicos e advogados para a população carcerária homossexual do Distrito federal pelo grupo *Beijo Livre/Brasília* (*Lampião da Esquina*, ano 2, nº 20, janeiro de 1980, pág. 8); a campanha de conscientização sobre DSTs junto aos “homossexuais” (“travestis”) prostitutos do Pelourinho (visita médica e exames clínicos), promovida pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) em fevereiro de 1981 (*Lampião da Esquina*, ano 3, nº 34, março de 1981, pág. 3); e a circulação do *Boletim ChanacomChana* (depois nomeado *Um Outro Olhar*, editado pela Rede de Informação de mesmo nome – sociedade civil constituída por ex-integrantes do Grupo de Ação Lésbico-feminista, GALF) disponibilizando informações sobre DSTs, SIDA e meios de prevenção específicos para lésbicas¹¹⁵.

O traço característico dessas primeiras ações é a ocupação do espaço político, vale dizer, a esfera pública, ainda que por um viés não institucional, deixando clara, com a sua atuação, a omissão do Estado. O segundo momento pode ser referido como aquele no qual se inauguram as primeiras experiências de cuidado, tendentes a minimizar os efeitos sociais decorrentes da Sida/Aids. Há uma primeira fase marcada por ações espontâneas, de iniciativa privada, mais afeitas ao âmbito da sororidade, e uma segunda que poderia ser caracterizada a partir da realização de parcerias entre militantes “homossexuais” – seja através de grupos organizados seja individualmente – e as instituições oficiais de medicina. Posteriormente verifica-se o aparecimento das chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs)¹¹⁶, dando início às ações planejadas e com fontes de financiamento (geralmente internacionais), divisão de trabalho e profissionalização (Góis, 2000, 165-200; Parker, 1994, 42; 87; 96–100).

Exemplificativamente poderíamos citar dois casos de prática da solidariedade espontânea como estratégia de proteção: o trabalho discreto e amoroso desenvolvido pela *Turma OK*, dispensando suporte afetivo-solidário-material a enfermos¹¹⁷ e aquele, também inspirado na mesma ética, desenvolvido pela travesti Brenda Lee, em São Paulo. De pensão a casa de acolhimento físico,

¹¹⁵ Circulam 12 edições, de 1982 a 1987. Ver: Martinho *apud* Cardoso, 2004.

¹¹⁶ Sobre a emergência e caracterização dessa modalidade de associação civil, ver: Facchini, 2000.

¹¹⁷ Conversa informal com J.L., então Presidente da *Turma OK*, no início da segunda metade dos anos de 1980.

emocional e material, nasce a *Casa de Apoio Brenda Lee* que, pela importância do trabalho realizado, chega a ser comparada como “quase uma extensão do hospital Emílio Ribas e uma entidade fundamental para a rede estadual de saúde, no setor de Aids.” (Trevisan, 2000, 369).

Foi sem dúvida a necessidade de resposta ao gigantesco desafio que se constituiu o enfrentamento da satanização de suas pessoas através da Sida/Aids que ações de proteção foram sendo construídas e aperfeiçoadas, revigorando-se noções de solidariedade, cuidado, fraternidade (Costa, 1994, 11–15; Parker, 1994, 19–20; 96–100). Através de suas redes de relacionamentos, diversos “homossexuais” desenvolveram trabalhos voluntários em parceria com outros atores e instituições de saúde governamentais e internacionais, dando início à ocupação de espaços institucionais e políticos no exercício da defesa de seus direitos. Esse processo vai, mais adiante, demandar a profissionalização dos projetos e seus agentes, consolidando um campo profissional e intelectual (Fatal, 1998, 13, 31; Góis, 2000, 58, notas 2 e 3; 2000(a), 168, 174-175; 176-200; 2003, 289-297). A consistência dos mecanismos de atuação resultará no programa de disponibilização de medicamentos, garantida pela decisão política de suspender o direito de propriedade industrial sobre os mesmos. Premiado internacionalmente, torna-se modelo para outros países. Este programa de saúde será posteriormente estendido a outros tipos de enfermidades.

Nesse processo de construção de respostas diante de um contexto de crise, veremos na década de 1990 o agora autoreferido *Movimento GLBT* emergir do impacto da Sida/Aids, aprofundando e ampliando o processo de construção de mecanismos de proteção social¹¹⁸. Multiplicam-se outra vez o número de grupos organizados, articulações com outros movimentos sociais, parlamentares, instituições de defesa dos direitos humanos, especialistas e pesquisadores (nacionais e internacionais) são tecidas.

2.4.3 O cuidado do nós

Afora o enfrentamento da pandemia da Sida/Aids, com indiscutível sucesso para os padrões de políticas públicas brasileiros, a implementação, no Rio de Janeiro, do serviço *Disque Defesa*

¹¹⁸ Embora um sensível declínio em sua energia utópica, decorrente da extinção dos seus marcos fundadores (o jornal *Lampião da Esquina*, e o *Grupo Somos/SP*) e de inúmeros outros grupos de militância, agravado pelo imaginário de *peste gay*, o movimento se manteve atuante, inaugurando novas vias de ação. De um lado, as demandas passaram a ser dirigidas às esferas normativas (supressão do código 302.0 de classificação de doenças; inclusão de artigo no Código de Ética dos Jornalistas contra manifestações de preconceito; campanhas em sede do Congresso Constituinte e junto às constituições estaduais e leis orgânicas municipais para a inclusão do termo “orientação sexual” entre as proibições de discriminação). De outro, tiveram início as ações de combate aos efeitos sociais da pandemia. Ver: Câmara, 2002; Facchini, 2000; Parker, 1994.

Homossexual – DDH vai se constituir na segunda grande política pública construída pelos próprios sujeitos. Surgido a partir da demanda instaurada com o serviço Disque Aids disponibilizado pelo *Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual* (grupo de Magalhães Bastos, no Rio de Janeiro), inova por atuar em espaço tradicionalmente repressor, refratário à participação popular – a área de segurança pública. Resultado da agregação de forças buscada em diversos espaços – parlamento estadual, executivo estadual, autoridades policiais civis e militares, além de outros grupos de homossexuais organizados -em junho de 1999 o serviço é oficialmente disponibilizado para a população, funcionando a partir do trabalho voluntário prestado pela própria militância¹¹⁹. Além do recebimento de denúncias sobre violência, também faz encaminhamento de questões aos parceiros das áreas do direito e psicologia. Indubitavelmente a força determinante de sua implementação, no âmbito do executivo estadual deveu-se a presença de Luiz Eduardo Soares no comando da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública. Com a sua saída e de sua equipe, em março de 2000, instaura-se uma séria crise comprometendo o funcionamento, a interlocução e a eficácia do serviço. A crise tornava-se mais aguda na medida em que as instituições homossexuais não dispunham de sólida estrutura organizacional, ou experiência anterior em cooperações desse tipo.

No que pese os percalços comuns a iniciativas de tal envergadura em país com as nossas características de conservadorismo e frágil produção de capital social, as organizações de defesa dos direitos dos “homossexuais” se reorganizaram e assumiram a continuidade do serviço¹²⁰. O pioneirismo dessa parceria estimulou grupos em outros estados da federação a se organizar para instalar mecanismo semelhante em suas unidades. Também contribuiu para que o Movimento em âmbito nacional a se debruçasse de modo mais consistente sobre a violência homofóbica (Larvie, 2001, 23–36).

Outro aspecto relevante dessa iniciativa foi a possibilidade de se conhecer as especificidades desse tipo de violência . Antes da disponibilização do serviço, tudo o que se sabia decorria da compilação das notícias veiculadas por jornais, sempre editadas a partir da ótica estigmatizante. Essa foi a

¹¹⁹ Precursor nessa estratégia de alianças, o Triângulo Rosa, vocalizador da demanda do movimento pela inclusão de vedação expressa de discriminação por *orientação sexual* no texto da magna carta em elaboração, efetua contatos com instituições da sociedade civil (a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro, sindicatos e integrantes do parlamento e da Academia). Cf. Boletim do Triângulo Rosa, nº 4, fls. 2,5-7(Arquivo pessoal da autora) e Câmara, 2002.

¹²⁰ Atualmente o serviço integra o Centro de Referência contra Violência e Discriminação Homossexual (CERCONVIDH). O Movimento GLBT obteve o compromisso expresso do candidato eleito ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, para que o Centro seja inserido oficialmente na estrutura do Estado.

primeira tentativa de mensuração, iniciativa do Grupo Gay da Bahia, mais uma vez pioneiro. Com a publicação de livros com os resultados das compilações (Carrara e Ramos, 2005, 73), o GGB fez inserir o tema na pauta das discussões da sociedade e da militância. Isso levou ao enfrentamento do senso comum que aponta (ainda aponta) para uma retribuição procurada – *ele fez por merecer* (Ramos, 2001, 63) –, fruto de associações com delinquência e desregramento moral.

A característica principal da violência/discriminação desferida contra “homossexuais” está direta e intrinsecamente ligada à dificuldade, muito presente em nossa *civilização*, de respeitar e se relacionar com a diferença sem torná-la instrumento de afirmação de um certo orgulho próprio que precisa da desqualificação e destruição do outro para se afirmar. Em face da gravidade e extremada agressividade dos crimes vitimizando “homossexuais”, penalistas, militantes e parlamentares têm debatido sobre uma tipificação capaz de conceitualmente melhor contemplar essa modalidade específica de violência. Uma das correntes defende a noção de *crime de ódio* – categoria penal surgida nos EUA em 1968 e que passa a ser mencionada no Brasil a partir dos anos de 1990. Amplia a conceituação penal originária de atos violentos praticados em função da intolerância às diferenças de “raça, cor, religião ou origem nacional” (Ramos, 2001, 58).

Apesar de haver quem defenda a adoção de instrumentos jurídico-penais fixando sanções *fortes*, especialistas em violência e penalistas chamam a atenção para a ineficácia na exacerbação punitiva: não contribuem para a solução medidas como redução da idade penal, pena de morte e prisão perpétua (Wacquant, 2002, 7-11). Felizmente as perspectivas das respostas vêm apontando para políticas de caráter preventivo, profilático, educativo (ver: VII Conferência Nacional de Direitos Humanos e Programa Brasil sem Homofobia, entre outros).

Os estudos iniciados com a pesquisa realizada pelo ISER tiveram o condão de dar a conhecer a “espiral de tensão” que acompanha essa violência específica, de modo a possibilitar ações interventivas eficazes. A marca da violência homofóbica se manifesta através de insinuações veladas, ameaças [de “revelação”/publicização da “identidade secreta”], intimidações (escândalo na vizinhança/no trabalho/cartas ao síndico/telefonemas/ mensagens eletrônicas); agressões físicas; homicídios com extremada crueldade. A potencialização dos danos opera a partir do conhecimento, da relação de proximidade existente entre vítima e agressor (“violências iterativas”¹²¹). A partir da

¹²¹ Segundo Ramos, a interatividade consiste em: a) baixa visibilidade social para o problema, proporcionando uma experiência marcada pela solidão e impossibilidade de partilhamento; b) continuidade no tempo dos atos de

revelação dessas especificidades é possível aos movimentos de “homossexuais”, “lésbicas” e “transgêneros” começarem a construir, em conjunto com instituições de pesquisas e com órgãos do Estado, um planejamento eficiente das ações político-institucionais para o seu enfrentamento.

As pesquisas que vêm sendo efetuadas desde 2003 pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec/UCAM) e pelo Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ) com os participantes das Paradas do Orgulho têm ampliado esse conhecimento. Questionários têm sido preenchidos com base nas respostas apresentadas por esse público, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e as quantificações produzidas ampliam o conhecimento do problema, dando ensejo a encaminhamentos mais eficazes.

A pesquisa realizada no Rio de Janeiro no ano de 2004, conforme as anteriores (Parada 2003 e ISER 2001) aponta os “homossexuais” mais visíveis como aqueles que mais relatam experiências de violências. Dentre as modalidades referidas, a violência verbal/ameaça de agressão tem se mantido como a de maior incidência – 56.3% em 2003 e 55.4% em 2004. Também o fator geracional se manteve como uma variável importante. Se em 2001 os estudos do ISER apresentaram o índice de 47.1% para denúncias de violência realizadas por maiores de 40 anos, contra 26.7% para adolescentes e jovens até 21 anos (Ramos e Borges, 2001), em 2004 dos respondentes da Parada com 40 anos ou mais, 23.5% relataram experiências desse tipo, contra 12.8% dos adolescentes (Carrara e Ramos, 2005, 84–85). Os espaços familiares e de amigos/vizinhança igualmente mantiveram índices elevados – 27.0% para aqueles e 33.5% para estes. Nesses espaços de “violências interativas” (amigos/vizinhos), as mulheres aparecem com 39.5% contra 37.5% para os/as transgêneros. No ambiente familiar, os percentuais são 29.3% para mulheres homossexuais e 27.3% para travestis e transexuais (Carrara e Ramos, 2005, 77). No estudo do ISER, 44.4% das denunciante do DDH relataram violências em casa/vizinhança (Ramos e Borges, 2001).

agressividade, ou seja, situações que não se resumem em um único evento, como por exemplo uma agressão desferida em local público por um desconhecido. Por se tratar de pessoas vulnerabilizadas pela possibilidade da exposição pública de um seu atributo estigmatizado socialmente (a orientação sexual fora da norma), os agressores tendem a atuar de forma continuada, freqüentemente se tratando de pessoas conhecidas das vítimas – vizinhos; parentes da família de origem; da família d(a)o companheir(a)o; ex-cônjuges e até mesmo os atuais companheiros; c) a complexidade na superação do problema, devido tanto a freqüência com que o agressor é pessoa conhecida da vítima, muitas vezes parentes, como também pela forma com que tais questões são encaradas pelos agentes do poder público encarregados da apuração e punição de atos que antes de mais nada são crimes tipificados em nossa legislação penal (Ramos, 2001, 54–55).

No tocante ao espaço familiar de ocorrência, embora a pesquisa com participantes da Parada do Rio em 2004 aponte esses índices de violência como produto da homofobia, caberia distinguir, por exemplo, a violência praticada no interior das relações de parceria daquelas outras que, ainda quando praticadas em contexto de interação sexual, têm a marca de uma violência específica. Essa variável da violência praticada no interior das conjugalidades, marcada pela interatividade, foi objeto de denúncias por parte do movimento lésbico (Ramos, 2001, 65) e recentemente contemplada no texto da lei que criminaliza a violência contra a mulher (a chamada Lei Maria da Penha, nº 11.340/06, de 22/09/2006).

Igualmente caberia a problematização do baixo índice apresentado para esse espaço de violência quando a vítima é “transgênero” (27.3%). Essa relativamente menor incidência é mais associável à característica predominância de um estilo de vida unifamiliar, decorrente da ruptura dos vínculos com a família consangüínea, do que efetivamente uma indicação de “que a família é o espaço em que [as “transgêneros”] são menos discriminados”. Essa argumentação encontra respaldo também na observação de que esse segmento é o que aparece como “vítimas preferenciais em todas as modalidades de discriminação”, em razão da maior visibilidade e, também, dos “estereótipos negativos que recaem sobre ele” (Carrara e Ramos, 2005, 78).

2.4.4. “O caminho se faz ao caminhar”

Esse aprendizado que se faz a partir da própria ação política, leva o *Movimento GLBT* a trabalhar no sentido da construção de políticas, programas, ações e projetos de curto, médio e longo prazos no combate ao preconceito, no reconhecimento/restabelecimento de direitos e promoção da autoestima. Vão da disponibilização de assessoria jurídica¹²² à utilização dos recursos da rede mundial de computadores como ferramenta viabilizadora de informações, suporte emocional e construção de redes sociais, destacando-se a de atuação profissional da militância especializada no setor educacional, como alavanca estratégica na transformação das mentalidades.

Há iniciativas como a criação do *Grupo de Ajuda Mútua*, experiência realizada há mais de dois anos pelo Grupo paulistano de lésbicas *Umás & Outras*. São realizadas reuniões mensais, onde

¹²² No Boletim nº 5, edição do carnaval de 1987, o Triângulo Rosa já noticiava em sua página 5: “Precisa-se de advogados!! Cogita-se a possibilidade de abrir departamento jurídico para homôs vítimas de preconceito. Tractar c/ T. R.” – Arquivo pessoal.

promovem o compartilhamento de experiências, construindo em conjunto um espaço de fala/escuta e convívio entre pessoas com questões afins. Esse grupo, empenhado na preservação do aspecto subjetivo das “lésbicas”, se esforça na ampliação da oferta de atividades. Em suas programações consta: oficina de teatro, sarau literário, musical e poético, palestra sobre autoestima com terapeuta holística, além de espaço para jogos (“ping-pong, dominó, truco etc.”) e expressão artística (canto e violão)¹²³.

No Rio Grande do Sul, o grupo *Nuances pela Livre Expressão Sexual*, com dezessete anos de existência, há sete realiza projeto com o segmento dos “trans, guei, lésbica e travas jovens”, visando à redução da vulnerabilidade relativa e o aumento da autoestima e o fomento da ação cívica comprometida, com seus participantes atuando como multiplicadores. Sua intervenção é pautada pela ocupação de espaços públicos (visitas a teatros, museus, praças e parques), com vistas a incentivar a disputa pela sua ocupação e explicitar o conflito (manifestações de desqualificação); pela realização de oficinas sobre temas privilegiados pelo próprio grupo, sobre formas de expressão artística; pela exibição de filmes ou documentários; e através da representação formal de denúncias de constrangimento, humilhações e privação de liberdade junto a órgãos de Direitos Humanos, conselhos profissionais (Serviço Social, Psicologia) e instituições *sócioeducativas*. Segundo seus avaliadores acreditam, “o maior impacto do projeto constituiu-se, de forma reflexiva e prática, na formulação de estratégias para que cada vez mais as pessoas reajam às violações de direitos humanos e à moral sexual.”. Uma de suas grandes riquezas sem dúvida alguma é abarcar um público realmente misto, tanto em termos de identidade de gênero e orientação sexual (“gueis, bis, sapas, trans, travas e heteros”) quanto de etnicidade, tornando concreta a possibilidade de convivência entre diversidades.

[...] A ação buscou compreender e tentar reverter as condições de vulnerabilidade dos jovens, possibilitando o deslocamento de uma posição social abjeta (desprezível, ignóbil ou imundo), definida pela heteronormatividade, para a de cidadão de direitos, pela via da reflexão e da ampliação das redes de sociabilidade. [...] Os resultados desta ação/grupo apontam para alguns dos limites e das possibilidades de intervenção junto ao público juvenil, no que se refere ao acesso e à produção da cultura da diversidade das identidades de gênero e à promoção e ao entendimento ampliado dos direitos humanos, em sua transversalidade com a saúde. Sair do Armário e Entrar em Cena constituiu agentes do compromisso com a vida, não no sentido de sua administração, mas da ampliação da liberdade com a qual se joga o seu jogo (Pecoits e Pocahy, 2006, 27, 10 e 25).

No âmbito do movimento estudantil igualmente tem havido intensa participação, resultado da criação de grupos de militância específica. Em 2006 foi realizado o quarto Encontro Nacional de Universitários pela Diversidade Sexual, na cidade de Vitória, ES (IV ENUDS). No aspecto religioso vários têm sido os templos que têm se mostrado sensíveis com as necessidades de serviço religioso

¹²³ Cf. programações divulgadas na lista virtual listagls.

demandadas por “homossexuais”. Alguns, contando com grupos corais, promovem forma adicional de construção de vínculos e o conseqüente fortalecimento da autoestima.

Da pauta das reivindicações na esfera legislativa, significativas vitórias têm sido conquistadas através do sancionamento de leis com punições de caráter administrativo para casos de discriminação ou preconceito por motivo de orientação sexual em espaços comerciais e públicos. Aguarda-se, contudo, aprovação de norma equivalente gerando efeitos na esfera penal. Desde 1999 consta na agenda política do movimento¹²⁴. Um substitutivo ao Projeto do então deputado e Presidente da Comissão de Direitos da Câmara dos Deputados, Nilmário Miranda, aprovado na Câmara em 2006 optou por acrescentar artigo à lei que pune os crimes relacionados a preconceitos de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional (Lei nº 7.716, de 1989, alterada pela Lei 9.459 de 1997)¹²⁵. Também integra a agenda o projeto de reconhecimento dos direitos decorrentes das relações de conjugalidade. O projeto inicial, de autoria da então deputada Marta Suplicy data de 1996. Outros projetos no mesmo sentido foram apresentados. Discute-se quanto ao melhor instituto jurídico – tanto em termos de reconhecimento de direitos quanto da viabilidade política para sua aprovação (parceria civil ou uniões de afeto – famílias). Enquanto isso não acontece, através do Judiciário se tem conseguido importantes marcos jurisprudenciais, seja na esfera civil ou previdenciário.

Outra importante conquista no aspecto da ocupação dos espaços político-institucionais é a construção, em parceria com o executivo e legislativo federais, do Programa de Combate à violência e à Discriminação contra GLTB. Fruto de construção coletiva e paritária, agregando as principais entidades representativas de cunho nacional – ABGLT, ANTRA e mais 16 grupos estaduais, de um total de 140, além da Presidência da República, Ministério da Justiça e Ministério da Saúde. A Academia se faz representar através de dois centros universitários de pesquisa (UERJ/CLAM-DHS e UCAM/CESC), na qualidade de colaboradores. O seu elenco de ações visa: 1) articulação da Política de Promoção dos DH; 2) Legislação e Justiça; 3) Cooperação Internacional; 4) Direito à

¹²⁴ Na reunião de 12/05/1986, por ocasião do encontro com a comissão do Triângulo Rosa, os representantes da OAB/RJ expressaram sua opinião – do ponto de vista meramente jurídico – de que “*seria mais fácil modificar o texto de uma lei ordinária* [na época a lei nº 7437, de 20/12/1985, de autoria do senador Nelson Carneiro] *do que modificar o texto da Constituição*”, vez que representa um processo legislativo mais difícil, pelo quorum exigido. Cf. Boletim TR nº 2, fl. 5. – Arquivo pessoal da autora. A menção do nome do senador Nelson Carneiro, o histórico defensor da igualdade de direito para as mulheres, autor da lei do divórcio e do “estatuto da mulher casada”, evoca fato histórico digno de nota, pelo paradoxo que encerra. Quando da votação do destaque apresentado pelo deputado José Genoíno Neto, em 28 de janeiro de 1986, para inclusão do termo “orientação sexual” no artigo constitucional que proíbe a discriminação, preferiu votar em branco. Cf. Silva, 1993, 259.

¹²⁵ Conforme registrado na Introdução.

Segurança: contra violência e impunidade; 5) Direito à Educação: promoção de valores como respeito e paz; 6) Direito à Saúde; 7) Direito. Ao Trabalho: política de acesso e não-discriminação; 8) Direito à cultura; 9) Política para a Juventude; 10) Política para as Mulheres, “incluindo as Lésbicas”; 11) Política contra Racismo e Homofobia. A responsabilidade pela articulação, implantação e avaliação do Programa está a cargo da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Já a responsabilidade pelo combate à homofobia e pela promoção da cidadania GLT é de todos os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e sociedade.

Dentre as vitórias dos anos de 2005/2006 no âmbito do governo federal, segundo o balanço das conquistas apresentado pelo Secretário-Geral da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais (ABGLT), foram instalados 27 Centro de Referência, com vistas à defesa dos direitos humanos, com financiamento pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República; 47 projetos de apoio jurídico (“apoio jurídico a GLBT vivendo com HIV/Aids”); 15 projetos para o combate da homofobia nas escolas (Reis, 2006)¹²⁶.

Finalizando este tópico, quero uma vez mais sublinhar a importância estratégica que a dinamização do extraordinário potencial lúdico presente nesses segmentos representa em termos não apenas de autoconstrução de mecanismos de proteção recíproca e de ampliação da consciência política (Câmara, 2002, 53; Rodrigues, 2004), mas, sobretudo, na formação de capital social. Os espaços de interação formados pelos variados modos de organização dos grupos de “homossexuais”, estruturados não apenas no viés político mas, sobretudo, na “perspectiva libertária de construção da[s] identidade[s] homossexual [is]”, no investimento na possibilidade de conjugação da participação política com a dimensão de prazer (Ramos, 2005, 34), constituem territórios enormemente férteis no processo de construção não apenas de uma mais fortalecida auto-representação das homossexualidades (Câmara, 2002, 51-52, 38), mas também, de uma sociedade mais democrática e fraterna. Seja no formato “clube, tais como a *Turma Ok* e a atual conformação do quase trintenário *Miss Brasil Gay* – que passou a se inserir no âmbito do *Rainbow Fest*,

¹²⁶ Enquanto procedo às complementações, recebo a notícia de que em 13/02/07 a militância conseguiu integrar 111 parlamentares na Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, incluindo os deputados Clodovil Hernandez e Antônio Carlos Magalhães Neto. Em 2003 quando foi criada, era composta por 15 deputados. Segundo informa o coordenador geral do Projeto Aliadas e Presidente da ABGLT, Toni Reis, essa ampliação resulta do trabalho das equipes que compõem do Projeto, presentes em todos os estados e no Distrito Federal. Ainda segundo a matéria do Mixbrasil, o Coordenador afirma que o objetivo é alcançar um número de 198 deputados e senadores até o final deste ano (2007). Cf. http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/Noticia/4_62_57883.shtml.

promovido anualmente pelo Movimento Gay de Minas (Ramos, 2005, 35) –, seja no formato de privilegiamento dos processos de interação, como o *Nuances*, em Porto Alegre, o *CORSA* e o *Umas e Outras*, em São Paulo, ou mesmo no formato das tradicionais reuniões de discussão de política de conscientização.

Encerro este capítulo com as palavras de Denílson Lopes. Ele dá o seu testemunho pessoal sobre a importância e significado desses espaços. Com elas convido você a ir ao encontro dos organizadores do *reservado*, na Baixada Fluminense dos anos de 1980:

... ter conhecido os grupos gays Arco-Íris no Rio de Janeiro e Estruturação em Brasília, ter participado de algumas de suas reuniões ... foi fundamental para deixar de ter uma relação silenciosa com a homossexualidade, ter coragem de lidar com minha própria experiência e ao fazê-lo me sentir mais parte do mundo. E como isto foi difícil! Ainda, por incrível que possa parecer, e não pernóstico, ao menos espero, havia sentimentos que eram mais fáceis de serem ditos em inglês do que em português. ... No Arco-Íris e sobretudo no Estruturação, quando voltei de vez para Brasília, me senti mais à vontade do que em bares e boates, encontrei um espaço em que se podia falar e discutir sobre homossexualidade com naturalidade, um espaço do qual me sentia fazer parte, ao reconhecer mesmo as minhas diferenças. A alegria, a vitalidade com que saía de muitas reuniões foi decisiva para mudar minhas relações com minha família e amigos, me tirar um pouco da imagem que ainda me assombra do adolescente melancólico, uma encarnação possível do gay deprimido de antes dos anos 60 [e eu acrescentaria que, lamentavelmente, ainda dos dias atuais em alguns contextos socioculturais]. ... Certamente não escreveria o que venho escrevendo, não teria começado a falar em sala de aula e em congressos, se não tivesse passado por esta experiência (Lopes, 2002, 29-31).

3 DESARRUMANDO FRONTEIRAS & OUSANDO JOGADAS

Deus, quando me botou assim no mundo
(com a ajuda lá do meu pai com a minha mãe)
– gente! –
foi porque eu tinha discernimento e vontade própria.
Se Ele não quisesse que eu tivesse vontade própria,
Ele tinha me feito nascer égua!
Com uma rédea aqui para alguém me guiar.
Antônia, 17/04/03, lado B, *in fine*.

3.1 Ajustando as lentes

Em 1982, época em que se constituiu o *reservado* – um espaço de sociabilidade “homossexual” incrustado no interior de um botequim –, Antônia estava desquitada, com mais ou menos vinte e nove anos¹²⁷ de idade. Sua filha tinha cerca de sete anos e estudava perto de casa, em um colégio de freiras – como ela própria estudara, nos bons tempos em que vivera com a madrinha bem de vida. Como tantos de sua geração, também se sentia tomada pelo sentimento inaugural que se impregnava os anos iniciais da década de 1980.

O clima de renascimento, fruto do processo de reconstrução democrática, se espalhava pelo ar. Ano de Copa do Mundo, 1982 também trazia as primeiras eleições livres. Como se não bastasse ser ano da Copa, ainda teriam as primeiras eleições com a candidatura de ex-exilados e com novas formações partidárias. O Partido dos Trabalhadores (PT), constituído a partir do operariado, se apresentava à nação com propostas de atuação política comprometida com as associações de base –

¹²⁷ Os relatos de Antônia não são precisos nas datas: “Não tenho muita certeza com esse negócio de idade, tempo. Às vezes eu tô contando uma história achando que é um ano, aí depois eu me lembro de um detalhe que fixa a data, entende? Ou um aniversário, ou uma comemoração, aí eu vou lembrando da data que aquilo ocorreu.” Antônia, 2003, fita 4, lado A.

sindicatos, associações de moradores, etc. Participação popular, responsabilidade com os recursos públicos e defesa dos chamados grupos minoritários – entre eles os homossexuais – tornavam o PT uma fonte de esperança entre jovens, estudantes e trabalhadores. Esse clima de reconstrução democrática provocava nas pessoas uma grande vontade de intervir e realizar. Não que se apresentasse de forma consciente, todos possuídos de nítida clareza crítica do espírito de época.

Já desde 1974, porém, o jogo do poder se via forçado a adotar uma flexibilização. Era o início do projeto de “abertura lenta e gradual”. Embora esse projeto fosse construído de cima para baixo e de dentro para fora, representou o resultado da atuação de diversos atores coletivos. As manifestações da sociedade civil vão num crescendo ao longo da década (Costa, 2002, Cap. III; Bellucco, 1999; Sallum Júnior, 2003; Teles, 2003, 78-81), forçando o Estado de Exceção¹²⁸, embalados na consciência de sua própria “força de lutar pelos seus direitos, a força de brigar com o poder. (...) Levando essa consciência ainda a outras pessoas”¹²⁹. São as chamadas organizações de esquerda: associações de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), os movimentos sociais (re)inaugurados a partir da experiência cotidiana – Movimento do Custo de Vida/Movimento contra a Carestia, Movimentos de Amigos de Bairro (MABs), associações de moradores, associações de favelas, de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), movimentos feministas e homossexual.

O movimento estudantil se reorganiza; o movimento sindical igualmente se reconstrói. As “esquerdas organizadas”, elaborando novas formas de ação após a derrota da luta armada, traçam a

¹²⁸ Cf. Vieira (1988, 70-71) o conceito de Estado de Exceção foi estabelecido por Nicos Poulantzas, com vistas a explicitar a ocorrência de supressão da representação política tradicional (partidos políticos, parlamentares e sufrágio universal) e o sobrepujamento do aparelho repressivo militar nas crises de hegemonia tanto no interior do bloco de poder quanto em seu relacionamento com os setores populares.

Vieira, embora concorde com a afirmação sobre a contumácia com que nos países da América Latina ocorrem governos autoritários, notadamente militares, formulada por Michel Löwy e Eder Sader, o que inviabilizaria a excepcionalidade desse modelo, entende que a categoria “ditadura” é insuficiente para dar conta do processo político latino-americano (Vieira, 1988, 36). Em sua opinião, a noção de Estado de Exceção proposta por Poulantzas e ressignificada por Esteban Carranza possibilita uma compreensão mais apropriada sobre as intrincadas relações que nos países desse continente as Forças Armadas mantêm com a estrutura do Estado. Também auxilia no desvelamento da própria matriz social, ideológica e organizacional de seus integrantes (Vieira, 1988, 69-71). Para Vieira, o Estado de Exceção na América Latina se apresenta sob três formas: “Uma na qual o quadro constitucional é, formalmente, mantido (Valadéz)...; a outra modalidade é quando a própria constituição contém mecanismos jurídicos nitidamente arbitrários e a última forma é a preponderância explícita do autoritarismo (ditadura militar). (...) Ou seja: padrão clássico – ditadura constitucional (Valadéz [Vieira, 1988, 44-45]); Estado de Exceção híbrido ou regime misto (na concepção de Cadoux [Vieira, 1988, 40]); Estado de Exceção propriamente dito.” (Vieira, 1988, 46).

¹²⁹ Depoimento de Therezinha Lopes, primeira presidente do Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu (MAB), prestado a Fernando Luiz Monteiro de Souza, em 1991 (Lopes, 2001: 36).

tática¹³⁰ de lutar no espaço da legalidade, operando a partir da vocalização dos direitos civis e liberdades individuais (de organização, reunião e expressão, pilares das liberdades políticas mais elementares); direitos essenciais da pessoa humana, contra o arbítrio e a tortura, pelo contraditório e o devido processo legal (Araújo, 2000: 122-125).

Na segunda metade da década de 1970, revogada a censura, uma intensa produção cultural se verifica. Se no período mais repressivo do regime militar as fecundas experiências de participação popular e artística então em curso foram duramente suprimidas, o que se vê agora é uma intensa e diversificada produção cultural, tanto no teatro, cinema, música e artes plásticas quanto no mercado editorial. Também nos costumes a mudança é o tom.

Os atributos de gênero, rígidos e opositores, plasmados sobre sexos anatômicos, tenazmente perpetuados em gestos e discursos os mais triviais do cotidiano, são mais uma vez sacudidos, agora através de grupos como Dzi Croquetes no teatro (tendo à frente a ousadia irreverente de Lennie Dale) e Secos e Molhados, na televisão e no rádio.

A coisa toda começara a balançar ainda nos anos iniciais da década de 1960, com Caetano Veloso desfilando pelas ruas de São Paulo à grega – de saio e pezinhos à mostra em arejadas alpercatas. Interrompida com a ditadura militar, foi preciso esperar ainda bem uma década para a discussão ganhar os bares, lares, camas e altares.

Um pouco mais adiante, Ney Matogrosso, em carreira solo, arrebatava multidões com suas ousadas interpretações musicais, a expressar toda a sensualidade masculina ancestralmente reprimida em shows exuberantes, testemunhados por platéias as mais multifacetadas, compostas de jovens mancebos e mancebas a velhinhas extasiadas (Trevisan, 2000: 289-291; Green, 2000: 412-413; *Jornal Lampião da Esquina*, ano 1, nº 11, abril de 1979, p. 5-7, sob o título: “Liberação? Cada um que cuide da sua”).

Ali pelo meio, também produto da efervescência político-cultural dos anos de 1960 e 1970, no Brasil e no mundo, pela primeira vez em nossa história, se vêem *invertidos* se postarem à luz do dia, através de páginas de jornal juridicamente constituído e desavergonhadamente exposto em bancas

¹³⁰ De acordo com Araújo (2000, 122) e também com Certeau (2003, 97-102). Embora, como o próprio Certeau destaca (p. 102, in fine), os atos concretos nos jogos cotidianos de poder pouco se apresentam de modos classicamente nítidos, capazes de serem perfeitamente subsumidos em quadros classificatórios como sendo nítida e exclusivamente táticos ou estratégicos. Assim, a opção das *esquerdas*, espelhando claramente a necessidade de encontrar meios a partir dos quais oferecer resistência ao regime autoritário, conforme destacado por Araújo (2000, 123-124), se por um lado consubstancia o postulado de Corax transcrito por Certeau: “A necessidade de fortificar ao máximo a posição do mais fraco” (Certeau, 2003, 102, caput), por outro, é inegável que, pela escolha do espaço sobre o qual atuar – o campo dos direitos, termina por se constituir para elas um verdadeiro lugar de poder, um *próprio* a partir do qual podem elaborar seus sistemas e discursos.

(pra todo mundo ver!), a bradarem aos quatro cantos que “a alegria, a satisfação e o prazer também são gêneros de primeira necessidade” (Mícolis, 1983, 112).

O Movimento Homossexual (ou Movimento de Liberação Homossexual) que irrompe no cenário político nacional em 1978, entre dúvidas¹³¹ e dádivas¹³², revigora, amplifica e aprofunda determinados itens da pauta da *segunda* onda do movimento feminista, pioneiro na agenda das ditas transformações nos costumes. O tema tabu, resistentemente evitado pela maioria de suas militantes – o prazer¹³³ –, é enfrentado, problematizado e apresentado na sua dimensão política mais profunda e em toda a sua complexa rede de micronormatizações.

O desvelamento da dimensão de poder instituída no interior das relações tradicionalmente tidas como do âmbito privado; a insurgência de formulações universais e hierarquizantes; os investimentos numa ética solidária, crítica, libertária, politicamente ativa, combativa de todas as formas de arbítrio – tanto das “caçadas” promovidas contra os travestis prostitutos de São Paulo quanto em qualquer outra dimensão (prostitutas, operários, negros, índios...) – eram temas que impregnavam todo o espírito da época, para além das posições de classe e da segmentação de cada movimento específico¹³⁴. O movimento homossexual brasileiro, no entanto, principalmente através

¹³¹ “A questão homossexual ainda estava muito nebulosa [...]. A identidade homossexual ainda era muito indefinida e o único sentimento básico a unir os participantes dessa reunião era o de que todos seriam igualmente párias sociais em razão de sua orientação sexual.” (MacRae, 1990, 116); “A coisa não foi fácil. Tivemos uma existência quase clandestina e muito conturbada. Imaginem um bando de pessoas freqüentemente com problemas básicos de aceitação pessoal, tentando encontrar o ponto comum para iniciar um diálogo sobre si mesmas. Tudo bastante dilacerado, de um lado. Muita dúvida porque tudo era novo [...] De fato, não tínhamos nenhuma fórmula para mudar o mundo.” (Mícolis, 1983, 98).

¹³² “Estimulávamos as manifestações de ternura e fraternidade entre nós, os participantes, e contestávamos tanto as lideranças quanto a representatividade do tipo parlamentar. Além disso, já brotavam temas ligados à quebra de papéis sexuais, à ruptura do modelo heterossexista de relacionamento amoroso e a polivalência amorosa como proposta potencialmente transformadora.” (Trevisan, 2000, 340-341).

¹³³ Este era indiscutivelmente um dos temas, senão o tema que mais provocava antagonismo no interior do movimento feminista. Se, por um lado, havia quem entendesse que a luta necessariamente teria que passar pelas “questões ligadas à sexualidade”, pela “autonomia de sua sexualidade” e pelo “não reconhecimento do direito da mulher ao prazer”, enfrentando-se “a interdição, ainda existente, de relações sexuais antes do casamento; a muitas vezes escondida e reprimida homossexualidade feminina” (Heilborn, 1979, 11), outras o descartavam completamente, como exclusivamente pertinente ao âmbito da intimidade pessoal (Bittencourt, 1979, 2). Exemplos ilustrativos podem ser obtidos através de relatos das atividades de grupos presentes ao Encontro Nacional de Mulheres, promovido pelo Centro da Mulher Brasileira e realizado no auditório da faculdade Cândido Mendes em Ipanema, de 8 a 11 de março de 1979. Ver: Mícolis, 1979, 10; Bittencourt, 1979, 9.

¹³⁴ Apresentar aqui uma contextualização mais aprofundada acerca da emergência do “homossexual” como ator político e das múltiplas e distintas demandas postas na cena pública nos anos 60 e 70 certamente faria cindir o foco principal da pesquisa. Entendo, porém, relevante recuperar tais idéias e seu contexto, no Brasil e no mundo. A irrupção de movimentos sociais no Brasil entre fins dos anos de 1970 e início da década de 1980, teve seu início ainda nos anos de 1960, sendo interrompida pelo regime de exceção. Ressurge um pouco mais além, ainda no interior do mesmo regime, sob outras formas, com outros atores, variadas demandas e campo de ação. Estava integrada em um movimento muito mais amplo e generalizado de irrisignação contra o arbítrio, a violência, o

do seu vocalizador privilegiado (na medida em que resistia a aparelhamentos de qualquer dos grupos ou correntes políticas em disputa), o jornal *Lampião da Esquina*, cumpria o papel de maior vanguarda em termos políticos.¹³⁵

Se do ponto de vista estrito poder-se-ia alegar que houve pouca penetração desses temas entre os “populares”¹³⁶, no plano das ações concretas dos atores sociais não se pode ignorar a circularidade das idéias (Ginzburg, 2003, 12, 20, 201; Bakhtin, 2002, 27). Ela pode ser constatada, por exemplo, na fala de fechamento da entrevista que Antônia, a dona do *reservado*, concede em 1983 para o artesanal *Boca Livre*, ou a de Marcos, um de seus principais colaboradores no *reservado*, quando comenta sobre suas práticas e sua identidade homoerótica.

Nessa entrevista, Antônia expressa a consciência da homossexualidade enquanto prática legítima e desvinculada de qualquer noção patológica, legado indiscutível do *Movimento de Liberação Homossexual*,

autoritarismo, a guerra, o preconceito, a sociedade de consumo. Teve sua explosão com os protestos de maio de 1968, na Europa e nos Estados Unidos, mas sua matriz também pode ser percebida ainda mais atrás, nas formulações daqueles que ficaram conhecidos como os *Beatniks* ou a *beat generation*, nos Estados Unidos da América do Norte. Agradeço a Rachel Soihet por ter me chamado a atenção para esse vínculo com o ideário *beat*. Para maiores detalhes sobre a riqueza dessas décadas remeto a Rodrigues, 2006.

¹³⁵ Sintomaticamente, não tem merecido o adequado e objetivo exame de seu significado político. Provocando e gerando incômodos à direita e à esquerda, o jornal, em apenas doze meses de existência já havia conseguido se tornar “um centro inteligente, difundindo idéias, desmascarando tabus e encorajando atitudes. Sem se reduzir exclusivamente aos temas homossexuais, *Lampião* encampou também a problemática dos índios, da ecologia, das mulheres, buscando assim a aliança das chamadas minorias, para o encaminhamento conjunto do que se costuma tachar de luta secundária” (Ramos, 1979, 4, destaques meus). Entretanto, ainda hoje permanece à margem das pesquisas históricas, tematizando os movimentos sociais da época, às vezes sem merecer sequer o devido cuidado no seu levantamento enquanto fonte.

¹³⁶ Todos os entrevistados foram unânimes em dizer que ouviram, sim, falar do jornal *Lampião da Esquina* – um dos marcos fundadores do Movimento Homossexual Brasileiro – embora não o tenham lido.

Sem dúvida que aplicar a esses quatro colaboradores, de forma generalizada, o designativo de “populares”, como se fosse uma categoria homogênea, uniforme, pelo simples fato de serem originários/residentes da/na Baixada Fluminense, não seria apropriado. Tanto pelo caráter impreciso do termo (“popular”), quanto pelo fato de que na (vasta) região são encontráveis todos os segmentos sócio-econômicos, apesar de ser representada no imaginário do senso comum como integrada apenas pelos segmentos mais “carentes”. Tomá-los dessa forma significaria desconsiderar especificidades decorrentes tanto de suas origens socioculturais quanto de suas posições relativas, além das especificidades das redes de relação nas quais se encontravam inseridos (seus capitais simbólicos, no dizer de Bourdieu). Um exemplo da insuficiência dessa categoria para espelhar a variedade dos atores que ela mais encobre do que revela, poderia ser encontrado consultando a pesquisa realizada sobre o grupo Triângulo Rosa, sediado em Ipanema, Rio de Janeiro, e existente na segunda metade da década de 1980. Ali, podemos verificar que, dos sete integrantes do Triângulo Rosa que foram entrevistados – os mais destacados, segundo a pesquisadora, à exceção de apenas uma –, quatro são oriundos da Baixada Fluminense, sendo três de São João de Meriti e um de Nova Iguaçu (Câmara, 2002, 41-53). Desses quatro, três possuíam nível de instrução universitário. O único com escolarização secundária tinha, porém, sido militante do PT regional de São João de Meriti, entre 1981 e 1982 (embora, segundo relato do informante, ali inexistiam discussões sobre homossexualidade). Segundo esse mesmo colaborador, à medida que foi se integrando nesse novo cenário social, formado pela rede de relações constituída em torno do partido político, passou a não mais se identificar com as “referências que tinha na Baixada Fluminense”, acarretando um distanciamento de sua comunidade de origem. Suas maiores referências nas discussões acerca da homossexualidade parecem ter sido adquiridas após 1982. (Câmara, 2002, 448-49).

embora não tenha participado de nenhum grupo ou mesmo lido qualquer trecho de qualquer número do *Lampião*. Ao se posicionar contra o preconceito e ressignificar uma identidade desacreditada, Antônia estava expressando os desdobramentos da emergência do “homossexual” enquanto ator político legitimado a reivindicar o reconhecimento de seus direitos¹³⁷.

Marcos, ao esclarecer que se permite exercer sua sexualidade longe das amarras, das etiquetas, seja de papéis (ativo x passivo), seja de exclusividade (apenas homo, apenas hetero), sem, contudo subvalorizar sua orientação homoerótica, também dá mostras da propagação social das idéias. Ao dizer de si que é um “homossexual”, mas que não descarta a eventualidade de manter relações sexuais com pessoas de outro sexo; que não se auto-intitula “bissexual”, porque para isso, no seu modo de ver, precisaria que a orientação de seu desejo fosse equivalente para ambos os sexos; que isso não é o que ocorre na verdade; que reconhece em si a predominância do desejo para homens iguais a ele, Marcos está explicitando, na prática da existência concreta, idéias que foram trazidas para o espaço público (social, político, cultural) através dos questionamentos formulados por esse movimento.

Nascidos ou residentes desde a adolescência na Baixada Fluminense, região representada no imaginário do senso comum como dormitório do contingente de mão-de-obra de baixa qualificação, Antônia e os que com ela organizaram o *reservado*, não leram o *Lampião da Esquina*, nem participaram de nenhum grupo de “homossexuais”. No entanto, conheciam de perto a precariedade que significava para a grande maioria ser “gay” ou “lésbica” e habitar seus bairros e municípios. Como os demais, carregavam uma desqualificação adicional por morar em região desprovida de boas condições de habitabilidade. Como tantos desprovidos de recursos no país, também eles eram vistos (e se viam) como pessoalmente responsáveis pela precariedade de suas condições de vida.

Sem dispor de política cultural, de saneamento, habitação, saúde, educação, urbanismo, ou de lazer¹³⁸, o conjunto de municípios que a compunha era representado no imaginário local, regional e nacional apenas pelos seus aspectos negativos, marcando de modo estigmatizante os seus moradores. As relações de seus habitantes com os entes e organismos estatais obedeciam à lógica clientelística que tradicionalmente tem funcionado no Brasil, notadamente nas regiões cuja população dispõe de menor volume de capital econômico e simbólico¹³⁹. Assim, contingenciados na relação Estado-cidadão por tais concepções, o acesso a uma cidadania de pleno uso e gozo de direitos torna-se obstaculizada. A ausência de tradição associativista, por outro lado, dificulta a própria ampliação e

¹³⁷ “Eu gostaria de dizer que o preconceito não leva a lugar nenhum e que apesar da violência e da marginalização que eu sofri, como mulher e como comerciante... [ênfase] ...e como homossexual, eu queria deixar um espaço livre pra que as pessoas pudessem contar comigo para a cultura da Baixada na medida do possível, com divulgação e com espaço.” (Antônia, 1983).

¹³⁸ A quase total inexistência de praças na maioria absoluta de seus bairros, suprimidas dos projetos de loteamentos das antigas fazendas da região, aponta a medida do desprezo com que tradicionalmente as parcelas dominantes no Brasil vêem os segmentos mais descapitalizados.

¹³⁹ Por capital simbólico me refiro ao poder resultante do acervo de prestígio, reputação, relações influentes, carisma. Funciona como u’a *mão de jogo* – a reunião dos trunfos disponíveis, capazes de influenciar favoravelmente na obtenção do desejável sem o recurso da força física ou econômica. Seu conteúdo objetivo é determinado na conformidade com os critérios de percepção e avaliação presentes na relação dada – campo ou figuração (Bourdieu, 2001, 134; 2005, 183).

consolidação da luta pela isonomia no acesso e fruição dos direitos (D'Araújo, 2003; Chauí, 2001; Putnam, 2005).

A escassez de renda da maioria das famílias levava – como ainda leva – quase a totalidade de seus jovens a abandonar os estudos, devido à necessidade de contribuir na composição da renda doméstica, ou mesmo aliviar a sua pressão, através da auto-suficiência de um de seus integrantes.

O círculo vicioso e viciado do baixo poder aquisitivo, aliado à ausência de hábitos de leitura, rareava as bancas de jornal. Apenas as regiões centrais dos municípios as concentravam. Disponíveis, apenas publicações *mais populares* e de menor custo – periódicos como *Luta Democrática*, *Última Hora*, *O Dia*, *A Notícia* e *Jornal dos Sports*. A venda de livros, realizada por meio das papelarias, era restrita aos didáticos e paradidáticos. Inexistiam bibliotecas públicas nos bairros ou nas escolas públicas. Em Duque de Caxias, apenas uma, na sede da Câmara Municipal.

Se no aspecto econômico a maioria de seus habitantes se via às voltas com as constantes perdas do poder aquisitivo e dos níveis de empregabilidade, no aspecto cultural, no entanto, as transformações em curso nos campos político, artístico, do conhecimento e dos costumes contagiavam sobretudo os jovens, impregnando-os de sentimentos traduzíveis por palavras como associação, envolvimento, participação, expressão, criação.

Na mesma Duque de Caxias de apenas uma biblioteca pública e duas faculdades particulares, havia dois teatros – o da Câmara de Vereadores (*Teatro Procópio Ferreira*) e o do Shopping Center (*Teatro Municipal Armando Mello*). No início da década de 1970, no Armando Mello, é inaugurado o primeiro projeto de formação de atores. Também são realizados cursos de música e artes plásticas¹⁴⁰.

Em 1977, o *Teatro de Abertura Lúdica (Grupo T.A.L.)*, arrebatara a maior premiação do teatro nacional (o *Molière*), distinguido na categoria especial. Com o texto *Sacos e Canudos*, de David de Medeiros, abordava com irreverência a tragicomédia da vida na região¹⁴¹. Como tivesse se recusado a recebê-lo, sobre o grupo se abateu o ostracismo. Mesmo banido das luzes legitimadoras, em 1979 apresentou-se no chamado circuito *alternativo*, chegando depois ao Teatro Glauce Rocha. Entre resistências da maioria dos críticos, acostumados a espetáculos da-pela-e-para a classe média, teve seu talento outra vez destacado:

É uma das poucas coisas vivas a ocupar um palco carioca este ano. [...] O diretor, José Carlos de Souza, e os atores podem ter certeza de que caminham na direção certa: é baseado no nosso cotidiano, mas superando-o

¹⁴⁰ Mendonça, s.d. Ver: <http://www.ipahb.com.br/cultura.php>. Acesso: 06/10/2006.

¹⁴¹ Rodrigues afirma que o texto *Sacos e Canudos* foi fruto de criação coletiva e data de 1976 a premiação com o Molière (Rodrigues, 1979, 16). No entanto, parece mais abalizada a informação conforme descrita acima, uma vez que de autoria de um dos integrantes do Grupo, Edielio Mendonça. Ver: Mendonça, <http://www.ipahb.com.br/cultura.php>.

criticamente que alcançaremos a forma de uma arte brasileira autêntica, que como tudo, terá de vir de baixo para cima – e não ao contrário.

O Grupo T.A.L. reafirma-se então como o equivalente suburbano do Asdrúbal Trouxe o Trombone, que faz na Zona Sul um trabalho com a mesma proposta: a crítica debochada a partir de um cotidiano amargo. Aliás, o T.A.L. e o Asdrúbal estão entre o que de melhor se faz no teatro carioca, ao lado do ballet afro Olorum Baba Min de Isaura de Assis e o teatro nordestino de Luiz Mendonça. O fato desses grupos, com exceção do Asdrúbal, raramente constarem da lista de melhores dos nossos jornalistas especializados, é um defeito destes, e não daqueles (Rodrigues, 1979, 16).

Nos anos de 1980, outra vez Duque de Caxias serve de palco para manifestações artísticas vibrantes: uma diversificada produção poética aflora, através de jovens secundaristas reunidos em torno da *Arrulho – Barrulho Poético*, na Associação Fluminense de Ensino (AFE), são organizadas mostras de artes plásticas com artistas da região¹⁴².

Em São João de Meriti, o Sesc local, inaugurado em 1978, atua como grande catalisador: seu excelente teatro, com quatrocentos lugares e ótimas condições técnicas, recebe em sua estréia exatamente o texto *Sacos e Canudos*, que havia arrebatado o Molière em 1977, ao lado de nomes como Fernanda Montenegro e José Wilker. Ali, em temporada de dois meses, é assistido por algo como doze mil espectadores. Um acontecimento notável, se levarmos em consideração que a maioria jamais havia tido oportunidade de entrar em um espaço teatral, ou mesmo assistir a uma peça.

Posteriormente, sobem ao seu palco nomes que vão de Gonzaguinha, João do Vale, MPB-4, Quinteto Violado, até a ousadia talentosa de Geórgia Bengsthoen. O primeiro ator-travesti a se apresentar nos palcos de uma região representada nos meios médios como apenas produtora de violência e inculta, Geórgia trazia para a Baixada Fluminense sua crítica social aguda e bem-humorada, embalada com alguma sutileza nas mil possibilidades do Teatro de Revista, que ele/ela tão bem sabia percorrer.

Será nesse teatro, com seu curso de formação de ator, que os dois¹⁴³ principais organizadores das atividades do *reservado* vão se conhecer e aprender as técnicas de interpretação e de cenografia. Elas serão utilizadas, de modo experimental e simples, nas

¹⁴² Ver: www.Baixadafacil.com.br.

¹⁴³ Na realidade, três, já que Mauro também fazia parte tanto da turma do curso de teatro quanto da organização das atividades no exclusivo.

apresentações e concursos de mímica que organizarão no espaço do *reservado* e fora dele. Posteriormente, de forma profissional por Marcos, em diversos palcos e peças.

3.2 “Eu sou o quê?! – Eu sou uma mulher!”¹⁴⁴

También existe la posibilidad de que la idea de una identidad lésbica sea una quimera y que, en realidad, las lesbianas, lo mismo que las mujeres heterosexuales, sean tan diversas que se vean obligadas a organizar su vida en parcelas, negociando y presentándose antes como personas que como mujeres lesbianas.
(Viñuales, 2000, 21)

Imersos nesse contexto se encontravam aqueles que iriam organizar o *reservado* e suas atividades. Antônia, sua futura proprietária, vivia agudamente uma inquietude pessoal: queria *fazer* algo. Ser mais do que mera espectadora de si mesma, peça na engrenagem predeterminada de e por alguém (Pessoa, 2003, 223). Sonhava poder trabalhar para seus próprios projetos. Acontecer seus próprios sonhos.

Se por um lado almejava dispor de mais tempo ao lado de sua filha com quem, por força da intensa jornada de trabalho e das longas horas extraviadas em deslocamentos casa-trabalho-casa, passava apenas algumas parcas e espremidas horas subtraídas aos domingos de cansaços e rotinas, também alimentava outros projetos.

Não lhe seduzia em nada a idéia de permanecer muito tempo ainda entre regulamentos, hierarquias, ônibus lotados e cartões de ponto. Nenhuma simpatia por submissões, obediências. Os roteiros estreitos que desde cedo lhe apresentaram como os papéis que deveria desempenhar, por conta de seu sexo, jamais tiveram nela uma encenação *modelar* (“Eu não

¹⁴⁴ Resposta de Antônia, quando indagada se depois de vivenciar seus trânsitos entre homossexualidade, heterossexualidade, homossexualidade e heterossexualidade, voltasse a manter relacionamento com outra mulher, como se veria: “Independente da relação que eu esteja levando na minha vida no momento, eu sou o quê? – Uma mulher! É isso que eu vejo.[...] Eu acho que esse negócio de tratar a sexualidade com rótulos atrapalha em... Atrapalha! Dá uma atrapalhada legal na vida. [...] São pessoas! Pode-se conviver em harmonia sem, é ta com é placa, sabe? Não é possível isso! [...] Não é por aí! Deus botou dois seres no mundo: o homem e a mulher. Mais nada! A identidade traz o pré-julgamento. Onde se forma guetos, é, onde se forma classe, minoria... Por quê? É identidade! É preconceito isso! São todos o quê: – Seres humanos!” Entrevista concedida em 18/09/05, lado B.

gosto desse regime de obrigações. Eu não sei viver sob pressão. Eu, na minha cabeça, na minha concepção, o ser humano é único e livre.” Antônia, 2003, fita 2, lado A).

Movida por essa urgência e apoiada pelo seu arranjo familiar nada ortodoxo, constituído por ela e sua filha (brancas), mais a namorada, a mãe, a irmã e a sobrinha da namorada (negras), Antônia abandona as funções de gerente setorial em uma renomada loja de departamentos na capital do Estado e aplica todas as suas economias na aquisição de um bar¹⁴⁵. Um botequim; melhor dizendo, um “pé-sujo”, cuja vitrine térmica sobre o balcão ostentava peixe frito, jiló, *ovos coloridos*¹⁴⁶, lingüicinha frita e outros tantos petiscos assemelhados. Povoado por uma freguesia basicamente masculina e “heterossexual”, cuja sociabilidade se alinhavava entre pingas, cervejinhas e intermináveis conversas à varejo (Simmel, 2006, 49). Tudo degustado, preferencialmente de pé, claro, pois de outro modo boteco não seria.

A namorada de Antônia e a família dela exerciam a atividade de feirante, operando no ramo de carnes. Inicialmente, dividia os serviços do bar e do reservado com a namorada, contando com o auxílio eventual da *cunhada*¹⁴⁷. Graduada em educação física numa instituição particular, sua namorada mantinha-se, porém, na mesma atividade de origem, ao que parece, por conta das dificuldades encontradas para se inserir no novo campo profissional. Antônia tinha inconcluso o nível médio de escolaridade e vinha de experiências de trabalho majoritariamente no ramo de vendas, a última no interior de um grande magazine no centro urbano da capital do estado.

É certo que um olhar superficial sobre os modos de expressão social de seus gêneros poderia levar a supor mera reprodução da representação dominante do binário heterossexual, com a namorada desempenhando o papel “masculino” (“ativa”). No entanto, a observação um pouco mais atenta

¹⁴⁵ Antônia esclarece que a escolha por este tipo específico de ramo comercial foi mero acaso: “Na ocasião foi o que apareceu e o que dava pra mim comprar. Eu nunca tinha trabalhado em um bar.” Antônia, 2005, fita 2 (17/10/2005), lado “A”, início.

¹⁴⁶ Petisco típico de botequim, o ovo colorido se obtém a partir de seu cozimento junto com cascas de cebola ou mesmo com papel de seda, conforme as cores que se deseja fixar em sua casca.

¹⁴⁷ Antônia demonstra alguma dificuldade em admitir que o vínculo com a namorada e a família dela, o fato de morarem juntas e freqüentemente se revezarem nas atividades do balcão e do *reservado* representavam apoio para o seu empreendimento. Apenas de passagem refere-se à participação da parceira e da *cunhada* no trabalho mesmo do comércio – balcão ou *reservado*. O fato da relação ter terminado de maneira intensamente conflitiva talvez explique essa dificuldade. Em seu relato, Antônia afirma que comprou o bar sozinha; posteriormente é que a namorada adquiriu parte da empresa, formando a sociedade. Destaca que a aquisição do bar foi uma decisão individual sua, na ocasião morando sozinha com sua filha, mas contando com o suporte dispensado por uma empregada. Segundo Antônia, a namorada e as integrantes da família dela apenas vieram morar em sua companhia após a aquisição do bar, cerca de um mês, dois meses depois, por conta da separação conjugal da mãe da namorada. Afirma que suas decisões não eram precedidas de qualquer combinação ou troca de impressões com a namorada ou sua família. (Antônia, 17/10/2005, lado A, início).

logo revela a insuficiência de uma demarcação pautada na representação dos gêneros enquanto estruturadores estanques de papéis sociais e sexuais, para dar conta da multiplicidade dos modos através dos quais a interação se desenvolve, seja em sede do afeto e/ou da sexualidade, seja no desempenho das inúmeras atividades sociais.

Acompanhando o relato de sua trajetória de vida, podemos observar que não apenas com relação ao gênero, mas também à orientação sexual, a riqueza da vida humana pondera não se estabelecerem generalizações. Apenas no concreto de cada figuração, para usar a categoria de Elias, é possível compreender a dinâmica dos modos de organização e funcionamento, seja dos papéis sociais, seja das práticas sexuais e/ou da orientação do desejo (Elias, 2000, 23; 1994(a), 249-251; 1994(c), *passim*, 2006, 25-27; Neiburg e Waizbort, 1994, 89-111).

Se, por um lado, Antônia é portadora de uma expressão social de gênero interpretável como *feminina*, capaz de induzir automáticas associações com *passividade* e *fragilidade*, por outro observa-se que ao longo de sua trajetória ela invariavelmente ocupou a posição *dominante*¹⁴⁸ e ainda quando relativamente *dominada*, não acatava passivamente as determinações acerca de como deveria ser vivenciado seu gênero ou sua sexualidade. Quando era de seu interesse, sabia jogar com as prescrições para os gêneros, capitalizando-os a seu favor.

A consciência que costumeiramente exibia de suas habilidades no jogo social lhe tornava portadora de uma autoconfiança que não se intimidava diante de outros atores, independentemente de gênero ou volume de quaisquer capitais¹⁴⁹. Nesse sentido, o mais elevado capital educacional de sua companheira, suas “masculinas” habilidades no enfrentamento e solução de questões cotidianas, ou mesmo sua parentela consangüínea mais unida e próxima, não faziam com que ela se sentisse inferiorizada.

Diante de situações de dissimetria, tinha plena confiança em seu talento para manipular situações adversas. A autoconfiança na própria habilidade em disputas pelo controle dos processos interativos possibilitava que ela conduzisse o jogo relacional de maneira à instrumentalizar tais capitais a seu favor, o que fazia por meio de variado repertório de esquemas de ação. Entre esses, a simpatia, o humor, a fluência verbal, a capacidade de estabelecer e manter interlocuções, de envolver, seduzir e principalmente de surpreender, serviam de mediadores para as suas jogadas. O reconhecimento

¹⁴⁸ A respeito da dissociação entre sexo, gênero, papéis sociais e práticas sexuais, ver, entre outros: Parker, 2001, 125-150; Viñuales, 2000, 39-41; Rubin, 1989.

¹⁴⁹ Esse tipo de consciência é popularmente condensado na expressão “confiar no seu taco”, revelando toda a consciência do ator social sobre as suas habilidades no emprego criativo das jogadas possíveis no interior de cada cenário. Ver: Gagnon, 2006, 226; Certeau, 2003, 80-86.

dessa habilidade pessoal por parte dos que com ela se relacionavam, se em determinadas figurações produzia resistências e antagonismo, o mais das vezes, porém, funcionava como elemento de prestígio, de carisma, capaz de gerar adesões incondicionais, aprovação e colaboração espontâneas (Simmel, 1983, 110). Através dessa alquimia simbólica, obtinha o reconhecimento necessário entre os que lhe eram próximos, de modo a fazer operar a “força mágica”, o encantamento adequado à obtenção dos resultados que almejava (Bourdieu, 2005, 170–171).

Acompanhando sua trajetória e seu estilo de responder às figurações nas quais se encontra em posição de ‘dominada’, pode-se observar seu talento para desestabilizar a assimetria de forças, reordenando as limitações impostas. Sua habilidade para utilizar todo e qualquer recurso ao seu alcance, a fim de conseguir um rearranjo em sua aparente desvantagem, é algo que atravessa toda a sua existência.

Desde muito cedo dera mostras de não incorporar os rígidos *scripts* a lhe delimitar desejos e possibilidades – seja de gênero, origem ou orientação sexual. Rapidamente aprendera a inventar suas próprias alternativas, a *dar seu jeito*, como é costume dizer. Diante de imposições percebidas como restritivas à sua autonomia, ela se empenha na elaboração de manobras as mais ousadas, desde que vislumbre alguma possibilidade de lhe restituir o necessário espaço para sua ação individual. Mesmo em situações às quais se vê impelida como a um fado, ainda aí se move no sentido de promover uma reordenação subversora – porque por dentro e utilizando-se dos mesmos sistemas de significado.

Guiada por uma mirada finalística, convertia em *moeda* tudo o que pudesse ser instrumentalizado. Movendo-se no dilema da incerteza na reciprocidade do cumprimento das regras morais, opta por soluções individuais imediatistas. Sem confiar na mutualidade social, encontra no oportunismo, na finta e no blefe os mecanismos capazes de lhe garantir sobrevivência e mobilidade. Produto de uma coletividade na qual as regras de reciprocidade cooperativa visando o bem comum não são usualmente observadas, escolhe engrossar as fileiras do modo de ação mais generalizado, pautado na desconfiança, omissão, não-comprometimento, instrumentalização, exploração e estagnação, aderindo à preservação do círculo vicioso e predatório (Putnam, 2005, 187).

Os modos como responde aos obstáculos, às adversidades, apontam para uma noção do tempo do jogo, uma habilidade em variar jogadas, por mais surpreendentes que possam ser. As formas de reordenamento que emprega (fintas, instrumentalizações, fraudes, blefes, sedução etc.) vai construindo no curso dos acontecimentos, no momento a momento, algumas vezes de forma

consciente. Sabe manipular representações, estereótipos e desejos, transformando-os em recursos próprios – a mão de jogo e o saber jogar (Certeau 2003, 121).

O repertório de práticas de combate de que se utiliza (seja a partir de um próprio, seja a partir de um lugar conquistado do outro, ou mesmo a partir do território adversário) pode ser observado em diversas fases de sua trajetória. Através da maneira como se veste às vésperas dos dezesseis anos para convencer o futuro locador de que “era adulta” e conseguir alugar o quarto que desejava¹⁵⁰; da ousada jogada que realiza, ao introduzir a presença da namorada no âmago de sua conjugalidade oficial e, com isso, conseguir impor um distanciamento frente ao marido, alegando problemas de saúde¹⁵¹¹⁵². Ou mesmo através da estratégica aliança com uma das vizinhas do bar, mulher de

¹⁵⁰ “[...] Embora tendo quinze pra dezesseis anos, eu tinha pouco seio. Mas aí eu arranjei um sutiã de espuma, enchi de algodão, botei uma blusa bem... É, saindo assim o peito, porque eu achava na minha inocência que eu com peito grande o homem ia achar mais velha [...] Me arrumei todinha. Me arrumei bem assim... Adulta. [...] Menti pra ele. Eu disse que estava alugando pro meu irmão, que tinha vinte e cinco anos, que meu irmão precisava de um quarto pra morar porque ele tinha brigado com o meu pai e não podia voltar pra casa porque meu pai queria até matar meu irmão. [...] E ele me alugou o quarto. [...]” (Antônia, 17/04/2003, fita 1, lado A, final).

¹⁵¹ “... Primeiro que meu casamento já foi assim uma imposição assim de família [...] Foi um acordo, um acordo pra mim me casar. [Silêncio] [...] Eu não queria assim me casar... porque... Eu já estava, é, é... Eu já tava totalmente... Na medida em que eu saí de casa.... Não! Antes de eu sair de casa, eu já conheci... Como é que eu vou falar... [Silêncio de 57 segundos] [...] [Antônia vacila, balbucia, silencia e não consegue pronunciar que antes de casar, já desde os treze anos, estava integrada numa rede formada por cerca de umas dez amigas lésbicas e que nessa época do casamento mantinha um relacionamento lésbico] [...] Foi um tormento muito grande porque eu tinha que ter uma dupla personalidade, sabe? [...] As coisas foram acontecendo assim no dia-a-dia. [...] A hora de dormir era a pior hora da minha vida. Eu fabricava doenças homéricas. [...] Mentia que tava doente, mentia, mentia... Os meus dois anos que eu fiquei casada. Foi um mundo de mentira, eu criei um mundo de mentira pra mim, pra ele. [...] Eu não sei como eu consegui persuadir o Iran e levei a Odília [a namorada] pra dentro de minha casa. [...]

Eu, eu, depois de anos passados eu achei que foi uma escolha até maliciosa que eu fiz [do marido]. Porque eu queria alguém que viajasse, alguém que não ficasse na minha casa porque eu acho que no fundo, no fundo, eu tinha a intenção de continuar com a, com a... minha vida dupla. [...] Então era tudo o que eu queria era aquilo. E tava dando certinho pras, pras coisas que eu tinha planejado. Foi, é, é, engraçado que é, eu hoje eu penso... Planejadamente, calculado. Eu fui muito racional. [...] Então, quer dizer, já fui fazer um casamento achando que eu tinha uma porta aberta pra me separar. Eu não fui pro casamento achando assim que eu tinha que me submeter a tudo, sabe? [...] Porque no fundo no fundo, embora isso não ficando muito claro, eu acho que eu queria levar uma vida dupla, sabe? – Eu me casaria, mas eu continuaria com a minha vida. E foi isso o que aconteceu! Eu levei uma vida dupla!” (Antônia, 2003. Compilação de distintos trechos extraídos das três fitas constituídas nesse ano).

¹⁵² Impossível não recordar de Felipa de Souza, uma das acusadas pelo Tribunal do Santo Ofício por praticar o “nefando pecado da sodomia”, quando de sua primeira visitação no Brasil (Confissões de 1591 e 1592). Enquanto entre 1972 e 1974, na Baixada Fluminense, Antônia alegava doença para introduzir em seu lar conjugal a namorada e assim fugir dos assédios do marido, em fins do século XVI, no Nordeste, Felipa se fingia de doente, conseguindo que o marido cedesse o lugar no leito conjugal para que nele viesse se deitar com uma de suas amantes (Mendonça apud Bellini, 1987, 25). Tanto uma como outra se equilibravam gerenciando a vida dupla em que se enredaram e foram enredadas: “Parece ser quase uma vida paralela à que se pode imaginar que esta mulher, de 35 anos no momento da Visitação [Antônia tinha vinte anos quando se casou], portuguesa e viúva de seu casamento anterior, compartilhava com seu atual marido, pedreiro.” (Bellini, 1987, 25). Enquanto aqui Antônia, depois de uma internação em instituição psiquiátrica, decide dar um basta naquele trapézio e finalmente consegue convencer a assinar o desquite amigável o esposo inicialmente atônito e em seguida irressignado, violento e, finalmente, concorde, mesmo que a contragosto, lá, nas garras da Inquisição, Felipa não poderia ter tido uma boa sorte, diante de toda a variedade de táticas e expedientes que lançou mão para não sufocar seus

delegado e dona de pontos de jogo de bicho – com ela negocia a fixação de um ponto de jogo no interior do seu botequim, incorporando com essa parceria capitais simbólicos eficazes o suficiente para inverter a correlação de forças entre ela e o entorno misógino e violento¹⁵³. Ou, ainda, na maneira astuta e temerária que usa para dissuadir assaltantes de roubar o seu estabelecimento¹⁵⁴.

O fato, porém, é que a exploração do botequim próximo da casa onde mora nesse arranjo familiar heterodoxo, permite que realize vários de seus projetos: ficar mais próxima à sua filha, livrar-se dos transtornos dos deslocamentos diários entre grandes distâncias, escapar das obediências hierárquicas e dos horários marcados.

É no interior desse bar que, com o auxílio de amigos que ali vai conhecendo, cria o *reservado*, um espaço de cerca de 3m x 6m, com capacidade aproximada para 50 pessoas, onde viverá ricas, intensas e variadas experiências. Tanto de trabalho conjunto, inventividade, hostilidade, homofobia, misoginia, quanto de sentido artístico, furtos, alianças, sentido de pertença e solidariedade. Também encontrará muitas oportunidades para exercitar sua capacidade de resposta a contextos opressivos.

Algum tempo após o encerramento do *reservado* – algo como 1986, 1987 – mas ainda comandando o mesmo botequim, Antônia estabelece a inusitada e providencial parceria com a

desejos, tendo ainda a suprema ousadia de declarar em depoimento aos visitantes, o “grande amor e afeição carnal” que as mulheres lhe despertavam: “Foi a mais severamente punida: foi presa, sentenciada, açoitada publicamente e, finalmente, condenada ao degredo.” (Bellini, 1987, 25)

Lá como aqui pode-se constatar o repertório de recursos que algumas mulheres têm lançado mão para, se não destruir completamente, ao menos subverter por momentos que seja, a camisa de força dos sistemas de sexo e –de gênero que as tem garroteado ao longo dos séculos.

¹⁵³ “E eu tinha... fiz conhecimento com a mulher do delegado, falecida S. Que quando eu chegava lá antes de conhecer a mulher do delegado pra dar uma queixa de roubo [sic. Furto], alguma coisa, nem me atendiam direito. Eles me olhavam assim, parecia que era... Ninguém que tinha chegado ali, aí quando eu conheci a S. [e consegui que ela] botasse o ponto de bicho dela lá, aí a Sônia ligou pro R., ela mesma fez a queixa. Levou... Olha, quando eu cheguei com a S. te juro, Rita, eu vi: meu Deus, como eu vivo numa sociedade hipócrita, medíocre, que você vale o quanto tem e tem que ter um pistolão pra meter o pé em algum lugar e alguém te ouvir. Eu cansei de ir naquela delegacia, com o mesmo delegado, o mesmo escrivão, dar queixa dos roubos [sic. furtos], né? Porque eu fui roubada [sic. furtada] muitas vezes naquele bar. Ninguém me dava importância. Nem boletim de ocorrência, nem em um papel higiênico eles escreviam ali. [...] E não conseguia. Quando eu fiz amizade com a S. – e não foi uma amizade, uma troca de favores, porque não foi nem uma amizade. Foi o seguinte: Ela precisava... Ela precisava colocar o ponto de bicho dela ali.

R: A esposa do delegado?...

A: ...Do delegado.

R: Tinha um ponto de bicho?...

A: Tinha. Ela era a esposa do delegado de polícia e eu precisava de uma aproximação com uma pessoa que tivesse um pouquinho, um pouco mais de acesso; [conseguir] que as pessoas ouvissem. Aí ela começou a me falar que... [queria instalar o ponto de bicho na calçada do bar.] ...Porque eu comecei a indagar ela e perguntar: ‘ah, mas e aí? [...] E o ponto de bicho? A polícia não vai bater aqui no ponto de bicho?’ [...]. [E ela me respondeu:] ‘- Não, pode deixar que eu garanto. [...]’” (Fita 4, A, 19/04/03)

¹⁵⁴ Eu sabia que eles iam me assaltar, fazer a mesma coisa. Eu [depois de uma certa hora] nunca ficava atrás do balcão, botando distância [entre eu e eles]. [...] Essa hora [na situação suspeita] eu ia pra fora do balcão e era igualzinha a eles, me botava ali igualzinha a eles e ia conversar com eles de igual pra igual. Sabia entrar no sistema [na conversa] deles. [...] Essa era a estratégia que eu tinha (Fita 4, A, 19/04/03).

vizinha e a esposa do delegado. Instalado o ponto de jogo no interior do botequim, a correlação de forças entre ela e o entorno misógino e violento se inverte completamente¹⁵⁵. Passa a contar com notável capital simbólico no enfrentamento das adversidades. Esse acervo eficaz é representado pela proteção (real ou suposta, tanto faz) não apenas do delegado, através de sua esposa, mas também do apontador do jogo do bicho, que trabalha o dia todo ali junto a ela, no interior do seu estabelecimento, e da parte de quem se viu brindada com profunda e rara lealdade, atuando como um perfeito guardião. Mediada por esse aporte de recursos simbólicos, Antônia permanece com o botequim até aproximadamente 1989, quando migra para a exploração do negócio de cantinas, ramo ao qual fora introduzida com a intermediação e financiamento de proporcionados por integrantes da rede social que se constituiu em torno de si a partir do *reservado*¹⁵⁶.

Em torno de 1993, a vida desafia Antônia uma vez mais. A concessão da primeira cantina foi revogada e a segunda há muito se inviabilizara. Retornar ao trabalho assalariado para ela seria impensável. Enquanto experimenta alternativas informais de obtenção de renda, com um filho pequeno fruto de adoção, a filha já noiva e ela dividindo aluguel com sua última ex-companheira¹⁵⁷ e agregados, retoma o relacionamento com o ex-marido, primeiro como “amante”. Segundo suas palavras, ele “sempre deixou a porta aberta” para quando ela quisesse voltar, mesmo tendo constituído uma outra família, com mulher e dois filhos.

E ela quis. Mais uma vez, executa a transposição de *mundos*. Troca de residência, de bairro e, depois, de município. Reincorpora o antigo *script*. As amizades “homossexuais” são evitadas, dissimuladamente ou não. Com sua extremada habilidade relativa, constrói outra rede de relações, agora novamente no âmbito do cenário heterossexual. Esse novo relacionamento com o ex-marido dura, segundo ela, cerca de oito anos.

Em 2003, fazia aproximadamente um ano que haviam se separado. Como em outros pontos de seu relato, credita as demandas sempre ao exterior – ao outro, aos outros. Contabiliza essa experiência ora à simples disponibilidade que o ex-marido sempre manifestou para um possível retorno¹⁵⁸; ora à necessidade de prover a filha, na ocasião com cerca de dezoito anos, de uma família nos moldes

¹⁵⁵ Entrevista de abril de 2003, fita 4.

¹⁵⁶ Segundo Antônia, até o capital empregado na aquisição dos equipamentos necessários à montagem das suas duas cantinas foram viabilizados a partir de conhecimentos travados por meio de integrantes dessa rede originária. Até a dupla que empregou no gerenciamento da segunda lanchonete era oriunda da rede de relações constituída a partir do *reservado*.

¹⁵⁷ Também ela integrante daquela mesma rede social.

¹⁵⁸ “Ele sempre deixou a porta aberta, nunca passou fechadura, nunca trancou cadeado nem nada [...] que a hora que eu quisesse assim, colar os cacos, sabe?... [...]”. Antônia, 2003, fita 3 (19/04/03), lado A.

tradicionais (desejo que coincide com o noivado da jovem e com a sua saída da cantina). Também faz referência a uma culpa que sempre teria carregado por ter “roubado a juventude” do ex-marido. Alterna racionalizações: em momentos, retoma o sentido de fado; em outros, critica a assimetria opressiva na roteirização tradicional para casamentos heterossexuais. Interpreta as crises vivenciadas no interior dessa nova união com o pai de sua filha em termos de punição merecida, pela fraude constituída no primeiro relacionamento. Mas também expressa a dificuldade de atuar segundo a roteirização prescrita para um casamento nos moldes heterossexuais tradicionais. Não se conforma com as exigências dos papéis de gênero estruturados assimetricamente, com divisão sexual das tarefas domésticas e com a representação da mulher enquanto propriedade, animal possuído, conduzido e disposto segundo a vontade unilateral masculina...

Ante o meu comentário: “E o segundo [casamento] durou mais do que o primeiro...” –, retruca:

A – Durou até pela própria maturidade e pelo comodismo.

R – Comodismo?

A – Ah, porque... Pelo seguinte: Quando você é mais jovem, quando você é jovem, você decide de um dia pro outro se vai chover ou não. Agora, quando você ta mais madura, você questiona determinados pontos. Aí você pensa na necessidade do outro, por exemplo, é, a necessidade do outro. De como... É, você fica mais humana. Quando você é jovem, se você tiver que dar uma rasteira em alguém, você dá e você não quer nem saber. É você, você e você. E quando você tem mais maturidade, você já... Começa a questionar determinadas coisas. Então você tem mais tolerância. Só que a minha tolerância era muito menos [do que a] das pessoas que têm a minha idade. Eu não tenho tolerância nenhuma pra me violentar. Pra passar me violentando [...]

R – E, mesmo assim, oito anos?!...

[Silêncio]

A – Mais por paciência *dele*, e não pela minha... [Ri] Porque a minha paciência tem um limite! Eu sou muito limitada em paciência...

...Mais por comodismo *dele*, por tentar achar que eu era a mulher eterna na vida *dele*. Nada mais que isso.[...] (Antônia, 2003. Destaquet).

Em 2005, mais distanciada do término dessa relação, Antônia ainda articula a tese de um resgate da dívida que teria com o ex-marido, por força da fraude durante o casamento como motivadora da segunda união. Também com relação à filha diz que se sentia em dívida: queria dar a ela “o direito de viver alguns anos, que seja um ano, dois, com pai e mãe dentro de casa”. Mesmo que a filha demonstrasse (e verbalizasse) ao longo de sua vida ter integrado as amizades e relacionamentos

homossexuais presentes na maior parte da trajetória materna e se manifestasse contrária ao projeto de uma segunda união com o ex-marido e lhe advertido que não daria certo (?).

Ao refletir sobre seus trânsitos entre os roteiros “homossexuais” e “heterossexuais”, afirma-se como pessoa que jamais mudou seu círculo de amizades em função de exigências de terceiros. Comenta sobre a homofobia do ex-marido, expressa em diversas ocasiões¹⁵⁹ e se pergunta se aí não haveria algum componente de provocação da parte dele, na medida em que, em sua opinião, ele *sabia de tudo*, preferindo o clássico “não me fala nada, que eu também não sei”.

Antônia afirma nunca ter se deixado intimidar diante de suas ameaças: “Eu nunca dei a mínima. Nunca dei à mínima pra isso que ele disse. Pelo contrário: arma tinha dentro da minha casa e quem apontou e deu o tiro fui eu. – Nele! Então, quer dizer: pra mim, não dizia nada! [...] Nunca fui muito de dar idéia, dar satisfação” (Antônia, 18/09/05, fita 2).

Nessas suas reflexões, critica ainda, nos relacionamentos heterossexuais, o que ela identifica como freqüente acomodação dos cônjuges. Segundo suas observações, resignados diante de uma dependência material recíproca, persistem numa convivência onde já não mais existe erotismo, afeto, companheirismo; apenas apatia, mágoa, ressentimento¹⁶⁰.

Insurge-se com veemência diante da persistência dos modos assimétricos de estruturação dos papéis de gênero e pontua a parcela de responsabilidade da mulher, notadamente da mãe, na reprodução dessas estruturas. Fala sobre o seu empenho para transmitir ao filho valores como sensibilidade, cooperação, respeito à diversidade – seja de opiniões, seja de orientação afetivo-sexual, seja de arranjos familiares. Ao comentar diferenças e dificuldades na educação de meninas e meninos, faz menção ao entorno machista e preconceituoso como obstáculo à completa adesão, pelo menino, da concepção de uma igualdade entre os gêneros. Afirma recorrer às oportunidades que vão se apresentando no dia-a-dia para viabilizar o seu projeto pedagógico com o filho. Através de programas de televisão, como *Cidade dos Homens*, procura conscientizá-lo quanto aos riscos

¹⁵⁹ “Viado tem mais é que morrer.”; “Sapatão tem mais é que ganhar um tiro.”

¹⁶⁰ “...Um esperando pelo outro, ou então é assim: ambos não conseguem ser independentes por si só, entendeu? Se cria o vínculo de dependência, mas sem amor, sem sentimento, sem nada! [...]Olha, você termina uma relação com ele [com o homem] dentro de casa, uma relação homem-mulher, se você deixar, ele fica o resto da vida dele ali, sabe?.. Eu vejo casamentos aí que vão empurrando... Você não quer o homem, o homem também não te quer, ele só quer você assim na hora da necessidade sexual dele, ta entendendo? Mas nada que... Aí fica aquela relação assim: dez, quinze, vinte [anos]... Se duvidar, vão até a morte assim. E, na maioria das vezes, não se cria uma relação de companheirismo, não. É sempre uma relação – empurrando com a barriga, mas de muita mágoa, muita revolta um com o outro. Mas ninguém tem coragem de dar o primeiro passo.” Antônia, 2005, fita 2 (18/09/05), lado A. Vejo com um interesse adicional as partes da narrativa de Antônia que expressam questões postas em nível teórico, sem que as tenha conhecido nessa esfera, mas tão-somente a partir de sua experiência concreta: “.. Sob esse aspecto, a divisão do trabalho segundo o sexo nada mais é do que um dispositivo para instituir um estado de dependência recíproca entre os sexos.” Lévi-Strauss, 1966, 323.

decorrentes do consumo de drogas e da necessidade do uso de preservativos contra as doenças sexualmente transmissíveis. Justifica o silêncio que sempre guardou diante do filho sobre suas relações lesbianas pretéritas pelo fato de não estar vivenciando nenhuma. No seu entendimento, essa inexistência de relacionamento lésbico na atualidade faz com que não exista pretexto, ponto de apoio para a abordagem dessa parte de sua biografia.

Construída socialmente acreditando na noção do sujeito social como independente e auto-suficiente (Birman, 2000, 184-187), Antônia parece não perceber que apenas na interação é que ele se constitui e é constituído (Siqueira, 1997, 13). Coloca-se fora das condicionantes do universo social (Elias, 1994(c), 103-106), ao afirmar não admitir ingerências externas sobre o modo como conduz sua vida pessoal. Entretanto, para além da concepção liberal do indivíduo, os custos da marca da lesbianidade como desqualificadora e incompatível com *o modo heterossexual de ser* podem ser constatados ao longo de sua trajetória. Eles estão presentes tanto nos seus sucessivos afastamentos das redes de sociabilidade homossexuais quanto nas suas formas de reaproximação com a heterossexualidade.

Também vamos encontrá-lo no modo através do qual responde a indagação sobre a partir de qual identidade sexual se definiria, na eventualidade de um relacionamento lésbico na atualidade. No tabu que o tema representou no interior do casamento heterossexual, ou no segredo que fez revestir para o seu filho o tema de suas entrevistas. Ou, ainda, nos cuidados que diz ter tido em resguardar antigas amigas “homossexuais”, com receio de que o marido, nessa segunda união, viesse a cometer alguma violência contra elas. Também podem ser igualmente verificáveis no ritmo de sua fala, através das elipses, dos desvios, das longas pausas, das palavras não pronunciadas...

Os efeitos do processo de estigmatização desencadeado sobre práticas afetivo-sexuais distintas do padrão heterossexista, encontram-se condensados no trecho a seguir:

Chegou uma época da minha vida que eu, eu parei de brigar com o mundo. De remar conta a maré, sabe? De remar contra a maré, querer que todo mundo, é, aceite. Não adianta. É, o país é democrático entre aspas. Todos são iguais perante a lei e perante Deus. Também entre aspas! Todos, menos alguns! (Antônia, 2003, fita 2, lado A).

Na Baixada Fluminense dos anos de 1980, Antônia protagoniza a criação de um território destinado exclusivamente para “gays” e “lésbicas” e termina também vendo surgir em torno de si e de seu espaço uma rede de relações que vai se espalhando por outros cenários, permitindo o acesso a

outros campos de atividade e de convívio social. Por meio dessa rede, viabilizam-se processos de ascensão cultural, social e projetos profissionais.

Tendo nos últimos anos retornado aos cenários da heterossexualidade, pode-se imaginar o quanto de negociação e custos sociais, mais elevados em se tratando de mulher e integrante de contextos populares, isso significou para Antônia. Enquanto na entrevista de 1983 concedida para o artesanal *Boca Livre* se definira como “lésbica”, em 2005, refuta identidades baseadas na orientação sexual e defende a liberdade que as pessoas devem ter para expressar afeto e erotismo, independentemente do sexo biológico do parceiro. Em sua opinião atual, a atribuição de “rótulos” traz estigmatização, estratificação, preconceitos¹⁶¹. Por outro lado, em 1983, aos 31 anos de idade, ao se (re)afirmar enquanto “lésbica” para o editor do jornalzinho com a tranqüila ousadia de quem, embora passível de estigmatização, se percebe potente, mostra coerência com o estilo adotado durante sua já longa imersão na subcultura homossexual, seus amores, desafios, estilo familiar, círculo social e profissional, muitas vezes enfrentando de forma temerária o contexto homofóbico. De modo semelhante, também demonstra inegável sintonia com as idéias postas em circulação com a emergência do movimento homossexual no Brasil.

Em 2005, com 53 anos de idade, sem parceiro/a afetivo/a e integrada a uma rede de relações estruturada a partir dos códigos e valores do paradigma heterossexual, com um filho adolescente e duas netas, responder sobre uma definição identitária baseada na direção do desejo erótico significa ter que elucidar para si própria o significado de sua dinâmica trajetória de vida. Também implicaria equacionar a cobrança social por uma identidade organizada em torno da prática sexual, quando essa atividade já não possui mais um significado tão relevante em sua vida (Navarro-Swain, 2001, 87-98).

Realizar esse trabalho de autopercepção por intermédio dos parâmetros fornecidos por uma estrutura binária e excludente, com papéis de gênero rígidos e assimétricos, que estigmatiza as identificações de menor valor relativo na economia dos bens simbólicos (Bourdieu, 1996, 28-40; 2003), é previsível que se revele reducionista para alguém com semelhantes trânsitos (Navarro-Swain, 1999, 109-120).

¹⁶¹ “Independente da relação que eu esteja levando na minha vida no momento, eu sou o quê? – Uma mulher! É isso que eu vejo.[...] Eu acho que esse negócio de tratar a sexualidade com rótulos atrapalha em... Atrapalha! Dá uma atrapalhada legal na vida. [...] São pessoas! Pode-se conviver em harmonia sem, é tá com é placa, sabe? Não é possível isso! [...] Não é por aí! Deus botou dois seres no mundo: o homem e a mulher. Mais nada! A identidade traz o prejulgamento. Onde se forma[m os] guetos, é, aonde se forma classe, minoria... Por quê? É identidade! É preconceito isso! São todos o quê: – Seres humanos!” (Antônia, 18/09/05, lado B).

Assim, seu posicionamento em 2005 por um lado traz as marcas pessoais dos custos decorrentes das violações das fronteiras da sexualidade normatizada (Goffman, 1988; Pollak, 1990; Elias, 2000, Heilborn, 1996, 143–144), por outro problematiza a estreiteza desse modelo classificatório (Navarro-Swain, 2001, 87-98; 2000, 95; Mícolis, 1983, 73, 75–76; Mascarenhas apud Câmara, 2002, 180). Também demonstra mais uma vez os efeitos da circularidade, ao se reconhecer tributária dos questionamentos acessados através da televisão, presentes nos estratos médios e intelectualizados e vocalizados por “homossexuais” de grande empatia e comunicação com o público¹⁶². Ainda que possam ser creditados à racionalização muitas vezes pragmática que atravessa todo o seu discurso. Como destaca Heilborn, o desafio que está posto é compreender que o significado da identidade auto-atribuída não é linear (Heilborn, 1996, 142). Além de modificável na conformidade com as variâncias do desejo erótico, tal significado é igualmente influenciado pelos conteúdos elaborados fora do sujeito, mesmo que este muitas vezes prefira se ver como pairando ao abrigo das determinações sociais. Desse modo, traz as marcas resultantes dos complexos jogos nos quais há que se administrar os aspectos situacionais – os custos implicados em determinados contextos nos quais se encontra – e o anseio em poder conduzir a esfera dita pessoal com liberdade, contingências com as quais o sujeito moderno precisa saber gerenciar (Heilborn, 1996, 143–144).

Trabalhando em 1992 com mulheres na faixa etária entre os 35–45 anos e integrantes do universo das camadas médias intelectualizadas da zona sul carioca, Heilborn identifica, no processo de constituição de suas identidades, uma tendência a se organizarem fora do marco da orientação sexual. Nesse contexto, ela observa a ordenação simbólica do “casal” como emoldurada pelo amor romântico, na simetria entre seus integrantes, na não-dependência econômica entre os parceiros. Especificamente no par “lésbico”, ela constata condutas que expressam um “embaralhamento dos atributos de gênero” (Heilborn, 1996, 142). Segundo sua observação, construídas em torno de uma configuração de valores onde predomina a valorização da singularidade, da liberdade individual e da igualdade, tais mulheres adotam um modelo conjugal onde o sexo do par é indiferente e onde o sexo do parceiro atual ou pretérito não implica na auto-atribuição de homossexualidade (Heilborn, 1996, 141).

¹⁶² “Também entrei nessa, assim rotulando... Depois eu vi que não era nada disso... Depois que eu comecei a assistir muito... Por exemplo, esses dois meninos... Também a entrevista deles, tudinho, [eu] concordei plenamente com eles. [...]”. (Antônia, entrevista em 18/09/05, lado B). Vejo se aplicarem a Antônia, com muita propriedade, as palavras de Ginzburg sobre as idéias esposadas pelo moleiro Menocchio: “Mesmo que Menocchio tenha entrado em contato, de maneira mais ou menos mediada, com ambientes culturais, suas afirmações [...] têm um tom original e não parecem resultado de influências externas passivamente recebidas.” (Ginzburg, 2003, 28).

Heilborn insere essa irresignação classificatória no contexto das resistências que lhe foram opostas por parte de ativistas do movimento homossexual comprometidos com a afirmação identitária. E noticia que os argumentos contrários à identidade de orientação sexual (de que restringir o indivíduo à sua dimensão erótica é empobrecedor e que o sexo anatômico do parceiro não é determinante para a manifestação do desejo) “desperta suspeitas com frequência atribuídas ao medo do estigma, à covardia diante das convenções sociais, a uma estratégia calculista de anonimato, ou ainda à falta de solidariedade para com seus ‘iguais’” (Heilborn, 1996, 140–141). Essa discussão atravessou décadas, conforme se pode perceber da seção intitulada *ser ou não-ser homossexual*, constante da Introdução do *Devassos no Paraíso*, de João Silvério Trevisan (Trevisan, 1986, 19–24) e que ainda hoje não foi completamente superada, sendo possível encontrar alguns desses mesmos argumentos também no interior das discussões acerca da bissexualidade (Rodrigues, 2006(e)).

Trevisan ainda em 1986 afirma que tal discussão se tornara “bizantina”, na medida em que resvalou “para preciosismos lingüísticos impraticáveis” – o “ser” *versus* “estar” homossexual. Muito embora logo em seguida faça a ressalva de que consistia numa afirmativa, embora intelectualizada, “não de todo desprezível”, atribui a ela a compactuação indireta com a moda guei-macho [muito disseminada nos Estados Unidos e incorporada por setores dos gays brasileiros urbanos]. Segundo Trevisan, semelhante tendência representou a busca por “viver dentro dos padrões sociais de normalidade, evitando até agressivamente a proximidade de estereótipos efeminados, num alarmante culto à misoginia”.

Um pouco mais atrás, no mesmo texto, Trevisan ressalta que “também é verdade que não se pode negar um nome qualquer ao desejo, ainda que por mera questão de método. Pelo simples fato de existir algo parecido com o desejo homossexual, é necessário referir-se a ele sob algum tipo de denominação; caso contrário, acabaríamos simplesmente voltando aos tempos da sufocante e hipócrita invisibilidade que só reforçava os mecanismos repressivos” (Trevisan, 1986, 20).

Sem esquecer que semelhantes discussões puderam ser produzidas a partir da política de afirmação identitária promovida pelo movimento homossexual e, embora reconhecendo o reducionismo que representa pretender restringir toda possibilidade de um ator social em uma única modalidade de expressão erótica, é significativo constatar que tais exercícios de autonomia individual são promovidos invariavelmente no sentido da reafirmação da heterossexualidade enquanto

paradigma¹⁶³. Como não são vistas declarações tão libertárias sobre o ser ou estar heterossexual, não deixa de ter um certo sentido os ativistas recepcionarem tais argumentações com alguma desconfiança.

No que diz respeito à Antônia, não se pode deixar de constatar o paradoxo representado pela incapacidade que, em 2005, ela demonstra de pronunciar o nome de uma modalidade de expressão erótica que efetivamente foi sua prática e identidade auto-atribuída ao longo de quase toda sua existência. Assim, em 2005 vamos ver atravessado por pausas e hesitações¹⁶⁴, aquilo que desafiadoramente verbalizara em 1983, diante do constrangimento de seu amigo e entrevistador¹⁶⁵.

Mais do que qualquer argumentação – válida – em prol da liberdade de manifestação do afeto e erotismo independente de patrulhamentos, desqualificações e oportunismos, o que se mostra dominante em sua narrativa é justamente o interdito. Esses 57 segundos de silêncio, esses balbucios e supressões são os sintomas mais eloqüentes a apontar para a força que a homossexualidade (ainda) tem enquanto fator de desprestígio, mesmo para quem, como ela, misturou tanto as fronteiras, tanto ousou e tanto quitou faturas.

3.3 Sonhos comunitários

Durante o período em que trabalhara como vendedora no magazine, localizado no centro do município do Rio de Janeiro, dirigido aos segmentos mais abastados da sociedade, Antônia tinha intenso contato com as grandes desigualdades sociais.

¹⁶³ Portinari coloca essa discussão no nível do entender, da “ruminação do discurso, que se liga ainda à reversão da cronologia do sujeito: eu não sou isto ou aquilo; eu estou às voltas com uma forma de ser que é sustentada para além ou para aquém do meu desejo) por um discurso.” Em seguida, conclui: “Forma de ser que além do mais é altamente problematizável” (Portinari, 1989, 80). O que, no meu entender, apenas confirma o paradigma – o dado, o inquestionável. A heterossexualidade simplesmente “é”, enquanto que a homossexualidade apenas “está”.

¹⁶⁴ Antônia permanece em silêncio por 57 segundos antes de responder como é que se veria nessa fase de sua trajetória, tendo um outro relacionamento lésbico. Quando o faz é de modo vacilante.

“(A) – Se no percurso da minha vida hoje eu vier... É, é, por exemplo, se eu sentir... É, é, alguma coisa assim de, de... Em termos de... Eu acho que tá tudo ligado ao momento da vida que você vive. Ao teu... É, é... Ó... Toda a sexualidade... Ela está, é, é... Eu, eu eu acho que ela tá, tá... [silêncio] sempre ali... É... É o momento que você vive... Eu acho que não existe assim: ‘Eu nasci lésbica, vou morrer lésbica; eu nasci heterossexual, vou morrer heterossexual. Eu acho que isso não existe! [...]’” (Antônia, entrevista de 18/09/05, lado B).

¹⁶⁵ Um dos editores do artesanal *Boca Livre*, indagando sobre os diversos papéis sociais que ela desempenhava, em determinado momento mostra-se constrangido em abordar a homossexualidade da entrevistada. Percebendo seu embaraço, ela enfrenta o tema, chegando a se divertir com seu constrangimento:

[Mauro]: “... Porque, ao mesmo tempo você precisa ser mãe... [repete:] ...Mãe... É... Dona-de-casa... (mesmo que você não queira...)”

E ela corta, antecipando, impaciente. Completando o que ele titubeia em pronunciar: “...E ser lésbica.” Ele complementa, tentando disfarçar: “- ...E ser dona de um bar...”

As diferenciações de classe e posição social ela percebia expressas não apenas nas formas de vestir, falar, agir e pensar, como nos modos diferenciados de acessibilidade às instituições de ensino de qualidade. Também nas oportunidades de expressão subjetiva, na profunda escassez de espaços públicos para o lazer e na absoluta desconsideração dos agentes políticos para com o povo e a cultura, quando se trata de populações dotadas de poucos recursos – materiais e/ou simbólicos (Antônia, 1983).

Desde a adolescência integrada em redes sociais “lesbianas”, embora tivesse vivido um casamento heterossexual por dois anos, Antônia também tinha perfeita clareza sobre o isolamento que envolvia a experiência de ser “homossexual”. Ter de cotidianamente lidar com a sensação sempre presente de que a qualquer instante pode vir a não ter mais pertencimento, caso a especificidade de seu afeto e desejo erótico seja revelada; a certeza de que, nesse caso, será quase automática a produção do afrouxamento, ou mesmo da ruptura de vínculos sociais significativos e profundos, como no caso dos familiares, levando em conseqüência, à perda da proteção e sentido que esses vínculos proporcionam. A exposição a situações humilhantes, vexatórias e mesmo de violência física são sentimentos muito intensos com os quais os “homossexuais” se vêm obrigados a administrar.

A necessidade de desenvolver rapidamente as habilidades necessárias para administrar no dia-a-dia e nas mais diversas situações sociais esse segredo, fazendo com que os tipos de vínculos sociais sejam estabelecidos e organizados em função do grau de conhecimento/desconhecimento desse segredo (Pecheny, 2004, 16, 22-23,25, 28); a tensão, ansiedade que esse gerenciamento em tempo integral produz, levando à adoção de grande reserva, induzindo a adoção de modos extremamente superficiais de relacionamento com os membros das distintas redes nas quais tem de interagir e manter-se inserido (Simmel, 1967, 11-25); a dificuldade em dispor de ambientes sociais receptivos – mais aguda em função da escassez de recursos econômicos –, onde fosse possível romper o isolamento, interagir social, afetiva e sexualmente, reconhecer-se no outro, partilhar vivências, sem a perene ameaça de repúdio, tudo isso compunha uma realidade bastante conhecida para Antônia (Pollak, 1990, 30; Pecheny, 2004)¹⁶⁶.

¹⁶⁶ O traço de clandestinidade, de descrédito social que ainda marca as práticas homossexuais se refletiu no próprio modo como os colaboradores construíram suas narrativas. Não apenas na dificuldade de pronunciar os termos referentes à orientação homoafetiva, de dizer de si, como também na elaboração de um estilo de narrativa, presente em dois dos quatro colaboradores, em que não são feitas referências às identidades dos personagens, referidos de maneira impessoal, embora conhecidos e amigos. Por emblemático, cito trecho do depoimento de Eleonora, quando introduz o *reservado* em suas memórias: “[...] Era o bar de uma amiga nossa, que não vem ao caso mencionar nomes... [...]”. (Eleonora, 30/10/2004, A, in fine).

Essas percepções, aliadas ao seu espírito de iniciativa e impregnadas do sentido de missão adquirido através da formação religiosa na infância, inspiram-lhe sonhos de uma utopia comunitária. Por meio do bar como provedor da sobrevivência material e tendo como retaguarda a namorada, a família desta e, principalmente, uma dupla de amigos próximos, investe na idéia de criar um espaço onde os “homossexuais” pudessem se encontrar, conversar, brincar, dançar, namorar e se apoiar mutuamente – “O meu ideal era criar uma família, uma comunidade gay...” (Antônia, 1983)¹⁶⁷.

Esqueceu, porém, de considerar os riscos. A tolerância pouca. O machismo, o preconceito. A escassez de recursos, a possibilidade de violências. No depoimento de 1983, Antônia diz que a surpresa ante sua iniciativa vinha tanto de “homossexuais” quanto dos “heterossexuais”. Segundo ela, “os dois lados” se surpreenderam com a sua ousadia. Mas essa empreitada ela também vai saber construir seus aliados.

3.4 Co-estrelando...

Há distintas memórias sobre o modo como Antônia e seus principais colaboradores no *reservado* – Álvaro e Marcos¹⁶⁸ – se conheceram. No relato de 2003, bastante distanciada desses acontecimentos que não desejava inicialmente recordar e sem conseguir ver neles qualquer dimensão significativamente positiva, Antônia afirma que já os conhecia superficialmente antes de adquirir o bar (“conheci, assim, de um dos encontros em algum lugar, de apresentação... A gente se esbarrou em algum lugar que tinha alguma coisa...”).

Na memória de Álvaro (2004), ele e Marcos conheceram Antônia no próprio balcão do bar, pois eram fregueses desde a anterior direção. Segundo a memória de Marcos (2004), ele a teria conhecido através do Mauro (falecido). Ele também fazia o curso de teatro e logo depois veio a integrar a mesma rede, colaborando na organização das apresentações e atuando. Segundo o relato de Marcos, Mauro costumava participar dos ensaios da escola de samba local

¹⁶⁷ A importância de poderem contar com ambientes acolhedores, onde pudessem encontrar pessoas com a mesma orientação afetivo-sexual, é mais destacada se pensarmos que o processo de socialização de “gays” e “lésbicas” em contextos pré-boates. Para esse segmento socioeconômico, a possibilidade de encontrar outras pessoas com a mesma expressão de desejo se dava principalmente em competições esportivas, terreiros de candomblé ou festinhas, organizadas na casa de algum amigo com vida estruturada independentemente da família de origem. A imensa maioria desses convívios, no entanto, mantinha presente o perene controle das tensões decorrentes do risco da eventual quebra do segredo perante os vizinhos. Embora relevante do ponto de vista da ampliação nas possibilidades de convívio social, não se pode desconsiderar que, em contrapartida, os por comerciais terminam por condicionar seu acesso e permanência à lógica do poder aquisitivo, do consumo.

¹⁶⁸ Igualmente fazia parte desse núcleo, porém numa faixa não tão próxima, Mauro Julião e Toca, ambos falecidos.

e, num desses ensaios, apresentou-lhe Antônia, de quem terminou ficando amigo. Com o estreitamento dos contatos, Marcos passou a freqüentar a sua casa, antes mesmo que ela tivesse adquirido o estabelecimento.

Em 2005 as recordações de Antônia referem o conhecimento de Mauro depois que o *reservado* já está em pleno funcionamento (“Apenas num segundo estágio, até porque o bar era bem próximo da casa dele”). Nessa sua memória, Mauro já morava junto ao bar antes que ela o adquirisse. Ante a pergunta (indutiva, em função do relato de Marcos) se Marcos e Mauro se conheceram no teatro do Sesc, responde: “Isso! O nosso convívio era no teatro do Sesc. Não tinha [ainda] assim aquela ligação legal. O bar foi, assim, a liga, onde *eles* tomaram até coragem de andar mais de cabeça erguida, porque *eles* viviam muito escondidos, ninguém sabia de nada...” (Antônia, A, 17/10/05. Destaquei). Em 2006, Antônia afirma que conheceu Marcos em seu botequim e no dia seguinte conheceu Álvaro. Segundo se recorda, Marcos e Álvaro paravam naquele bar (antes que ela o adquirisse) quando da saída das aulas de teatro que freqüentavam juntamente com Mauro, que nessa ocasião (em sua memória) já morava na mesma rua do *reservado*.

3.4.1 Marcos

Marcos é extrovertido, ágil e dinâmico. Aborda as questões sobre sexualidade espontaneamente, sem nenhum constrangimento, não suprimindo o uso de nenhuma palavra. O fluxo de sua narrativa é veloz. Inicia seu relato antes mesmo que a entrevista comece, o gravador ainda desligado. É ator, cenógrafo, pintor, coreógrafo, poeta... Logo no princípio de sua narrativa, faz questão de se posicionar. Define-se como “homossexual”, ressaltando porém que não teria nenhum problema em transar com uma mulher, caso acontecesse. Deixa claro, no entanto, que não é “bissexual”. No seu modo de entender, somente poderia se definir dessa maneira se a orientação do seu desejo fosse distribuída de modo idêntico entre os dois sexos, o que não é verdade, no seu caso.

Nasceu em São João de Meriti, em uma família “muito pobre”, composta por nove irmãos, mas que, segundo ele, “graças a Deus”, apesar de toda a pobreza, nunca ninguém usou drogas. Ao todo, vivos, diz que tem sete irmãos. É o caçula, quatro anos mais novo que a anterior. São cinco homens e duas mulheres. Imagina que sua família, principalmente seus irmãos, tenha começado a desconfiar

“de alguma coisa diferente”, devido a uma amizade muito profunda e possessiva que manteve com um amigo, aos sete anos. Viviam um na casa do outro e embora jamais tivesse tido “sexo com ele”, sentia muito ciúme se o encontrasse com outros colegas. Na adolescência, teve algumas namoradas, mas sem nenhuma atividade sexual. Somente aos vinte e quatro anos é que vai ter sua primeira experiência heterossexual. (Marcos, 16/10/2004, A).

Trabalha desde os dezesseis anos, primeiramente na fábrica de sapatos de um parente e depois no comércio, como balconista. Sua última fase, antes de abraçar o teatro como atividade profissional, foi como escriturário. Dispensado do serviço militar e trabalhando, parte para morar sozinho. Por um lado, sentia-se pressionado e sem espaço, os irmãos a lhe exigir uma namorada e controlar seus horários. Por outro, se sentia isolado, não tinha onde encontrar pessoas com as quais pudesse conversar, sem ter de esconder uma parte de sua personalidade; queria ficar mais próximo dos lugares onde pudesse “encontrar alguém”, espaços, segundo ele, inexistentes no local onde morava¹⁶⁹. Como não legitimado pelo casamento, necessita justificar o estranhamento que essa saída provoca, principalmente em sua mãe. Tenta tranquilizá-la com a justificativa da distância do emprego (Jacarepaguá) e do colégio, à noite. Divide apartamento com um amigo, em Santa Teresa, mantém contatos homossexuais, mas sem relacionamentos fixos. Ao longo de sua trajetória no Rio de Janeiro, Marcos residiu em diversos bairros, no Centro e na Zona Sul.

Seu primeiro “caso” só vai acontecer aos vinte e oito anos, com Álvaro, que conhece no curso de teatro do Sesc. Com ele, ficará “uns três a quatro anos”. Será com Álvaro, Antônia e Mauro que organizará as apresentações no *reservado*.

3.4.2 Álvaro

Álvaro nasceu e viveu em Vicente de Carvalho, no município do Rio de Janeiro, até os quinze anos, quando a família se mudou para São João de Meriti. Com a separação dos pais quando tinha cinco anos, passou a viver com o pai e a avó paterna. Já que estudava próximo de casa, onde também tinha seu grupo de amigos, a mudança lhe pareceu boa, devido à possibilidade de conhecer um outro lugar, fazer novas amizades. Também gostava de desfrutar maiores distâncias, e as viagens diárias de ônibus até Irajá, onde permanecera estudando, lhe pareciam agradáveis. O conjunto habitacional onde passara a residir tinha boas condições de habitabilidade, a vizinhança era pacata e

¹⁶⁹ “Dava oito horas em São João de Meriti, eu ia fazer o quê? Não tinha um barzinho gay, não tinha um lugar pra você namorar... Eu ia fazer o quê?...Quando eu comecei a trabalhar no Centro da cidade, comecei a conhecer os locais, aquilo me motivou a morar sozinho e ficar perto desses lugares que era mais o meu mundo. Porque o meu mundo, perto da minha família, era muito limitado, eu tinha que me policiar muito.” (Marcos, 16/10/04, lado A).

simpática. Em pouco tempo, passa a ter mais amigos em São João do que no antigo bairro. Como permaneceu na mesma escola, não houve ruptura, podendo contar agora com amigos em dois espaços distintos. Segundo se recorda, havia uma influência religiosa muito forte em sua família. O pai e a madrasta eram umbandistas: a madrasta, médium, e o pai, tesoureiro do centro. A avó paterna, embora católica, também gostava do “espírito”¹⁷⁰.

Diferentemente de Marcos, mas relativamente menos do que Antônia, Álvaro demonstra alguma dificuldade em abordar temas que dizem respeito à sua orientação sexual. Indagado se, diante dessa formação religiosa mista – católica e afro-brasileira – a noção de culpa era muito presente, vacila, afirma que sim, que ficava dominado por uma certa culpa, um certo desconforto, mas evita pronunciar certas palavras. Segundo seu relato, aos quinze anos “já sabia o que se passava” com ele – isto é, que era diferente, que se sentia atraído por pessoas de seu próprio sexo.

Indagado como era lidar com essa consciência de si, diz que “era complicado”. E então empreende uma fala que reproduz o padrão mental vigente na sua adolescência, que buscava encontrar uma *causa* para o “homossexualismo”, na ausência de modelos masculinos. Criado entre duas irmãs, vivendo a brincar com elas, por um certo momento parece querer justificar se, de fato, não estaria aí a origem... Como a tornar ainda mais consistentes *as evidências* de sua “homossexualidade”, no colégio não era dado ao futebol. E, como a escola não oferecia outras modalidades esportivas e o domínio do futebol constasse (como ainda consta) das prescrições normativas a respeito do que deve e do que não deve gostar meninos e meninas, então lá se via ele

¹⁷⁰ Birman registra “um uso educado” na utilização do termo “espírita” como eufemismo para referir praticante de cultos de origem africana (Birman, 1995, 7). Destaco, porém, um outro sentido no uso desse termo com a acepção referida. Trata-se do seu emprego como resistência ao processo de desqualificação desferido contra as manifestações religiosas de origem africana ao longo da História brasileira. Até meados dos anos de 1960, na Baixada Fluminense eram comuns “batidas policiais” no interior dos terreiros, o fechamento das casas de culto e a condução de seus responsáveis até a delegacia. Seus praticantes, vistos com restrição por serem adeptos de manifestações religiosas tidas como “incultas” e “primitivas”, costumavam guardar discrição sobre suas crenças. O espiritismo, uma outra modalidade de culto a envolver possessão, foi elaborada na França, no século XIX, por Allan Kardec, e tem por objetivo “o aperfeiçoamento moral” humano, perseguido pelos seus adeptos com o auxílio e a orientação de “espíritos” mais desenvolvidos de pessoas desencarnadas (mortas). Aqui no Brasil, teve em Francisco Cândido Xavier o seu maior expoente. Com a sua propagação entre nós, notadamente entre os segmentos médios, brancos e urbanos que o vêem como “civilizado” e “racional”, os praticantes dos cultos afro-brasileiros passam a se autodenominar também “espíritas”, como forma de escapar ao preconceito, já que têm na possessão o elemento comum. Muitos rituais de matriz africana foram influenciados por essa doutrina e incorporaram elementos de seu sistema ritualístico e filosófico, fazendo surgir as nomenclaturas “umbanda de branco”, “umbanda de caritas”, “umbanda de Angola”, esta última para marcar a vertente africana. Esse fenômeno vai se generalizar ao ponto de fazer surgir as expressões “espírita de mesa” ou “de linha branca”, para referir às práticas kardecistas e “espírita de linha” ou “espírita umbandista”, para expressar variedade de umbanda que incorpora influências dessa doutrina filosófico-religiosa. (Ver: Houaiss, 2001, 1233, 2802.) A disseminação do emprego eufemístico torna necessária uma pergunta de confirmação – kardecista ou umbandista –, para que se consiga ver explicitada a exata religiosidade.

indagado, cobrado, posta em dúvida a sua masculinidade... A força dessa estruturação é tão forte a ponto de se indagar: “E se?...” Logo em seguida, porém, apazigua-se: “Mas isso não tem nada a ver com a homossexualidade...”

Álvaro diz que foi aos dez anos que tomou consciência dessa *diferença*, através do “relacionamento” com um menino de oito. Segundo ele, foi uma coisa suave, tranqüila, mas que se estendeu até os seus dezesseis anos, mais ou menos. Até um ano depois de sua mudança do bairro, o *amigo* ainda ia freqüentemente visitá-lo no novo endereço. E, nessas ocasiões, namoravam. Como fosse mais velho, o *amigo* o via como alguém mais experiente, partilhando com ele suas dúvidas e desconhecimentos a respeito da sexualidade. Depois que o *amigo* casou, diz Álvaro, nunca mais se viram.

Ele discorda das pessoas que afirmam apenas quando já adultas, ou depois de relacionamentos heterossexuais, terem tomado consciência do desejo homossexual. No seu caso, afirma ele, sempre teve clareza daquilo que queria, e entrou na adolescência já sabendo exatamente o que achava que era “legal”: “Que era a figura masculina que fazia a minha cabeça.” Mesmo assim, mais por pressão das pessoas à sua volta, os colegas todos com namoradas, só ele não, aos dezoito anos teve a sua. Quase fica noivo da menina. Passado o susto, o segredo preservado, Álvaro segue a vida. Aos vinte e um anos tem o seu primeiro relacionamento “adulto”.

Aos vinte e um, por ser comerciário (ele já trabalhava antes mesmo de prestar o serviço militar), tem direito aos serviços oferecidos pelo Sesc. Decide fazer o curso de teatro. A partir desse curso, passa a ter acesso a cenários sociossexuais todos próprios. É quando conhece Marcos, com o qual passa a se relacionar, formando um “caso”. Sem muito perceber, simultaneamente aos modos de atuação teatral que vai adquirindo no curso, também vai incorporando os roteiros, os requisitos e práticas dos papéis específicos, de modo a atuar e compreender os significados das atuações dos demais atores nos novos cenários aos quais vai sendo introduzido. Um profundo sentimento de liberdade é a sensação que retrata da descoberta desse “outro mundo”, que se materializa em espacialidades descontínuas, mas que propicia a possibilidade de exteriorizar as emoções em plenitude, sem o medo de ser humilhado, agredido. O desfrute de momentos singelos e vitais, como rir, brincar, dançar junto, dar beijo...

Todo um (novo) mundo se abre, com suas linguagens, estéticas, estilos, dinâmicas... Vai se dando conta das diferenciações, das nuances, dos seus distintos códigos e significados, mas também

da preservação dos mesmos marcadores de diferenciação. Álvaro observa que na boate famosa, então existente na Barra da Tijuca, tão logo um dos interlocutores divulgasse a Baixada como local de origem, se operava uma rápida e profunda mudança no processo de interação. Os marcadores de posição, origem social e, conseqüentemente, prestígio, inscritos no corpo, no estilo da vestimenta ou na fala, quando identificados, produziam outro exílio, chegando a ser objeto de terminologia específica¹⁷¹, reproduzindo o mesmo padrão estigmatizador da diferença da sociedade global na qual todos haviam sido socializados. Terminam por constituir mundos distintos. Ainda que ocupando o mesmo espaço físico, são mundos que não se integram, permanecendo estanques, sem que haja interação significativa entre eles (Velho, 1999, 20). Enquanto que nos ambientes de bares e boates exclusivamente destinados a eles podem agir com naturalidade, no trabalho e, principalmente, em casa, o silêncio, o segredo, o receio de se verem descobertos permanece intocado.

Álvaro diz que até os dias de hoje – e já se passaram mais de vinte anos –, jamais a sua forma de afeto e desejo foi abordada no ambiente de sua família de origem. Nunca lhe perguntaram, mas se perguntassem, falaria. Acredita que eles sabem, em decorrência de sua trajetória sem nenhuma presença feminina e por terem sido apresentados a todos os seus namorados. Como amigos, claro. “[Alguém] vai perguntar o que já sabe?”, ele reflete. “Pra quê?, se você está bem assim?” Ele, pessoalmente, prefere as coisas desse modo. “Acho que do jeito que está, está bom. Ninguém cobra nada de ninguém...” Por meio desse estratagema, evitam ter de lidar com o fato, expressar percepções, sentimentos, estranhamentos, dúvidas, ouvir opiniões diferentes, dialogar enfim.

Álvaro não se imagina apresentando o seu namorado enquanto tal à sua família de origem – crê que não teria coragem. Mas reconhece a importância que uma relação familiar organizada em bases de transparência, respeito e confiabilidade significaria em termos de estreitamento e instauração de vínculos entre eles e os recíprocos consangüíneos e da construção de apoio efetivo entre eles. Também tem consciência do peso que representa a negação da possibilidade de usufruir as cenas das mais triviais no âmbito da união “heterossexual”, como ser reconhecidos enquanto tais quando comparecem juntos às festas de família, não necessitando manter o cerrado policiamento

¹⁷¹ Segundo Gleniewicz et al, na gíria homossexual pesquisada em ambientes de boates, entre as quais a citada por Álvaro, “existem termos especiais denominando pessoas dos subúrbios e do Nordeste [a] indica[t] preconceito contra esses atores. [...] ‘Paraíba’ foi a resposta mais freqüente tanto para nordestinos como suburbanos. Alguns informantes também usam esta palavra para denominar uma pessoa malvestida, mostrando a falta de status sofrida pelo suburbano ou nordestino. [...] Além-túnel, s. – Um homossexual suburbano. [...] Pititinga, s. – Homossexual pequeno e pobre. [...] Quá, quá, quá ([...] Significante que designa o indivíduo malvestido) [...] Bicha ralé (bicha pobre)” (Gleniewicz et al, 1979). Para glossário mais ampliado e atualizado, ver: Vip e Libi, s/d.

sobre gestos e modos de se referir ao companheiro – íntimo no espaço de suas conjugalidades, distanciando na presença dos consangüíneos.

É com humor que ele relata pequenos constrangimentos vividos quando se encontram ambos em presença da sua família de origem e ocorre alguma falha no mecanismo de policiamento, que deve funcionar sem descanso. Durante as refeições, por exemplo, momentos íntimos por excelência e ainda contando com a acolhida afetuosa dos parentes do companheiro, é fácil ocorrer distrações. E aí, como dizem os antigos, “o costume de casa vai à praça”. O que fazer ao ver o parceiro diante de nossa família de repente pedindo o mesmo carinho com que nos tratamos em nossa relação privada?: “Passa manteiga no meu pão?...” E ele, controlando-se para não rir e “manter a linha”, desconversa: “Passa você...” E pronuncia bem marcadamente o “você”, para que o companheiro se dê conta da mensagem embutida: “Aqui, não. Não pode.” E retruca, impessoal, para afastar suspeitas: “Ta aí o pão, passa!” E, sussurrando, por trás, sublinha o “despropósito”: “Eu vou passar manteiga no teu pão?!” Afinal, amigos quando hospedados na casa uns dos outros não esperam que o anfitrião lhe passe manteiga no pão... Amigos não ficam, como entre cônjuges que verdadeiramente são, a pedir demonstrações de apreço íntimo em gestos tão banais: “Coloca o açúcar aqui pra mim?” “Corta o queijo...”.

Morando com seu companheiro há dezesseis anos (em 2004) e, por todo o sempre, ao longo de sua trajetória tendo que se acomodar à clandestinidade de seu afeto e desejo, Álvaro acaba como que naturalizando a não-legitimação de seu vínculo, ao se referir aos festejos de fim de ano. Numa atitude de autoproteção, ele “se esquece” de que seu companheiro é a sua família e que eles formam uma conjugalidade (Simmel, 1967, 16).

Indagado se alguma vez sentiu falta de poder desfrutar dos festejos natalinos em companhia plena de seu companheiro, após um momento em silêncio, Álvaro respondeu:

[silêncio] – Não... Essa, dessa... é... Dessa festa em questão, não. Dessa festa... Acho que porque é Natal... Acho que [é] uma coisa muito família mesmo... Então...

– E ele não faz parte da tua família?

– Não, não... É... Assim: A família lá, ele vai lá... A família dele... Eu fico com a minha...

Não podendo contar com o reconhecimento social do vínculo que mantêm entre si por tanto tempo, termina ele próprio por percebê-lo destituído de seu maior significado – ser em verdade a sua família, a pessoa com a qual vem desenvolvendo um projeto de vida em comum, partilhando todas as esferas do viver. Não podendo contar com a legitimação, não conseguem eles

próprios outorgar a seu vínculo qualquer preferência frente às respectivas famílias de origem, coisa tão banal quando se trata de relacionamentos “heterossexuais”. Desse modo, nos natalícios, por não haver reconhecimento do status de família, não detêm significação que justifique, por exemplo, convidar os consangüíneos recíprocos para os festejos na casa que habitam por todo o ano.

E, com isso, seguem se dividindo, cada qual com *os seus*. A fim de evitar constrangimentos de parte a parte, não é todo Natal que o seu companheiro vai passar com ele na casa dos seus consangüíneos, assim como ele próprio evita o convívio com os consangüíneos de seu companheiro. Álvaro arremata: “Até mesmo com os outros [com os relacionamentos anteriores], era assim...”¹⁷²

Formulei ainda uma outra pergunta bastante objetiva: “E se fosse uma mulher?” Sua voz muda, eleva-se um pouquinho, torna-se enfática: “Ah, aí seria diferente.” “Por quê?”, continuo a lhe provocar. “Não... Se fosse uma mulher... que aí família sabe... e... você constituiu... você está lá na sua casa e tal, você mora junto... Todo mundo sabe, então... Ela estaria ali ou eu estaria na casa da mãe dela... Eu acho que aí haveria mais essa coisa de família.”

3.4.3 Eleonora

Eleonora não fazia teatro no Sesc, mas também é de São João de Meriti. Diz, entre satisfeita e orgulhosa, que passou a infância em sítio, uma fazenda não muito distante do centro do município, em uma família numerosa e musical. Satisfeita, refere-se ao pomar, às frutas que pegava nas árvores e às serestas que costumeiramente ocorriam na sua casa, na infância, aos domingos. A mãe, vocalista, os tios, um no cavaco, outro no violão, um outro no pandeiro, faziam reunir em torno deles amigos, vizinhos, primos e tios, mesmo os distantes. Durante essas reuniões, Eleonora brincava com as primas, “só coisa de moleque” – bola, pipa, “carniça”. Rememorando a infância se

¹⁷² Viñuales, na parte de sua pesquisa em que trata das relações de parentesco e identidade, também observa dificuldade por parte das “lésbicas” entrevistadas em explicitar a verdadeira natureza da relação que mantêm: “De las nueve parejas lésbicas sin hijos que entrevisté durante el trabajo de campo, cinco optan por encubrir ante la mirada familiar la naturaleza de esa relación y por introducir, poco a poco, a su pareja en la vida familiar presentandola como ‘amiga’. [...] Las *encubridoras* [en el sentido que lo utiliza Goffman em *Estigma*...] logran que, al cabo de un cierto tiempo, se produzca una ‘institucionalización’ de esa relación, ya que las respectivas familias acaban por hacer siempre extensiva a la amiga cualquier invitación.” (Viñuales, 2000, 158). Ressalta, porém, mesmo nos casos em que há a explicitação do vínculo real que as une, a inexistência de termos específicos para designação do parentesco ou mesmo o emprego da terminologia utilizada nos relacionamentos heterossexuais (genro, sogro, etc) (Viñuales, 2000, 160). No entanto, entre aquelas que freqüentam os espaços de sociabilidade produzidos pelos grupos de atuação, Viñuales registra uma grande tendência a repudiarem a idéia de que as relações de parceria homossexual “forman um domínio aparte del de la familia de origen” (Viñuales, 2000, 157).

vê como “um molequinho”, sempre tendo se “identificado com brincadeiras de menino”. A exemplo de Álvaro, expressa a incorporação e reprodução das noções do senso comum, influenciadas por uma visão psicologizante, e passa a tentar explicar as origens do seu “homossexualismo” em tendências expressas na infância por identificações com atributos construídos como do gênero oposto¹⁷³. O peso do modo como a diferença é percebida pela sociedade mais ampla leva a interiorizar as mesmas noções, buscando justificativas, motivos, indícios, sintomas...

Eleonora demonstra orgulho ao descrever o seu processo de profissionalização como motorista. Desde garota, com uns oito, nove anos, já brincava de dirigir – recorda ela. Com tijolos, um cabo de vassoura e um volante que encontrara no terreno da coleguinha com quem costumava brincar de “comidinha” e de “marido e mulher”, resolve “fazer tipo um ônibus”. Dos tijolos, faz os bancos; o volante coloca preso no cabo de vassoura, e fixa ambos no chão. Depois de tudo pronto, chama as amigas para passear no seu “ônibus”. A mãe, quando via, censurava. Ela respondia: “Ah, quem sabe um dia eu vou ser motorista...” E a idéia ficou em sua cabeça: “Acho que um dia eu vou ser motorista. Não importa se é de coletivo ou de caminhão.”

Era a única pessoa do sexo feminino na auto-escola, onde não encontrou restrições. Com a habilitação profissional, na hora de procurar emprego, seguiu a sugestão de um amigo e optou por entrar na empresa como cobradora. Apenas depois de provada a sua competência e seriedade é que revelaria o seu real interesse. Com a psicóloga da empresa comentava os seus planos. Apoiadora, ela informou o instrutor sobre sua vontade. Ele decidiu “passar por cima da diretoria” e colocá-la em treinamento. Eleonora se enche de alegria e de esmero. Foi bem-sucedida. O instrutor, satisfeito, fez o seu encaminhamento: baixa como cobradora e, dali por diante, motorista – a única mulher motorista naquela empresa. Seus sonhos se realizavam. Era o ano de 1998. Na profissão tão desejada, recebe muitos elogios e abre campo para outras que vieram depois dela.

A família demonstrou resistência ao seu projeto. Sua mãe, a principal opositora, nunca modificou seu ponto de vista. Para ela, aquilo “era coisa de homem; o que é que a família iria falar com relação a isso?” Eleonora revela, com um tom triste, que nem seu pai nem sua mãe (hoje falecida) jamais a viram trabalhando. Não houve oportunidade, segundo ela. Ao contrário de sua

¹⁷³ “Acho que ali já tava... Eu tinha tendência a ser homossexual mesmo... Nunca gostei de brincadeira de menina. Quando me deu uma boneca, eu quebrei. Minha mãe levou a boneca pro hospital de bonecas. Aí voltou a boneca perfeitinha. Aí eu quebrei a boneca de novo. Eu não gostava de boneca. Achava sem graça. [Por outro lado,] havia o meu irmão, que já gostava de boneca, ao contrário de mim [ri]. [...] Uma vez minha mãe me forçou pra usar vestido, eu chorei pra botar vestido. Mas eu nunca gostei, não.” (Eleonora, 30/10/2004, fita 1, lado A).

mãe, contudo, o pai foi a grande fonte de apoio: “Meu pai sempre foi a favor de tudo o que eu faço, que eu fazia... Meu pai nunca foi contra. Ele até foi a meu favor quando a minha mãe começava a falar a respeito. Ele falava: ‘Deixa a menina em paz, ela escolhe o que ela quiser.’”

Segundo Eleonora, os passageiros preferem quando vêm uma mulher no volante do ônibus –, sentem-se mais seguros. Para eles, as mulheres são mais cautelosas ao dirigir. Eleonora revela que o número de avarias é bem menor nos coletivos guiados por mulheres. Até no dar a partida, no passar as marchas sem dar o chamado “tranco”, as mulheres têm se revelado profissionais mais cuidadosas. No início, porém, as mulheres sofreram muita discriminação: “Sempre soltavam uma piada... Acho que era por despeito... [Porque] A gente [es]tava conseguindo galgar um lugar que eles achavam que a gente não iria conseguir... Tinha muito uma piadinha: ‘Pô, vocês têm que pilotar é fogão! Isso aí não é feito pra vocês, não!’” Eleonora ignorava esse tipo de comentário, que chama de “abobrinhas. Relata ter trabalhado em três empresas de transportes coletivos e uma de carga. Por três meses, viveu a aventura de trabalhar guiando caminhão de carga, no trajeto Rio - São Paulo. “Sozinha, eu e Deus.” Integrava um comboio de quatro caminhões, todos guiados por mulheres. Mas não tinha planos de seguir carreira: “Foi apenas uma curiosidade da minha parte, porque sempre tive vontade de saber como é que é trabalhar com caminhão. Foi uma experiência válida.” Sente saudade. Segundo ela, o trabalho com o caminhão é menos estressante do que o ônibus. Acredita que fazendo a rota dentro da própria cidade teria mais tempo livre. O regime de trabalho a que são submetidos os profissionais nas empresas de transportes de passageiros, além de muito estressante, segundo ela, não permite que eles tenham vida pessoal. Vivem apenas em função de dormir, acordar, trabalhar. Com apenas uma única folga semanal e jornada de oito horas diárias ininterruptas no trânsito, sem instalações sanitárias, tendo as avarias de peças descontadas do salário e submetidos às cobranças de passageiros e dos fiscais, acha muito desgastante. Mesmo assim, sente orgulho: “Graças a Deus, eu sou muito reconhecida [profissionalmente].”

Eleonora relata que começou a se perceber atraída pelo mesmo sexo em torno dos nove a dez anos, nas brincadeiras de “papai-mamãe” com as amiguinhas. Na família, a irmã mais velha era a única a lhe cobrar quanto à inexistência de namorados. Isso fazia com que ela, por vezes, recorresse a algum amigo para representar o personagem exigido. Seu primeiro namoro lésbico foi aos dezessete anos.

Diz, porém, não ter sido “nada profundo”, porque ela mesma estava assustada, insegura com a própria inexperiência¹⁷⁴. Com as primas, porém, diz que nunca fez “maldades de namoros”¹⁷⁵.

Eleonora fala da importância dos contatos inter-geracionais em seu processo de integração nesse novo cenário sociosexual e expressa o constante receio que tinha de que sua mãe viesse a descobrir sua orientação lésbica; o medo de “que pegasse [ela com] alguém no [seu] quarto”.

Recorda o grupo de cerca de dez amigas “lésbicas” da adolescência, formado em torno do colégio de uma delas, e diz que “era gostoso naquela época”, quando o namoro era muito mais clandestino. Mas também lembra que “antigamente o homossexualismo era [tido como] uma coisa absurda, ninguém aceitava”. E conta um incidente acontecido com umas suas amigas, muito masculinizadas, que, na fila do Projeto Pixinguinha, em São João de Meriti, sem que ela saiba direito dizer o porquê, viu de repente “a PM a cavalo, partiu pra cima delas com uma atitude meio violenta com o cavalo, excluindo elas da fila”. Depois, mais tarde é que uma delas lhe contou “que o PM jogou o cavalo pra cima delas porque achou que elas estavam em atitudes que não eram pra ser feitas ali, publicamente...” (Eleonora, 30/10/2004, A).

Eleonora tem 42 anos no momento de seu relato, em 2004. Mora com o pai (viúvo), mas faz questão de destacar que já morou fora, quando tinha trinta e cinco anos de idade “Eu dei meu grito de liberdade com uma mulher [com] que[m] eu morei sete anos. Foi ela quem conseguiu me tirar de casa. Até então eu não queria nem sair, mas ela quis assumir a relação e eu fui morar com ela.” Mas sua mãe não gostou nada daquela história. “Ficou revoltada. Ela achava que eu nunca iria sair de casa pra morar com ninguém.” Eleonora tentava temporizar: “Eu falava pra ela que eu queria a minha liberdade e tal, mas eu não falei propriamente que eu iria morar com a minha namorada.” Diz que sua mãe, nos sete anos que morou com essa companheira, só esteve em sua casa uma vez ou outra: “Ela não gostava muito” de ir lá.

¹⁷⁴ “Eu até fiquei assim assustada ainda com a coisa [...] Primeira vez... Sexo... Eu fiquei com medo de magoar a pessoa, sei lá, de fazer as coisas erradas [...]” (Eleonora, 30/10/04, lado A).

Observa-se nesse discurso a presença de protagonismo; de alguém que toma a iniciativa no jogo amoroso; de alguém que se exige a obrigação de, na primeira relação, saber “fazer as coisas certas”. Esse discurso é tanto mais eloquente da tensão que lhe perpassa quando cotejado com uma outra sua afirmação, presente na seção “Entre práticas & gêneros”, mais adiante, quando então ela é veemente ao afirmar repúdio a posturas masculinizadas de suas colegas, eliminando-as de seu convívio.

¹⁷⁵ É significativo observar a reprodução do sentido oriundo do imaginário heterossexual, segundo o qual um homem manter relação sexual com uma moça é lhe “fazer mal”. Essa fala de Eleonora outra vez repõe a tensão constitutiva da homossexualidade em geral – a perene ameaça do estigma do passivo sexual e do feminino social. Questões abordadas por Portinari e que, segundo ela, a homossexualidade feminina “(ao menos em parte) existe para se defrontar” (Portinari, 1989, 55).

De toda a sua numerosa família, os únicos a freqüentar a casa que dividia com a parceira foram o irmão mais velho, em um churrasco pelo seu aniversário, e o irmão caçula. Mesmo visitando pouco, faziam comentários insinuativos: “Duas mulheres morando juntas, tem alguma coisa estranha...”. Para evitar atritos, cortava o assunto, afirmando que era amizade. Nunca disse para eles sobre o vínculo real que as unia. A irmã mais velha era quem mais lhe importunava. Com freqüência fazia comentários maldosos sobre a existência da cama de casal. Eleonora revidava: nunca havia se intrometido na vida dela, portanto, que lhe deixasse em paz. A irmã não desistia: “Ah, [você] tem que procurar um homem”.

Nas festas tidas como familiares – Natal e Ano Novo –, ela e a companheira faziam revezamento entre as casas das duas famílias: ou ficavam na casa de uma até a meia-noite e depois iam para a da outra, ou passavam Natal com a família de uma e o Ano Novo com a da outra. Jamais viu a sua namorada ser alvo de restrições na casa de sua família. Atribui ao jeito meigo da companheira, que sabia conquistar os seus familiares. Dedicava muita atenção à sua mãe, ganhando sua amizade¹⁷⁶. Na casa da família da namorada, Eleonora também era muito bem-aceita – “até hoje”. Os pais dela eram evangélicos e nada sabiam. As irmãs, porém, tinham conhecimento sobre o verdadeiro vínculo que as unia. Eleonora eleva o tom da voz para declarar, com satisfação: “Eles adoravam a minha pessoa! Eles adoravam quando eu ia a alguma festa na casa dela. Tem até uma irmã dela, de Brasília, que até hoje pergunta por mim...”. Eleonora diz que podia contar com o apoio das irmãs da namorada nas rugas conjugais, pois elas sempre intercediam, tentando pacificá-las.

Esse foi o relacionamento mais longo que teve. Os demais duravam em torno de um ano e não havia conjugalidade. Ficavam juntas apenas nos fins de semana, alternando entre a casa da namorada e a de sua família.

3.5 Uns “xis” na questão

Antes de introduzir a narrativa sobre o *reservado*, suas atividades, desdobramentos e significados, quero trazer a fala dos entrevistados sobre dois temas destacados na entrevista. Como de costume, dado que a estruturação foi semi-aberta, há discursos mais profundos, mais ricos em

¹⁷⁶ Esse tipo de tática para obter aceitação silenciosa da relação também registra Viñuales como usual entre as lésbicas de Barcelona, que preferem não revelar o verdadeiro vínculo. Algumas reproduzem junto aos familiares da parceira o papel de “cuidadoras”, freqüentemente associado ao gênero feminino. Segundo ela, contribui para estreitar o relacionamento entre a parceira e seus familiares consangüíneos (Viñuales, 2000, 148, 158,162).

problematizações e outros nem tanto. Em minha opinião, aí se encontra uma das riquezas desse tipo de estruturação das entrevistas. À medida que é permitido ao informante falar com liberdade, ele desenvolverá seu relato sem violência, na conformidade com o seu próprio jeito de ser. Haverá temas dos quais relatará em fornecer maiores considerações, enquanto que, em outros não terá qualquer dificuldade em abordá-los com maior profundidade. Entendo que o entrevistador, por maior que seja a sua ânsia de conhecimento sobre o universo em pesquisa, deve saber respeitar esses limites.

3.5.1 Sida/Aids

Este foi um dos eixos temáticos que priorizei. Tendo a experiência do *reservado* se dado justamente no período do surgimento da Sida/Aids, busquei saber como os colaboradores lidaram e foram afetados, direta ou indiretamente, pela síndrome. Todos possuíam relatos envolvendo casos de amigos que sofreram discriminação generalizada, óbitos, locupletação pelos consangüíneos do patrimônio constituído no interior da parceria homossexual, os efeitos perversos da não-legitimação da conjugalidade homoerótica nos momentos mais delicados e dolorosos da existência.

Embora o assunto ganhasse a imprensa, com toda a perversidade que caracterizou a maneira de sua abordagem, não apenas pelos veículos de comunicação, mas também por certos profissionais da área médica (Fatal, 1988¹⁷⁷), os efeitos mais próximos da síndrome só foram sentidos, na opinião de Álvaro, cerca de seis, sete anos após o início da construção do imaginário de uma *peste gay*:

Desde quando surgiu, quando a gente começou a ouvir falar sobre Aids e tal, não houve um impacto muito grande, porque demorou a aparecer o primeiro caso entre os amigos. Não foi uma coisa assim: 81, 82 começou, 83 já tinha alguém que tava diferente, que tava doente. Não. Acho que a coisa só foi começar a aparecer... que a gente soube assim que alguém tivesse... do nosso grupo, pessoas conhecidas... acho que em 87... Cinco anos, seis anos depois...
Aí começamos a ficar preocupados. Todo mundo fica assim: – Bom, tá próximo. Aí eu acho que a reação das pessoas começaram a se, a se cuidar, a ter um certo... ah, não, isso eu não posso fazer; isso dá pra fazer... E aí começou a ter uma preocupação maior (Álvaro).

Mesmo observando bem próximas suas conseqüências, era uma realidade difícil de lidar, evitando-se a sua abordagem o máximo possível. Era como se não falando sobre ele, o problema deixasse de

¹⁷⁷ Remeto a esta fonte pela originalidade da sua perspectiva de abordagem: o humor com que o autor, psiquiatra, participe das primeiras ações em nível de governo contra a Sida/Aids e militante do Triângulo Rosa, consegue imprimir ao relatar os conflitos, paradoxos, contradições e ignomínias que marcaram os primeiros anos do aparecimento dos casos da síndrome.

existir. Amigos adoeciam, tornavam-se objeto de mórbida curiosidade em seus ambientes de trabalho, perdiam seus empregos e... A vida. Notícias de pessoas próximas privadas da legitimidade de acesso aos seus companheiros hospitalizados, outros que, de retorno da cerimônia fúnebre, se viam obrigados a retirar urgentemente da antiga moradia conjugal os pertences possíveis, ante a iminência da ação predatória e ostensivamente ameaçadora de uma consangüinidade reivindicada *ad hoc*, faz parte do acervo existencial dessa geração de “gays” e “lésbicas”.

O prazer, o desejo sexual, se tornara associado ao perigo. Comportamentos precisam ser readequados. Mas o peso do tabu, do receio da abordagem, permanece. Um misto de desinformação e fantasia ainda impregna concepções sobre doenças sexualmente transmissíveis, formas de contágio, de tratamento e atitudes preventivas. Os profissionais médicos não parecem, contudo, ainda capacitados a contribuir para a formação de uma população adequadamente informada.

Eleonora afirma que ficou assustada. Perdeu diversos amigos e passou a ter certos cuidados na escolha de parceiras sexuais depois da síndrome. Suas preocupações com a enfermidade levaram-na a “não sair com ninguém”. Passou a não namorar, nem manter relações sexuais. Apenas se permitia namorar. Diz que ficou com “medo de pegar essa doença”. Ela conta que entre as pessoas de seu círculo de relações “homossexuais” se evitava tocar no assunto: “A gente tinha até medo de falar muito disso aí, aí a gente mudava de assunto... Até porque tinha amigo nosso que tava já com a doença, aí a gente [inaudível]¹⁷⁸. [inaudível] ...tinha pessoas que eram envolvidas na família e tava ali... aí a gente evitava conversar sobre isso.” [?]¹⁷⁹. As marcas ficaram. Hoje, Eleonora diz que

“namorar qualquer pessoa, pra mim, hoje em dia não dá... Tem que ser uma pessoa certa! ...Ficar pulando o muro como eu pulava... namorar uma aqui, outra ali... pra mim acabou isso... Agora eu sou uma pessoa mais na minha, procuro me relacionar... Eu escolho a pessoa antes de ter uma relação... Primeiro, eu fico investigando a vida da pessoa, a índole... pra chegar até os finais...” [...] “Estou me guardando mais... Hoje em dia é perigoso... tem mulheres que saem com homens... não sabem quais as pessoas, aí... de repente você vai fazer um sexo oral... aí já era! Um abraço! ...Não sabe quem é a pessoa, né? Estou muito assim hoje em dia: Eu estudo muito a pessoa antes de... ir pra cama...”

Ela também manifesta receios difusos de contágio por alguma enfermidade, mas não consegue compreender seus tipos e mecanismos de transmissão. Relata que já teve oportunidade de

¹⁷⁸ Sintomaticamente, ao introduzir este tema na entrevista, Eleonora passa a diminuir o volume de sua voz, até que o término desta frase se torna completamente inaudível.

¹⁷⁹ Mera suposição, pois o volume de sua voz está quase todo inaudível.

explicitar sua prática sexual lesbiana quando da visita ao ginecologista: “Hoje em dia, ta liberal”, diz. No entanto, o retorno que teve em esclarecimentos mostra-se nulo. Uma vaga exortação a que tivesse cuidado, sem, contudo, informar com o quê e como: “Ele só falou pra mim tomar cuidado, praticar um sexo seguro... Eu senti o que ele quis passar pra mim, pra mim tomar cuidado, mas ele não falou assim na cara... [...] Eu acho que ele ficou meio assim... Misturar o profissional com o ...” [sic]. (Eleonora, 30/10/04, A).

3.5.2 Movimento

Outro dos eixos privilegiados, fruto do desejo de compreender as percepções dos colaboradores acerca das demandas postas no cenário social e político pelos movimentos MHB/MLH e GLBTs¹⁸⁰, na medida em que pertencem a uma geração que atravessa as duas fases do movimento homossexual brasileiro.

Se quando indagados sobre a existência do jornal *Lampião da Esquina* mostraram-se um tanto vagos¹⁸¹, quando solicitados a se posicionarem a respeito dos movimentos na sua conformação atual, observa-se a referência imediata às chamadas Paradas do Orgulho Gay e ao projeto de parceria registrada.

A tendência observada entre esses quatro colaboradores é de perceber as Paradas enquanto evento de visibilidade para sensibilizar a sociedade sobre a existência das homossexualidades e as questões decorrentes de sua estigmatização. No entanto, alguns expressam restrições com relação àquilo que identificam como participações meramente folclóricas, carnavalescas, destituídas de consciência política sobre a profundidade do significado daquela ação pública. Mesmo com tais reparos, destacam a sua importância, embora afirmem não participar. Uns alegam não se sentirem

¹⁸⁰ Por *Movimento Homossexual Brasileiro* ou *Movimento de Liberação Homossexual* compreendo o movimento social que emerge no Brasil em 1978 e que vai até a segunda metade da década de 1980, com o esvaziamento do grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, após sua participação no processo constituinte na luta pela expressa vedação de discriminação por motivo de orientação sexual. Os movimentos GLBTs emergem na década de 1990, em contexto pós-síndrome e incorporam em sua luta outras categorias identitárias. Embora não seja adequado se falar em solução de continuidade, já que vários grupos permaneceram e permanecem até hoje no cenário político nacional, sendo o mais destacado sem dúvida o Grupo Gay da Bahia, GGB, adoto tal distinção para destacar a transformação que marca o processo de luta contra a estigmatização e pelo direito à plena cidadania para as diversas identidades constituídas à margem do sistema heterossexual tradicional. Ver: Míccolis, 1983; Colaço, 1984; Trevisan, 1986 e 2000; MacRae, 1990; Câmara, 2002; Facchini, 2005.

¹⁸¹ Marcos comenta vagamente ter lido o *Lampião*. No entanto, não sabe dizer a sua época. Com maior convicção, faz referência aos grupos organizados: “Eu só vim escutar alguma coisa assim em relação a esses grupos... é... é... quando eu estava ainda [no Rio de Janeiro]. Nos anos... acho que 95, 95, eu escutei alguns rumores de grupos, mas nunca tive acesso a esses grupos, e ainda era uma coisa assim que muita gente não sabia... muita gente não procurava...” (Marcos, 16/10/04, B).

pessoalmente identificados com esse tipo de manifestação; outros, como é o caso de Eleonora, afirmam o desejo de participar. Desejo ainda não realizado porque o seu horário de trabalho não permite¹⁸². Quanto à existência dos grupos organizados, Ela diz que tem notícia, mas desconhece a localização de qualquer um deles. Comenta que já foi convidada por uma colega para assistir a uma palestra, mas não se recorda do nome. Eleonora “vê um avanço em relação aos outros anos” nessas ações dos movimentos GLBTs. Para ela, “as pessoas estão começando a aceitar, a sociedade em si já está começando a aceitar o homossexualismo... Mulheres e homens... Estou vendo, estou vendo um avanço terrível”. (Sic. Eleonora, 30/10/04)

Marcos demonstrou possuir o maior volume de informações. Ele se mostrou mais próximo das lutas e conquistas dos movimentos GLBTs, notadamente do Movimento Gay de Minas (MGM). Bem informado, faz referências sobre as conquistas advindas através dos grupos organizados e da promulgação da chamada “Lei Rosa” (lei que prevê sanções administrativas em casos de discriminação nos estabelecimentos comerciais). Na sua percepção, essas entidades da sociedade civil representam um referencial de apoio ao quale se pode recorrer em casos de doença, discriminação ou violência¹⁸³. Marcos demonstra um genuíno orgulho da existência dessas iniciativas e realizações. É ainda com esse mesmo sentimento, embora difuso e não expressamente verbalizado, que ele faz questão que eu veja o vídeo que possui sobre o vigésimo ... (...primeiro?...) concurso de *Miss Gay*, realizado anualmente em Juiz de Fora¹⁸⁴.

¹⁸² Eleonora ainda exercia a profissão de motorista de coletivos quando concedeu a entrevista.

¹⁸³ “Aqui em Juiz de Fora é que eu fui ter um conhecimento maior dessas leis, desses grupos que protegem o homossexual, tanto na parte legislativa quanto na parte da saúde, na Aids, na doença... apoio, tudo... Esses grupos, agora eles estão aparecendo com mais frequência... estão com mais credibilidade... As pessoas procuram eles com mais...” (Marcos, 16/10/04, B).

¹⁸⁴ O Concurso acontece desde 1976, quando começou, na casa do cabeleireiro Chiquinho – Francisco Machado Motta. De lá pra cá não parou de crescer. No segundo ano, diante da quantidade de gente, foram parar numa escola de samba, onde o concurso foi realizado. No ano de 1978 se abrigaram no clube Sport. Com o crescimento, vieram também candidatos de outras cidades, terminando por se constituir em um acontecimento de participação nacional. O vídeo que gentilmente Marcos me convidou para assistir na sua casa, mostra o quanto o evento é prestigiado e que hoje integra o calendário turístico da cidade. Entre os integrantes do corpo de jurados podiam ser vistos profissionais do meio televisivo e artístico. O jornal *Lampião da Esquina*, em seu número 16, de setembro de 1979, documenta o momento em que ocorre essa propagação para outras cidades do Brasil, embora os candidatos ainda fossem todos de Juiz de Fora: “Neste ano o tititi se espalhou por várias cidades do Brasil: o concurso seria realizado com uma grande festa. Um bando de gente ficou entusiasmado e partiu para Juiz de Fora. Eram entendidos, gueis, sapatinhos e sapatões, enrustidos, travestis, enfim, toda uma gama de

No que diz respeito à principal demanda vocalizada pelos movimentos, ou seja, a longa campanha pela aprovação da parceria civil registrada, são unânimes em concordar com a proposta, destacando a sua importância. Todos, porém, fazem restrição à ideia de uma cerimônia nos moldes católicos¹⁸⁵.

Ao serem indagados quanto ao conteúdo do projeto, o modo através do qual visa contemplar as conjugalidades homossexuais, contudo, expressaram total desconhecimento. Jamais tiveram oportunidade de acesso a qualquer texto contendo os termos do projeto. Tampouco

homossexuais. Vinham do Rio, Brasília, São Paulo e Espírito Santo. Parecia até um congresso de bichas. Muita alegria e cordialidade entre todos. Ao mesmo tempo, para Juiz de Fora, era uma verdadeira guinada na sua balança turística (e se esta festa continuar no ano que vem, será como um das urnas turísticas da cidade [sic]. [...]) O júri, formado por inúmeras pessoas do Rio, entra na passarela: um grupo era de travestis. Entre os outros, Elke Maravilha, Fernando Reski, Fernando Moreno e Aziza Perlingeiro. [...] Não faltaram momentos grandiosos. Nesta noite o grande destaque ficou com Ângela Maria, concorrente hours concours. Ela é a bicha tombada pelo patrimônio de Juiz de Fora. Ao entrar na passarela o estádio veio abaixo. Todos gritavam seu nome num verdadeiro delírio.” (Acosta, 1979, 13). A matéria afirma que o travestismo era praticado apenas na festa. E informava que “as famílias presentes ao local (e ponha família nisso), não se sentiram ameaçadas. Os bons costumes da família mineira não sofreram nenhum abalo”. Numa clara alusão ao inquérito aberto contra os integrantes do jornal, acusados de atentado à moral e aos bons costumes. Na capa da edição de maio (nº 12), constava a foto 3 x 4 de Antônio Chrysóstomo, Adão Acosta, Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt, todos com camisas de listas e uma placa pendurada no pescoço, metaforizando a condição de “criminosos” que estava sendo construída dos editores. No título da chamada, outra provocação: “Procura-se. Eles não se chamam Atalla nem Lutfälla, não são sócios do Lume nem do Ludwig: pode haver crime maior?”, referindo-se aos grandes escândalos financeiros da época, lugar-comum da improbidade generalizada no país. No número de agosto (15), Trevisan informava que o inquérito policial durava já um ano de tramitação, tendo os integrantes paulistanos do Conselho Editorial sido interrogados e fichados “há pouco mais de um mês atrás” (Trevisan, 1979, 5).

¹⁸⁵ “Apesar de ser gay eu não sou muito a favor desse negócio: ‘Ah, vamos pra igreja e casar.’ Quando a pessoa vive bem, ela não precisa casar. Como tem casais aí que, heteros, que vivem com a mulher [e a mulher] com o homem e não são casados. Têm filhos, têm tudo. Acho que não precisa o gay se expor de mão dada assim e ir pra uma igreja e falar: ‘Vamos casar.’ ...Igual a todo mundo, que é uma coisa tradicional, que as famílias estão habituadas, entende? Não é que eu ache feio, que não se deva fazer... Eu não faria! Eu não pegaria o meu companheiro e falaria assim: ‘Olha, eu quero casar na igreja.’ Eu acho que não precisa. Agora, eu acho que eu, se eu dividi cinco anos com ele, se a gente dividiu uma casa, se a gente comprou televisão junto, comprou geladeira junto, montou um apartamento junto pra gente morar e de repente eu falecer... [A fita acaba. Segue o outro lado.] ...então eu acho o seguinte, eu acho que esse direito que o companheiro tem pelo... com o outro, eu acho que é normal... Se uma mulher e um homem têm o direito... se conviveram cinco anos juntos, têm direito a pensão, têm direito a bens do marido, por que nós não temos direito?, se a gente trabalha do mesmo jeito pra conseguir isso junto?... Sabe, viveu junto!... Eu tenho um companheiro, a gente mora junto há cinco anos, a gente divide as coisas junto, aí... eu vou morrer e não vou poder deixar nada pra ele?! Por que não? Eu não deixaria se fosse uma mulher que tivesse casada comigo, mesmo não sendo casada judicialmente, mas se tivesse vivido comigo cinco anos, ela não teria direito a isso pela lei? Ela tem direito a bens, a pensão... Por que é que nós, homossexuais, não temos o [mesmo] direito? – Claro que tem que ter esse direito! São dois seres humanos com o mesmo direito... Todo mundo trabalhou pra conquistar o seu espaço, os seus bens e, por exemplo, eu... A minha família hoje em dia... Eu moro aqui sozinho em Juiz de Fora... Eu não tenho nada de grande valor, mas tenho... [enumera os bens que guardam em sua casa] Então, se eu vivo com uma pessoa, se eu morrer amanhã?... Agora a minha família vai chegar: ‘Não!’ Não existe isso! A pessoa que viveu comigo cinco anos do meu lado?!... Vai ficar sem nada?! Vai dar pra uma família, pra parente que não tava perto de mim?! Que não tava acompanhando meus momentos, ruins e bons? Tem que ser da pessoa que tá do seu lado [que tem que ter] esse direito! Então essa lei tem mais é que ser assinada! Muito rápido! Porque esse direito a gente tem que ter! Tem que conquistar esse direito!” (Marcos, 16/10/04, A *in fine* e B início).

Marcos, mesmo se mostrando bem informado a respeito das ações e conquistas do movimento, como já destacado.

Como Eleonora afirmasse desconhecer o conteúdo do projeto da parceria civil, perguntei a ela se colocaria sua como dependente perante a empresa onde trabalhava e junto ao seu plano de saúde; ou mesmo se conseguia se imaginar comparecendo a um cartório para registrar um contrato de parceria, estipulando a forma da partilha do patrimônio que viessem a constituir em comum. Sua resposta (“Eu faria. Com certeza! Se eu gostasse mesmo dela...”¹⁸⁶ E sentisse que seria a mulher da minha vida e tal, eu colocaria ela como herdeira dos meus bens!”), além de reproduzir o mito do amor romântico de base heterossexual, reforça minha percepção sobre a dificuldade que tenho verificado entre os movimentos GLBTs para fazer chegar informação de qualidade não apenas para o segmento que pretendem representar, como também para a sociedade global.

A desinformação, tanto com relação a esse item da agenda política dos movimentos GLBTs quanto a relacionada com as ações judiciais e legislativas contemplando os direitos dos “homossexuais”, foi também constatada na pesquisa realizada com 513 dos participantes da 9ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro, em 2004 (Carrara e Ramos, 2004, 69-71). Dos entrevistados, 35,9% declararam “não conhecer o projeto de lei de ‘parceria civil’, de autoria de Marta Suplicy”; 15,4% afirmaram que conheciam, “mas não o suficiente para opinar”. Apenas 45,9% disseram concordar. Dos com mais de 40 anos, somente 16% afirmaram não conhecê-lo, somando um índice de 61,7% entre a faixa etária de 15 a 18 anos, e 63,1% entre 19 e 21 anos (Carrara e Ramos, 2004, 70-71).

Especificamente sobre o projeto da parceria civil, entendo ser necessário fazer uma distinção entre: a) ter ouvido falar da existência do projeto e sobre aquilo a que ele se refere genericamente; e b) conhecer exatamente como o projeto prevê a regulamentação dos efeitos jurídicos decorrentes da conjugalidade – o patrimônio construído em comum pelos e os requisitos e procedimentos legais/cartoriais que estabelece. Até porque esta demanda, vocalizada pelas associações civis sem fins lucrativos (ONGs) GLBTs, vem sofrendo, ao longo dos dez anos desde a sua introdução na agenda política, uma intensa campanha de contra-informação por parte dos segmentos conservadores da sociedade.

¹⁸⁶ Esta última frase Eleonora pronuncia oscilando o volume da voz. Inicia quase inaudível, no meio eleva, para diminuir outra vez ao final. Eleva-se outra vez no início da frase seguinte, para abaixar de novo no fim.

Embora concorde que a pouca idade e o baixo nível de escolarização da maioria dos que demonstraram desconhecimento seja um aspecto a ser levado em consideração, pessoalmente tendo a atribuir uma importância maior sobre a qualidade da informação que está sendo veiculada. Se as variáveis geração e escolaridade fossem satisfatoriamente explicativas, os itens sobre as ações do governo Lula (o Programa Brasil Sem Homofobia em particular) – um terço, ou 32,9%, não tinha opinião formada se durante o governo Lula “a situação dos homossexuais estava pior, melhor ou igual ao governo anterior”, pág. 69 –; sobre as ações dos Poderes Legislativo e Judiciário – “72% responderam não conhecer qualquer legislação que beneficie os homossexuais (exceto a lei de ‘parceria civil’ objeto da pergunta anterior)”, pág. 69 –; e, até, sobre a ausência de “uso de proteção/barreira” por parte das mulheres em suas relações lesbianas não seriam tão elevados – 81,3% responderam que não, contra 17,0% respondentes afirmativamente, pág. 63.

No meu ponto de vista, a questão é muito mais da qualidade da informação que é veiculada para a sociedade em geral e, também, para o segmento mais interessado, em particular. Ou seja, da insuficiência ou ineficácia na qualidade da informação recebida pela população GLBT. O que me parece plausível, não apenas conforme constatado entre os entrevistados, mas também entre os estudantes com os quais convivi no campus universitário, de 2002 a 2005.

Penso que esta minha hipótese explicativa torna-se ainda mais plausível se confrontarmos esses números com os índices de participação nos movimentos sociais que os respondentes apresentaram. Para um total de 514 respondentes¹⁸⁷, conforme registrado ao final do gráfico (pág. 68), apenas 195 declararam nunca haver pertencido a nenhum movimento (pág. 67). Ou seja, 319 já haviam integrado algumas das coletividades listadas: 149 faziam ou já tinham feito parte do movimento homossexual; 130 do movimento estudantil; 80 de ONGs; 74 de partidos políticos; 36 de sindicatos¹⁸⁸.

A presença desses dados (elevado desconhecimento das ações pró-cidadania plena GLBTs x grande participação nos movimentos sociais, notadamente nos GLBTs), antagonistas (quanto maior

¹⁸⁷ 644 participações para 514 respondentes, já que era permitido preencher mais de uma opção, quando o respondente havia participado em mais de uma coletividade.

¹⁸⁸ A margem de erro quando se trabalha com entrevistas, notadamente com perguntas condutoras, é um fator a ser levado em consideração (Becker, 1997, 124). Do mesmo modo, a eventualidade de o respondente estar adotando um estilo aquiescente, fornecendo as respostas que ele entende como socialmente desejáveis, construindo de si o “retrato oficial” (Becker, 132, 37; Bom Meihy, 2000, 63).

a participação nos movimentos sociais, presumivelmente maior seria o nível de informação/consciência política), leva a questionar sobre a qualidade da informação circulante. Um paralelo poderia ser traçado com o nível de desinformação que as jovens adolescentes alegam quanto aos métodos contraceptivos¹⁸⁹. Embora a informação esteja freqüentemente circulando nos meios de comunicação e através de cartazes afixados em locais públicos diversos, ela não consegue atingir suas finalidades.

Essa baixa qualidade informativa das mensagens circulantes faz aumentar a margem de ação para manobras políticas por parte de seus opositores, que ganham com a disseminação de informações deturpadas. O próprio relatório destaca a relevância que esses dados devam significar em termos de preocupação para os movimentos GLBTs (Carrara e Ramos, 2004, 72).

3.5.3 *Conjugalidade*

O único vivendo uma relação estável, esse tema emerge com naturalidade na narrativa de Álvaro, a partir das discussões sobre o tema do reconhecimento jurídico das relações de conjugalidade entre “homossexuais”.

Álvaro diz que, no seu entendimento, o tema dos efeitos patrimoniais da relação homoafetiva ainda é difícil de ser abordado pelos parceiros no interior da relação. Tendo presenciado situações dramáticas, em que companheiros se viram expropriados de tudo o quanto foi constituído ao longo de anos de vida em comum, no momento do óbito, por parte dos consangüíneos do parceiro falecido, conhece talvez mais profundamente as implicações que uma atitude não-preventiva por parte dos parceiros pode acarretar. No entanto, também relata exemplo de parceria entre mulheres, suas amigas, que enfrentaram o tema e equacionaram juridicamente a situação de ambas. Ao resguardarem os direitos de cada uma, terminam por proverem a relação de um maior grau de estabilidade, neutralizando inseguranças e ansiedades comumente vivenciadas pela maioria.

Embora tenha declarado preferir a não-explicitação da diferença de orientação afetivo-sexual perante a família de origem, entendendo que “está bem assim”, Álvaro reconhece os seus efeitos perversos.

¹⁸⁹ A esse respeito, há um interessante documentário, intitulado *Meninas*, de Sandra Werneck, 2006.

Ele tem consciência de que se de repente o seu companheiro há dezesseis anos tiver de ser hospitalizado, “vai ser terrível”, pois será sua família consanguínea quem tomará todas as iniciativas, não lhe sendo reconhecida qualquer legitimidade para dialogar com os profissionais da área médica, inteirar-se de seu quadro clínico e das alternativas de procedimentos. Diz que se sentiria “péssimo”, mesmo que comparativamente a seus amigos disponha de certas facilidades, em razão de ser ele próprio profissional da área de saúde. Sabe perfeitamente que a primeira pergunta que vão lhe fazer é “o que você é dele?”:

Se acontecer de ele ficar doente por algum motivo, eu não vou poder fazer nada! Assim, decidir alguma coisa... Só vou saber... procurar saber o que está acontecendo, o que é que foi, que remédio está tomando, por que... [Mas é] O amigo que está preocupado, porque trabalha na área de saúde. Só!

Ele se recorda de ter vivido situação parecida, quando se dirigiu ao hospital, a fim de inteirar-se da situação clínica de um grande amigo seu, de longa data, internado no Centro de Terapia Intensiva (CTI):

Tive que mentir [para conseguir obter as informações sobre o seu real estado de saúde]. Aí ela [a médica] foi explicar – muito rápido, sucinto... ‘- Sabe como é que é, tenho muitos pacientes ainda pra atender...’ E saiu correndo e fechou a porta... Sabe, aquilo deixa você assim... Me senti, assim, pequenininho...

Não consegue, porém, perceber o nexos de causalidade entre aquela cumplicidade cômoda ao tabu que o tema se reveste junto à família de origem e os desconfortos e crueldades cotidianamente vividos quando algum evento grave irrompe sobre as vidas das pessoas, como enfermidade ou óbito.

Coabitando a mesma casa com o companheiro por dezesseis anos, Álvaro ainda se posiciona como um clandestino:

- Minha mãe vem aqui hoje.
- Ih, caramba! Então eu tenho que ir embora.
- Não, fica aí. Faz de conta que você chegou...

Para reduzir um pouco esses mal-estares, o parceiro estabeleceu com a sua família de origem o pré-requisito da anúnciação antecipada. Entretanto, seja perante os familiares de seu parceiro,

quando esses aparecem de visita no apartamento, seja perante amigos “heterossexuais” ou colegas de trabalho, a longeva união existente entre eles é sempre disfarçada, escondida. A fim de evitar constrangimentos para o parceiro, Álvaro não atende aos telefones, nem utiliza a moradia comum como endereço civil, oficial. Reconhece que é tudo muito constrangedor. Paradoxalmente, no entanto, eles adotam a mesma postura quando se hospedam nos hotéis, nas suas viagens de lazer. Mesmo em situações em que se encontrem em posições vantajosas, o estigma social imposto mostra-se incorporado na auto-imagem de tal modo que lhes deixa impossibilitados de se utilizarem dos recursos de poder que conquistaram e permanecem sentindo-se desarmados (Elias, 2000, 24).

Maiores, economicamente independentes, pagando suas próprias diárias como qualquer outro hóspede, sem a presença de nenhum membro da família de origem ou colegas de trabalho por perto e em cidade onde são completamente desconhecidos, ainda assim trazem impregnadas as marcas da clandestinidade, da estigmatização que condiciona a sua forma de amar. Pedir um apartamento com cama de casal, gesto corriqueiro aos parceiros “heterossexuais” em viagem, eles não conseguem esboçar. E, além de pernoitarem no desconforto de camas de solteiro justapostas, ainda se impõem à tarefa de separá-las pela manhã... Se o hotel não for dirigido para o público gay, “é cama de solteiro mesmo; duas camas de solteiro”. A menos que a recepção diga que só tem cama de casal. “Fora disso...”

Acostumados, como outros de sua geração, ao exíguo espaço que lhes é oferecido, assim foram construindo, organizando suas vidas, sentimentos, desejos e afetos. Sem nada forçar, sem distender fronteiras, foram se amoldando. Sabem que se permitir uma vida tão restritiva às vezes pesa: “Você fica olhando e diz: ‘Pô, o outro pode... Se aceita os outros, por que é que não vai aceitar a gente?’ Mas acho que passou muito tempo e não se falou quando deveria ter sido dito e

aí se perdeu a coragem de se falar e colocar. Porque existe também, tipo assim: ‘Ah, viadinho...’”. Ou seja, diante do conhecimento que têm sobre as idéias preconceituosas de seus amigos, parentes e colegas de trabalho a respeito da “homossexualidade”, preferem manter-se ocultos, como forma de autoproteção, por receio dos custos sociais decorrentes do banimento, da desqualificação.

É constrangedor, você ver quem você é e você não poder colocar, se mostrar. Eu fico vivendo os dois lados, mesmo. No trabalho... Então meus... os amigos que não sabem da minha situação eu tenho que ficar mostrando um lado que não sei se poderia dizer que não é real, mas é... Fico constrangido também de chegar e falar e contar, por causa dessas... dessa... [Pausa] desse... desse... é... tipos de, de... de argumentos que as pessoas colocam, que falam que... ‘Ah, é viadinho, não sei o quê... É gay, é boiola...’ Então é chato você ficar ouvindo este tipo de coisa e não poder se colocar. Às vezes, até a gente se coloca, e diz ‘o que que é isso?’ E a pessoa diz: ‘Pô, você tá defendendo?... Por que é que você tá defendendo? Por que é que você tá falando isso?...’ Fica aquelas piadinhas, aquelas brincadeiras... sem graça! [...] Às vezes, dá vontade de falar [de revelar a própria orientação]. Mas fica assim: – Não, não dá pra falar; não posso falar...

Álvaro comenta sobre o padrão estigmatizador entre vários profissionais da sua área. Uma vez não se conteve quando presenciou um diálogo especialmente discriminatório entre uma enfermeira e um médico, comentando acerca da impropriedade da adoção de crianças por parceiros “homossexuais”. A ênfase do discurso desqualificante foi de tal ordem que ele interveio, refutando os argumentos e expressando o seu estranhamento ante semelhante incômodo por parte daquelas pessoas. Sabia que, com isso, colocava em risco sua própria reputação frente aos colegas de trabalho. Afinal, o simples ato de questionar os argumentos desqualificadores é recebido pelo segmento dominante como comprometedor, contaminado, “poluidor”. Além do mais, defendê-los significa, também, colocar-se no lugar vulnerável de quem rompe com as normas incondicionais de pertença ao grupo – no caso, dos profissionais de saúde (Elias, 2000, 26).

Como os demais colaboradores, Álvaro reconhece que, para ele, é um pouco difícil adotar um posicionamento mais assertivo. Tendo sido formados em um contexto de maior estigmatização, em que o segmento das “homossexualidades” não dispunha do poder relativo que conquistaram no enfrentamento da pandemia da Sida/Aids, o efeito paralisante sobre os de sua geração e origem social é maior: não se sentem à vontade para, por exemplo, expressarem em público um gesto de ternura, por mais singelo que seja, coisa que vêem a geração mais jovem fazer sem maiores constrangimentos (Elias, 2000, 27). Todos são unânimes, porém, em reconhecer que essa foi uma conquista da visibilidade da “homossexualidade”, construída através, principalmente, das “Paradas do Orgulho”.

3.5.4 Entre práticas & gêneros

Na parte temática das entrevistas, não elegi os estilos das práticas sexuais como um dos assuntos a serem indagados aos colaboradores. Optei por deixar aos informantes a prerrogativa de abordar ou não esse aspecto de suas vidas, na medida em que permanece visto como algo muito íntimo e marcado por processos de por envolver estigmatização, ainda muito intensos (Heilborn e Brandão, 1999, 8-9; Viñuales, 2000, 161)¹⁹⁰. Colocado o tema, buscaria então aprofundá-lo. Esta decisão em nada comprometeria os objetivos desta pesquisa, na medida em que estilos de práticas sexuais não integram o foco de análise que escolhi priorizar.

Do conjunto dos colaboradores, aqueles que abordaram o tema foram Marcos e Eleonora, conforme registrado quando de suas apresentações. Álvaro fez uma observação bastante

¹⁹⁰ Viñuales, faz menção ao preconceito que ela constata ainda persistir sobre a (homo)sexualidade feminina: a simples indagação da identidade sexual – quando formulada por alguém que se localize fora do *ambiente* – pode ser recebida como um ato invasivo; até mesmo como fruto de associações com práticas pornográficas. Embora, como ela mesma ressalta, seja perfeitamente possível se falar de sexualidade sem ter que falar de sexo – ou de modos de se praticar o sexo –, é necessário ter em conta, sobretudo, a baixa integralização que determinados aspectos da identidade “homossexual” parece obter. Falar sobre aspectos de suas identidades que permanecem sendo objeto de forte desqualificação social resulta muitas vezes desconfortável ou doloroso. Isso ficou patente para mim em diversos momentos na maioria dos relatos. Penso até que essa densa realidade é capaz de ajudar a compreender a quase nula adesão à proposta dialógica apresentada a todos eles, bem como as reiteradas postergações à solicitação de entrevista complementar formulada à Eleonora. Esta colaboradora se esquivou até mesmo para indicar o local onde desejava que fosse enviada a sua cópia do trabalho, muito embora outorgue à pesquisadora um grau de confiabilidade suficiente para recentemente partilhar com ela seus desencontros amorosos.

interessante, baseada na convivência com suas amigas “lésbicas”. Segundo esse conhecimento, afirma resultar falso supor que, pelo simples fato de ostentar uma apresentação social de gênero “masculino”, necessariamente vai haver a adoção de um papel sexual ativo ou, caso se prefira, “masculino”. Semelhantemente ao que tem sido relatado na bibliografia acerca dos “gays”, Álvaro comenta as muitas vezes em que suas amigas descreviam práticas fora desse amálgama suposto e reconhece ser esta uma realidade presente também entre os “gays”. Eleonora trouxe informações bastante detalhadas sobre tensões existentes quanto aos papéis de gênero entre algumas “lésbicas” de seu convívio.

Ela relata a existência de disputa entre práticas e identidades “lésbicas” em sua rede de relações pessoal (não integrada à do bar). De um lado, as “masculinizadas”, que não permitiam ter os seus corpos tocados pela parceira, de quem exigiam feminilidade e passividade¹⁹¹; de outro, as que, embora eventualmente pudessem apresentar socialmente algum(ns) traço(s) de comportamento associável à masculinidade, no âmbito da relação afetivo-sexual, não assumiam um papel fixo, seja masculino (ativo), seja feminino (passivo).

Eleonora observa que as masculinizadas “se sentiam na pele de homens”, usavam roupa íntima masculina e não admitiam que as namoradas tocassem seu corpo: “[Tinha] Umas que andavam com a gente que parecia[m] um homem, usava[m] até cueca. Coçava[m] o saco sem ter saco [...]”¹⁹². Em sua opinião, as parceiras se submetiam a esse modelo, mesmo não concordando, talvez por medo de perder a companheira de quem gostavam. Diz que “achava ridículo” esse tipo de comportamento e que não compreendia de que maneira elas atingiam o orgasmo. Segundo ela, esse padrão de relacionamento era minoritário, e quando via alguém em sua turma agindo dessa maneira, simplesmente a eliminava: “Eu excluía da minha equipe!”¹⁹³.

¹⁹¹ Portinari desenvolve uma interessante reflexão acerca da dicotomia “ativa x passiva”, que ela expressa através da metáfora da “Bela e a fera” (Portinari, 1989, 51–65). Com muita propriedade, examina o lugar a um tempo abjeto e desejado no qual a “ativa” se inscreve. Embora “a bela [seja] supostamente um objeto de desejo”, encontram-se ambas constituídas no interior da norma que institui o lugar do feminino como o lugar do inferior, desqualificado, daí ser “a fera que encarna a imagem do ideal.” A “lésbica”, como o “homossexual masculino”, encontram-se sempre sob a ameaça da estigmatização que, em nossa cultura, é desferida contra o “passivo sexual”: “A homossexualidade feminina esbarra no tal estigma do passivo sexual e no estigma que pesa sobre a própria feminilidade, problemas com os quais essa homossexualidade teria que se defrontar de qualquer maneira para poder existir no mundo ... problemas com os quais ela (ao menos em parte) existe para se defrontar.” (Portinari, 1989, 56). Sobre relatos em primeira pessoa abordando a mesma questão da identidade de gênero, ver Mott, 1987, 203-206.

¹⁹² Essa mesma referência a um gestual típico de homens, praticado por algumas das “lésbicas” masculinizadas, também é encontrada no relato de Antônia.

¹⁹³ Esse tensionamento entre apresentações sociais de gênero (masculinos x femininos) presente nas subculturas homossexuais encontra-se abundantemente registrado na bibliografia.

A seu ver, “na cama rola tudo; pra mim não tem um homem e uma mulher. Entre quatro paredes é... Uma tem que satisfazer a outra. Não tem esse negócio, ah, você é homem, eu sou a mulher. Não existe isso pra mim” (Eleonora, 30/10/04).

Ainda segundo seu relato, essas “masculinizadas” freqüentemente protagonizavam violentas cenas de ciúme, descambando para agressões físicas. Diz ter presenciado algumas delas serem barradas numa boate de Nova Iguaçu, tamanha a notoriedade das confusões que desencadeavam.

Marcos, de sua parte, relata que na adolescência teve alguns namoros com mulheres, mas todos muito breves: “Não conseguia namorar mais do que um mês. Namorava, largava, namorava, largava.” Não sentia nenhuma vontade de ter relações sexuais com elas:

Até então eu já tinha tido relação com outros homens. Namorava, mas não tinha vontade de transar com elas. Beijava na boca, namorava, ia ao cinema... Dava sorte, porque naquela época o namoro ficava nisso. Só que eu peguei uma garota uma vez que ela queria fazer sexo. E eu não conseguia. Quer dizer, eu não tinha vontade. [...] (Marcos, 16/10/2004, A)

Mesmo transando com homens “sempre”, estranha essa “falta de vontade” e, aos vinte e quatro anos, quando para “ter um relacionamento com uma mulher, pra ver o que é que vai rolar”, se surpreende: “Foi uma relação legal, eu curti, senti prazer. Mas não era tão intensa como com os rapazes.”

Apresentados os aspectos a meu juízo mais relevantes das trajetórias dos personagens, sigamos para o *Cantinho Amigo*.

4 “AI, SE MINHA MÃE DESCOBRE QUE EU TÔ AQUI DENTRO!”¹⁹⁴

4.1 Abrem-se as cortinas...

Na medida em que seus conhecidos “homossexuais” vão sabendo que Antônia agora tem um bar, passam a prestigiá-la. A parede atrás do balcão dava acesso a um espaço utilizado na antiga administração para servir refeições à minuta (*reservado*). Num movimento espontâneo, ela passa a encaminhá-los para essa área. Como resultasse num tratamento diferenciado para uma clientela diferenciada, havia uma certa dissimulação para a entrada, de modo a não comprometer a amiga perante os seus vizinhos (já que a área abrigava muitas residências) e fregueses (que era quem, afinal, garantia a rentabilidade do negócio e a sua sobrevivência). Nada previamente combinado, porém.

Acostumados no manejo da discrição, chegavam com cautela, sem grandes efusividades. Cumprimentavam-na, conversavam um pouco e, depois, pediam a cerveja. Identificado o conhecido, ela já respondia ao pedido com a senha: “Toma, vai beber lá dentro.” E entregava a

¹⁹⁴ O relato de Marcos é estruturado de modo protagonista e pontuando a participação efetiva dos personagens. A narrativa de Álvaro se organiza de modo impessoal, distanciada, sem dar qualquer relevo à sua participação nas atividades (“As pessoas faziam shows” ... “tinha sempre uma performance...”; “uma vez fizeram competição”). São raros os momentos em que se inclui (“...As pessoas estavam lá querendo saber o que íamos inventar” ... “A produção era nossa” ...). Eleonora é econômica e, como Álvaro, cuida de preservar identidades: “[...] tinha um amigo nosso que fazia shows de transformista, ali...”; “Era o bar de uma amiga nossa.”

Antônia, por sua vez, organiza seu fluxo notadamente em torno da primeira pessoa do singular em todos os seus diversos relatos, com algumas inserções da terceira (plural e singular). Frequentemente assume o tom missionário, salvacionista (“eu quis dar um espaço pra eles”; “Eu consegui fazer algumas pessoas ali que frequentavam esse bar serem felizes, como devo ter conseguido fazer outras bem feliz”; ... “Botei aquele lugar só pra eles. Faltava ali um espaço de encontro pra eles. Aí eu fiz. ...Aquele espaço pra que eles pudessem ficar tranquilos, escutando um sonzinho, tomando a cervejinha deles”; “...Quando eu abri o reservado, eu não pensei financeiramente, não. Eu pensei na proteção e no espaço que eles teriam pra eles ficarem ali, quietos, mais à vontade, sem estar[em] sofrendo...”), talvez influência de sua formação católica.

Dentre os contrastes nos modos dos relatos já pontuados, a maneira incorporada que Marcos tem de lidar com palavras que representam tabus para os outros e, de resto, com o aspecto desacreditável de sua identidade é, em minha opinião, um forte indício do papel estratégico que o incentivo à inserção em coletivos de identificação pode representar, em termos de proteção ao processo de estigmatização cotidiano nas diversas esferas da vida (trabalho, escola, vizinhança, família consanguínea).

cerveja, juntamente com a chave para a porta que dava acesso ao *reservado*¹⁹⁵. Esse movimento espontâneo foi se intensificando com a divulgação que cada um ia fazendo. O único espaço onde podiam conversar livremente, terminavam convidando outros, numa propagação em cadeia¹⁹⁶. Com a frequência aumentando, Antônia acredita na viabilidade comercial daquele tipo de atividade. Decide investir. Com as sobras de capital de que dispunha, adquire aparelhagem de som, ar condicionado, discos... Modelo residencial, não tinha problema. Sonha em fazer uma (mini)boate. A alegria dura pouco, porém. Alguns dias depois, quando chega pela manhã para abrir o bar, vê que fora arrombado: as bebidas mais caras, cigarros, a aparelhagem de som, os discos, tudo fora levado embora... Mas ela não se dá por vencida. Torna a insistir na idéia de através daquele espaço constituir uma grande família homossexual.

4.2 Tensão & gargalhadas

Mesmo as situações tensas, passado o susto eram transformadas em fonte de riso. Falando sobre os acontecimentos desagradáveis, pontuando alguns detalhes, gozando uns aos outros, sentiam-se como que irmanados numa reconfortante confraria. Através do humor com que abordavam entre eles os incidentes cheios de tensão que vivenciavam, era como se exorcizassem o perigo, o medo que haviam sentido, passando a desfrutar da sensação benfazeja de poderem contar com um coletivo de identificação e pertencimento.

Para afastar o desânimo depois do primeiro furto que seu estabelecimento fora vítima, Antônia resolveu fazer uma reforma. As narrativas de Álvaro e Marcos têm, como sempre, muito estilo¹⁹⁷. A minha, busca apenas integrar os seus relatos com o de Antônia¹⁹⁸. Que eles me perdoem por não dispor do mesmo talento.

¹⁹⁵ Álvaro, 04/10/2004, lado B, início.

¹⁹⁶ “... Era uma coisa assim que no início era quatro, cinco pessoas; depois que começou a divulgar, eu falei assim: ‘- Gente, eu não sabia que São João de Meriti tinha tanto viado...’ Tinha dia que aquela boate enchia que a gente não acreditava: - Era muita gente!” (Marcos, 16/10/04, A).

¹⁹⁷ Em 2006, tendo lido as comunicações apresentadas sobre o reservado (Rodrigues, 2005; 2005(a); 2005(b)) , Antônia faz referência explícita à forma de narrativa de Marcos: “Era uma coisa tão real; ele descrevia com tantos detalhes; ele foi tão minucioso pra detalhar que eu li a história dele, o pedaço da entrevista dele [e] parecia que eu estava revivendo aqueles momentos ali; vendo, assim, passando um *tape* na minha cabeça; que eu tava vendo aqueles momentos ali... Os detalhes que ele descreveu e a maneira dele, né? Que o Marcos tem uma maneira de colocar as coisas... As coisas ficam muito legais colocadas do jeito que ele coloca. Sempre tem graça nas coisas que ele coloca. Ele pode estar contando uma tragédia que sempre você consegue rir.” (Antônia, 18/03/2006, “A”). Efetivamente o relato de Marcos é vibrante e muito rico em detalhes. Quando recebi as fotografias dos shows no reservado e em São Mateus que Antônia gentilmente me enviou, pude constatar o quanto seu relato fora

Antônia traz para o *reservado* a vitrolinha de sua casa e os LPs de seu acervo pessoal. Como não dispusesse de recursos financeiros para viabilizar uma produção mais esmerada, se socorre com Marcos e Álvaro:

‘- A gente precisa fazer alguma coisa gay aqui dentro. ...Uma decoração meio gay, né?... Tá muito sério! Vamos fazer uma coisa... Vamos botar umas estrelas prateadas na parede...’ - Só que Antônia não tinha muito dinheiro, então tudo que a gente fazia era com material barato.” (Marcos, 16/10/04, A).

Solidários, eles emprestam o seu apoio. No resultado final da intervenção dos amigos, nenhum espelho, pôster ou quadro com motivos eróticos; nenhum *quartinho escuro*: Simples e singelas estrelas de papel laminado enfeitam o forro e a parede. A parte correspondente às quatro portas de aço, formadoras da segunda lateral do ambiente, são recobertas com esteiras... Antônia, no entanto, ainda não se dá por satisfeita: pode melhorar mais um pouquinho o despojamento geral.

Chama um pedreiro: – Eu quero que o senhor dê um liso com vermelhão aqui nesse chão¹⁹⁹. Realizado o serviço, Antônia não vê a hora de reabrir. Marcos pondera: – É melhor deixar para o sábado... O cimento precisa secar bem... Antônia não escuta. Excitada, confirma a reabertura do “clubinho”²⁰⁰ para a sexta mesmo: “Não, vamos estrear hoje; hoje é sexta-feira. Vai entrar dinheiro...’ Tá”²⁰¹, concorda Marcos, resignado.

E a sua vontade foi feita. Convocados os amigos e as amigas e os amigos e amigas dos amigos e das amigas, todos vêm prestigiar o *Cantinbo Amigo*²⁰². A casa enche. Até de Mesquita vem gente... Não há mesa para aquela gente toda, mas eles estão felizes em poder dispor de um território como seu, ainda que constituído no interior do espaço alheio. Dançam, brincam, jogam, bebem e namoram até o correr do primeiro ônibus.

fiel e detalhista: Lá estava o Toca, um negro alto e robusto, a dançar, sorridente, metido em um vestido cor de rosa e envolto na estola que Marcos descrevera.

¹⁹⁸ A memória de Antônia refere o furto e a reforma; não o amanhecer depois da (re)inauguração.

¹⁹⁹ Técnica de produção de piso em alvenaria. Consiste em passar uma camada de argamassa, feita de cimento, areia e corante (no caso, vermelho), com acabamento alisado.

²⁰⁰ Eleonora, 30/10/04, A, in fine; Marcos, 16/10/04, B.

²⁰¹ Marcos, 16/10/04, A.

²⁰² Conforme pude constatar em 2007 através da pesquisa em todos os números do jornalzinho *Boca Negra*, era dessa forma que o *reservado* era referido (Cf. *Boca Negra*, números experimental e de 1 a 5; de maio a setembro de 1982).

Clareando o dia, a música cessa. As luzes são acesas. E é aí que todos caem na gargalhada: – Não tem um que não esteja com as roupas manchadas de vermelhão... O cimento liso não havia curado o suficiente. A movimentação das pessoas dançando, apoiando os pés nas paredes, espalhou o vermelho de seu pigmento nas roupas de festa de todo mundo. Geralmente brancas, para um melhor *efeito* na lâmpada colorida, as manchas se tornavam ainda mais risíveis²⁰³.

É um motivo a mais para brincadeiras e gozações entre eles. Levantada a porta de aço, vão ganhando a calçada, alegres, a rir-se uns dos outros²⁰⁴. Levam para suas casas o vermelho fraterno, ainda que metaforizado através do frescor de um piso rústico e barato. E, assim, espelhados, dotados de um território onde se expressam através dos seus próprios códigos, modos de conduta, de linguagem, humor, gestual e vestimenta, gosto musical e esportivo, são felizes e cúmplices... Mas não foi a única situação de onde tiraram motivo para rir de si mesmos.

De outra feita, a tensão inicial decorrente de uma *batida policial* no *reservado* termina se transformando em pândega. Álvaro, Marcos e Antônia relatam, cada qual a seu modo, mas com muito humor²⁰⁵, o dia em que houve uma. Alguém da vizinhança havia denunciado o bar como local de prostituição. Em torno de duas, três horas da manhã, justo quando se comemorava o aniversário de uma amiga, o bar fechado, a música tocando, a polícia bate na porta de aço. Lá dentro, sem escutar nada, todo mundo conversando, rindo alto e a polícia lá, cada vez batendo mais forte. Até que escutaram.

Alguém vai olhar através das frestas de uma das portas de aço e volta correndo: “– É a polícia! É a polícia!” Pânico geral! Como num passe de mágica, todos se lembram das mães, dos vizinhos, do emprego: “– Ai, se minha mãe descobre que eu estou aqui?”. O pavor que a polícia desperta, o medo de serem humilhados, extorquidos, agredidos, levados sabe-se lá para quais tenebrosos divertimentos²⁰⁶, detidos...

²⁰³ O número experimental do *Boca Negra* (1ª semana de maio de 1982) noticia em sua página única a ampliação (reinauguração) do espaço como tendo ocorrido em 30/04/1982, “com mais um maravilhoso show.” A seção de fofocas faz menção ao incidente com o piso: “Na noite de inauguração do novo “Cantinho”, bem no meio do show, o vermelhão do piso se desmanchou todo, estragando o “Traje de Gala” de muita gente por lá. De madrugada o pessoal siu com calças e sapatos completamente manchados de vermelho.”

²⁰⁴ Marcos, 16/10/04, A.

²⁰⁵ Com exceção de Antônia que apenas recuperou o lado de humor e festa que havia no interior do reservado a partir da leitura dos relatos de Marcos e Álvaro. O que não deixa de ser curioso, porque as fotografias documentando a alegria dos shows estavam guardadas com ela.

²⁰⁶ Até início dos anos oitenta do século passado era comum policiais realizarem “caçadas” aos travestis e outros “efeminados”. Levados para as delegacias, portadores do mesmo gênero, seus corpos eram apropriados e utilizados como os das mulheres durante as guerras. Violências sexuais, humilhações, trabalhos forçados, sevícias diversas... (Mott e Assunção, 1981; Silva, 1993; Benedetti, 2005. Sobre violência policial praticada contra

Enquanto Antônia se dirige para ir ter com os policiais, no *reservado* é um tal de “esconde daqui, esconde dali... Esconde o salto alto, o brilho, o não sei o quê... Um [corre e] senta com outra pra poder disfarçar...” Antônia, porém, já se encontrava vestida para o número que ia apresentar em homenagem à amiga²⁰⁷. Não dava tempo de se trocar. Teve que ir atender os policiais do jeito que estava, “com uma roupa toda de tiras...”. Por sorte, “não deu em nada. [A polícia] apenas pediu pra abaixar o volume da música. O policial era conhecido.” (Álvaro). Foi apenas (mais um) susto. Depois que os policiais foram embora, todos caem na gargalhada, fazendo troça com Antônia, pelo jeito que ela foi atender os policiais – toda decidida, porém sensualíssima, coberta de tiras...

Nesses momentos o sentimento de frátria torna-se mais consistente. Através daquele diminuto espaço experimentam o sentimento de pertencer a uma coletividade. Vivem no plural o conjunto dos acontecimentos – os mais singelos ou tensos, não importa. Sabem-se através e principalmente com o outro. E, juntos, sabem dar boas risadas de tudo.

4.3 “O ambiente exige respeito”²⁰⁸

Depois de uma certa hora, dez, onze horas mais ou menos²⁰⁹, a atividade externa do bar era encerrada, ficando apenas uma das portas um pouco aberta, para a entrada dos retardatários. Era quando o número de freqüentadores atingia o máximo. Fechado o bar, seus “clientes preferenciais”²¹⁰ passavam a ter acesso também ao espaço do botequim, agora inteiramente para eles e elas.

No espaço do *reservado* podiam tomar suas cervejinhas calmamente, nas mesinhas ou mesmo em pé, ouvir música, dançar e namorar. Na parte do botequim têm para si, além de mais uma mesa com cadeiras, uma sinuquinha de ficha, a fazer o deleite das meninas. Ambiente mais silencioso e iluminado e sem a fumaça dos cigarros, ficavam naquela parte quando queriam um espaço mais

“lésbicas”, ver o caso Rosana Lage Liger e Marli José da Silva Barbosa. Ainda sobre o corpo feminino como lugar privilegiado de violência, ver: Soihet, 2002, 269-289; Saffioti, 2004, 47-53, 62-68, 69-94; Nahoum-Grappe, 2004, 15-34).

²⁰⁷ O jornalzinho faz menção à comemoração de aniversário de uma freqüentadora e amiga da proprietária, noticiando o show que esta apresenta (performance sobre a música *Na hora da Raiva*, gravação de Wanderléa) e seus incidentes (jogos de sedução e cenas de ciúme envolvendo aniversariante, proprietária e sua companheira). Nenhuma referência faz sobre a batida policial. Cf. *Boca Negra*, nº 2, 3ª semana de 1982.

²⁰⁸ Verso do samba Estatuto da Gafieira, de Billy Blanco (1954).

²⁰⁹ O *Boca Negra* traz em seu número experimental um anúncio do Cantinho Amigo informando que “promove shows às sextas-feiras, a partir das 22 horas”.

²¹⁰ Antônia, 2003 (19/04/03), 3ª fita, B, in fine.

ameno, mais apropriado para conhecer as pessoas, conversar, podendo ainda arriscar umas tacadas e, quem sabe, impressionar alguma paquera.

Nos momentos de “pico”, o reforço nas funções de discotecário/a, garçom/nete, dublador/a, e até mesmo pacificador/a de ânimos, era garantido pela atuação dos amigos mais próximos, que se revezavam nas tarefas. Essa posição de colaborador/a informal, no coletivo dos freqüentadores, terminava por se constituir em fator de prestígio junto à proprietária, sendo devidamente capitalizado. Seja perante os demais – no jogo da sedução ou da distinção recíproca –, seja na fruição de alguns favores, como, por exemplo, ter franquias na cerveja e nos tira-gostos, poder consumir e pagar depois. Os que pertenciam àquele círculo de maior proximidade dispunham ainda da prerrogativa de poderem dormir em sua casa, passando às vezes todo o fim de semana.

Morando na casa de suas respectivas famílias, sem automóvel ou grandes aportes econômicos para custeio semanal de motel, esse tipo de vantagem tinha grande significado, mais ainda se considerarmos a prática comum nos motéis e hotéis de cobrar diária dupla quando se tratasse de parceiros do mesmo sexo²¹¹.

Representando no imaginário das freqüentadoras a figura de uma mulher decidida e autosuficiente, Antônia terminava se constituindo no mais disputado objeto de desejo, à revelia dos zelos e crises de sua companheira²¹². Os jogos de sedução se desenrolavam diante de sua presença e os lances mais pitorescos (fossem de violência explícita ou de comédia) eram descritos anonimamente, de maneira gozadora, às vezes cifrada, às vezes direta, e depositados em uma espécie de urna coletora, como colaboração para o *jornalzinho*. Na semana seguinte todos e todas poderiam ficar sabendo “de quem ficou com quem, quem pegou quem...” (Álvaro), ou rememorar com humor as crises de ciúmes e seus desdobramentos...²¹³ Um motivo a mais para se divertirem e produzirem assunto comum para sustentar e estreitar o elo entre eles (Simmel, 1983, 172).

Como a notícia da existência do *reservado* fosse se espalhando e cada amigo trouxesse outro, Antônia, Álvaro e Marcos, preocupados com a segurança comum, decidem criar uma carteira para os usuários, copiando prática adotada na boate *Gaiota*, na Barra da Tijuca.

²¹¹ A generalidade dessa e de outras práticas discriminatórias realizadas por muitos estabelecimentos empresariais (hotéis, motéis, bares, boates, danceterias, restaurantes) motivou os movimentos GLBTs a lutar em todo o país pela aprovação de leis administrativas na esfera municipal e estadual penalizando esse tratamento restritivo. Esses instrumentos legislativos são comumente referidos por integrantes do segmento como “lei rosa”.

²¹² Cf. *Boca Negra*.

²¹³ Cf. também o *Boca Negra*, nº 2, 3ª semana de maio de 1982, p. 5, “coluna das tias”.

Como em um clube, os freqüentadores seriam aceitos mediante a apresentação de algum conhecido que ficava um pouco como “responsável” pelo novato. Este deveria providenciar uma fotografia para a carteirinha para poder garantir o seu acesso na próxima visita. A idéia era evitar a entrada de desconhecidos que pudessem trazer problemas para eles. Imaginavam assim garantir a segurança de todos, mais expostos na medida em que a maioria morava na mesma região com os familiares consanguíneos. Mas não teve vida longa: a grande flutuação que se passou a observar entre os visitantes tornou inviável o seu uso²¹⁴.

Álvaro ficou encarregado de sua elaboração. Marcos recorda os detalhes:

Era muito engraçada a carteira. Eu não lembro mais, eu perdi [a minha]... Era uma carteirinha que o Álvaro criou; tinha uma rosa desenhada, com [a inscrição] ‘não sei o quê Cor de Rosa’. Era uma carteirinha que a gente... Tinha um retratinho... Só entrava nesse bar quem tinha essa carteirinha. Era uma coisa de associado mesmo. Uma panelinha dos gays. Quem era viado entrava com aquela carteirinha.[...]” (Marcos, 16/10/04, B)²¹⁵.

Da parte de seus “clientes preferenciais” Antônia conta que jamais teve problemas. Durante as tardes dos finais de semana o espaço ficava disponível para uma cerveja, um bate-papo com musiquinha de fundo. Não era difícil sua filha encontrar alguns desses freqüentadores. Sempre foi tratada por eles com o respeito que toda criança merece, sem nenhum inconveniente, apesar de, anos depois, a fantasiosa imaginação de seu ex-marido pretender inculcar noções preconceituosas na filha já adolescente²¹⁶.

No entanto, por conta de todo o imaginário que associava automaticamente homossexualidade com uso de drogas ilícitas, violência, desregramento moral, pedofilia, e outras tantas perversões sexuais e ainda devido às peculiaridades do próprio entorno – marcadamente residencial –, algumas regras devem ser observadas com todo rigor por quem deseje freqüentar o *Cantinho Amigo*.

²¹⁴ “Tinha dia, sexta-feira, aquela boate enchia que a gente não acreditava. Era muita gente! Muita gente...” (Marcos, 16/10/04, A).

²¹⁵ Nenhum dos colaboradores preservou alguma dessas carteirinhas.

Dentre os contrastes nos modos dos relatos já pontuados, a maneira incorporada que Marcos tem de lidar com as palavras tabus e, de resto, com o aspecto desacreditável de sua identidade é, em minha opinião, um forte indício do papel estratégico que o incentivo à inserção em coletivos de identificação pode representar, em termos de proteção ao processo de estigmatização cotidiano nas diversas esferas da vida (trabalho, escola, vizinhança, família consanguínea).

²¹⁶ Segundo Antônia, ambas tiveram oportunidade de conversar a respeito. Esse aspecto de sua vida foi integrado no relacionamento de ambas de maneira tranqüila, havendo estreita amizade entre as duas. Hoje, ela própria mãe de duas meninas, vem com freqüência visitar Antônia. Outras vezes vêm apenas as netas, a filha impedida devido aos seus encargos profissionais. Na primeira série de entrevistas (2003), transcorrida durante um feriado prolongado, as netas estavam passando o feriado na casa da avó.

Em razão disso, visando preservar a segurança geral de todos e todas, da proprietária e de seu estabelecimento, não é permitido no interior do *reservado* o porte, uso e guarda de armas (brancas ou de fogo), nem de substâncias entorpecentes²¹⁷. Também não são tolerados gestos mais *calorosos*, mais sensuais entre os/as presentes. Eventuais inobservâncias são delicada mais firmemente dissuadidas.

Antônia relata que apenas uma, de todos os freqüentadores, lhe criava problemas. Presença eventual chegara por intermédio de terceiras que nem sabe exatamente quem. Quando aparecia, no entanto, era motivo de apreensão. Chegara a receber, à sua revelia, o codinome de Carabina, em razão de seu temperamento explosivo. Revidava qualquer manifestação de hostilidade ao estilo masculinizado seu ou de qualquer outra. Era costumeiro os rapazes da rua, amontoados na calçada, ocuparem a falta de opções de lazer com a contemplação fóbica dos clientes do *reservado*. Às vezes riam, faziam comentários. As suas próprias presenças ali reunidas produzia uma certa intimidação. Diante de qualquer comentário ridicularizante, Carabina reagia. Não deixava sem resposta. Como se não lhe bastasse *o braço forte, a mão amiga*, tinha ainda o hábito de fumar *umzinho*... Por mais que fosse advertida quanto à sua impropriedade – expor a todos e o próprio estabelecimento a graves e desnecessários riscos de virem a ser incomodados com a visita da polícia –, a moça não se conformava. Vez por outra, denunciada através da fumaça, Antônia ia até o banheiro conferir e não dava outra. – Terminava convidando a moça a se retirar²¹⁸.

4.4 Recriando frátrias

Precisava de uma tribo de iguais.
Tribalizei-me.
Daniel, 1984, 163-164.
Isso porque existem condições
históricas para a sua produção.
Não seria apenas por um ato de vontade.
Birman, 2000, 187.

²¹⁷ “[...] A gente estava sujeita a batidas policiais a toda hora... Imagina como é que seria... Um prato feito... [...] Antônia, 3ª fita (19/04/2003), B, final.

²¹⁸ É interessante constatar a forma de recepção do uso de drogas – na época, a maconha – no universo pesquisado. O seu uso é visto como muito ameaçador e perigoso, devendo ser completamente evitado. Nesse contexto verifica-se uma automática vinculação do uso com a delinquência. O jovem ou adolescente que fica conhecido como usuário, ainda que decorrente de simples curiosidade, passa a ser visto como marginal, um “criminoso”. Presença ameaçadora, por suas possibilidades sempre muito reais de vir a “ter problemas com a polícia”, torna-se uma pessoa a ser evitada.

O contexto de escassos recursos e poucas opções e mesmo essas poucas, remotas, contribuía para tornar o *reservado* um ponto de encontro. Privilegiada referência, principalmente entre as mulheres, era comum marcarem com as namoradas lá dentro, evitando-se desse modo as desnecessárias exposições públicas.

O espaço diminuto tornava mais próximos os contatos entre os freqüentadores mais assíduos. Sendo reduzido o número global de participantes, logo se formou uma rede de conhecimentos recíprocos, organizada horizontalmente em torno de Antônia, carismática e líder.

O partilhamento de experiências comuns fazia surgir entre eles ações de empatia e solidariedade, ainda que pontuais, descontínuas. Cobrir as despesas uns dos outros, manter o espaço em funcionamento até que o primeiro ônibus começasse a circular, ainda que sem faturamento que o justificasse, acompanhar alguns até a condução, abrigar em sua própria casa algum/a amigo/a que estivesse atravessando uma situação pessoal especialmente delicada, eram as materializações mais comuns do sentido de cuidado um com o outro. A própria Antônia foi objeto desse cuidado ao ser acolhida, juntamente com a sua filha, na casa de uma dupla de freqüentadoras²¹⁹, por ocasião do agitado processo de separação que protagonizou, por conta do agressivo inconformismo de sua antiga companheira e sócia do estabelecimento.

Naquele “clubinho”, informal e diminuto, se reuniam brancos/as e negros/as, mestiços mais e menos *pintosos/as*, pai de santo, auxiliares de escritório, de enfermagem, estudantes, vendedoras, camelôs, desempregados/as, datilógrafas, compositores, sambistas, atores, autores teatrais e *filhinhas de papai*²²⁰. E, se reunindo, desfrutavam em comum o viver, com o que há de alegria e festa, de desejo e jogo, mas também de riscos e discriminações.

Conscientes da clandestinidade de seus desejos, não costumavam falar muito sobre isso. Mas mesmo que pouco cuidassem de abordar sobre suas questões familiares e profissionais – cenários privilegiados nas distintas formas de negociação do segredo organizador de suas práticas, era a partir desse se saber no outro que a integração se processava.

Esses laços, construídos na constância das idas ao *Cantinho Amigo*, eram mais ou menos solicitados em termos de apoio recíproco na conformidade de como se dava a organização dos vínculos com a

²¹⁹ Lurdes e sua namorada, igualmente chamada Antônia.

²²⁰ Essa era a representação que alguns/mas integrantes da rede possuíam da situação econômica de Carabina, a freqüentadora que mais criava situações de tensão no interior do *reservado*. Embora residisse na localidade e sua família não fosse dotada de boa situação financeira, não trabalhava e ostentava padrão econômico capaz de fazer supor tivesse situação privilegiada, comparativamente com a maioria dos freqüentadores. Segundo consta, advinha de sua companheira na época o aporte que exibia (Informações prestadas por telefone por Eleonora, em 15/10/06).

família consanguínea. Estes, por sua vez, expressavam os modos dessa parentela lidar com a diferença que os marcava no interior da normatividade heterossexista (Viñuales, 2000, 157). No âmbito da rede, a sedimentação do sentimento de pertença e integração se realizava por meio dos acontecimentos ali desenrolados: comemorações de aniversários, partidas de futebol, shows de dublagens, fofoca²²¹.

Através de seus contatos com as amigas “lésbicas” da adolescência e de outras que ficara conhecendo no botequim, antes de abrir o reservado, Antônia organiza primeiro uma partida, depois um campeonato de futebol feminino que dura, segundo ela, um mês inteiro, sempre nos domingos. Na partida decisiva, alugam duas kombis e outras tantas seguem de carro para um campo localizado na Penha, subúrbio da área da Leopoldina. Antônia termina escalada para agarrar no gol, em substituição à titular que não compareceu (“Levei muita bolada no pé...”). Terminada a partida, todas e todos rumam em caravana para o bar, para comemorar com um churrasco. Segundo o relato de Antônia, veio tanta gente que muitas e muitos ficaram na calçada. Mesmo diante da presença de muitas meninas “masculinizadas”, nesse dia não houve nenhuma manifestação de violência por parte dos moradores das proximidades²²².

Depois da aventura do futebol as presenças no reservado vão se ampliando. Antônia, Álvaro e Marcos têm a idéia de organizar apresentações de dublagens, seguindo os mesmos modelos das que eram realizadas nas boates do Centro e Zona Sul do Rio de Janeiro, devidamente adaptadas à realidade local²²³. A cada final de semana os rapazes planejavam alguma coisa diferente para

²²¹Em 2007, acessando os números do jornalzinho, pude comprovar a relevância integradora da fofoca entre os frequentadores. Há números que exibem duas colunas com esse conteúdo. Para uma discussão a respeito dessa função social da fofoca, remeto a Viñuales, 2000 e Silva, 2005.

²²² Antônia, 2003 (fita 3, lado B, fita 4, lado A); 2005 (17/10/2005, A).

²²³ “Os shows não eram feitos por profissionais, eram feitos por nós. Toca fazia, eu fazia, às vezes o Álvaro fazia, às vezes era um colega que fazia... O Mauro Julião... Sempre tinha dois, três shows por noite feitos por nós. Na realidade a gente queria copiar as grandes boates do Rio de Janeiro, mas não tinha como, né? A gente não tinha verba pra isso e não tinha estrutura moral e apoio nenhum pra isso”.

“Tinha gente que não tinha dinheiro pra ir pra Cidade, entende? Então a gente tava trazendo pra eles o que a gente via lá fora [nos outros espaços, na Zona Sul e Centro do Rio]. E eles, aquelas bichinhas novatas que estavam começando ali, adoravam aquilo! Se não fosse a repressão do povo lá de fora, com aquela ‘tacação de pedra’, aquela brigalhada, aquilo ia continuar!” Marcos, 16 e 17/10/04 em Juiz de Fora, MG.

No contexto da época, as referências “viado” “bicha” eram usuais e íntimas, quando partindo de integrantes do segmento.” Marcos faz confusão nesse trecho de sua memória. A cena de “tacação de pedras” ocorreu em um outro espaço, em um clube em São Mateus, onde foram realizar um show. Ver adiante, a seção “Se espraçando...”

O jornalzinho *Boca Negra* registra as identidades auto-atribuídas entre os frequentadores: “bichas”, “sapatão” e “entendidas” – com o que parece se confirmar os dados apresentados pela Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004, de que a categoria “entendido” é mais utilizada por mulheres do que pelos homens (Carrara e Ramos, 2005, 36–37). Nenhuma referência aos termos “gay”, “lésbica” ou “homossexual” foi encontrada. O termo gay apenas aparece

mostrar²²⁴. Os shows começavam em torno de meia-noite e meia, uma hora e terminava mais ou menos às três horas da manhã²²⁵. Eles próprios faziam a produção e as apresentações. Chegaram a organizar concurso, com disputas de troféus e medalhas, mediante o voto dos presentes. Mas tudo muito amador, unicamente para divertimento recíproco: “De repente o disco engasgava. Tinha que ficar lá [aguardando] até o outro correr e trocar a agulha...”²²⁶

Saber que no final de semana poderiam exhibir-se a si e às suas habilidades pessoais sem outras vias de expressão mobilizava as semanas de todos, tornando-as povoadas de expectativa. Se nos dias que antecediam as exposições, uns ficavam envolvidos com a escolha da música que apresentariam e dos elementos a utilizar na composição do(s) personagem(ns), garimpando pelos brechós, empolgados, à procura de roupas, sapatos, perucas, tudo enfim que pudessem misturar à criatividade própria na elaboração de seus números²²⁷, outros passavam os dias, curiosos, imaginando qual seria a “invenção” que seria apresentada.

Aqueles que se freqüentavam durante os dias úteis tinham a possibilidade de fazer os acontecimentos ali vividos se alongarem por meio das conversas e das fofocas que entreteciam. Vários ainda seriam os que se ocupariam de anotar algumas delas para colocar na caixinha dos redatores do jornalzinho que circulava entre eles. Atualizando e repercutindo uns com os outros todas as ocorrências das noites dos fins de semana²²⁸, ampliavam os acontecimentos vividos, fazendo com que preenchesse suas semanas até que viessem outra vez as noites em que estariam de novo juntos, podendo conferir os desdobramentos dos variados enredos em curso. Isso terminava

como nome de um personagem televisivo de Chico Anísio – o *Capitão Gay* –, apelidando uma das freqüentadoras. Entre os termos utilizados também foi encontrado o registro de “vassoura”, como significante para paquerador; pessoa que se empenhava em diversos jogos de sedução no interior do espaço; e “picadinho”, para referir o/a parceiro/a na unidade sociológica do “caso”.

²²⁴ “Naquela época [sempre] tinha um viado fazendo Wanderléa, Gal Costa, Maria Bethânia, essas coisas... Então a gente tentava copiar isso. Tentava fazer a Maria Bethânia, fazer a Gal Costa... Também o Ney Matogrosso era um que a gente fazia muito. Até a Antônia fazia. Zezé Mota, o Toca fazia toda noite. A gente já não agüentava mais: – Ô Toca, muda esse negócio que eu não agüento ver mais Zezé Mota na minha frente! – O Toca dessa largura [faz a distância com as mãos], com a estola de bicha no ombro! Eu falei: – Nunca vi Zezé Mota tão alta assim na minha vida... E ele fazia a Zezé Mota! E o povo adorava! O povo nosso.”

A pesquisa no Boca Negra confirma tais informações.

²²⁵ Antônia, 2005 (17/10/05, A). Conforme já registrado, o número experimental do jornalzinho anuncia a realização dos shows a partir das 22 horas das sextas-feiras.

²²⁶ Álvaro, 04/10/04.

²²⁷ E saía todo mundo pra comprar roupas, pra comprar sapatos, comprar as maquiagens, os negócios todos... [...] nesses brechós, correndo [pra] comprar os sapatos... Um número menor do que o próprio... Era muito engraçado... Cada um arrumava um pouco dali, um pouco daqui, escolhia lá um disco e uma música e fazia a interpretação. [...] (Álvaro, 04/10/2004, fita 1, B).

²²⁸ “Tinha um jornalzinho que a gente passava informações e tal... O que aconteceu, quem pegou quem; quem acabou e tal... Também tinha [uma seção anunciando]: No próximo final de semana... Aí tinha as informações do que ia acontecer.” (Álvaro, 04/10/04).

organizando seus dias. Estes passavam a se estruturar em termos das freqüências ao reservado. Os vínculos que iam sedimentando entre eles, horizontais e próximos, fazia com que se sentissem integrados, pertencendo, significando...

O fato de terem conseguido desenvolver entre si esse sentimento de “comunidade” não significa que no seu interior não surgissem tensionamentos. Embora os relatos dos colaboradores não tenham mencionado esse aspecto da relação entre os freqüentadores, dedicando-se a destacar exclusivamente os aspectos amistosos e fraternos, alguns desses conflitos podem ser percebidos através das colunas de fofoca no jornalzinho *Boca Negra*. Além das já mencionadas cenas de ciúme, dois outros incidentes são noticiados, sempre de forma anônima, algo cifrado, através das notas escritas pelos freqüentadores. Um aborda o desagrado da proprietária com a extrapolação no grau de liberdade concedido a um dos integrantes da rede que, sem comunicação ou solicitação prévia, marcou a reunião com o seu grupo de teatro no interior do reservado. O outro, constante do mesmo número do jornal, denuncia um determinado freqüentador (sem nomeá-lo) de lançar mão da revelação do segredo sobre a homossexualidade de seu (ex?) namorado como instrumento de vingança. O texto, além de tornar pública a infração de uma regra vital a todos, faz questão de promover sua antagonização frente ao coletivo: “Cuidado com ele, pessoal, pois se a moda pega, muitas cabeças vão rolar. Cada qual que se cuide!” (*Boca Negra*, nº 2, 3ª semana de maio de 1982, p. 5).

4.5 Um território em eterna disputa

Se alguns dos “clientes preferenciais” adotavam um estilo mais discreto, havia também aqueles e aquelas mais visíveis (ou *pintosos/as*). Essa visibilidade fazia mais intensa a animosidade tradicionalmente verificada por parte principalmente dos moradores do entorno. No entanto, essa agressividade contra os “homossexuais” era mais intensamente desferida por parte de um grupo de jovens que se divertiam pelas noites e madrugadas a provocar as pessoas, a fim ou de obter bebida de graça, ou aquecer os músculos e liberar a adrenalina...

Incrustado no interior do botequim e funcionando de forma concomitante com este por um determinado período de tempo, o *reservado* se constitui em um território em perene disputa. Ao por

em contato dois segmentos sociais antagonizados pela normatividade heterossexista, instaura-se um clima constantemente tensionado²²⁹. A um só tempo são vistos como inferiores e privilegiados.

São vistos pelos fregueses “heterossexuais” como seres abjetos, devido às infrações às normas de gênero e de orientação sexual, mas também como incompreensivelmente privilegiados, por disporem de espaço privativo cujo acesso lhes é vedado. Essa interdição produzia uma tensão constante e de difícil administração²³⁰.

Os dois espaços eram disputados intensamente. Da calçada surgiam manifestações de animosidade. Antônia evitava o confronto, mas não se intimidava²³¹. Marcos também faz referências a esse clima constantemente tensionado. Atribui à curiosidade dos fregueses do botequim o acirramento dos ânimos. Segundo seu relato, somente a partir do dia em que Antônia resolveu verbalizar aquilo que já imaginavam é que eles, provocados em suas virilidades, deixaram de insistir em querer entrar no *reservado*.

Na memória de Antônia, “o maior preconceito deles era contra as mulheres, as mulheres lésbicas” (3ª, 19/04/03, B). Ela supõe que essa agressividade maior talvez decorresse de verem as “lésbicas” enquanto concorrentes no mercado sexual²³². Afirma que não era raro ouvir expressões de desejo de violações sexuais contra elas, pelo fato exclusivo de infringirem as normas fixadas tanto para o sexo quanto para o gênero. Na sua memória, tinha dias em que ela se sentia “dentro de um paiol a qualquer momento podendo explodir”.

Pelo que se depreende dos relatos de Antônia e Marcos, as mais intensas manifestações de hostilidade eram provocadas por um grupo de jovens moradores no próprio local, na mesma rua do

²²⁹ “Pra entrar, a gente precisava comprar briga com os caras que queriam entrar pra sacanear, pra zoar quem estava lá dentro. Isso tudo amedrontava a gente. Era um clima tenso o tempo todo. Era uma verdadeira luta que a gente fazia. Toda noite, nos finais de semana, era uma batalha pra vencer por aquele espaço. Toda noite tinha um grupo de três, quatro querendo ir lá dentro pra zoar, pra quebrar. E a Antônia não deixava. Às vezes [eles] forçavam a barra. Teve ocasião da gente parar o show pra evitar que as pessoas entrassem forçadamente. Era uma barra de repressão mesmo.” (Marcos, 16/10/04).

²³⁰ “Foi muito difícil manter aquele bar. Até hoje você ainda sofre preconceito, imagina naquela época como é que era.” (Marcos, 16/10/04)

²³¹ “Eu via determinadas coisas, mas eles [es]tavam fora, na calçada, lá do outro lado da rua. Eu tô vendo que eles estão fazendo comentários... Então eu evitava. Agora, se eles passassem ali pra dentro, pra agredir alguém, era aonde eu impedia totalmente. “... [Eu] falava: - Se bater, vai levar.” Antônia, fita 4 (19/04/2003), A.

²³² Há uma discussão antiga que remonta ao surgimento do Movimento Homossexual, sobre quem seria mais atingido pela intolerância homofóbica – se os homens ou as mulheres “homossexuais”. Meu entendimento ainda é de que são formas distintas de infração à normatividade prescrita para sexo e gênero e, por conseguinte são recepcionadas de modos distintos conforme os espaços e atores aí encontráveis, daí não ser possível examiná-las de modo generalizado (Colaço, 1984). Há que se ter em conta todas as variáveis presentes em cada figuração específica. A esse respeito, remeto ao capítulo 2, onde abordo a produção do descrédito social a partir da diferença.

estabelecimento. Os demais, fregueses comuns do botequim, principalmente quando alcoolizados, manifestaram inicialmente o desejo de entrar, para saber o que acontecia ali que lhes impedia o acesso. Não gostavam de se sentir excluídos. Na medida em que Antônia verbalizou aquilo que já era da ordem do deduzido e fantasiado, a excitação inicial em conhecer o seu interior decaiu.²³³

Com o encerramento das atividades do exclusivo, passaram a dirigir sua agressividade contra os fregueses do próprio botequim e também contra o bar, dando seguimento aos furtos que desde quando adquiriu o estabelecimento eram praticados em seu interior. A perda da confiança na polícia, motivada pela inépcia e desvios reiteradamente demonstrados, aliada ao fato de que o pai de um dos jovens era tido como alcagüete e amigo de vários policiais, terminaram por fazê-la desistir da idéia de apresentar qualquer queixa contra eles. Como não contasse com nenhum *segurança* (figura incomum naquela época) sentia-se vulnerável e impotente para fazer frente àquele tipo de situação.

Talvez preocupados em não passar uma imagem negativa de um espaço que foi tão significativo, talvez produto da seletividade natural na elaboração da memória, os demais colaboradores se mostraram reticentes quanto às manifestações de violência. Ou não presenciaram nenhuma ou não se recordam. Os únicos que explicitam tais tensionamentos são Marcos e a própria Antônia.

Para ela a violência foi uma experiência tão continuada que na entrevista de 2003, ocupa mais da metade de sua narrativa. Ela ainda retorna ao tema em todas as entrevistas posteriores, inclusive na de fechamento, em março de 2006. É preciso ressaltar, no entanto, que muito dessa violência foi vivenciada após o encerramento do *reservado*. Depois da extinção do exclusivo, Antônia permaneceu com o bar muitos anos ainda; até 1987, aproximadamente. No período final de sua gestão à frente do botequim é que surgiu a possibilidade da aliança com o jogo de bicho. Foi

²³³ “Tinha uns caras, uns cachaceiros da vida, da noite, que às vezes queriam entrar lá dentro pra saber o que é que tinha. E a gente não deixava. Eles ficavam loucos. [Inaudível] Eles querendo entrar e a Antônia não deixava. [...] Teve um dia em que ela falou: ‘- Aqui não pode. Aqui é bar de viado. Vocês querem entrar aqui? Aqui é bar de viado. [Inaudível] Ah, vocês querem entrar? É bar de viado. Não tem mulher aqui, não; só tem viado.’ Aí as pessoas começaram a falar: - Pô não vai entrar aí não, só tem viado, que é isso?!, pá, pá... Um colega começou a sacanear o outro: ‘- Ô, vi você lá naquele bar, hein?, só tem viado...’ Aí eles pararam de ir... Foi quando eles pararam de ir, pararam de perturbar a gente. A gente ficou mais à vontade. Ficou mais o nosso grupo mesmo. ... Mas foi um susto para São João de Meriti naquela época., um bar daquele gênero.” (Marcos, 16/10/04).

quando passou a contar com uma presença masculina a tempo integral no interior do bar, disposta a não tolerar qualquer provocação²³⁴.

Esse dado me leva a refletir o quanto essa violência específica, desferida tanto pelos fregueses (homens “heterossexuais”) que demonstravam uma hostilidade intensa diante da proprietária – provocações grosseiras, muitas de cunho sexual – quanto pela turma de arruaceiros da vizinhança, seria motivada pela violação das prescrições de gênero praticadas por Antônia. Essa argumentação mostra-se ainda mais consistente ao observar que a extinção das atividades do *reservado* e a conseqüente eliminação da presença de “gays” e “lésbicas” não foram suficientes para fazê-la estancar. Apenas quando faz aliança com a esposa do delegado e, mais do que isso, quando se estabelece a amizade e profunda lealdade por parte do apontador do jogo, vindo a desempenhar uma verdadeira função de *garante*, é que ela vê estancar as ações violentas.

4.6 Sexo, poder, espaço & gênero: o preço da subversão

El espacio se limita,
se jerarquiza, se valora,
se cambia [...] (Valle, 1996, 6)

Ocupar um espaço tradicionalmente restrito ao universo do *masculino* (botequim), através de uma posição dominante (proprietária), alçava Antônia a uma posição social superior em relação aos seus fregueses “heterossexuais” – homens, em sua maioria empregados e ocupando posições subalternas. Não se tratava unicamente de deter uma posição superior, mas uma posição com o significado simbólico, aos olhos masculinos e “heterossexuais”, de usurpação e subversão. Era dessa forma que eles demonstravam perceber sua presença ali, como proprietária e destituída da figura masculina. Pois era exatamente isso que indiretamente Antônia estava fazendo ao se estabelecer como proprietária de um botequim na Baixada Fluminense, sem se fazer acompanhar de um homem – deitar por terra toda estruturação simbólica ancestralmente estabelecida e naturalizada que atribui posição de dominância e prerrogativas a um sexo e gênero em detrimento do outro.

²³⁴ Era uma figura tanto gentil quanto agressiva. Com ela, seu irmão, filha e amigas, sempre meigo, brincalhão, divertido. Com quem quer que ousasse qualquer gesto de provocação, violência, desrespeito, sua reação era de uma eficácia lapidar: o imprudente jamais teria coragem para uma segunda investida. Mas isso “na moral”, apenas na conversa. Não chegava a necessitar partir para as vias de fato. O seu corpo, embora de baixa estatura, era um arsenal de músculos tão rijos que fazia o desafiador pensar duas vezes antes de continuar. Isso sem falar que como apontador de jogo de bicho integrava um imaginário de poderio que inegavelmente contribuía para fazer qualquer um repensar o desejo de disputar forças.

O estatuto tradicional ainda prescreve como inerente ao domínio, prerrogativa e fruição do homem (não apenas gênero, mas também sexo, como demonstrado no capítulo dois) o espaço da esfera pública, utilizado para a recreação, para a troca de informações, construção de alianças e formação de lealdades – praças, ruas, botequins... Embora a mulher tenha saído dos lares em busca de emprego e instrução (e esse movimento nas camadas pobres é bem anterior ao ocorrido nos segmentos médios), não significa supor que tenham passado a desfrutar em igualdade de condições com o homem dos espaços da rua.

Na rua, a maioria das vezes ainda está apenas de passagem, em percurso para algum outro espaço interior – escritórios, casas de comércio, indústrias, hospitais, escolas. Quando se aventura em outras territorialidades, ao contrário do homem, via de regra o faz acompanhada. Ainda se observam fortes resistências à mulher desacompanhada em espaços de permanência e de passagem, de divertimento e não de deveres, como são aqueles nos quais não produz qualquer estranhamento vê-la desacompanhada, como o açougue, a padaria, a feira ou o supermercado – esses, sim, mais em conformidade com a sua *natural* função de nutriz (Valle, 1996).

É que a assimetria que organiza os sistemas de sexo e de gênero também marca constitutivamente os espaços, através dos usos, destinações e significados que lhes são atribuídos. A dicotomia privado x público, casa x rua não foi despachada com a *segunda onda* dos movimentos feministas no Brasil, surgida durante os anos setenta. Muito ao contrário. Disputas simbólicas entre o desejo de equidade e a vontade de preservação das estruturas androcêntricas são travadas nas múltiplas territorialidades, na invisibilidade cotidiana de vidas anônimas (Valle, 1996). Nesse sentido, a infração praticada por Antônia em aventurar-se enquanto dona de botequim e *sem um homem*, era grave, muito grave.

Ela não apenas ocupara um espaço que historicamente lhe fora vedado enquanto sexo e enquanto gênero, mas se introduzira nesse território através de uma posição que igualmente lhe fora impedida ao longo dos séculos – a de proprietária²³⁵. E como se não bastassem essas duas ordens de violação, por sua identidade “lésbica” colocava-se numa posição de indisponibilidade sexual – talvez a mais difícil infração de ser suportada.

Toda essa série de destabilizações nas prescrições dos sistemas de gênero e de sexo, essa relativa predominância, os fregueses do botequim e baderneiros da localidade procuravam

²³⁵ É importante recordar que até recentemente as mulheres não possuíam a plena capacidade civil. Exercer atos de comércio era uma das atividades condicionadas à autorização prévia do marido.

neutralizar através do recurso da violência material (contra o estabelecimento) ou simbólica (palavras, gestos e ameaças). De todas as infrações, a que parecia mais lhes incomodar era a sua não disponibilidade para o atendimento de suas fantasias e desejos sexuais.

Colocando-se numa posição fora do mercado erótico heterossexual, Antônia tornava inalcançável a obtenção de seus favores sexuais por um sexo e gênero cujo erotismo se organiza como desejo de possuir, como dominação erotizada (Bourdieu, 1999, 13-67). Isso provocava nos fregueses do botequim (maciçamente heterossexuais) o sentimento de perda da dominância na qual haviam sido construídos historicamente. Esse sentimento de desvalor, no sentido do desalojamento do lugar dominante, fez desencadear sobre Antônia e seu estabelecimento uma carga de hostilidade concentrada. A intolerável indisponibilidade sexual por parte de uma fêmea, a ocupação subversora de espaços e posições sacralizados como do *macho* (ou, quando muito, exercidas em sua companhia), atuava em muitos deles como um componente adicional da erotização, organizada a partir do intenso desejo de restituir o primado da androcentralidade heteronormatizada e da livre disposição das fêmeas.

A autosuficiência material e a autonomia na escolha de para quem e quando oferecer seus favores sexuais são ainda recebidas por muitos homens como intoleráveis ameaças à ordem androcêntrica, a exigir o seu urgente restabelecimento. É preciso, então, fazer valer o primado do macho historicamente acostumado à livre disposição das fêmeas. E a via para a sua realização, nesses contextos, frequentemente se dá pela subjugação sexual, pela violência, física ou simbólica (Bourdieu, 1999, 45-55; 2001, 199-218)²³⁶ – vejam-se os índices de violência contra a mulher, quando parte dela a iniciativa do término da relação afetivo-sexual. As práticas lesbianas de Antônia, naquele contexto, representavam para os fregueses do botequim uma subversão adicional na ordem *natural* das coisas – isto é, na ordem da livre disposição das fêmeas.

Antônia destaca a excessiva frequência com que ouvia comentários grosseiros de cunho sexual por parte de alguns fregueses do botequim. Furtos reiterados, ameaças com armas de fogo, destruição de equipamentos, hostilidade, piadinhas, tudo fazia parte de sua rotina ao longo dos anos nos quais esteve à frente do balcão daquele bar.

²³⁶ Esse fascínio sexual despertado em determinados homens ao se depararem com figuras femininas ocupando posições de poder em cenários tradicionalmente demarcados como do masculino é emblematicamente retratado no filme *Amarelo Manga*, de Cláudio Assis.

Não sabe dizer como aprendeu a se defender daquelas situações; acredita que as pessoas vão construindo suas respostas no momento mesmo em que têm de se haver com as adversidades. A sua, segundo crê, era o enfrentamento. Diante das situações de crise, sua reação era ir para o confronto²³⁷. O quê faria exatamente, apenas saberia no curso mesmo das jogadas recíprocas. O traço mais característico do seu tipo de *combate face a face* era executá-lo de variadas maneiras sinuosas, manipulando o oponente a seu favor. Essa *tática de combate* mostrou-se eficaz em variados momentos, principalmente em ameaças de assaltos ao seu estabelecimento.

Atenta às mais sutis movimentações, depois de uma determinada hora nunca permanecia no interior do balcão, onde acreditava poder ser facilmente acuada²³⁸. Diante de presenças que lhe pareciam suspeitas, investia em um contato direto²³⁹: servia pessoalmente a cerveja mais gelada, os melhores tira-gostos, sentando-se ao lado deles e entabulando uma conversa envolvente o bastante para constrangê-los mudar de idéia. Alguns chegavam a confessar seus planos originais, juntamente com o elogio ao seu jeito “manero” (sic) de ser, determinante para demovê-los de seus intentos criminosos frente ao seu negócio²⁴⁰.

4.7 Se espraçando...

Os shows do reservado foram parar em outros espaços. Marcos relata a participação deles em um clube de São Mateus, distrito do mesmo município e referido no jornalzinho como *Arvo Íris*. O evento foi idealizado e organizado pelo Toca, um dos assíduos freqüentadores do *reservado*. Toca era

²³⁷ Entrevista em 17/10/2005, fita 1, lado B.

²³⁸ “[...] R: Quer dizer que depois de uma certa hora da noite você não ficava no balcão?

A: Não, eu procurava sempre ficar do lado de fora do balcão.” (Fita 4, A, 19/04/03).

²³⁹ “Partia pra cima”, segundo expressão popular.

²⁴⁰ “A: Teve, teve vários fatos assim que você sente que a pessoa chega com essa intenção, e eu teria de novo que passar pra fora do balcão e usar a mesma estratégia. Conversar, falar, contar, como diz o outro, causos, contar uma experiência e contava. [...] [Ganhava eles] ali, no papo, ali conversando pra também trocar uma idéia com eles, e falando a mesma língua deles.

R: Você achava que assim você neutralizava?

A: Neutralizava. Pelo menos todas as vezes que eu agi assim eu neutralizei eles. Todas as vezes que eu vi que queria, iria me dar o bote, ia me dar o bote, eu neutralizei eles assim. Na conversa, no papo, sem demonstrar um medo infernal dentro de mim deles puxar uma [arma]. Mas um medo...O coração acho que não batia no peito, batia aqui, na garganta, quase botando pra fora. Eu respirava fundo e controlava bem meus nervos, aí ia conversando... Quando você fica assim exposto, do jeito que eu fiquei naquele bar em São João de Meriti, está sujeito a tudo ali, a tudo.” (Fita 4, A, 19/04/03).

pai de santo, negro, alto, corpulento e *viado*. Muito popular e respeitado, quase dois metros de altura, bem humorado, compunha uma figura *de presença*... Acionando os seus contatos, Toca conseguiu viabilizar aquele evento. Os inscritos disputavam troféus mediante pontuação arbitrada por um corpo de jurados, entre eles o próprio Marcos.

Em setembro de 1982, o número 5 do *Boca Negra* trazia as notícias e os vencedores do *I Festival de Mímica Gay*, realizado em 28 de agosto e anunciava “no próximo dia 2 [de outubro] será o II Festival, só que este será no clube Arco Íris, promovido pelo ‘Rei’ [Toca] e Zezinho da Ponte” [Escola de Samba Unidos da Ponte, de São João de Meriti, da qual Mauro participava, tendo saído nesse mesmo número, na página 2, uma matéria de sua autoria sobre o mundo das escolas de samba].

Ao mesmo tempo em que se empolgavam, prosseguindo com as apresentações, o receio de que a qualquer momento alguma atitude de violência pudesse ser desencadeada contra eles também estava presente, o tempo todo, parte integrante de uma mesma realidade. Prudente ao saber do projeto, Marcos tentou ponderar: “- Ô Toca, vamos fazer uma coisa muito discreta...”.

Marcos temia pelo conservadorismo do local, pela mentalidade preconceituosa de seus moradores, coisa que ele conhecia muito bem. Também se preocupava com a excessiva exposição daqueles que se candidatassem, pois certamente seriam todos moradores na localidade ou em suas imediações. Como suspeitava, tiveram muita dificuldade em conseguir inscrições. Todos tinham medo, ninguém queria se expor: “- Ah, não, minha mãe vai saber que eu vou fazer show? A gente dizia: ‘- Vai ter troféu, vai ter prêmio!’ – A gente conseguiu arrumar [apenas] uns sete, oito candidatos...” (Marcos, 16/10/04, A).

O Toca, muito empolgado, não dá muita atenção aos cuidados de Marcos e manda fazer uma faixa enorme. Colocada bem alto no meio da rua onde ficava o clube, anunciava: “SHOW GAY”. Ao ver aquilo, Marcos teme pelas conseqüências. Mas não diz nada. Durante o show de abertura, porém, justamente quando Álvaro e Antônia estão contracenando no palco, a platéia completamente lotada, começa o ruído de pedras caindo sobre o telhado de zinco do clube. Receando os desdobramentos, apreensivos, mesmo assim seguiram com as apresentações. Os ruídos cessaram, mas não o temor:

‘- E na hora da gente ir embora?...’ ‘- A gente vai levar porrada... Vão acabar com a gente aqui.’ – A gente saiu assim, só Deus sabe... Olhava pra um lado, olhava pro outro, com medo. Por sorte chamaram a polícia, coisa e tal, vieram lá no clube e botaram os caras pra correr... Foi a nossa sorte, porque, se não, a gente nem saía,

porque se a gente saísse, a gente ia levar pedrada. Nunca mais a gente voltou naquele lugar... (Marcos, 16/10/04, A).

Do mesmo modo que os shows, também as relações ali formadas iam se espalhando em outros espaços. Dos que faziam parte do curso de teatro do SESC, houve quem passasse a atuar profissionalmente e quem procurasse outros espaços de expressão, como é o caso de Mauro. Aliando-se com outros jovens, funda a CAO – *Comunidade Anti-Ócio*, tendo como objetivo desenvolver atividades de expressão artística e cultural, incentivando a participação de moradores do local²⁴¹. Ocupam o Espaço de Arena na Praça da Matriz aos sábados, com o *Projeto Quatro em Ponto*. Ali são realizadas atividades de violão e voz, poesia, capoeira e esquetes de teatro (Marcos, 16/10/2004, Antônia, 1983 e Eleonora, 30/10/04). Por essa mesma época se dá a vinda de Geórgia Bengston e elenco, para temporada no teatro do SESC-Meriti.

Jorge Alves de Souza era Geórgia. Ator de teatro e transformista, viabilizava seus projetos artísticos por intermédio da profissão de esteticista que desempenhava durante o dia como Jorge Alves. Escrevia, dirigia e produzia suas próprias peças, geralmente compostas por vários esquetes com altas doses de humor, crítica social e política, num redimensionamento do teatro de revista, tornando-o integrado ao de seu momento histórico e região geográfica. Era no expediente noturno aos finais de semana que desde os idos de 1959 fazia surgir no palco sua persona versátil, talentosa (Rito, 1978, 9).

Geórgia foi o primeiro ator transformista a ousar se apresentar nos palcos da Baixada Fluminense, então representada no imaginário médio carioca como região apenas constituída pela miséria, sujeira e violência. Durante os primeiros ensaios de seu show *Apoteose Gay* no palco do Sesc Meriti ele/ela conheceu Marcos. Com seu extremado senso de oportunidade, Marcos, consegue ser submetido a um teste para integrar o elenco (Álvaro, 04/10/04). Versátil, múltiplo, dotado de uma verve humorística singular, logo é integrado ao grupo. A primeira montagem do *Apoteose* exhibe em sua filipeta, ao lado das ‘stars’ Norika Hayner, Tânia Letieri, Fernanda, Cristina, Cher e os bailarinos Renato Benini e Washington, o “*Ator: Marcos*”. O talento de Marcos cai no gosto do público, o que lhe assegura a sua manutenção no elenco. O show é reencenado em 1983 com o nome de *Apoteose Gay II*.

²⁴¹ Na memória de Antônia em 2006, quando ela conheceu Marcos, Álvaro e Mauro a CAO já existia (18/03/06, A). Na pesquisa junto aos jornais, apenas no *Boca Livre* (novembro de 1983, primeiro e único número a circular) aparece o anúncio sobre as atividades do Projeto Quatro em Ponto, promovido pela CAO.

Marcos e Álvaro, namorados, freqüentadores e encenadores de números de mímica no *reservado*, integrantes do círculo íntimo da dona do bar, são selecionados para o elenco de uma peça de autoria de um diretor teatral de outra unidade do Sesc, na capital do Estado. A montagem obtém reconhecimento de público e crítica e é reencenada por vários anos seguidos, em variados espaços teatrais pela cidade do Rio de Janeiro. Tanto Marcos quanto Álvaro conciliavam suas atividades teatrais amadoras com o emprego em tempo integral durante o dia. Marcos como escriturário e Álvaro na área de Enfermagem.

Marcos cada vez mais participa de espetáculos. Apresenta-se nos teatros Brigitte Blair, Sesc Meriti, Tijuca, Madureira e nos, Arcos da Lapa... Em um determinado momento, opta definitivamente pelo palco e abre mão de sua estabilidade funcional. Sente-se indignado ao ver colegas suspeitos de terem desenvolvido a síndrome se transformarem em objeto de contemplação macabra e comentários os mais sórdidos no ambiente de trabalho. Aproveita a oportunidade do Programa de Demissão Voluntária e segue em busca de ambientes menos revoltantes. Passa a se dedicar inteiramente ao teatro e aos shows de transformismo. Convidado para uma exibição em Juiz de Fora, aceita imediatamente. Seu trabalho agrada. É convidado a permanecer com um show na cidade. O desafio da mudança lhe atrai. Fica. Está até hoje. Atua em uma casa de espetáculos local. A saída do Rio de Janeiro fez perder o contato com Geórgia e seu elenco²⁴².

4.8 Cerrando as cortinas

O mundo é assim:
poucas possibilidades contrapostas a
aspirações muitamente imensas.
(Daniel, 1984, 18.)

²⁴² Além de Mauro Julião e Toca, Geórgia também é falecida. Segundo pude apurar, seu óbito se deu aproximadamente em 1996. Todas as tentativas realizadas até o presente momento para a obtenção de maiores informações sobre sua trajetória resultaram vãs. Embora tivesse contado com a disponibilidade generosa de Anuah Farah, então dirigente da *Turma Ok* (2004), suas buscas nos arquivos da *Turma* resultaram nulas. As pessoas que ele e Marcos me indicaram, contactadas, lamentavelmente também não dispunham de informações ou fontes (documentais ou iconográficas). Criei na ferramenta de relacionamentos virtuais Orkut, uma comunidade para ela e divulguei-a na página da comunidade da *Turma Ok*. Ainda aguardo por notícias. Embora três pessoas já tenham aderido, ainda não houve acréscimo de informação.

Antônia, cansada de conciliar dois mundos antagônicos, se vê confrontada por questões práticas. O *reservado*, passada a fase inaugural, tem sua frequência diminuída. Os que continuam comparecendo, não produzem consumação que cubra os custos, as noites em claro, as tensões, os riscos... As manifestações de cuidado, as relações constituídas a partir do espaço não foram suficientes para consolidar a sua existência.

Mesmo sem ter nenhum concorrente em Meriti, Antônia se sente desgastada com o precário equilíbrio de forças e sem retorno financeiro compensatório. Ao ver os clientes que possuíam algum poder aquisitivo saírem em debandada atrás de outras novidades, apenas permanecendo os que não tinham opção, os que passavam a noite inteira com uma única garrafa de refrigerante²⁴³, acaba definitivamente com o *Cantinbo Amigo*, mantendo apenas as atividades do botequim, sua fonte de sobrevivência.

– Diante dos significados atribuídos pelos colaboradores àquele espaço, inevitável a pergunta: Por que as relações ali estabelecidas não foram capazes de produzir a institucionalização do espaço como um território próprio?

Marcos credita ao constante medo das agressões, da violência. Todos moravam no entorno, o anonimato estava sempre ameaçado. A dupla vida da maioria poderia a qualquer descuido ser posta em exposição pública, trazendo graves problemas de ordem pessoal e familiar para eles. No entendimento de Álvaro, porém, o esvaziamento decorreu de um movimento espontâneo, muito comum em estabelecimentos desse tipo: passado o momento inicial, as pessoas vão em busca de outras novidades. Para ele, coincidiu com o surgimento de espaços semelhantes em outras localidades da Baixada. Em Nova Iguaçu surgiram pelo menos três ambientes, com melhores condições de espaço e acomodações: o *Tapera*²⁴⁴, o *Batom Vermelho* e o *Salto Agulha*.

É indiscutível que a convivência diária com a violência sempre iminente traz custos e desgastes do ponto de vista pessoal. A certeza de não poder encontrar no Estado a proteção devida amplia a sensação de vulnerabilidade. Ainda que essa sensação de um modo geral esteja presente nos segmentos populares como um todo, no *reservado* era vivida em conjunto com o sentimento de

²⁴³ Ver a respeito, Green e Trindade, 2005, p. 33.

²⁴⁴ O *Tapera* igualmente foi comandado por uma mulher e apresentava presença majoritariamente feminina. Era amplo e possuía uma parte descoberta, quebrando o ambiente cerrado, escuro e enfumaçado da maioria das boates.

desqualificação social e com o temor decorrente dos riscos na quebra do segredo perante os familiares consangüíneos, tendo em vista que a sua maioria residia nas proximidades.

As pessoas desejavam um espaço para se divertir, para conhecer outras, namorar, esquecer dos problemas que cotidianamente tinham para administrar. A idéia de deliberadamente se dirigir para um local que se sabia freqüentemente alvo de ameaças de violência e que não podia oferecer garantias de tranqüilidade aos seus freqüentadores é uma hipótese razoável a justificar o esvaziamento do “clubinho”, ainda que não seja suficiente por si só para explicar inteiramente sua extinção. Por mais que se considere as implicações de se estar cotidianamente exposto à violência, resta a indagação sobre o por quê de sequer terem tentado preservá-lo.

Sendo efetivamente um espaço importante, principalmente para as “lésbicas”, pelo ambiente acolhedor que proporcionava, se estas eram próximas da proprietária e as maiores freqüentadoras, como parece sugerir as matérias no jornalzinho e as fotografias, como compreender a ausência de qualquer iniciativa no sentido de sua preservação? E os “gays”, se efetivamente participavam da organização das atividades no espaço, por que aceitaram passivamente a sua extinção?

Penso que a resposta a esta indagação pode ser pensada a partir de dois pontos bem específicos. O primeiro diz respeito à permanência de determinados traços na constituição sociohistória da mulher e via de conseqüência das “lésbicas”. Estas têm mantido o privilegiamento dos ambientes domésticos para a sociabilidade, uma relativamente baixa tendência a ações de enfrentamento e uma maior valorização da conjugalidade (Heilborn, 2004, 105; Oliveira, 2002, 127; Paglia, 1996, 145 e 149; Mícolis, 1983, 83; Batinga apud Mícolis, 1983, 93). Para algumas, o ambiente de bares e boates é danoso para a saúde da relação, levando-as a se afastarem deles tão logo se sintam formando uma parceria que desejam estável e duradoura (Viñuales, 2000, 145). Se levarmos em consideração o diminuto da coletividade que freqüentava o espaço (cerca de cinquenta pessoas, segundo Antônia) e a tendência à endogamia, é possível concluir que se trata de uma variável a ser considerada. O outro aspecto diz respeito à estruturação das freqüências. Em outras palavras, em torno de qual idéia as pessoas se dirigiam para o *Cantinho Amigo*?

Ainda que proporcionando um ambiente acolhedor, capaz de fazer com que se sentissem em *seu mundo* e que as atividades fossem desenvolvidas dentro de um padrão colaborativo, solidário, o tempo todo estava claro que se tratava de uma atividade com fins lucrativos. Acredito que esse tipo de organizador, somado a uma cultura como a nossa, de pouca tradição associativa, com baixos níveis de comprometimento, impediram o crescimento e a solidificação de um sentimento de

pertença para além da mediação comercial. O padrão empresarial, estruturado necessariamente em torno de consumação e rentabilidade, no meu entender, nesse caso específico inibiu a sedimentação do vínculo participativo, do sentido da formação de um elemento de coesão suficiente para torná-los de fato um corpo, uma frátria, um grupo (Bourdieu, 2005, 176). Isso não significa que todos os espaços comerciais tornados territórios *entendidos* tenham sido incapazes de fazer surgir esse elo. Um exemplo nesse sentido pode ser obtido através da manifestação de lésbicas paulistanas em prol da continuidade da distribuição do boletim *ChanacomChana* no interior do *Ferro's Bar*, no ano de 1983 e que será abordado mais adiante.

4.9 Os distintos significados

Exatamente por

O que sinto, na verdadeira substância com que o sinto, é absolutamente incomunicável (Pessoa, 2003, 255).
que as experiências são incontáveis, [...] devem ser contadas (Portelli, 2002, 108).

Quando são indagados sobre o significado que aquele espaço teve para suas vidas, mais uma vez eles se mostram unânimes ao destacar-lhe a importância. Palavras como “meu mundo”, “um clubinho nosso”, “uma confraria”, dão bem a dimensão de sua importância para os colaboradores. Marcos diz que para ele tudo era uma grande brincadeira. Um momento de grande liberdade, em que se sentia *no seu mundo*. Eleonora “achava formidável, porque a gente não tinha outro espaço em São João, a não ser ali, né? ... E a gente era doida já pra chegar a noite... E se reunir...”

Para Álvaro, aquele *Cantinho Amigo* representava um território onde podiam se sentir em liberdade, “sem nenhuma repressão.” Um espaço onde poderiam desfrutar da companhia de pessoas amigas, “iguais”; onde podiam praticar os atos mais singelos da vida social.

... Representava pra gente primeiro um local que você se sentia à vontade, sem nenhuma repressão. ... A gente tinha amigos ali. A maioria era [pessoas] conhecidas e os conhecidos levavam outros conhecidos. A coisa foi crescendo... Pra gente era um local onde você podia conversar, podia saber, rever as pessoas, os amigos. Era um ponto de encontro mesmo. ... Era tudo uma grande festa...

... Parecia que você tinha liberdade, porque ali você poderia fazer tudo que você não poderia fazer fora. Fazer carinho, dar beijo... Namorar mesmo, dançar junto... Se você fosse dançar em outro local que tivesse pessoas que

não eram homossexuais, você não podia fazer o que você queria fazer. Então eu achava que tinha uma liberdade para se expressar. Até mesmo a forma de se dançar... Podia fazer brincadeiras... (Álvaro)

Em 2003, vinte anos após o fechamento do *reservado*, Antônia fala sobre o significado dessa lembrança, para ela tão marcado pela memória da violência:

Teve fatos que eu queria esquecer. Me dói muito falar neles. E outros me deu assim uma certa alegria de ter lembrado de fatos que [es]tavam adormecidos dentro de mim. Afinal de contas, eu vivi isso, é a minha história.

Embora em 2003 reconheça algum aspecto positivo nos acontecimentos vividos nessa experiência, não obteve a mesma intensidade que aquele presente na entrevista concedida em 1983. Nessa entrevista o encerramento do *reservado* estava mais recente, Antônia ainda tinha contato amigável com seus antigos colaboradores, alguns dos quais produzindo o projeto *Quatro em Ponto*.

Em 1983 ela descreve com orgulho as atividades lúdico-culturais havidas no interior do *Cantinho Amigo*, afirmando que o seu anseio era fundar ali “uma família, uma comunidade”. Em 2003, no entanto, a violência é quem recebe o destaque maior.

Vinte anos depois de encerradas as atividades, indagada se era promovido “algum evento especial” dentro do *reservado*, Antônia não consegue recordar nenhuma atividade significativa. Apenas o campeonato de futebol feminino foi recuperado nessa memória:

às vezes iam uns, outros... Só mesmo nessa confraternização do jogo é que foi todo mundo entendeu? Por isso ficou lotado. Não tinha nem como colocar todo mundo lá dentro e fechar. ... Quando tava lotado, com todo mundo lá, tinha umas cinquenta pessoas. Dava pra frequentar umas cinquenta pessoas.

Tentando fazer emergir, no curso dessa narrativa, descrições das atividades como as produzidas no relato de 1983, insisto: “– Retomando aquela pergunta. Tinha alguma atividade cultural?, tinha alguma atividade?...” Ela então responde, categórica: “– Não, não tinha. Lá dentro do bar não tinha.”

Talvez porque não considerasse aqueles eventos produzidos numa escala tão reduzida como atividades *culturais* ou *especiais*²⁴⁵, mais ainda por se encontrar distante das esferas definidoras e

²⁴⁵ É digno de nota o fato de nenhum dos colaboradores ter atribuído qualquer relevância às experiências no interior do reservado para além de seus aspectos eminentemente pessoais. Fruto inequívoco do modo como são recepcionadas pela sociedade dominante as formas de viver e se expressar das parcelas alvo de desqualificação

legitimadoras daquilo que deva ser considerado como *cultural*, o fato é que a única atividade que merece relevo em 2003 é a organização do campeonato de futebol feminino.

Nesse trecho do depoimento, o tema da violência merece amplo destaque, suplantando outras abordagens. De um total de treze (13) páginas ocupadas pela transcrição do lado “A” da fita de número quatro, oito (08) tratam da violência, representando 61.53% de toda sua fala neste lado da fita. Embora haja um momento, nesse seu relato de 2003, onde ela declara que já naquela época a violência era bastante intensa. Nesse pequeno instante afirma que a violência apenas passou a merecer um maior destaque e que sua ocorrência em bairros populares é tratada pelos meios de comunicação, pelos segmentos médios e agentes políticos como que da natureza intrínseca dos pobres, entretanto quando ocorre nos bairros da classe média a repercussão é mais dimensionada. Afora esse pequeno hiato, a tônica que domina todo o conjunto das entrevistas de 2003 insiste numa leitura da experiência com o *reservado* quase que reduzida à violência.

Esse modo radical e monotemático pelo qual retrata a Baixada e a sua experiência no reservado me leva a refletir até que ponto sua narrativa não estaria impregnada pelo noticiário reiterado sobre práticas criminosas que naquele ano de 2003 ocupou os meios de comunicação, desestabilizando emocionalmente muitos dos habitantes do Rio de Janeiro²⁴⁶. Se confrontarmos o noticiário da época e os índices apresentados em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), poderemos ter uma dimensão desses fatos. Segundo seu presidente, Glauco Arbix, “o país passou de uma taxa de 11,4 vítimas de homicídio por 100 mil habitantes em 1980, para 29,1 vítimas em 2003”²⁴⁷.

No encerramento da entrevista de 1983, Antônia transmite um tom otimista, se reafirmando no espaço da luta cotidiana por participação e demonstra crença nas utopias comunitárias a lhe mover. Em 2003, contudo, sem dúvida contaminada pela disseminação, através da televisão, da onda de violência que assola a cidade do Rio de Janeiro, pede a Deus que não finde seus dias morando outra vez na Baixada. Já na memória produzida em 2005, tendo lido trechos das memórias de Álvaro e Marcos, constantes da primeira comunicação da pesquisa e revisto as fotografias das apresentações, ressignifica sua leitura e recupera os aspectos lúdicos e divertidos do vivido.

social, esse não reconhecimento de sua função social talvez tenha contribuído para a baixa receptividade às solicitações de depoimentos e à proposta dialógica.

²⁴⁶ Ver panorâmica sobre a “onda de violência” no Rio em 2003, por exemplo em:

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/caixa/cp120320036.htm>.

²⁴⁷ <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/06/01/ult27u49235.jhtm>. (Acesso em 05/06/05).

A possibilidade do cotejo de memórias produzidas em momentos distintos permite verificar o modo através do qual a forma de percepção de uma mesma experiência modifica-se de um período para outro, corroborando as abordagens teóricas que referem a memória como um *constructo* realizado a partir do momento da rememoração, impregnado com as cores do tempo presente. Apresenta as marcas dos fatos sociais que afetam no presente o ser social que é o sujeito rememorante.

Em março de 2006 realizei a última entrevista pessoal com Antônia. Tinha por finalidade, dentro da perspectiva dialógica, saber suas impressões sobre os textos comunicativos da pesquisa apresentados nos espaços de discussão acadêmicos e cujas cópias eu lhe havia enviado. Desejava também compreender o que significou para ela a experiência de recuperar, por meio de minha narrativa a partir dos relatos seu e de seus antigos amigos, partes esquecidas de sua trajetória vivida entre os frequentadores do reservado:

[Longo silêncio] É, não [me] lembrava mais... Teve muita coisa que eu li ali que eu já não lembrava mais que tinha acontecido... Através do depoimento dele [de Marcos] parece que foi um resgate total, aí eu fui lembrando mais detalhes, mais coisas que aconteceram... Eu li, eu li tudo. Então, é... Engraçado que... É, é... [Silêncio] Teve coisas ali que eu acho que eu acho que, é, a, a... O, a mi... O meu subconsciente mesmo é fez questão de... Quer dizer, não é esquecer, porque na medida [em] que você lê, aí você vai lembrando dos fatos... Quer dizer eu não esqueci, [eles es]tava[m]... É, escondidos dentro de mim [Silêncio] ...É, é... Algumas partes assim que... É... Num, num... Foi chato assim, foi... Teve momentos chatos, assim... [de recordar] Embora na hora ali a gente não sentisse assim, tinha aquela gana toda de luta: não, vamos lutar por um espaço, vamos lutar por um espaço, vamos ficar todo mundo unido... Tinha o lado, é... Depois você pensando assim, ao longo da vida, tinha é, é... É pedaços que você parava e pensava: Será que tinha necessidade de eu passar tudo aquilo? [Silêncio] Será que tinha que, que, que tinha que ser passado isso pra se conquistar uma coisa que pôxa, todo... Uma coisa que era... [Silêncio], É, num, num, num, num, num, num... Eu... Num espaço... Mas o que, que... Eu... Ali consistia... Um espaço pra que o pessoal pudesse ficar ali à vontade sem ser agredido....

A ligação, a ligação e o espaço era uma coisa saudável, mas a, é, é... É uma coisa... Era uma coisa legal de lembrar, é uma passagem legal de lembrar... Agora, é, é... Não era lega... Pra mim assim num foi assim legal, é... lembrar as atitudes agressivas... [...] Teve partes que foi ruim de lembrar. Mas na maioria, o resgate assim na totalidade... Porque eu não esperava que no, no final tivesse um resgate com tantos detalhes assim. Não esperava, não. Esperava que mais tarde, depois de tudo concluído é que pintasse assim: 'Pô isso. Isso num, num, num... Num entrou no depoimento e isso aconteceu', entendeu? Mas eu lendo ali... É, é... Acho que num ficou nada pra trás. Tudo foi colocado, Todos os depoimentos foi colocado ali – os altos, baixos, as tristezas, as alegrias... O elo com as pessoas era muito legal, sabe? Era uma coisa assim... Se tornou assim uma família... [Silêncio] Se tornou assim todos por um, um por todos... Até porque todos necessitavam daquele

espaço. Então a... A defesa pelo espaço, essa, essa, essa co... Essa ligação toda... Só tinha uma razão: O espaço que era o único! (Antônia, 18/03/06)

Eu pergunto então à Antônia a que ela atribui o encerramento do espaço, já que ele era importante para os que o freqüentavam. Ela responde que concorda com a opinião de Marcos de que “o espaço não perdurou mais tamanha era a violência que se praticava ali. Não dentro do espaço. Em volta. ...Agressões [da parte] de pessoas que moravam perto...” Diverge do ponto de vista de Álvaro de que o encerramento se deu por conta do surgimento de locais novos. Em sua forma de percepção, era a violência que não dava trégua. O ambiente sempre carregado de tensão, do receio de que alguma coisa de ruim lhes acontecesse (invasão de policiais ou de marginais, agressões físicas, humilhações, revelação da clandestinidade de seus afetos perante os familiares) impedia os freqüentadores de se sentirem descontraídos, relaxados. Para Antônia, se as pessoas não fossem obrigadas a conviver com esse de insegurança, o espaço teria se mantido²⁴⁸.

O ponto de vista de Antônia e de Marcos parecem adquirir maior consistência frente ao exame do último número do jornalzinho *Boca Negra* (setembro de 1982). Ali, logo na primeira página, sob o título “O Espaço é Nosso!” é feita referência a um incidente ocorrido em 18 de agosto. Sem entrar em detalhes, a matéria deixa entrever alguma séria manifestação de violência contra os freqüentadores, capaz talvez de fazê-los dispersar, inviabilizando o espaço e, conseqüentemente, o jornal: “Estamos sendo humilhados, chacotados, ridicularizados, agredidos no único espaço que temos na Baixada por um bando de desocupados e alcoólatras.”. No entanto, mais abaixo é noticiada a realização, para “o próximo dia 2” do II Festival de Mímica no clube Arco Íris, em São Mateus, que, segundo os depoimentos e as fotografias, foi sabemos que foi realizado. Embora Antônia em seu relato de 2006 se refira a um movimento de luta pela preservação do *Cantinho Amigo* (“... Se tornou assim todos por um, um por todos... Até porque todos necessitavam daquele espaço. Então a... A defesa pelo espaço ...”), nenhum dos depoimentos coletados – inclusive os dela – ou matéria no jornalzinho faz referência às ações concretas dos freqüentadores em prol de sua permanência – com exceção da matéria acima mencionada (“O Espaço é Nosso!”).

²⁴⁸ Na Zona Sul carioca, mais precisamente em Botafogo, durante os anos noventa surgiu um aglomerado de bares e boates dirigidos ao público então chamado GLS. Logo fez sucesso, estimulando a abertura de outras casas assemelhadas. Foi divulgado pela imprensa com o nome de *Baixo gay*. Paralelamente à sua divulgação como um território privilegiado para a socialização de “homossexuais”, os seus clientes passaram a ser vítimas de agressões especialmente a eles dirigidas. Furtos, danos aos veículos, roubos, agressões físicas, passaram a ser praticados com grande freqüência. Como não existisse a contrapartida do Estado para garantir-lhes a integridade, a clientela terminou se afastando. Todos os empreendimentos comerciais encerraram suas atividades.

Diante disso é possível inferir que tanto as tensões vivenciadas no *Cantinho Amigo* (como noticiado em setembro) quanto aquelas ocorridas no clube *Arvo Íris* de São Mateus por ocasião do II Festival de Mímica (o apedrejamento do telhado) tenham contribuído decisivamente para a dispersão dos frequentadores e, conseqüentemente, a extinção do *reservado*.

4.10 Experiências semelhantes

Relato acerca de espaço semelhante vamos encontrar através da matéria apresentada pelo jornal *Rainbow*²⁴⁹, ao descrever “o primeiro bar GLS” em Belo Horizonte, Minas Gerais, fundado na década de sessenta, por uma mulher – Norma Suely Teixeira. O texto de abertura da matéria ressalta a importância desses atos isolados, que colaboram “para aumentar a auto-estima de um povo estigmatizado...”

Ali, como aqui, relações influentes e subterrâneas facilitaram o rearranjo nas assimetrias de poder. Se Antônia em São João de Meriti nos anos 80 soube valer-se das relações com a esposa do delegado, para se proteger e ao seu estabelecimento, Norma Suely (do *Refúgio da Seresta*, *Chezoux* e *D’Amantes*) e Mani França (ex-gerente do *Chezoux*, ex-proprietária do *Toca*, *Marrom Glacê* e do *Plumas e Paetês*), em Belo Horizonte, também souberam se utilizar dos mesmos recursos²⁵⁰. A primeira, através do namoro que mantinha com o Diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), conseguiu manter-se à salvo das investidas conservadoras que tentavam fechar o seu negócio. Mani França, porém, mesmo que sua amizade com o delegado tivesse lhe livrado de um flagrante forjado de porte de drogas (conduzida algemada para a delegacia, terminou sendo liberada), não suportou a insistência das pressões que era vítima junto com seus clientes – terminou fechando as portas da *Marrom Glacê* devido à constância das *batidas* policiais.

²⁴⁹ Ano III, nº 17, setembro de 2003, do *Movimento Gay de Minas*, p. 6. Agradeço a João Bosco Hora Góis a generosidade do fornecimento dessa fonte. Todas as referências sobre o protagonismo lésbico nesse Estado foram extraídas dessa fonte. Luiz Morando, como já referido, há três anos dedica-se a reconstruir a história da subcultura homossexual de Belo Horizonte. Certamente trará muitas novidades.

O Movimento Gay de Minas vem demonstrando a opção pela estratégia semelhante à praticada pelo Nuances, de Porto Alegre. Tanto o reconhecimento e a incorporação do Concurso Mis Brasil Gay (Ramos, 2005, 35) como as matérias veiculadas no jornal *Rainbow*, apontam para a ressignificação, a valorização das manifestações culturais elaboradas pelos próprios segmentos.

²⁵⁰ Durante minha estada em Juiz de Fora tive acesso a outros relatos sobre alianças e lealdades entre personagens da subcultura *gay* e integrantes de corporações policiais. Para uma panorâmica sobre alguns modos de funcionamento dessas interações (no âmbito da prostituição feminina), ver: Freitas, 1985, 66-82. Para os modos de validação de estereótipos e normatizações de gênero e de papéis sociais – ver principalmente as páginas 86-94.

De modo semelhante à Antônia, Suely também “não admitia preconceito...”:

Por isso criei as casas. Por ver que pessoas sofriam agressões. ... Dentro de meu núcleo nunca houve agressões vindas de fora. Havia brigas entre casais, principalmente mulheres, que até hoje são muito bravas. Daí dava um castigo, proibia a entrada durante um mês. ... Pedia respeito.

Entre 1965, 1966, Mani França, ex-gerente da casa de Norma Suely abre seu próprio bar. Pequeno, mas muito freqüentado, no Toca ela vendia de tudo – “era um mini supermercado”. Seu peixe com pirão, a farta rede de amigos e o time de futebol feminino (com o mesmo nome do bar) fizeram a fama do lugar. Depois, abriu o *Marrom Glacê*, no bairro Cruzeiro. Acabou fechando devido à perseguição policial. Abre então o *Plumas e Paetês* e termina construindo “uma grande família”. Uma comunidade composta por doze mulheres, todas morando numa mesma casa. Além de bichos de estimação e um quarto para cada, dispunham ainda de mesas de sinuca e totó. No *Plumas* a polícia entrou de metralhadoras em punho e forjou um flagrante. Logo em seguida seu contrato de locação foi rescindido. Mani ocupa o porão da boate *Sucata*, criando a segunda versão do *Plumas e Paetês*. O sentido de cooperação se torna mais forte. Diante da precariedade do local, todos se unem pela permanência de um local que era importante para todos – “quando chovia, a pista [de dança] ficava toda molhada; o pessoal dançava de sombrinha e me ajudava a secar o chão”.

Antônia jamais soube da existência de Mani França ou Norma Suely. Experiência semelhante, somente com as donas do *Tapera*, em Nova Iguaçu. Mas sequer se conheciam; apenas compartilhavam a notícia da existência recíproca. Além desse em Nova Iguaçu, Antônia não ouvira falar de nenhum outro espaço semelhante na Baixada.

Quando mais jovem, Antônia sabia da existência de bares de *entendidas* através das páginas dos romances de Cassandra Rios. No momento em que decidiu criar o *reservado*, porém, apenas aproveitava as condições que se apresentaram. Não pensou nos romances de Cassandra, a escritora mais proibida que jamais ouvira falar em toda a sua vida... Nada sabia sobre a *vida gay* em Belo Horizonte e jamais soube que um ano depois do auge do seu *reservado*, “lésbicas” paulistanas realizaram uma ocupação em defesa do direito à livre expressão em um território semelhante.

O *Ferro's Bar*, na Capital paulista, palco de tantos namoros, paixões e ciúmes, ponto de encontro e partida, eternizado pela imaginação criativa de Cassandra, protagonizou situação inversa à do reservado. O dono do estabelecimento, tradicional pela freqüência, não admitia a distribuição do boletim *ChanacomChana*. Seu nome irreverente e anárquico expressava o tom dos movimentos em sua primeira fase. Além de impedir a venda, chamou a polícia.

Era a noite de dezenove de agosto de 1983. Tensas, apreensivas, algumas com medo de serem identificadas, mesmo assim se organizaram e saíram em defesa do que consideravam o seu território. Forçaram a entrada. Roseli Roth, então a principal ativista do *Grupo de Ação Lésbica Feminista* (GALF), editor do *Chana*, leu, entre aplausos e assovios, o manifesto pela ocupação do espaço. (Re)conquistaram o território e protagonizaram a primeira manifestação de resistência ostensiva contra a estigmatização (Dimenstein, 2003; Mott, 1987, 158). Atualmente, nessa data, setores do movimento lésbico brasileiro comemoram o *Dia da Visibilidade Lésbica* (Dimenstein, 2003).

5 PENSANDO ANCORAGENS

O percurso realizado na perspectiva de compreensão da experiência e significados desse espaço de sociabilidade permitiu não apenas constatar a aplicabilidade da sociodinâmica da estigmatização de Elias às dinâmicas de desqualificação vividas e reproduzidas pelos “homossexuais”. Mediante as contribuições teóricas de Scott e Rubin, permitiu verificar as complexas formas de recepção das infrações de sexo e de gênero, na conformidade com aquilo que é mais valorado em cada figuração. Por outro lado, os aportes fornecidos por Certeau possibilitaram identificar e compreender as dinâmicas de resistência construídas pelos seus frequentadores.

Assim, foi possível verificar que em determinados contextos a infração de gênero praticada pelo “homossexual” masculino visível pode ser relevada ou mesmo ser vista como elemento de prestígio, enquanto que em outros essa mesma infração (que remete à concepção inferiorizante do passivo sexual oriunda da cultura grega clássica) pode ser elemento deflagrador de uma violência tão intensa que pode culminar em homicídio. No entanto, comparativamente às “lésbicas”, uma peculiaridade nas formas de recepção da infração de gênero expõe com clareza o componente de dominação que atravessa tal ordenação.

Nos terreiros de candomblé, enquanto a figura do “homossexual” efeminado não perde as prerrogativas de seu sexo (masculino) e com muita frequência tem a estas acrescidos os privilégios oriundos do “feminino fatal” (já que sua construção de gênero aponta para representações de sensualidade, beleza e sedução), a “lésbica” masculinizada sofre sérias interdições, não incorporando os privilégios de seu gênero social (masculino). Em algumas casas de culto chega mesmo a ser pressionada a dissimular a sua “macheza”. Já em figuração formada por intelectuais e artistas, no entanto, a presença de características pessoais que remetam à “masculinidade” e mesmo o conhecimento da orientação homossexual de mulheres mostrou-se fator irrelevante, algo da esfera muito pessoal do indivíduo, incapaz de produzir noções de desvalor ou de provocar qualquer manifestação de repúdio.

Por outro lado, o exame das experiências de sociabilidade homossexual, com suas peculiares formas de expressão, permitiu constatar a capacidade para elaborar mecanismos de solidariedade, atenuadores da vulnerabilização relativa a que se encontram expostos.

A partir dos esforços de rememoração que os entrevistados se dispuseram realizar foi possível conhecer algumas práticas diárias e anônimas desse segmento em contexto popular. Através de suas trajetórias e do modo como constroem e vivenciam o espaço do *reservado* foi possível constatar que, mesmo sob a constante ameaça de desqualificação social, exibem capacidade de resistência, ocupando os espaços que se apresentam, pela via do inconformismo, da inventividade e do humor. Embora efêmera no tempo, a experiência do *Cantinho Amigo* em São João de Meriti mostrou-se fecunda e criativa. A convivência que esse espaço tornou possível possibilitou o acesso de seus freqüentadores a referenciais positivos de identificação e pertencimento, e o agenciamento de capitais simbólicos viabilizadores de mobilidade social. Semelhante integração revela-se mais significativa em termos sociais se atentamos para a elevada presença de negros entre seus freqüentadores (conforme demonstram as fotografias) e por ser uma região geográfica marcada pela extremada carência de espaços de lazer e interação, carência que se torna mais aguda diante da escassez de recursos econômicos.

O resgate desse tipo de experiência de convívio social permite não apenas a compreensão desses espaços de interação enquanto núcleos de expressão cultural, mas, sobretudo, como locais privilegiados na construção de mecanismos de apoio recíproco e de provimento do sentido de pertença, fator de auto-estima. Se por um lado registra e discute situações e dinâmicas concretas da violência homofóbica e de gênero, por outro – e principalmente – desmistifica a imagem de vítimas incapazes de qualquer protagonismo, pondo em relevo a capacidade inventiva, o potencial de humor, criatividade e aliança, capaz de promover um reordenamento na dissimetria de poder.

Embora de acesso exclusivo, o fato de se encontrar incrustado no espaço do Outro – caracterizado como da intolerância homofóbica – tornava a entrada e a permanência em seu interior marcadas pela constante tensão, às vezes eclodindo em manifestações de hostilidade. Questões transversais, como a clandestinidade dos desejos e práticas homossexuais perante a família consangüínea e a sociedade, contribuíam para tornar a vulnerabilidade dos freqüentadores ainda mais aguda, em razão de a maioria residir nas imediações e serem as relações sociais naquele contexto marcadas pela proximidade, tornando mais elevados os custos de uma eventual revelação do segredo – marca constitutiva da identidade homossexual.

Esse tensionamento constante mantinha as fronteiras do *exclusivo* em contínua fragilidade, impedindo sua consolidação enquanto espaço *próprio*. Para viabilizar a criação do espaço, proprietária e freqüentadores construíram estratégias para a entrada, ocupação e permanência. Vulneráveis na medida em que ocupavam um *próprio* no interior da *casa do Outro*, atuavam no momento a momento, dando conta de cada situação conforme se apresentasse, empregando todos os recursos disponíveis.

Inseridos em um contexto de redemocratização política, com tudo o que semelhante processo traz de desejo de participação, os organizadores das atividades ali desenvolvidas demonstram forte necessidade de expressão criativa. Sem dispor de políticas culturais, capazes de canalizar o potencial artístico manifesto em vários dos freqüentadores, realizam a ocupação intuitiva dos espaços possíveis.

As experiências de Belo Horizonte, parcialmente recuperadas através da matéria no *Jornal Rainbow*, embora mais numerosas, diversificadas e duradouras, trazem muitos pontos de contato com essa na Baixada Fluminense, surgida duas décadas depois. A marca da violência e discriminação, ensejando a invenção de táticas de resistência criativas e relações estratégicas com agentes da lei, eficazes no reordenamento da correlação de forças; o protagonismo das mulheres; e a manifestação de ações de solidariedade, são fatores de aproximação.

Por outro lado é possível constatar que, tanto as pioneiras redes de sociabilidade organizadas em torno de residências particulares, com seus boletins e jornaizinhos artesanais, juntamente com os espaços comerciais (boates, bares, sítios), os grupos de militância surgidos na primeira fase do movimento e aqueles organizados principalmente a partir dos anos de 1990, condensam elevado potencial não apenas como provedores de boa auto-estima, mobilidade social, mecanismos de proteção recíproca e de ampliação da consciência política, mas, sobretudo, na formação de capital social.

As ações interventivas como as que vêm sendo desenvolvidas pelo *Nuances* de Porto Alegre com jovens e adolescentes de baixa renda, propiciando acolhida e experiências no coletivo com as diferenças, as estratégias de integração das manifestações organizadas no interior das subculturas, como as que estão sendo postas em prática tanto pelo *Nuances* quanto pelo *Movimento Gay de Minas*, conforme abordado, demonstram esse potencial de provimento e transformação.

Esse potencial de transformação social é ainda mais considerável se observarmos o número de *desfilantes* que as chamadas *Paradas do Orgulho* têm sido capazes de colocar nas ruas, a cada ano de forma mais conscientizada, para além da mera questão de mercado (o *pink money*).

Diante disso é possível afirmar que os espaços de sociabilidade de “homossexuais” representam estratégico instrumento político-social, capaz de estimular valores como a consciência e a participação política, mas também o associativismo, as relações sociais baseadas na confiança recíproca e no apoio mútuo. Constituem, assim, meios estratégicos privilegiados para elaboração e implementação de políticas e projetos de proteção social.

6 REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ACOSTA, Adão. Juiz de Fora elege sua 'miss gay' (TFM aplaude). In: *Jornal Lâmpião da Esquina*, setembro de 1979, nº 16, p. 13 (Arquivo pessoal da autora).

ANTUNES, Thais. Punks no jardim-de-infância. In: Revista época. Comportamento. Acesso: 04/11/2006. In: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT1124406-1664,00.html>.

BENÉVOLO, Caio. Nós e a Constituição. In: *Boletim informativo do Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: nº 2, julho/86, 6 p.

BIRMAN, Patrícia. O lado gay do candomblé. In: *Idéias. Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 24/10/1987, p. 6.

BITTENCOURT, Francisco. Deus nos livre do 'boom gay'. In: *Jornal Lâmpião da Esquina*, nº 23, ano 2, abril de 1980, p. 4.

_____. Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho. In: *jornal Lâmpião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p. 9-10.

_____. Maria brasileira, a casadoira. In: *jornal Lâmpião da Esquina*, nº 14, julho de 1979, p. 2.

BOLETIM Informativo do Triângulo Rosa. RJ. Nº 1, janeiro de 1986 (Arquivo pessoal da autora).

BOLETIM Informativo do Triângulo Rosa nº 2, julho de 1986.

BOLETIM Informativo do Triângulo Rosa nº 4, s/d.

BOLETIM Informativo do Triângulo Rosa nº 5, "carnaval de 1987".

BORBOLETAS da Vida (documentário). Direção: Vagner de Almeida. Rio de Janeiro: ABIA, 2004, 38 min., DVD.

BRASIL SEM HOMOFOBIA. Programa de Combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: MS/CNCD, 2004.

CALLIGARIS, Contardo. *Jornal Folha de São Paulo*. Ilustrada. In: <http://www.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=60840>. Acesso: 18/04/2004.

CIRCULAR do Triângulo Rosa, de 07 de outubro de 1986. *Contém anexo em quatro folhas, datadas de 04/10/1986, assinado "jasm"* [João Antônio de Souza Mascarenhas] (Arquivo pessoal da autora).

COMUNICAÇÕES DO ISER. Rio de Janeiro: nº 56, ano 20, 2001.

**CORSA-SP. *Educando para a Diversidade. Orientações para a educação de Pais.*
Campinas, dez, 2003.**

CHRYSÓSTOMO, Antonio. *Caso Chrysóstomo. O julgamento de um preconceito.* Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Bar das lésbicas entra na história. Folhauol.* Urbanidade, 26/06/2003. Acesso : 18/04/2004.
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/urbanidade/gd260603.htm#subir>.

FOLHA ILUSTRADA. Folha Online. "Mad" brasileira satiriza emos como "nova categoria de gays". Acesso em 04/11/2006. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u65136.shtml>.

FOLHA ILUSTRADA. Folha Online. "Emofobia" cresce e agressões a emos invadem YouTube. Acesso em 04/11/2006.
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u65572.shtml>.

FILHAS da Chiquita, as (documentário). Direção: Priscilla Brasil. Rio de Janeiro: 2006, 52 min., vídeo.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Há uma outra história de Canudos. Entrevista. In: *Caderno Idéias Especial Bienal. Jornal do Brasil*, 19/05/2001, p. 3.

GREEN, Jim. Autonomia ou não, eis a questão. In: jornal *Lampião da Esquina*, nº 26, ano 3, julho de 1980, p. 10.

GUIA Gay Rio 1994/1995. Rio de Janeiro: Leviatã.

HEILBORN, Maria Luiza. Nós mulheres e nosso corpo. In: jornal *Lampião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p. 11.

JORNAL *Boca Livre*. São João de Meriti: ano 1, nº 1 (xerocópia), novembro de 1983, 3 p. (Tamanho ofício, acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

Jornal *Boca Negra*. São João de Meriti: número experimental, 1ª semana de maio de 1982, (xerocópia), 1 p. (Tamanho ofício, acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

Jornal *Boca Negra*. São João de Meriti: nº 1, 2ª semana de maio de 1982 (xerocópia), 4 p.

Jornal *Boca Negra*. São João de Meriti: nº 2, 3ª semana de maio de 1982 (xerocópia), 6 p.

Jornal *Boca Negra*. São João de Meriti: n° 3, 2ª semana de julho de 1982 (xerocópia de mimeógrafo), 3 p.

Jornal *Boca Negra*. São João de Meriti: n° 4, agosto de 1982 (mimeografado), 2 p.

Jornal *Boca Negra*. São João de Meriti: n° 5, setembro de 1982 (mimeografado), 2 p.

Jornal Correio da Manhã. Mulher, juiz ideal para Varas de Família. 1 e 2 (sábado e domingo) de janeiro de 1955, p. 2.

Jornal *O Globo*, Caderno O País, 24/11/2006, p. 15.

Jornal *Repórter*, n° 43, de 6 a 19 de maio de 1981, p. 12–13.

Jornal *Lampião da Esquina*, n° 5, outubro de 1978, p. 8–9.

Jornal *Lampião da Esquina*, n° 10, março de 1979, p. 9.

LADY Christiny (documentário). Direção: Alexandre Lino. Rio de Janeiro: 2005, 12 min., vídeo.

LEYLAND, Winston. (org.). *As entrevistas do Gay Sunshine*. Sexualidade & criação literária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MASCARENHAS, João Antônio de Souza. *A tríplice conexão: machismo, conservadorismo político, falso moralismo*. Rio de Janeiro: Planeta Gay Books, 1998.

MENDONÇA, Heitor Furtado de. Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado. Confissões da Bahia – 1591-1592. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1935 apud BELLINI, Lúcia. *A coisa obscura. Mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MERLINO, Tatiana. Brasil campeão mundial em crimes de homofobia. In: jornal *Brasil de Fato*, edição n° 150, de 11 a 18 de janeiro de 2006. Acesso em 15/01/2006. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/nacional/150brasil%20campeao.php>.

MÍCCOLIS, Leila. Em vez de praia, discussão. In: jornal *Lampião da Esquina*, n° 11, abril de 1979, p. 10.

MOREIRA, Antônio Carlos. 28 de junho: entre nessa festa. In: jornal *Lampião da Esquina*, n° 26, ano 3, julho de 1980, p. 14.

_____. Um roteiro turístico: os buracos do Rio. In: jornal *Lampião da Esquina*, n° 26, ano 3, julho de 1980, p. 3.

NERY, João W. *Erro de pessoa: Joana ou João?* Rio de Janeiro: Record, 1984.

OLIVEIRA, Sylvio de e LONGO, Paulo Henrique (Coord.). *Guia Gay Rio 1994-95*. RJ: Leviatã, s/d.

PENTEADO, Darcy. O travesti, este desconhecido: o papel do travesti na emancipação feminina. In: *Jornal Lampião da Esquina*, nº 23, ano 2, abril de 1980, p.3.

_____. Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis! In: *Jornal Lampião da Esquina*, maio de 1980, nº 24, p. 2 e *Jornal Em Tempo*, nº 104, 17 a 30 de abril de 1980, p. 19.

RAMOS, Nando. Enfim, um jornal-maravilha. In: *jornal Lampião da Esquina*, nº 12, maio de 1979, p. 4.

REVISTA *Gênero*. Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG), EdUFF/PEPPS/PROPP, v. 4, n. 1, 2º semestre de 2003.

REVISTA *Veja*. Feriado gay – vida dupla custa carreira a deputado conservador. 10/02/1999.

RITO, Regina. “Mimosas”, sim; mas é bom não confundir. In: *jornal Lampião da Esquina*, nº 4, ano 1, de 25/08 a 25/09/1978.

RODRIGUES, João Carlos. O teatro vivo de Caxias. In: *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro: Esquina, 1979, ano 2, nº 16, p. 16.

SINGULARIDADES (documentário). Direção: Oficina de Vídeo do Projeto Olho Vivo. Coordenador: Luciano Coelho. Curitiba: s.d., 35 min., vídeo.

TAMBÉM sou teu Povo (documentário). Direção: Franklin Lacerda e Orlando Pereira. Crato, CE: 2006, 13 min., vídeo.

TREVISAN, João Silvério. São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti. In: *jornal Lampião da Esquina*, nº. 26, ano 3, julho de 1980, p. 18.

_____. Pintou a solidariedade. In: *Jornal Lampião da Esquina*, agosto de 1979, nº. 15, p. 5.

VAZ, Lucio. *A Ética da Malandragem: No Submundo do Congresso Nacional*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

FONTES SECUNDÁRIAS

ALIAGA, Juan Vicente e CORTÉS, José Miguel G. *Identidad y diferencia*. Sobre la cultura gay en España. Barcelona-Madrid: Egales, 2ª edición, Julio de 2000.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, Márcio Moreira. *Sábados azuis. 75 histórias de um Brasil que dá certo*. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 2000.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: _____. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. vii-xxv.

ANDRADE, Osvaldo Lucas. Diante do amor dos outros: a (não) produção legislativa na Assembléia Legislativa do Espírito Santo sobre diversidade sexual. Vitória. Comunicação apresentada no IV ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual. *Caderno de resumos*. Plural Grupo de Diversidade Sexual/Ufes, 2006, p. 10.

ANJOS, Gabriele dos. *Homossexualidade, direitos humanos e cidadania*. Sociologia. [on-line]. jan./jun. 2002, n.º.7 [consulta em 22 Julho 2005], p.222-252. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000100010&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1517-4522.

AHMAD, Aijaz. Pós-modernismo e movimentos populares – problemas de classe e cultura. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (orgs.). *Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. 5ª reimpressão da edição de 1999. São Paulo: Companhia das Letras, 2004(a).

_____. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004b.

AYMARD, Maurice. Amizade e convivialidade. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, vol. 3, p. 455-499.

AUGRAS, Monique. História oral e subjetividade. In: *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997, p. 27-38.

AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Delta, 1964, volumes. 2 e 5.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rebelais*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec-Annablume, 2002.

BARBOSA, Makarios Maia. Todo coco um dia vira kenga – etnocenologia, performance e transformismo no carnaval potiguar. Comunicação apresentada no III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Discursos da diversidade sexual: lugares, saberes, linguagens. Belo Horizonte. *Caderno de resumos e programação*. Fafich/ufmg, 2006, p. 27.

BARRET, Michele y PHILLIPS (comp.). Introducción. In: *Desestabilizar la teoría: Debates feministas contemporáneos*. México, Buenos Aires, Barcelona: Piados, Pueg/UNAM, 2002, p. 13-23.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. In: *Estudos Históricas*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro:1989, p. 24-42.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Introdução e Tempo e classe. In: *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. Os estranhos da era do consumo: do estado de bem-estar à prisão. In: *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 49-61.

BECKER, Howard Saul. Estudo de praticantes de crimes e delitos. In: _____. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 153-178.

_____. A história de vida e o mosaico científico. In: BECKER, Howard Saul. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997, p.101-115.

_____. Observação social e estudos de caso sociais. In: BECKER, Howard Saul. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997, p.117-133.

BECKER, Howard Saul. Problemas de inferência e prova na observação participante. In: _____. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997, p.47-64.

_____. Sobre metodologia. In: BECKER, Howard Saul. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997, p.17-46.

_____. El estudio de la desviación: problemas y simpatias. In: *Los extraños: sociología de la desviación*. Buenos Aires, Argentina: 1971, p. 153-162.

_____. Sociological work: method and substance. Chicago, Aldine, 1970 apud GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BELLINI, Lúgia. *A coisa obscura. Mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BELLUCCO, Hugo Alexandre Lemos. *Autonomia e democracia: o associativismo urbano na literatura da redemocratização* (1976-1984). Niterói: ICHF/UFF, TCC-H, 24/1999.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 142 p.

BENTO, Berenice. Quem são @s transgêner@s? Comunicação apresentada na Sessão Coordenada Travestis, transexuais e transgêneros: questões empíricas e definições conceituais. III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Discursos da diversidade sexual: lugares, saberes, linguagens. *Caderno de Resumos*. Belo Horizonte. Fafich/Ufmg, 2006, p. 14.

BÉRUBÉ, Allan. The history of gay bathhouses. In: COLTER, Glenn. *Policing public sex: queer politics and the future of aids activism*. Boston: South and Press, 1996.

BERUTTI, Eliane Borges. Drag Kings: Brincando com os gêneros. In: Revista *Gênero*. Niterói: v. 4, n. 1, 2. sem. 2003, p. 55-63.

BIRMAN, Joel. Insuficientes, um esforço a mais para sermos irmãos! In: KEHL, Maria Rita. (org.). *Função Fraternal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 171-208.

BIRMAN, Patrícia. *Fazer estilo criando gêneros: possessão e diferença de gênero em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Eduerj, 1995, 204 p.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOTERO, Ebel. *Homofilia y homofobia. Estudio sobre la homosexualidad, la bisexualidad y la represión de la conducta homosexual*. Medellín, Colombia: edición del autor, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. 6ª edição. São Paulo: Papirus, 2005.

_____. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 693-732.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. O ser social, o tempo e o sentido da existência. O capital simbólico. In: *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001(a), p. 293-300.

_____. O conhecimento pelo corpo. In: *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001(a), 157-198.

_____. Violência simbólica e lutas políticas. Libido e illusio, uma coerção pelo corpo, poder simbólico, dupla naturalização e seus efeitos. In: *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001(a), 199-218.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001(b), 7-15.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001(b), 16-58..

_____. Uma imagem ampliada. In: *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 13-67.

_____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta Júlia M. et alii. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes médicas, 1996, p. 28-40.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. A teoria dos processos de civilização. Os conceitos de figuração e interdependência. In: Norbert Elias: Formação, educação e emoções no processo de civilização. Petrópolis: Vozes, 2003, 59-64.

BROWN, Judith C. *Atos impuros. A vida de uma freira lésbica na Itália da renascença*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BUTLER, Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, 151-172.

CABRAL, Mauro. *La paradoja transgénero*. In: *Boletín ciudadaniasexual.org*. Boletín electrónico del proyecto sexualidades, salud y derechos humanos en America Latina nº 18, año 2 (sem data). Acesso em 17/05/2006. Disponível em: <http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b18/articulos.htm#3>.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARDÍN, Alberto. *Guerreros, chamanes y travestis: indícios de homosexualidad entre los exóticos*. Barcelona: Tusquetd, 1984, 243 p.

CARRARA, Sérgio e RAMOS, Sílvia. Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do orgulho glbt – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005, 120 p.

CARRARA, Sérgio e VIANNA, Adriana R. B. As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: PISCITELLI, Adriana, GREGORI, Maria Filomena e _____. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 365-383.

CASTORIADIS, Cornelius. As raízes psíquicas e sociais do ódio. In: *Figuras do pensável – As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004, p. 249-268.

_____. Modo de ser e problemas de conhecimento do social-histórico. In: *Figuras do pensável – As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004, p.353-273.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e Estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de Fazer*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. (org.) *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand: Difel, 1990, 13-28.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, 103 p.

CHAUNCEY, George. *Gay New York*. New York: HarperCollins, 1994.

COLAÇO, Rita. *Os efeitos da estigmatização e a importância estratégica de incentivo à formação de grupos de convivialidade como geradores de proteção social e valores comunitários, a partir do depoimento de uma ex-fundadora do GAAG, Grupo de Atuação e Afirmação Gay, de Duque de Caxias/RJ (1979-1980)*. In: II Encontro Nacional Universitário em Diversidade Sexual. Recife, 2004. Resumo disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/enuds2/ENUDS-Resumos.htm>.

_____. *Uma conversa informal sobre homossexualismo*. Rio de Janeiro: do autor, 1984, 75 p.

CONNEL, Robert. *Masculinities*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1995 apud CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e Estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio. In: PARKER, Richard. *A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS, UERJ, 1994, p. 11–15.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

COSTA, Suely Gomes. Assistência e Serviço Social, aula proferida no II Curso de Atualização em Serviço Social – Reflexões sobre a prática em oncologia. apud FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XXIII, nº 71, setembro 2002, p. 93.

_____. Um (ainda) obscuro signo da cultura profissional: A proteção social. In: *Signos em transformação: serviço social - a dialética de uma cultura profissional em cinco ensaios*. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA FILHO, Pedro Vieira da. O vôo da rainha dragão. Comunicação apresentada no III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Discursos da diversidade sexual: lugares, saberes, linguagens. *Caderno de Resumos*. Belo Horizonte. FAFICH/UFMG, 2006, p. 26.

DaMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: *Carnavais, Malandros e Heróis – Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997p. 187–248.

_____. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 23-35.

DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, 65 p.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIAS, Maria Berenice. *União Homossexual. O preconceito & a justiça*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2ª edição, 2001.

_____. *Homoafetividade: o que diz a Justiça!* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 39-53.

ELIAS, Norbert. Apêndice. In: _____. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. 1v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994(a), 214-251.

ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humano. In: *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. 1 v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994(b), 95-202.

_____. Parte II: Problemas da autoconsciência e da imagem do homem. A individualização no processo social. In: _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994(c), p. 102-125, 201 p.

_____. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: NEIBURG, Federico e WAIZBORT, Leopoldo (orgs.). *Escritos e ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 197-231.

_____. Conceitos sociológicos fundamentais. In: NEIBURG, Federico e WAIZBORT, Leopoldo (orgs.). *Escritos e ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 21-33.

ELIAS, Norbert. Introdução. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.19-50.

_____. Posfácio à edição Alemã. Outras faces da relação estabelecidos-outsiders – O modelo Maycomb. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 199-213.

_____. e SCOTSON, John L. Prefácio. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.15-17.

ENGEL, Magali. História e sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 297-311.

ESCOFLER, Jeffrey. Introdução. In: GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006, p. 13-30.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, 301 p.

_____. Mulheres com práticas homoeróticas na Grande São Paulo: um olhar a partir das interseccionalidades. [Comunicação]. *III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Discursos da diversidade sexual: lugares, saberes, linguagens*. Caderno de resumos. Belo Horizonte: Fafich/ufmg, 2006, p. 13.

FACCO, Lúcia. *As heroínas saem do armário. Literatura Lésbica Contemporânea*. São Paulo: GLS, 2004.

FACCO, Lúcia e LIMA, Maria Isabel de Castro. Protagonistas lésbicas: a escrita de Cassandra Rios sob a censura dos anos de chumbo. In: *Labrys*, estudos feministas, nº 6, agosto/dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.unb/ih/his/gefem/labrys6/lesb/bau.htm>. Acesso em: 09/01/2005.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – riqueza e estigma social. In: *Tempo*, Rio de Janeiro: 2000, nº 9, vol. 5, julho, p. 65-92.

FATAL, Paulo. *Invicta. Aids aqui: toques, becos e saídas*. Rio de Janeiro: Gapa, 1988.

FAURY, Mara Lúcia. *Uma Flor para os Malditos (a homossexualidade na literatura)*. Campinas: Papirus, 1983.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FONTANA, Josep. A reviravolta cultural. In: *A história dos homens*. São Paulo: Edusc, 506 p., 381-411.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 16ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. Conferência 1. In: *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2001, p. 7-27.

_____. A ordem do discurso. Edições Loyola, São Paulo, 1996, 79 p.

_____. *Microfísica do poder*. 11ª reimpressão da 1ª edição (1979). Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FREITAS, Renan Springer de. Prostitutas e policiais: o legal e o ilegal, a dialética das ordens opostas. In: _____. *Bordel, bordéis: negociando identidades*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 66-82.

_____. A prostituta e os “outros”: fragmentos de construção de identidade (II). In: _____. *Bordel, bordéis: negociando identidades*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 86-94.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. *Famílias em transformação: uma realidade atual*. Texto didático, 2000.

FRY, Peter. Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros. In: *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 54-86.

_____. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para Inglês Ver*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 87-113.

_____. Prefácio. In: BIRMAN, Patrícia. *Fazer estilo criando gêneros: possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj-Relume Dumará, 1995, p. v-ix.

_____. Apresentação. In: LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Editora UFRJ, 2002, 352 p., p. 23-30.

FRY, Peter e MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GAGNON, John H. O uso explícito e implícito da perspectiva da roteirização nas pesquisas sobre a sexualidade (1991). In: *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006, p. 211-268.

_____. O capitão Cook e a penetração do Pacífico (1997). In: *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006, p.363-385.

_____. Pesquisa sobre práticas sexuais e mudança social (1975). In: *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006, p.65-110.

GINSBERG, Allen. Allen Ginsberg entrevistado por Allen Young. In: LEYLAND, Winston (org.). *As entrevistas do Gay Sunshine*. Sexualidade & criação literária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GLENIEWICZ et al. *A Linguagem de Discotecas Gueis do Rio de Janeiro*. RJ: PUC [mestrado, 1979.1], 1979 [trabalho apresentado à disciplina Dialetoologia Portuguesa].

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª edição. Rio de Janeiro, LTC.

GÓIS, João Bosco Hora. *Novas expressões da solidariedade: ensaios*. Pós-doutorado (Sociologia). UFRJ, 2004, p. 8-56.

GÓIS, João Bosco Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 11, nº 1, 2003, p. 289-297. Disponível em www.scielo.br.

_____. **Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença. In: *Physis*, nº 1, 10, nº 2, 2000.**

_____. **A construção das ONGs/AIDS brasileiras: história, idéias e auto-representações (1985-1998). In: *Ser social*. Brasília: UnB, nº 7, jul/dez, 2000(a).**

_____. Proteção social e serviço social: comentários à propósito da revisão curricular. In: VIII congresso brasileiro de assistentes sociais. *Caderno de comunicações*. Salvador, 1995, p. 311-314.

GOLDBERG, Anette. *A gestação de um feminino 'bom para o Brasil' no início dos anos 70*. Dissertação [mestrado em ciências sociais]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 1987.

GOLDWASSER, Maria Julia. 'Cria fama e deita-te na cama': um estudo de estigmatização numa instituição total. In: VELHO, Gilberto (org.). *Desvio e Divergência – uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GOLIN, Célio; POCAHY, Fernando Altair e RIOS, Roger Raupp (orgs.). *A justiça e os direitos de gays e lésbicas*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GRANÚZZIO, Patrícia Magri. A Prática Docente e a Questão da Construção da Identidade Homossexual. In: *III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura*. Caderno de programação e resumos, p. 47. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.

GREEN, James. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2000.

GREEN, James e POLITO, Ronald. *Frescos Trópicos: Fontes sobre a Homossexualidade Masculina no Brasil (1870–1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREEN, James e TRINDADE, Ronaldo (orgs.), SILVA, José Fábio Barbosa da... [et al.]. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005.

GUASCH, Òscar. *La sociedad rosa*. 2ª edición. Barcelona: Editorial Anagrama, 1995.

_____. *La crisis de la heterosexualidad*. Barcelona: Alertes, 2000.

GUIMARÃES, Carmem Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HAHNER, June. E. Pioneiras na defesa dos direitos da mulher. Em busca de educação, emprego e voto. O movimento sufragista feminino. Emancipação do sexo feminino. A luta dos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Mulheres/Edunisc, 2003.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard G., BARBOSA, Regina Maria (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 136–145.

_____. *Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HOBSBAWM, Eric. A história de baixo pra cima. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 216-231 p.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: *Horizontes Antropológicos: Corpo, Saúde e Doença*. Porto Alegre: ano 4, nº 9, out. 1998, p.103–117 apud CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e Estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LANDES, Ruth. Matriarcado cultural e homossexualidade masculina. In: _____. *A cidade das mulheres*. 2ª ed. rev. (1ª, 1947). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, 352 p., p. 319-331.

LARVIE, Patrick. Violência contra homossexuais e organizações comunitárias. In: *Comunicações do Iser: Violência e minorias sexuais*. ISER, nº 56, 2001, 23–39.

LEACOCK, S e R. Spirits of the Deep – A study of an Afro-Brazilian Cult. Nova York, Doubleday Natural History Press *apud* FRY, Peter. Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros. In: *Para inglês ver – identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 54-86

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1966, 308–333.

LESSA, Carlos. *Auto-estima e Desenvolvimento Social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

LOPES, Artur Sérgio. *Baixada Fluminense – Do lugar do sujeito a atomização social: uma reflexão sobre o refluxo dos movimentos sociais a partir da experiência do conselho comunitário do Jardim Gláucia*. [Dissertação Mestrado]. Niterói: UFF, 2001.

LOPES, Denilson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 07- 34.

LOURO, Guacira Lopes. Viajantes pós-modernos. In: _____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 11-25.

_____. Marcas do corpo, marcas de poder. In: _____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 75-90.

LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, 31-39.

LUGARINHO, Mário César. A homocultura, o que pode ser isso? Mesa: homocultura: aproximações teórico-analíticas. Sessões Coordenadas. *III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura*. Caderno de programação e resumos, p. 15. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.

MACEDO, Elza Dely Veloso. ...E vamos à luta. In: _____. *Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964*. Lygia da Cunha – uma militante. Tese [doutorado]. Niterói: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001, p. 134–275.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. 11ª reimpressão da 1ª edição (1979). FOUCAULT, Michel. Rio de Janeiro: Graal, 1995, p. VII–XXIII..

MacRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Unicamp, 1990.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. In: *Ciência e Informação*, vol.30, nº1, Brasília Jan.-Abr. 2001, in: www.scielo.br.

MARTINHO apud CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, vol. 12, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2000.

MELLO, Luiz. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. [Mesa: Conjugalidade LGBT – da PCR ao casamento, para além dos sexos e das identidades de gênero. Sessões Coordenadas]. III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. *Caderno de programação e resumos..* Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006, p. 25.

MENNEL, Stephen. Nota introdutória. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 13.

MÍCCOLIS, Leila. Prazer Gênero de primeira necessidade. Eram as lésbicas marcianas? In: MÍCCOLIS, Leila & DANIEL, Herbert. *Jacarés & Lobisomens. Dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achamé, 1983, p. 69–78.

MÍCCOLIS, Leila. Prazer Gênero de primeira necessidade. Diário de bardo. In: MÍCCOLIS, Leila & DANIEL, Herbert. *Jacarés & Lobisomens*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 79–96.

_____. Prazer Gênero de primeira necessidade. O movimento homossexual brasileiro organizado – esse quase desconhecido. In: MÍCCOLIS, Leila & DANIEL, Herbert. *Jacarés & lobisomens. Dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achamé, 1983, p. 96-112.

MINOIS, Georges. Os Bufões e as Compilações de Blagues. In: *História do Riso e do Escárnio*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 55-60.

MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socci, 1979.

MORANDO, Luiz. Pesquisa com fontes históricas: entre documentos e silêncios. Comunicação apresentada na sessão coordenada Pesquisa das Identidades LGBT – reflexões metodológicas no III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Discursos da diversidade

sexual: lugares, saberes, linguagens. *Caderno de programação e resumos*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006, p. 26.

MOTT, Luiz R. B. e ASSUNÇÃO, Aroldo H. F. Gilete na carne: etnografia das auto-mutilações dos travestis da Bahia. Comunicação oral apresentada na 33ª Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Salvador: 1981.

MOTT, Luiz. *Homossexuais da Bahia. Dicionário biográfico (Séculos XVI – XIX)*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1999.

_____. História da sexualidade no Brasil. In: _____. A sexualidade no Brasil colonial. *Diário oficial leitura*. São Paulo, nº141, fevereiro 1994, p.6-8. Acesso: 10/11/2006. <http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos>.

_____. *O Lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1987.

_____. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de História*, vol. 5, nº 10, 1985, p. 99-122.

MOTT, Luiz. A homossexualidade: uma variável esquecida pela demografia histórica – os sodomitas no Brasil Colonial. *Comunicação apresentada ao 3º Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Vitória, 1982.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História e memórias. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *História: pensar & fazer*. Rio de Janeiro: LDH-UFF, 1998, p. 73-89.

MOUTINHO, Laura. Homossexualidade, cor e religiosidade: flerte entre o ‘povo de santo’ no Rio de Janeiro. In: HEILBORN, Maria Luiza et al (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 273–297.

NAHOUM-GRAPPE, Véronique. Da dimensão sexual de uma guerra: os estupros em série como arma na ex-Iugoslávia, 1991-1995. In: SCHPUN, Mônica Raissa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 15-34.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: HEILBORN, Maria Luiza et al (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 247–272.

_____. Conversão religiosa, homossexualidade e família no discurso de homens pentecostais. Comunicação apresentada na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia. Recife, 2004.

_____. Carreiras homossexuais e pentecostalismo: uma análise de biografias. Rio de Janeiro: IMS/UERJ [mestrado], 2003.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Para além do binário: os queers e o heterogênero. In: *Gênero*, v. 2, nº 1, 2º sem. 2001, p. 87-97.

_____. Feminismo e práticas sexuais: quais os desafios? In: *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: Nuguem-PGH-UFU, 2001-2002, v. 9, nº 10/11, p. 9-34.

_____. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. *Pagu*, nº 12. São Paulo: Unicamp, 1999, pp. 109-120.

_____. *O que é lesbianismo*, São Paulo, 2000: Brasiliense, 101 p.

NEIBURG, Federico. Apresentação à edição brasileira. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.7-11.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. Homens e Outros Tantos em Contextos Escolares. In *III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura*. Caderno de programação e resumos, p. 47. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.

OLIVEIRA, Carmen Silveira de. O exílio do homoerotismo feminino. In: GOLIN, Célio e WEILER, Luís Gustavo. (Orgs.) *Homossexualidades, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: *Revista de Estudos Feministas*, v. 8, nº 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2000, p. 9-42.

OLIVEIRA, Carmen L. *Flores raras e banalíssimas*. A história de Lota de Macedo Soares e Elizabeth Bishop. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

OLIVEIRA, Leandro. Jeito de bicha, jeito de homem: gestos que pesam entre travestis, cross-dressers e seus parceiros sexuais no subúrbio do Rio de Janeiro. . [Comunicação]. III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Discursos da diversidade sexual: lugares, saberes, linguagens. *Caderno de resumos*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006, p. 13.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 17-36.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Discursos públicos sobre conjugalidades homossexuais: poder judiciário e movimentos homossexuais no Brasil. [Mesa: Conjugalidade LGBT – da PCR ao casamento, para além dos sexos e das identidades de gênero. Sessões Coordenadas]. III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. *Caderno de programação e resumos*, p. 25. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.

_____. Rede de pesquisadores em parceria civil, conjugalidades e homoparentalidade no Brasil. Palestra apresentada no IV ENUDS. *Caderno de Programação e resumos*, p. 4. Vitória: Plural/UFES, 2006(b).

PAEZZO, Sylvan. *Memórias de Madame Satã* (conforme narração de). Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

PAGLIA, Camile. *Vampes & vadias*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996.

PARKER, Richard. *Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. São Paulo: Record, 2002, p. 55-63.

_____. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, 125-150.

_____. *A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS, UERJ, 1994.

_____. *Corpos, Prazeres e Paixões – A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PECHENY, Mario. Identidades discretas. In: RIOS, Luís Felipe et all (orgs.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: ABIA, 2004, p. 17–33.

PECOITS, Fernando e POCAHY, Fernando (orgs.) *Projeto gurizada: Saindo do Armário e entrando em cena*. Nuances grupo pela livre expressão sexual. Porto Alegre: 2006.

PELÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões – notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. Comunicação apresentada na Sessão coordenada: Conjugalidade LGBT – da PCR ao casamento, para além dos sexos e das identidades de gênero. *III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura*. Caderno de programação e resumos. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006(a), p. 25.

_____. Gênero na carne: corporalidade e subjetividade entre travestis paulistas. Comunicação apresentada na Sessão coordenada: Travestis, transexuais e transgêneros: questões empíricas e definições conceituais. *III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura*. Caderno de programação e resumos. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006(b), p. 14.

PERLONGHER, Nestor. Territórios marginais. In: Green, James N. e Trindade, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*: São Paulo: UNESP, 2005, p. 263-290.

PESSOA, Fernando. [Álvaro de Campos.] *Obra poética*. Volume único. 3ª edição, 21ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006, p. 357-359.

_____. *Livro do desassossego*. 2ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PIERUCCI, Antonio Flavio. Ciladas da diferença. In: *Tempo social*. São Paulo: USP, 2(2), 2 sem. 1990, p. 7-33.

PLACER, F. González. Identidade, diferença e indiferença. O si mesmo como obstáculo. In: LARROSA, Jorge e LARA, Nuria Pérez de. *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 135-151.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, p. 200-212, Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Os homossexuais e a aids. Sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PISCITELLI, Adriana. Comentário. In: *Cadernos Pagu* (21). Campinas: Unicamp, 2003, p. 211-218.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vel Di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janáina (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 5ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 103-130.

PORTINARI, Denise. *O Discurso da Homossexualidade Feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PORTUGAL, Fernandes. *Ossayn. O orixá das folhas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: s/d.

PRADO, Marco Aurélio. Entre a tradução e a experiência militante: da ausência ao conflito. Comunicação apresentada no III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Discursos da diversidade sexual: lugares, saberes, linguagens. *Caderno de programação e resumos*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006, p. 26.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 163-198.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy* 6 (1), 1995, *apud* D'ARAUJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1985), 1997.

_____. De Eva a santa, a dessexualização da mulher no Brasil. In: RIBEIRO, Renato Janine (org.). *Recordar Foucault – Os textos do colóquio Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 219-227.

RAMIREZ NETO, Luiz. *Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays no ensino médio de São Paulo* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FEUSP, 2006.

RAMOS, Silvia e BORGES, Doriam. Disque defesa homossexual: números da violência. In: *Comunicações do Iser: Violência e minorias sexuais*. ISER, nº. 56, 2001, p. 67–78.

RAMOS, Silvia. Disque defesa homossexual: narrativas da violência na primeira pessoa. In: *Comunicações do Iser: Violência e minorias sexuais*. ISER, nº. 56, 2001, p. 53–66.

_____. Violência e homossexualidade no Brasil: As políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miliam Pillar et al. *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 31-44.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. In: *Revista Tempo social*. Vol. 11. São Paulo: USP, maio de 1999, p. 189-195.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RINALDI, Alessandra. “chantagens”, “extorsões”, “brigas” e “queixas”: representações de gays, lésbicas e travestis sobre violência, conflito e discriminação. In: *Comunicações do Iser. Violência e minorias sexuais*. Rio de Janeiro: ISER, nº. 56, ano 20, 2001, p. 8–22.

RIOS, Luís Felipe. Parcerias sexuais na comunidade entendida do Rio de Janeiro – notas etnográficas em torno de questões étárias e do amor romântico. RIOS, Luís Felipe et al. (orgs.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro, ABIA, 2004, p. 100-113.

_____. *O feitiço de Exu: um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro*. [Tese]. IMS/UERJ, 2004(b).

_____. Performando a tradicionalidade: geração, gênero e erotismo no candomblé do Rio de Janeiro. In: UZIEL, Anna Paula, RIOS, Luís Felipe, PARKER, Richard (orgs.). *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS*. Rio de Janeiro: Pallas: Programa em Gênero e Sexualidade IMS/UERJ e ABIA, 2004, p. 39–50.

RIOS, Roger Raupp. *A homossexualidade no direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. *O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

RODRIGUES, Rita C. C. *Dez voltas ao redor do sol – a emergência do homossexual como sujeito político* [Exame de Qualificação]. Niterói: UFF/ESS–PPGPS, 2006.

_____. Da reprodução do desvalor & seus antídotos. Comunicação apresentada no *VII Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 Gênero e Preconceitos*. Florianópolis: UFSC/ UDESC, 2006(a), 8 p. http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/R/Rita_Colaco_38_A.pdf

_____. Uma mulher de muitos trânsitos – gênero, orientação sexual e as muitas possibilidades do ser. Comunicação apresentada no *XII Encontro Regional de História Anpub Rio*. Niterói: UFF, 2006(b).

_____. Das produções do desvalor – refletindo sobre algumas dinâmicas. Comunicação apresentada no *XII Encontro Regional de História Anpub Rio*. Niterói: UFF, 2006 e no *IV Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual*. Vitória: Plural/ASTRAES/UFES, 2006(c).

_____. Jacarés, lobisomens, lagartixas, quebra-louças, extraterrestres, exus e colibris: o novo e o mesmo, o “nós” e o “eles” – o desafio das homossexualidades entre o alargar e reconstituir fronteiras. Comunicação apresentada no *III Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH)*. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2006(d).

_____. Memória: Instabilidade, “contaminação” e a “reutilização” de fontes orais. Comunicação apresentada ao *VI Encontro Regional Sudeste de História Oral: História, cultura e poder*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. CD Rom.

_____. Sociabilidade, astúcias e cultura homossexual em São João de Meriti no início da década de 1980. Comunicação apresentada no *I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina*. Salvador: Redor/Redefem/Neim/Redlac–MG, 2005(a).

RODRIGUES, Rita C. C. Sexta-feira Tem! Socialização, astúcias e cultura homossexual em São João de Meriti no início dos anos de 1980. Comunicação apresentada no I Seminário Diversidade UFF Cultura e Homoerotismo. Niterói: UFF/IL, 2005(b).

_____. *Ação e reflexão de um ativismo homossexual na Baixada Fluminense: A experiência do GAAG - Grupo de Atuação e Afirmação Gay - 1979-1980* [Trabalho de curso]. Niterói: UFF/ICHF, 2004.

RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade. Escritos filosóficos I*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. En: LAMAS, Marta (comp.). *El género: una construcción cultural de la diferencia sexual*. México: PUEG, 1996, p. 35-96. Acesso: 15/10/2006. <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/rubin.pdf>.

_____. Reflexionando sobre el sexo: Notas para una teoría radical de la sexualidad. En: VANCE, Carole (Comp.). *Placer y peligro. Explorando la sexualidad femenina*. Madrid:

Revolución, 1989, p. 113-190. Acesso: 15/10/2006. <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/rubin.pdf>.

RUBIN, Gayle com BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. In: *Cadernos Pagu* 21. Campinas: Unicamp, 2003, p. 157-209.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência contra as mulheres. In: _____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 47-53.

_____. Lesão corporal dolosa. In: _____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 62-68.

_____. Para além da violência urbana. In: _____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 69-94.

SALEM, Tânia. Entrevistando Famílias: Notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 47-64.

SALLUM JÚNIOR, Basílio. *Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do Século XX*. In: RBCS, vol. 18, nº. 52.

SANTAMARÍA, Enrique. Do conhecimento de próprios e estranhos (disquisições sociológicas). In: LARROSA, Jorge e LARA, Nuria Pérez de. *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Rick J. A different woman: class, identity and sexuality in Cassandra Rio's work. Tese de doutorado defendida na State University of New York em Binghamton, fevereiro, 2000 apud Facco, Lúcia e LIMA, Maria Isabel de Castro. Protagonistas lésbicas: a escrita de Cassandra Rios sob a censura dos anos de chumbo. In: *Labrys*, estudos feministas, nº. 6, agosto/dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.unb/ih/his/gefem/labrys6/lesb/bau.htm>. Acesso: 09/01/2005.

SANTOS, Rick J. O mito maldito: por uma leitura queer do discurso de Cassandra Rios. 2003, 9 p. apud Facco, Lúcia e LIMA, Maria Isabel de Castro. Protagonistas lésbicas: a escrita de Cassandra Rios sob a censura dos anos de chumbo. In: *Labrys*, estudos feministas, nº. 6, agosto/dezembro de 2004. <http://www.unb/ih/his/gefem/labrys6/lesb/bau.htm>. Acesso: 09/01/2005.

_____. Cassandra Rios e o Surgimento da Literatura Gay. In: *Gênero*. Niterói: NUTEG/EdUFF, 2003(a), p. 17–31.

SANTOS, Rôuziane de Castro. A educação sexual na infância: uma tarefa possível. [Comunicação]. IV ENUDS – *Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual*. Caderno de programação e resumos. Vitória: Plural/UFES, 2006, p. 6.

_____. O poder histórico dos tabus na prática escolar na educação sexual infantil. [Comunicação]. IV ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual. *Caderno de programação e resumos*. Vitória: Plural/UFES, 2006, p. 8.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Horizonte do Desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SARAIVA, Eduardo. Do velado ao vivido: estórias de homens casados e “pais de família” que resolveram sair do armário. [Mesa: Conjugalidade LGBT – da PCR ao casamento, para além dos sexos e das identidades de gênero. Sessões Coordenadas]. III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. *Caderno de programação e resumos*, p. 25. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989. DABAT, Cristine Rufino e ÁVILA, Maria Betânia (tradutoras). In: *SOS Corpo*, Recife, 1991, mimeo, 29 p.

_____. O enigma da igualdade. In: *Revista de estudos feministas*. Florianópolis: 2005, janeiro–abril, p. 11–30.

SÉGUIN, Élide. *Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SELAIMEN, Graciela. Pontes entre os movimentos sociais – uma engenharia complexa. In: *Rede de Informação do Terceiro Setor, Rits*. Acesso em 24/05/2006. Disponível em http://fsm2004.rits.org.br/conteudo.asp?conteudo_id=79.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter – Conseqüências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. São Paulo: Record, 1999.

SILVA, Cláudio Roberto da. "*Reinventando o Sonho: História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo*". São Paulo: [dissertação de Mestrado em História Social] Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas, USP, 1998, p.455-483. <http://geocities.yahoo.com.br/luizmottbr/autobio.html>. Acesso: 28/12/2003.

SILVA, Cristina Luci Câmara da. *A condição da mulher lésbica*. [Trabalho de curso] Rio de Janeiro, DCS/IFCS/UFRJ, 1987.

_____. Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos “homossexuais”. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, IFCS, 1993.

SILVA, Hélio. R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993.

SILVA, Jaílson de Souza e. *Por Que Uns e Não Outros? – Caminhada de Jovens Pobres para a Universidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

SILVA, José Fábio Barbosa da. Homossexualidade na cidade de São Paulo. Homossexualismo em São Paulo: Estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James e TRINDADE, Ronaldo (org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005.

SIMMEL, Georg. O nível social e o nível individual (Exemplo de sociologia geral). In: *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 39–58.

_____. Superordenação e subordinação. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel - Sociologia*, São Paulo: Ática, 1983, p. 107-114.

_____. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel - Sociologia*, São Paulo: Ática, 1983, p. 122-134.

_____. SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: 1967, Zahar, p. 11-25.

_____. Sociabilidade – um exemplo formal de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel - Sociologia*, São Paulo: Ática, 1983, p. 165-181.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. A constituição da identidade masculina: alguns pontos para discussão. São Paulo: *Psicologia USP*, v. 8, nº. 1, 1997, 17 p.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39–62.

SOIHET, Rachel. Feminismo x antifeminismo de libertários: a luta das mulheres pela cidadania durante o regime autoritário. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 307-332.

_____. *História das mulheres e relações de gênero: debatendo algumas questões*. Disponível em: <http://www.comciencia.br>. 2003. Acesso: 23/02/2006.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. In: *Projeto História*. São Paulo, nº. 25, dezembro de 2002, p. 269-289.

_____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: Autores Associados, nº. 15, set/out/nov/dez, anped, 2000, p. 97-117.

_____. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita et alli. *Gênero em debate*. São Paulo: Educ, 1997, p. 53-83.

_____. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Francisco Loyola de, LOPES, José Reinaldo de Lima, LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo e RIOS, Roger Raupp. *A justiça e os direitos de gays e lésbicas: jurisprudência comentada*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SOUSA NETO, Dário Ferreira. Hermes e Afrodite: a problemática das travestis e transexuais no ambiente escolar. IV ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual. *Caderno de programação e resumos*. Vitória: Plural/UFES, 2006, p. 8.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade. Uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

TAMAGNE, Florence. *Mauvais genre? Une histoire des représentations de l'homosexualité*. France: Lamartiniere, 2001.

TALAVERA, Glauber Moreno. *União civil entre pessoas do mesmo sexo*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. A utilização de entrevistas em pesquisas sobre identidades e atividades sociais desviantes. Belo Horizonte. [Comunicação oral apresentada na Sessão Coordenada Pesquisa das identidades LGBT – reflexões metodológicas] III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Discursos da diversidade sexual: lugares, saberes, linguagens. FAFICH/UFMG, 2006, p. 26 [Anotações da exposição oral].

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TODOROV, Tzvetan. O declínio da autonomia. In: *O homem desenraizado*. São Paulo: Record, 1999, p. 223-248.

_____. Em visita à própria casa. A dupla vinculação. Desenraizado, desenraizamento. In: *O homem desenraizado*. São Paulo: Record, 1999, p.15–29.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *Tribades galantes, fanchonos militantes: homossexuais que fizeram história*. São Paulo: Summus, 2000.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Record, 2000.

_____. _____. 2ª edição. São Paulo: Max Limonad, 1986.

UZIEL, Anna Paula. A família: um retrato a partir de técnicos e operadores da justiça. . [Comunicação]. III Congresso da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Discursos da diversidade sexual: lugares, saberes, linguagens. Caderno de resumos. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006, p. 12.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia: santo ofício da inquisição de Lisboa*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Homoerotismo feminino e o santo ofício. In: PRIORE, Mary del (org.); BASSANEZI (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 7ª edição. São Paulo: Unesp: Contexto, 2004, 115-140.

_____. *Os protagonistas anônimos da história: Micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. *Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Ática, 1992.

VALLE, Teresa del. El espacio y el tiempo en las relaciones de género. – Las coordenadas espacio-temporales en la construcción de los sistemas de género. In: *La Ventana*, nº 3. México: Universidad de Guadalajara, julio 1996, 239 p., p. 96-134. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/ESPACIO-TIEMPO-GENERO.pdf>. Acesso: 12/10/2006.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, 11-30.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás deuses iorubas na África e no Novo Mundo*. 6ª edição. Salvador: Corrupio, 2002.

VIEIRA, José Ribas. *O autoritarismo e a ordem constitucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

VINCENT, Isabel. Bertha, Sophia e Rachel: a sociedade da Verdade e o tráfico das polacas nas Américas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. A lei dos gêneros. In: *Da amizade. Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 139–185.

VIÑUALES, Olga. *Identidades lésbicas*. Barcelona: Bellaterra, 2000.

VIP, Ângelo e LIBI, Fred. *Aurélia, a dicionária da língua afiada*. São Paulo: Clara/Do Bispo, s/d.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 33-41.

WACQUANT, Loïc. A tentação penal na Europa. In: *Discursos sediciosos. Crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 7–17.

WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: WAIZBORT, Leopold (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 89-111.

WEINBERG, George. *La homosexualidad sin prejuicios*. Un revolucionario enfoque psicológico. Barcelona: Granica, 1977.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: *Revista de Estudos Feministas* [online]. 2001, vol.9, n.º.2, p.460-482. Acesso: 26/03/2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200008&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0104-026X.

WITTIG, Monique. La mente hétero. Comunicação oral apresentada no *I Congreso Internacional sobre el Lenguaje Moderno*. Nova York, 1978. Acesso: 24/06/2006 . Disponível em: <http://www.zapatosrojos.com.ar/pdg/Ensayo/Ensayo%20-%20Monique%20Wittig.htm>

_____. La marca del género. In: *La jornada semanal*, 25 de octubre de 1998. Acesso: 24/06/2006. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/1998/10/25/sem-monique.html>.

WOLFF, Charlotte. Considerações preliminares. In: _____. *Amor entre mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d [a 1ª edição em inglês data de 1971], p. 13–24.

ZALUAR, Alba. Apresentação. Violência, cultura e poder. In: CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 7–33.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ADITAL: <http://www.adital.org.br/asp2/noticia.asp?idioma=PT¬icia=11996> e

<http://www.adital.org.br/asp2/noticia.asp?idioma=PT¬icia=11175> . Acesso: 07/07/2004.

ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório de Atividades de 1999. Índice “Aquí Nadie Duerme Tranquilo”. Índice AI: AMR 19/26/99/s, noviembre de 1999. Acesso: 12/12/2004. http://www.amnistiainternacional.org/publica/ct_tortura/capitulo2-t.pdf.

APA. Apa supports legalization of same-sex civil marriages and opposes discrimination against lesbian and gay parents. <http://www.apa.org/releases/gaymarriage.html>. Acesso: 29/07/2004.

CHAUI, Marilena. Conferência de abertura do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 30/08/2006. Acesso em 31/08/06. Disponível em: http://agenciartamamior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12134.

CLAM Brasil. Destaques. *Discriminação nas palavras*. Acesso em 24/06/2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1334&sid=7>.

DROPA, Romualdo Flávio. Direitos humanos no Brasil: a exclusão dos homossexuais. *Jus Navigandi*, Teresina, a. 8, n. 341, 13 jun. 2004. <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=5230>. Acesso: 12/12/2004.

http://www.undp.org.br/unifem/mariamaria/ano3_n3/textos/flagrantedelito.rtf. Acesso: 12/12/2004.

<http://www.social.org.br/relatorio2002/relatorio027.htm>. Acesso: 12/12/2004.

<http://geocities.yahoo.com.br/cidadaniarv/temaa.htm>. Acesso: 12/12/2004.

GUERRERO, César. *Triste som da viola*. Acesso: 12/12/2004.
http://www.terra.com.br/istoegente/07/reportagens/rep_marli.htm.

JOLIS, Alan e YUNUS, Mohammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000. Acesso: 18/11/2006. <http://www.atica.com.br/resenhas/?r=369>.

LÉSBICAS DA NOVELA: PROPAGANDA GAY - Bombardeio televisivo.
<http://diversao.cidadeinternet.com.br/article.asp?510~275408>. Acesso: 18/01/2005.

LIMA, Marcus Antonio Assis. *Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil*. In: <http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=lima-marcus-assis-IMPrensa-HOMOSSEXUAL-BRASIL.html>. Acesso: 14/12/2004.

LISTA GLS. <http://br.groups.yahoo.com/group/listagls/message/47232>. Acesso: 12/12/2004.

MENDONÇA, Ediélio. *A cultura na Baixada*. Acesso: 06/10/2006.
<http://www.ipahb.com.br/cultura.php>.

MIX BRASIL. <http://mixbrasil.uol.com.br/mundomix/centralplus/noticia.asp?id=1650>. Acesso: 12/12/2004.

MIX BRASIL. <http://mixbrasil.uol.com.br/mundomix/centralplus/noticia.asp?id=1657>. Acesso: 12/12/2004.

MIX BRASIL. <http://mixbrasil.uol.com.br/mundomix/centralplus/noticia.asp?id=1649>. Acesso: 11/12/2004.

MIX BRASIL. http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_62_57883.shtml. Acesso: 25/02/2007.

MOTT, Luiz. "Parte VI. Assassinatos." Brasil. Acesso: 12/12/2004.
<http://www.iglhrc.org/files/spanish/informes/Brazil6.pdf>.

_____. *A homossexualidade em Sorocaba: 1729-2004*. <http://www.armariox.com.br>.

NORUEGA. O site oficial no Brasil. Acesso: 18/11/2006.
<http://www.noruega.org.br/policy/Nobel+Peace+Prize/nobel.htm>.

PIANGERS, Moisés. Bombardeio televisivo. Acesso: 08/01/2005.
<http://www.midiasemmascara.org/artigo.php?sid=3192>.

REIS, Toni. A vitória do Lula e os direitos humanos de GLBT. Acesso: 31/10/2006.
www.pt.org.br.

RELATÓRIO de Atividades da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados no ano de 2001. http://www.camara.gov.br/cdh/ultimos_informes/10052002%20-%20Relatorio%20de%20Atividades%20da%20CDH%20em%202001.htm. Acesso: 12/12/2004.

REVISTA *Labrys – estudos feministas*. Grupo de Estudos Feministas do Departamento de História da UnB. www.unb.br/ih/his/gefem/labrys.

RODRIGUES, Rita C. C. Bissexualidade: a forma e o fundo. In: *Observatório da Imprensa*, 2006(e), p. 04/10. <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=364FDS004>.

TREVISAN, João Silvério. Skin heads assassina homosexual no centro de SP. In: revista eletrônica. *Mixbrasil*. <http://mixbrasil.uol.com.br/pride/intolerancia/edsonneris.htm> Acesso: 12/12/2004.

STEPHEN, Pedro. *Lição de Vida*. Septuagenários do grupo gay carioca Turma Ok falam de suas experiências. Revista virtual MixBrasil. Acesso: 21/02/2004.
<http://mixbrasil.uol.com.br/cultura/entrevis/entrev/turmasenhores/turmasenhores.shl>.

_____.STEPHEN, Pedro. *O mais antigo clube gay do Brasil*. Grupo promove programação social intensa na Lapa carioca. Revista virtual MixBrasil.
<http://mixbrasil.uol.com.br/mundomix/noites/turmaok/turmaok.asp>. Acesso: 21/02/2004.

VITURRO, Paula. *Ficciones de hembras*. Disponível em:
<http://catedras.fsoc.uba.ar/mari/Archivos/UBACyT/Vituro Ficciones Hembra.htm>. Acessado em 23/06/2006.

WONDER, 2005. Cláudia. Em busca de formas mais harmoniosas. In: Revista virtual *Gonline*. Acesso: 24/07/2005. <http://gonline.uol.com.br/wonderground/claudia/claudia.shtml>.